



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO



DAVID SOUZA GÓES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE E A SUA
RELAÇÃO COM A GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM
A GUIANA FRANCESA**

BELÉM-PA
2019

DAVID SOUZA GÓES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE E A SUA
RELAÇÃO COM A GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM
A GUIANA FRANCESA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

BELÉM-PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G598p Góes, David Souza
 A produção do espaço urbano na cidade de Oiapoque e sua
 relação com a garimpagem de ouro na fronteira do Brasil com a
 Guiana-Francesa / David Souza Góes. — 2019.
 xiv, 227 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior
 Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
 Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos
 Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

 1. Cidade e urbano. 2. Garimpagem de ouro. 3. Oiapoque. 4.
 Fronteira Brasil-Guiana Francesa. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 910.130811

DAVID SOUZA GÓES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE E A SUA
RELAÇÃO COM A GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM
A GUIANA FRANCESA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em: 09 de setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior – Orientador (PPGDSTU-NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Hisakhana Pahoona Corbin – Examinador Interno (PPGDSTU-NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Ricardo Theóphilo Folhes - Examinador Interno (PPGDSTU-NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral – Examinador Externo (PPGEO-UFPA)

Prof. Dr. Jodival Maurício da Costa – Examinador Externo (PPGMDR-UNIFAP)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, “seu” Odérico Pereira Góes e a “dona” Maria Pia Souza Góes, pela crença que Deus dá o dom da vida e força frente à diversidade.

À minha esposa Carmentilla das Chagas Martins, pelo carinho, amor e apoio incondicional em todas as minhas caminhadas.

Aos meus filhos Deyverson, Áurea, Hian e Gabriel, e os meus netos Mariana, Murilo e Dante, pelo apoio, carinho e compreensão nas minhas dúvidas, irritações e devaneios.

À minha Irmã Francisca e seu esposo Luiz, pelos seus incentivos e apoio.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, pela forma compromissada que conduziu as orientações, e aos colegas Michel, Helbert, Miguel, Gabriel, Suelem, Ágila, Rebeca e Eliana, pelos conhecimentos socializados no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM-NAEA/UFPa), sem os quais não teria seguido nessa caminhada.

Aos professores e professoras do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umedo, pela contribuição das suas disciplinas no desenvolvimento da tese.

Ao Wellington Fernandes e à Cecilia Cunha, do Laboratório de Análises Espaciais “Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne” (LAENA), pelo apoio e contribuição na elaboração dos mapas.

Às pessoas que colaboraram na pesquisa com informações, mesmo sabendo que se tratava de atividades consideradas clandestinas.

Um agradecimento especial também cabe ao Sr. Edson Lopes Maia, que nunca mediu esforços para colaborar com a pesquisa com suas boas conversas, poesias, pinturas e documentos, e ao Helbert Michel Pampolha de Oliveira, pelas suas sugestões e críticas construtivas na elaboração da tese.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro imprescindível à realização da pesquisa.

Do ponto de vista da empresa e do Estado, os garimpeiros têm, pois, exercido papel de “rastreamento” de minérios, e o garimpo, o de válvula de escape à tensão social como emprego alternativo à população móvel. Cumpre ainda notar seu papel no povoamento, inclusive na origem e/ou expansão de cidades. Se alguns garimpos estagnam ou desaparecem, outros permanecem fazendo crescer o núcleo em que se apoiaram, e outros que lhes prestaram seus serviços [...] (BECKER, 1997, p. 77).

RESUMO

Considerando a diversidade relacionada ao processo de urbanização na Amazônia, a presente de tese de doutorado objetiva analisar a produção do espaço urbano da cidade fronteira de Oiapoque-AP e sua relação com os agentes envolvidos em atividades vinculadas à garimpagem de ouro nas áreas de contato entre o Brasil e a Guiana Francesa; investigação esta que se justifica em razão das particularidades apresentadas por essa importante cidade amazônica situada na fronteira franco-brasileira, cuja produção do espaço urbano em muito está associada às dinâmicas socioeconômicas decorrentes da garimpagem informal do ouro. Fundamentada no método do materialismo histórico e dialético, a pesquisa conta com os seguintes procedimentos metodológicos: i) revisão bibliográfica de natureza teórico-conceitual de teorias, conceitos, categorias e noções pertinentes à temática em questão; ii) revisão bibliográfica de cunho histórico-geográfico relacionada à formação territorial da cidade estudada; iii) levantamento documental de dados secundários nas cidades de Oiapoque e Macapá, no Amapá; iv) observação não participante; v) entrevistas semiestruturadas e não estruturadas junto a comerciantes, prestadores de serviços, colaboradores municipais e outros agentes do poder público, além de garimpeiros e moradores que vivem e/ou atuam na cidade de Oiapoque; e vi) análise e sistematização dos dados coletados à luz do referencial teórico previamente definido e revisado. Desse modo, observa-se que os agentes sociais de atividades vinculadas à garimpagem de ouro na fronteira do Brasil com a França, com suas atividades e suas práticas espaciais, foram e são centrais na produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque; fato que permite concluir que, na elaboração de políticas urbanas para a Amazônia, é imperativo reconhecer a diversidade que configura o processo de urbanização na região, bem como a existência de várias formas de cidades e de múltiplos agentes que participam da complexa produção desses espaços que, na atualidade, em muito decorrem de processos extra-locais, como assinala a noção de urbanodiversidade.

Palavras-chave: Cidade e urbano. Garimpagem de ouro. Oiapoque. Fronteira Brasil-Guiana Francesa. Amazônia.

ABSTRACT

Considering the diversity related to the urbanization process in the Amazon, this PhD thesis aims to analyze the production of the urban space of the border city of Oiapoque-AP and its relationship with the agents involved in activities related to gold mining in the areas of contact between Brazil and French Guiana; This investigation is justified by the particularities presented by this important Amazonian city located on the Franco-Brazilian border, whose production of urban space is closely associated with the socioeconomic dynamics resulting from the informal gold mining. Based on the method of dialectical and historical materialism, the research has the following methodological procedures: i) bibliographical review of theoretical and conceptual nature of theories, concepts, categories and notions pertinent to the theme in question; ii) bibliographical revision of historical-geographical nature related to the territorial formation of the studied city; iii) documentary survey of secondary data in the cities of Oiapoque and Macapá, in Amapá; iv) non-participating observation; v) semi-structured and unstructured interviews with traders, service providers, municipal employees and other agents of the government, as well as prospectors and residents living and/or operating in the city of Oiapoque; and vi) analysis and systematization of the data collected in the light of the previously defined and revised theoretical framework. Thus, it is observed that the social agents of activities related to gold mining on the border between Brazil and French Guiana, with their activities and spatial practices, were and are central to the production of urban space in the city of Oiapoque; This fact allows us to conclude that, in the elaboration of urban policies for the Amazon, it is essential to recognize the diversity that configures the process of urbanization in the region, as well as the existence of various forms of cities and multiple agents participating in the complex production of these spaces. Today, much of it comes from extra-local processes, as the notion of urban diversity points out.

Keywords: City and Urban. Gold mining/panning. Oiapoque. Brazil-French Guiana Border. Amazon.

RESUMEN

Tomando en cuenta la diversidad vinculada al proceso de urbanización en la Amazonía, la presente tesis doctoral tiene como objetivo analizar la producción del espacio urbano de Oiapoque-AP, ciudad fronteriza entre Brasil y Guayana Francesa, y su relación con los agentes envueltos en actividades ligadas a la minería artesanal de oro en las áreas de contacto entre ambos países; esta investigación se justifica en virtud de las particularidades de esa tan importante ciudad amazónica, cuya producción del espacio urbano está muy asociada a las dinámicas socioeconómicas consecuencia de la extracción informal del oro. Sustentado metodológicamente en el materialismo histórico y dialéctico, este trabajo cuanta con los siguientes procesos: i) revisión bibliográfica de naturaleza teórico-conceptual de teorías, conceptos, categorías y nociones idóneas para la temática en cuestión; ii) revisión bibliográfica de cuño histórico-geográfico relacionada a la formación territorial de la ciudad estudiada; iii) construcción de una base documental de datos secundarios en las ciudades de Oiapoque y Amapá, en Amapá; iv) observación no participante; v) entrevistas estructuradas y no estructuradas junto a comerciantes, prestadores de servicios, colaboradores municipales y otros agentes del poder público, además de mineros y habitantes que viven y/o trabajan en Oiapoque; y vi) análisis y sistematización de los datos recogidos articulados al corpus teórico previamente definido y revisado. Así, se observa que los agentes sociales y de actividades cercanas a la minería artesanal de oro en la frontera franco-brasileña, con sus actividades y prácticas espaciales, fueron centrales en la producción del espacio urbano de Oiapoque; este hecho proporciona las bases para concluir que, en la elaboración de políticas urbanas para la Amazonía, es urgente reconocer la diversidad con la que se configura el proceso de urbanización en la región, así como la existencia de varias formas de ciudades y de múltiples agentes que participan da compleja producción de estos espacios que, actualmente, son en gran medida productos de procesos extra locales, como señala la noción de urbanodiversidad.

Palabras clave: Ciudad y urbano. Minería artesanal de oro. Oiapoque. Frontera Brasil-Guayana Francesa. Amazonía.

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque	116
Foto 02 – Rua Joaquim Caetano da Silva, orla fluvial e monumento extremo Oiapoque	125
Foto 03 – Porto de embarcações de pequeno porte – Catraias	128
Foto 04 – Agência de transporte de cargas e passageiros	132
Foto 05 – Barraca de venda de alimentos na orla fluvial da cidade de Oiapoque	136
Foto 06 – Edificação com várias atividades vinculadas à garimpagem de ouro	137
Foto 07 – Ampliação, adaptação das edificações e atividades comerciais	173
Foto 08 – Ampliação, adaptação das edificações e atividades comerciais	175
Foto 09 – Mercado Municipal Roque Penafort	178
Foto 10 – Academia Brutal Flex	181

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Rodovia TransGuianense	117
Mapa 02 – Principais formas de ocupação do espaço urbano de Oiapoque	122
Mapa 03 – Bairros da cidade de Oiapoque	123
Mapa 04 – Comunidades e comunas no rio Oiapoque	133
Mapa 05 – Áreas indígenas, de conservação e de proteção ambiental no município de Oiapoque	193
Mapa 06 – Evolução urbana da cidade de Oiapoque	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Períodos identificados para a evolução da estrutura urbana na Amazônia e principais condicionantes	52
Quadro 02 – Características dos dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos	81
Quadro 03 – Características dos dois circuitos da economia urbana relacionada à atividade garimpeira na cidade de Oiapoque	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Amapá: empresas, população dos municípios e PIB <i>per capita</i>	115
Tabela 02 – Evolução do PIB e inflação brasileira de 1980 a 2010	191
Tabela 03 – Evolução dos registros de empresas no município de Oiapoque	192

LISTA DE SIGLAS

ACAO – Associação dos Carregadores Autônomos de Oiapoque
ACMO – Associação dos Catraieiros da Cidade de Oiapoque
ACOI – Associação Comercial de Oiapoque
APFVV – Associação dos Pilotos Fluviais de Vila Vitória
CCOPTUR – Cooperativa de Transporte e Turismo da Cidade de Oiapoque
COMFCOI – Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque
CPF – Cadastro de Pessoa Física
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFAP – Instituto Federal do Amapá
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDUO – Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Oiapoque
PEF – Plano Estratégico de Fronteira
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Plano de Integração Nacional
PLG – Permissão de Lavra de Garimpagem
PP – Partido Progressista
PPGDAP – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
TABA – Transporte Aérea da Bacia Amazônica
TCLE – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 CAPÍTULO 1. A URBANIZAÇÃO E OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO	 32
1.1 Urbanização no Brasil e na Amazônia	32
1.2 Urbanodiversidade	55
1.3 A produção do espaço e seus agentes	62
1.3.1 Produção social do espaço	62
1.3.2 Agentes produtores do espaço urbano	66
 CAPÍTULO 2. OIAPOQUE: PARTICULARIDADES DA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA FRANCESA	 87
2.1 A garimpagem de ouro e a ocupação do território brasileiro nos limites entre Brasil e Guiana Francesa	87
2.2 Caracterização e dinâmica intraurbana da cidade de Oiapoque	113
 CAPÍTULO 3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE OIAPOQUE	 141
3.1 Os produtores do espaço urbano da cidade de Oiapoque relacionados à atividade garimpeira	141
3.2 As práticas, formas, processos e representações espaciais relacionadas à atividade garimpeira	169
3.3 A dinâmica dos circuitos econômicos vinculados à atividade garimpeira	183
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 197
 REFERÊNCIAS	 205
 APÊNDICES	 218

INTRODUÇÃO

A Amazônia, ao longo da história, vem sendo vista e adjetivada de forma homogênea (paraíso perdido, *el dorado*, espaço rico e vazio demograficamente), como se fosse uma área sem ocupação e sem divisões, porém, na realidade, só a Amazônia Sul-Americana, que corresponde a 1/20 da superfície terrestre e a 2/5 da América do Sul, é compartilhada por nove países e um departamento ultramarino da França, a Guiana Francesa (BECKER, 1997); fato que, por si só, é capaz de revelar um quadro bastante diverso e que em muito representa a complexidade cultural, econômica, física, política e territorial que configura o espaço amazônico, o qual, por seu turno, apresenta algumas particularidades no que diz respeito às suas fronteiras.

Contudo, convém destacar, inicialmente, alguns sentidos atribuídos à ideia de fronteira. Isso porque, se no pensamento geopolítico ela figura com o significado de divisor entre soberanias territoriais (SPRANDEL, 2005), em uma perspectiva antropológica, que leva em consideração a articulação de identidades nas condições existenciais dos habitantes fronteiriços, a fronteira não divide, mas conjuga nacionalidades e etnicidade, como lembra Cardoso de Oliveira (1997). Ao ponderar sobre a pertinência de categorias do pensamento geográfico relacionadas à noção de fronteira, Trindade Júnior (2010a) afirma que a fronteira é um elemento relacional e que possui sentidos sócio-históricos, ou seja, a fronteira resulta de relações históricas que são construídas entre diferentes sociedades, tanto do ponto de vista cultural e econômico, quanto político.

Dessa maneira, na faixa de fronteira brasileira¹ encontram-se lugares de convergência de redes² de relações, muitas das quais transcendem os limites políticos que fazem a delimitação das soberanias nacionais. Refletindo sobre as interações sociais entre brasileiros e franceses na fronteira franco-brasileira³, Martins, C. (2014) afirma que a busca pelo ouro em garimpos ilegais na Guiana Francesa é o motivo que explica tais transcendências. Ao se ter

¹ Em termos políticos e administrativos a faixa de fronteiras terrestres do Brasil tem 150 km de largura e 15.719 km de extensão, compreende 11 estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina) e nove países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela e uma Coletividade Territorial de Ultramar da França, a Guiana Francesa. Seus habitantes (algo em torno de 10 milhões) estão distribuídos em 588 municípios, dos quais 122 localizados na linha de fronteira (BRASIL, 2017).

² Nos estudos sobre fronteira, a noção de rede indica: a circulação, a contiguidade e descontinuidade, elas têm o sentido de sistema de fluxos (movimentos) e fixos (nós) que definem uma dada organização espacial; elas são ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas (SANTOS, 2006; TRINDADE JÚNIOR, 2010a).

³ A maior fronteira da França é com o Brasil, são 730,4 de extensão, dos quais 427,2 km são por rios e 303,2 km por divisor de águas km de fronteira terrestre com o Brasil (COSTA, M., 2019).

em consideração a fronteira do Brasil com a Venezuela, ou com a Guiana, também há estudos empíricos que confirmam as práticas de atravessamento, impulsionadas pela garimpagem⁴ de ouro. Esta atividade é vista por muitos brasileiros como estratégia de enriquecimento rápido ou fonte de renda para melhor condição de vida (BECKER, 2004; CORBIN, 2012).

No município de Oiapoque (AP), mais precisamente às margens do rio Oiapoque⁵, encontra-se a cidade sede do município, cuja denominação é homônima ao rio, e a pequena comunidade de Vila Brasil, as quais fazem limite respectivamente com duas comunas⁶ francesas, Saint-Georges e Camopi. A cidade e a vila supracitadas apresentam, na atualidade, continuidades em suas dinâmicas sociais dos processos históricos de ocupação, caracterizados em grande parte pela mobilidade de pessoas e práticas comerciais articuladas pela descoberta de jazidas auríferas em ambos os lados do limite internacional entre o Brasil e a Guiana Francesa (ALICINO, 1971; MORAES, 1964; BECKER, 2004; ROMANI, 2010; SILVA, 2014).

Tais fluxos e práticas espaciais⁷ se expressam nas negociações de compra e venda de mercadorias, combustíveis, equipamentos “[...] de euro e ouro, nos pequenos portos da orla da cidade, onde atracam as catraias com passageiros vindos de Saint-George” e “sua oscilação em função de variáveis também locais, interliga essa cidade do extremo Norte do País a redes mais extensas” (CASTRO; HAZEU, 2012, p. 27). Dessa forma, a cidade de Oiapoque, constitui um eixo de relações entre indivíduos nacionais e internacionais, pois na fronteira franco-brasileira, além de brasileiros, indígenas e quilombolas, também habitam cubanos, haitianos, colombianos, venezuelanos e outros sul-americanos motivadas pelo mercado de euro e ouro, os quais são movidos por interesses externos.

Como desdobramento dessas relações e práticas comerciais, a logística para atender às demandas das atividades relacionadas à exploração e à renda da garimpagem do ouro encontra-se centralizada no núcleo urbano da cidade de Oiapoque. Essas redes de atividades, chamadas de “economia do garimpo”, tornaram-se vetores de adensamento urbano a partir,

⁴ Como aponta Lins (1992), uma atividade de aproveitamento imediato de substâncias minerais garimpáveis.

⁵ A palavra Oiapoque origina-se da língua Tupi (*oyap oca*), que significa “Casa dos Oiampis” ou “Casa dos Guerreiros ou parentes” (ROMANI, 2010).

⁶ Silva, G. (2014) informa que “comuna” é a denominação francesa para unidades territoriais que, se comparadas ao Brasil, podem ser entendidas como o município.

⁷ Este termo, na afirmação de Schmid (2012), caracteriza o sistema que resulta da articulação e conexão de elementos ou atividades. Ademais, poder-se-ia pensar como as redes de interação e comunicação se erguem na vida cotidiana (por exemplo: a conexão diária que se faz entre casa e o local de trabalho) ou no processo de produção (por exemplo: as relações de produção e troca).

principalmente, do núcleo citadino de Oiapoque, mobilizando pessoas e estimulando a circulação monetária (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Os cenários anteriormente descritos foram observados no decorrer das investigações realizadas na cidade de Oiapoque, por ocasião do curso de mestrado (2012-2014), que culminou com a dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas (PPGDAPP) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) (GÓES, 2014). Contudo, foi possível observar a partir de entrevistas realizadas com comerciantes, transportadores, funcionários públicos, profissionais liberais, garimpeiros, políticos e outros agentes da comunidade local, que os informantes – apresentados mais detalhadamente em seções posteriores desta tese – procuravam ratificar seus posicionamentos em favor da garimpagem de ouro na circunvizinhança da cidade.

Isso porque, de acordo com os entrevistados, acontecia uma redução significativa na circulação monetária, bem como a diminuição no consumo de mercadorias e serviços devido às operações de vigilância ao trânsito de brasileiros no rio Oiapoque. Destaca-se que tais ações, por sua vez, têm o intuito de impedir que garimpeiros e insumos cheguem aos garimpos clandestinos localizados em solo guianense⁸; razão pela qual constituímos interesse em aprofundar a pesquisa sobre a relevância que a garimpagem de ouro apresentava para as vivências dos moradores da cidade de Oiapoque, na fronteira franco-brasileira, haja vista a importância desta atividade nesse espaço urbano.

Na argumentação de Romani (2010), Alicino (1971), Superti e Silva (2015), Almeida e Rauber (2017), Castro e Hazeu (2012) é atribuída à garimpagem de ouro uma centralidade no que tange ao dinamismo econômico observado na cidade de Oiapoque. Essas inferências são reiteradas no presente por meio de entrevistas com os informantes, em especial antigos moradores, que chamam atenção para a falta de conhecimento quanto ao papel que a garimpagem de ouro desempenhou na gênese da cidade, bem como suas contribuições em termos de geração de trabalho e renda. Em decorrência dessa percepção, as operações franco-brasileiras de combate a essa atividade – devido aos danos ambientais que provoca – são bastante criticadas. Todavia, vale ressaltar, neste momento, que apontar o aspecto de legalidade da atividade garimpeira e seu impacto ambiental não é o cerne da discussão proposta nesta tese, mas, sim, discutir o papel social daqueles indivíduos envolvidos direta ou

⁸ A partir do ano de 2008, as autoridades francesas reforçaram a presença militar na fronteira a fim de combater a extração ilegal do ouro e a clandestinidade; e pelo lado brasileiro, o governo organizou grandes ações, como as operações Anaconda, Harpie e Ágata, que integram o Plano Estratégico de Fronteira (SUPERTI; SILVA, 2015).

indiretamente na garimpagem de ouro como agentes produtores do espaço urbano na cidade de Oiapoque.

É com base nesse contexto que gostaríamos de indicar algumas problemáticas em escala local e que, por sua natureza, reivindicam um conhecimento que possa vir a subsidiar políticas públicas com concepções que contemplem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Assim, a partir desses elementos, destacam-se as seguintes questões-problema que nortearão nossas argumentações:

- a) os agentes diretamente relacionados à atividade garimpeira (legal e ilegal)⁹ entre Brasil e Guiana Francesa foram centrais na produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque entre a década de 1980 e a década de 2010?
- b) quais as formas espaciais, práticas espaciais, espaços de representações e representações do espaço na cidade de Oiapoque provenientes de agentes e atividades vinculadas à garimpagem de ouro?
- c) qual o papel dos agentes vinculados ao garimpo na dinâmica dos circuitos econômicos presentes na cidade de Oiapoque, nas estratégias de planejamento e de tomada de decisão que demarcam a particularidade da cidade fronteiriça?

Após essas considerações iniciais e com inspiração nos postulados¹⁰ de Lefèbvre (2000, 2001), Santos (2006, 2008), Trindade Júnior (2010b), Form (1954), Harvey (1980), Corrêa (1989, 2011), afirma-se que os agentes diretamente relacionados à atividade garimpeira (legal e ilegal) na fronteira franco-brasileira foram e ainda são centrais na produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque entre as décadas de 1980 e 2010. Esses indivíduos, envolvidos direta ou indiretamente com a garimpagem de ouro, desempenham papel importante na dinâmica dos circuitos econômicos na cidade de Oiapoque, nas estratégias de planejamento e de tomadas de decisões, demarcando a particularidade dessa cidade fronteiriça.

Cabe aqui ressaltar a importância de compreender e identificar as atividades vinculadas à garimpagem, pois nelas se encontram múltiplos agentes do processo de produção

⁹ A garimpagem de ouro na Amazônia é realizada pela mineração artesanal informal, mineração por cooperativas e mineração formal-empresarial (THEIJE; LUNING, 2016; COELHO; WANDERLEY; COSTA, 2017).

¹⁰ Que consideram que as ações dos agentes com intenções individuais e coletivas – coligadas e conflitivas – manifestadas em formas espaciais, representações do espaço, espaços de representações, bem como na dinâmica dos circuitos econômicos e nas tomadas de decisões dos setores público e privado.

do espaço urbano da cidade de Oiapoque. Desta maneira, respondendo à questão principal da pesquisa, tem-se a hipótese que esses agentes foram e ainda são centrais na produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque, entre a década de 1980 e a década de 2010.

Buscou-se localizar na pesquisa bibliográfica episódios relacionados à garimpagem de ouro que servissem de parâmetros na produção do espaço urbano na cidade de Oiapoque e que possibilitassem entender o referido espaço antes e depois dos eventos identificados¹¹. Destarte, como objetivo geral, a pesquisa visa analisar a produção do espaço urbano da cidade fronteira de Oiapoque e sua relação com os agentes envolvidos em atividades vinculadas à garimpagem de ouro nas áreas de contato entre o Brasil e a Guiana Francesa; objetivo esse que se desdobra em três específicos, a saber:

- a) identificar os agentes produtores do espaço urbano da cidade de Oiapoque diretamente relacionados à atividade garimpeira praticada entre Brasil e Guiana Francesa;
- b) relacionar os agentes produtores do espaço urbano e seu vínculo com a atividade garimpeira às práticas, formas, processos e representações espaciais presentes na cidade fronteira de Oiapoque;
- c) analisar a importância e o papel dos agentes produtores do espaço vinculados ao garimpo em face da dinâmica dos circuitos econômicos presentes na cidade de Oiapoque e das estratégias de planejamento e de tomada de decisão que demarcam a particularidade de uma cidade fronteira.

No tocante ao recorte analítico, o evento relacionado à garimpagem considerado mais expressivo na cidade de Oiapoque ocorreu na década de 1980, ocasião em que o rio Oiapoque passou a ter “[...] dezenas de dragas e motores, ligados dia e noite, [que] extraíam pedras e cascalhos do rio em busca de ouro. Centenas de homens trabalhando embaixo do rio e inúmeros barcos, em frente ao município, davam a exata dimensão da luta pelo Eldorado [...]” (PINTO, 2008, p. 171). O episódio foi viabilizado pelas melhorias da infraestrutura realizada na BR-156 na mesma década e pela introdução de novas tecnologias¹² na exploração do ouro.

¹¹ Considerando que “[...] para cada realidade a ser pesquisada existe um [evento] ou conjunto de eventos que servem de parâmetro para esse recorte analítico” (SPOSITO, 2009, p. 38).

¹² “Quando um novo instrumento ou meio ou forma de trabalho torna-se uma forma de ação, constitui-se uma espécie de certidão de nascimento ou data de origem. De tal maneira, seu emprego num determinado lugar — emprego imediato ou posterior — atribui a esse lugar, ao menos para o mencionado instrumento, condições técnicas do momento em que, pela primeira vez, esse instrumento de trabalho se incorporou à História. Mas o tempo do lugar, o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica,

Por conseguinte, intensificaram-se os fluxos de mercadorias, combustíveis, equipamentos e de pessoas para a cidade de Oiapoque, bem como para os garimpos e atividades relacionadas a eles, em busca de trabalho ou enriquecimento rápido (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Assim sendo, estabeleceu-se como objeto da pesquisa a produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque, tendo como agentes dessa produção os indivíduos envolvidos direta ou indiretamente em atividades vinculadas à garimpagem de ouro na fronteira (Amapá/Brasil) com a Guiana Francesa (França), por considerar a garimpagem informal do ouro como um fenômeno social que ultrapassa os limites do seu local de exploração. Nesse sentido, adota-se a formulação de Trindade Júnior (2010b), que, em suas reflexões sobre a diversidade territorial e urbana brasileira, identifica a necessidade de se pensar a multiplicidade de agentes “[...] para além daqueles convencionalmente tratados pela geografia urbana, que produzem os espaços urbanos na Amazônia e, consequentemente, em feições diferenciadas de pequenas cidades e de vidas urbanas que materializam a prática desses mesmos agentes” (TRINDADE JÚNIOR, 2010b, p. 62).

Para responder as questões apresentadas, buscou-se realizar um levantamento de estudos empíricos que versassem sobre a fronteira franco-brasileira. Desta forma, verificou-se que vários textos traziam em seu bojo referências sobre a cidade de Oiapoque e a garimpagem de ouro na circunvizinhança, dentre os quais, Reis (1949), Alicino (1971), Romani, (2010, 2011, 2013), Cardoso (2010), Granger (2011) e Soares (1995), que escrevem a história de Oiapoque, destacando a relevância da garimpagem de ouro nesse processo, sem, contudo, estabelecer correspondência com as transformações na forma ou modo de viver na cidade de Oiapoque.

Também foi revisada a literatura que reúne trabalhos com debates sobre a geopolítica na fronteira franco-brasileira (SILVA, J., 2005; BOTELHO, L., 2017), além de outras contribuições focadas na paisagem urbana da cidade de Oiapoque, tais como Nascimento e Tostes (2008) e Tostes (2016), e de análises de sociólogos e antropólogos sobre a relação entre a garimpagem de ouro na fronteira e a migração de brasileiros para Guiana Francesa (AROUCK, 2000; PINTO, 2008). Por fim, Martins, C. (2014), Porto e Superti (2012), Superti e Silva (2015) e Pinto, Martins e Superti (2015) têm reflexões que nos interessam sobre

tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço” (SANTOS, 2013, p. 58).

políticas públicas e relações internacionais neste espaço desenhado pela geopolítica, mas cujas vivências são históricas, sociais e culturais.

A leitura desse material, ao ser cotejada com estudos empíricos sobre a urbanização e seus agentes na Amazônia brasileira¹³, provocou a constatação da lacuna em relação à produção do espaço urbano na cidade de Oiapoque, motivando os esforços para a produção desta tese de doutorado, a qual possa vir a contribuir com o desvelar da diversidade de urbanização na Amazônia, realizada por múltiplos agentes “[...] que lutam em posições de classe diferentes no seu cotidiano e que são artífices da apropriação e da produção do espaço, da construção de direitos à cidade segundo os valores e as singularidades dos indivíduos e grupos sociais que a compõem” (CASTRO, 2008, p. 14).

A maioria desses agentes, apontados no pensamento sobre cidade e urbano na região amazônica, mesmo caracterizados como moradores das áreas urbanas, não se encontram entre os agentes conceituados nos recortes da geografia urbana de Form (1954), Lefèbvre (2000), Capel (1974), Harvey (1980), Roncayolo (1986), Corrêa (1989, 2011), Clichevsky (2000) e Santos (2008). Esses trabalhos apresentam, com frequência, os seguintes agentes: i) corretores de imóveis, proprietários rentistas, incorporadores e promotores do setor imobiliário-financeiro; ii) proprietários dos meios de produção; iii) proprietários fundiários; iv) estatais intermediando os conflitos; v) membros de coletivos sociais excluídos; vi) do capital e suas frações; vii) dos circuitos superior e inferior da economia urbana.

Muito embora, os estudos aqui mencionados façam referência a um universo grande de agentes produtores do espaço urbano, eles não contemplam, em suas análises, especificamente o agente objeto de estudo desta pesquisa, isto é, os envolvidos em atividades vinculadas à garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira, entre Amapá e Guiana Francesa. Tal entendimento, por seu turno, ratifica a necessidade de estudos mais específicos que se debrucem sobre este tipo de agente, a fim de contribuir para expandir a apreensão da diversidade urbana na Amazônia brasileira, uma vez que, cumpre ressaltar, esta região não costuma ser pensada desde essa perspectiva.

Para caracterizar a garimpagem e as atividades que lhes são vinculadas e, com isto, categorizar os agentes envolvidos, utilizamo-nos das premissas de Rodrigues (2008) e Mathis

¹³ Entre os analisados, cita-se: Becker (1982, 1997, 2001, 2004, 2013), Castro (2008), Porto-Gonçalves (2005), Machado (1999), Pereira (2012), Souza (2000) e Trindade Júnior (2010a, 2010b, 2013b), cujas análises abalizavam as diferentes formas de urbanização e agentes.

(1995) relativas à produção e reprodução das relações sociais na garimpagem de ouro no Brasil. Isso porque, Mathis (1995) e Rodrigues (2008) identificaram e classificaram os principais agentes que praticam a garimpagem informal na Amazônia brasileira, levando em consideração as atividades que desenvolvem e a maneira pela qual estas práticas se reproduzem nas relações sociais de produção.

Dessa maneira, os autores apresentam os seguintes agentes: o dono da terra explorada; o dono dos meios de produção (patrão); o fornecedor ou o comerciante; os garimpeiros; as pessoas que orbitam em torno das áreas de garimpo, levados pela renda gerada da extração de ouro ou pelo setor de entretenimento que tal atividade financia; e os compradores e vendedores de ouro. Theije e Luning (2016), nos seus estudos sobre a produção de ouro em pequena escala na Guiana Francesa e Suriname, faz uma etnografia da garimpagem de ouro nesta região e identifica garimpeiros e mineiros como agentes distintos, tendo como critério na diferenciação as relações deles com o ouro e com a maneira de produzir.

Para esta autora, o garimpeiro é aquele que atua na extração de aluvião, executada a céu aberto, sendo os proprietários dos meios de produção, quais sejam: bombas, mangueiras, combustível para as máquinas, geradores de eletricidade e comida para toda a equipe (geralmente composta de seis homens e um cozinheiro). Os mineiros, por sua vez, trabalham nas galerias subterrâneas, onde o processo de produção é realizado em duas etapas, quais sejam: a) escavação dos túneis e a conseqüente condução do material contendo ouro para a superfície da terra; e b) trituração do material para extrair o ouro; tarefa esta efetivada pelos moleiros, possuidores de pequenos moinhos de martelos (THEIJE; LUNING, 2016).

Um segundo grupo de agentes reconhecido por Theije e Luning (2016) é composto pelos comerciantes, os quais contrabandeavam, para a área de mineração, mercadorias compradas no Brasil ou no Suriname, estabelecendo-se então uma relação comercial clandestina na atividade de garimpagem nessa área transfronteiriça. Na fronteira brasileira, as mercadorias eram adquiridas principalmente no município de Oiapoque, quase sempre gêneros alimentícios que eram geralmente vendidos aos proprietários de trituradores e galerias de mineração e que tinham a atribuição de alimentar suas equipes, mas também bebidas e cigarros que eram vendidos para donos de bares, cabarés ou pequenas lojas. Alguns comerciantes, além de contrabandearem, também possuíam lojas em locais de mineração e vendiam para clientes individuais.

O terceiro grupo de agentes são os barqueiros (catraieiros), os condutores de veículos terrestres, os transportadores terrestres (que carregavam as mercadorias nas costas), os cozinheiros (que trabalham para os mineiros), as profissionais de entretenimento sexual (por vezes vítimas do tráfico humano para prostituição) e os proprietários de bares e pequenas vendas (mercearias/ tabernas) nos locais de mineração (THEIJE; LUNING, 2016). A classificação realizada pela autora, ao etnografar a garimpagem de ouro em pequena escala na fronteira franco-brasileira, juntamente com a de Mathis (1995) e Rodrigues (2008), orientaram o reconhecimento dos agentes durante o levantamento empírico realizado por ocasião da presente pesquisa.

Fundamentada no método do materialismo histórico e dialético, sobretudo por se propor a, analiticamente, revelar os conflitos e as contradições do processo de produção social do espaço na cidade de Oiapoque, esta tese de doutorado irá refletir tanto os dados obtidos em fontes documentais e bibliográficas diversas, quanto às informações coletadas nas observações *in loco* e nas entrevistas abertas realizadas na cidade de Macapá e na cidade de Oiapoque, nos meses de setembro de 2016¹⁴, outubro de 2017¹⁵ e maio¹⁶ e outubro de 2018¹⁷. Dessa maneira, intenta-se construir e sistematizar uma argumentação que revele as particularidades dessa cidade fronteiriça em seu processo de produção do espaço.

No que tange aos procedimentos metodológicos, a pesquisa conta com o levantamento e a revisão bibliográficos de livros, capítulos de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos que propiciam ao leitor uma compreensão quanto à produção social do espaço urbano e seus agentes, responsáveis por configurar esse processo. Nesse procedimento, também, atenta para as seguintes temáticas, a saber: urbanização no Brasil e na Amazônia; diversidade da urbanização na Amazônia; garimpagem de ouro e a ocupação do território brasileiro nos limites entre o Brasil e a Guiana Francesa; dinâmica intraurbana da cidade de Oiapoque; bem como, atividades econômicas e sociais vinculadas à garimpagem de ouro.

Mediante a pesquisa documental, procedeu-se ao levantamento daqueles materiais pertinentes ao alcance dos objetivos propostos na tese, isto é, materiais que “não receberam qualquer tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os

¹⁴ Período de permanência na cidade de Oiapoque, do decimo ao vigésimo dia do mês de setembro de 2016.

¹⁵ Período de permanência na cidade de Oiapoque, do quarto ao vigésimo quinto dia do mês de outubro de 2017.

¹⁶ Período de permanência na cidade de Oiapoque, do quinto ao décimo oitavo dia do mês de maio de 2018.

¹⁷ Período de permanência na cidade de Oiapoque, do oitavo ao vigésimo segundo dia do mês de outubro de 2018.

objetivos da pesquisa” (GIL, 2006, p. 66). Nesse sentido, a fim de encontrar informações sobre a ocupação espacial, a organização e regulamentação socioeconômica da cidade de Oiapoque motivadas pela garimpagem, a pesquisa documental foi desenvolvida em domicílios particulares e instituições públicas e/ou privadas:

- em domicílios particulares: no decorrer das entrevistas foram identificados desenhos, fotos, pinturas, reportagens, registros de campanhas eleitorais, que continham informações relacionadas ao objeto da pesquisa. Os materiais que puderam ser disponibilizados foram reproduzidos na forma de relatos ou cópias.
- em instituições de ordem privada: não foram disponibilizados documentos de atividades vinculadas à garimpagem, tanto nos comércios (fluxos financeiros, mercadorias, equipamentos) e nas prestadoras de serviços (fluxos de pessoas, financeiros, informações, mercadorias, equipamentos) quanto nos sindicatos e associações (documentos relacionados aos agentes envolvidos com a garimpagem).
- em arquivos de instituições públicas: na prefeitura do município puderam ser identificadas imagens sobre o perímetro urbano da cidade e plantas incompletas dos bairros da cidade; na Junta Comercial do Estado do Amapá, encontrou-se o registro das empresas do município de Oiapoque; já na Câmara Municipal e na Associação Comercial do Município não foram disponibilizadas informações.

Ademais, em relação a este procedimento, e no que diz respeito aos dados considerados corretos e que atendiam aos objetivos da pesquisa, realizou-se uma análise quanto a: credibilidade e representatividade; o sentido da mensagem; o contexto histórico no qual o dado coletado foi produzido; o universo socioeconômico do autor e daqueles a quem foi destinado; e em qual época foi produzido (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Em seguida, com base em Cellard (2008), levou-se em consideração:

- o contexto, ou seja, a conjuntura – política, econômica, social, cultural – em que o dado foi produzido.
- a representatividade – foi verificado se o dado é resultado da percepção de uma pessoa, de uma fração particular da população ou da maioria.

- a autenticidade e a confiabilidade do dado – quem produziu, se é resultado de testemunho ou de relatos, qual seu interesse na produção, qual sua posição social na sociedade.
- a fidelidade – concernente ao tempo decorrido entre ao acontecimento/evento e a produção do dado.
- no caso de texto, sua natureza teológica, médica, jurídica, os conceitos centrais e a lógica do texto.

A pesquisa também conta com a realização de entrevistas enquanto uma técnica de coleta de dados, cuja utilização pode ser justificada a partir das seguintes vantagens:

- facilidade de aplicação por não se limitar à classe social e escolaridade dos entrevistados, uma vez que na garimpagem de ouro não se observa uma migração qualificada com capital econômico e, menos ainda, com capital cultural (ALMEIDA; RAUBER, 2017).
- possibilidade de explicações ao entrevistado de possíveis dúvidas das pretensões da pesquisa.
- oportunidade que oferece ao pesquisador para avaliar atitudes, registrar condutas, gestos e reações do entrevistado (MARCONI; LAKATOS, 2010) quando falar sobre atividades atreladas à garimpagem que são vistas como ilegais, ou falar com pretensões particulares.

Entretanto, ressalta-se que por se tratar de atividades consideradas clandestinas, ocorreram resistências pela parte da maioria durante a realização das entrevistas na cidade de Oiapoque, em outubro de 2017. Assim, para contornar essas dificuldades, foram realizados outros testes, da seguinte maneira: os objetivos da pesquisa eram explicados e, em seguida, o interlocutor ficava à vontade para falar. Dessa forma, e na medida do possível, eram feitas perguntas sobre os fluxos de pessoas, mercadorias, informações e financeiros relacionados ao ouro, bem como sobre atividades, pessoas, fixos espaciais e investimentos na cidade. As perguntas também tinham como finalidade a obtenção de informações concernentes aos políticos que possuíam ou já possuíram vínculo com a garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira.

Com base nessas alternativas no âmbito da técnica em questão, foi feita a seleção dos entrevistados pela amostragem por acessibilidade¹⁸. Na escolha dessa amostragem, considerou-se a visão de legalidade e ilegalidade das atividades dos agentes em estudo pela sociedade. Nesse sentido, além de outros agentes inseridos nas atividades já apontadas e que se encontram imersos na rede constituída pela garimpagem de ouro, os moradores da cidade de Oiapoque foram selecionados como informantes-chave, sobretudo aqueles que possuem experiências vividas relacionadas aos objetivos de nossa pesquisa.

Ademais, ressalta-se que, inicialmente, houve uma aproximação com os informantes-chave com a finalidade de esclarecê-los quanto aos princípios institucionais que regem a presente pesquisa, isto é, a instituição onde a pesquisa se encontra vinculada, sua abordagem, seus objetivos e, em especial, a sua relevância social, para que o entrevistado tivesse ciência do significado do estudo para suas vivências como morador na cidade fronteira de Oiapoque (Apêndice A). Nesse primeiro momento, também foi garantido ao entrevistado o anonimato, caso este fosse colocado como condição por aquele para prestar as informações. No caso de manifestação de interesse, foi verificada a disponibilidade e o local para a realização das entrevistas¹⁹, as quais foram registradas com anotações e gravações (as permitidas) e, posteriormente, transcritas de forma fidedigna.

Dessa maneira, foram realizadas trinta e sete entrevistas (Apêndice B)²⁰ com agentes que vivem e/ou desenvolvem suas atividades na cidade de Oiapoque, dentre eles, condutores fluviais (catraieiros e canoeiros) e profissionais que mantêm a mobilidade humana e não-humana no rio Oiapoque mediante um sistema de catraias e canoas e que, por esta razão, vivem parte de seu cotidiano na beira do rio. No que diz respeito a estes últimos agentes, cumpre chamar atenção para o fato de que é da orla fluvial que se organizam os itinerários que interligam as diversas comunidades situadas ao longo do rio Oiapoque, tanto do lado brasileiro, quanto do lado francês.

¹⁸ “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma representar o universo” (GIL, 2006, p. 104).

¹⁹ “[...] se entrevistarmos um brasileiro comum em casa, ele pode falar da moralidade sexual, dos seus negócios, de religião ou da moda de maneira radicalmente diferente daquela que falaria caso estivesse na rua. Na rua, ele seria ousado para discursar sobre a moral sexual, seria prudente ao mencionar seus negócios e ultra-avançado ao falar de moda. Provavelmente ficaria querendo ouvir para se comunicar sobre religião. Em casa, porém, seu comportamento seria, em geral, marcado por um conservadorismo palpável, sobretudo se fosse um homem casado e falando de moral sexual diante de suas filhas e mulher! Pela mesma lógica, uma pessoa numa igreja, num funeral, num terreiro de umbanda ou num centro espírita poderia marcar suas atitudes com um discurso diferente daqueles requeridos pelos espaços da rua e da casa” (DA MATTA, 1997, p. 32).

²⁰ Sobre os entrevistados, o Apêndice B informa: nome ou pseudônimo, tempo de vivência na cidade de Oiapoque, atividades ou funções que já exerceu nesse lugar, estado de origem, registro da entrevista, local e mês em que a entrevista foi coletada.

Também foram registrados os relatos de empreendedores nos setores do comércio e serviços, atuantes em: estações de rádio de baixa frequência e outros; restaurantes; bares; hotéis e pousadas; agências de viagens; lojas para venda tanto no varejo como no atacado de ferragens, materiais para construção civil e naval, combustíveis, alimentos, bebidas, medicamentos. Por considerar relevante o sistema de transporte fluvial em suas conexões às práticas espaciais que tecem relações entre as atividades citadas e a exploração de ouro em garimpos na Guiana Francesa, também foram selecionados como interlocutores os indivíduos em operação na fabricação de joias, de catraias e canoas.

As entrevistas coletadas foram gravadas ou anotadas conforme consentimento e sistematizadas em três grupos, a saber: a) as que foram permitidas somente anotações; b) as que foram gravadas, transcritas e cujos entrevistados assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); e c) as que foram gravadas, transcritas e cujos entrevistados não aceitaram assinar os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como forma de resguardar o anonimato dos entrevistados que não assinaram os TCLE, bem como para realizarmos uma padronização das citações das entrevistas no trabalho, serão utilizados pseudônimos como uma forma de preservar a identidade daqueles interlocutores que, dada a ilegalidade da atividade garimpeira, não aceitaram ser identificados.

Orientando-se em Gomes (2007), a análise dos conteúdos das entrevistas obedeceu aos seguintes procedimentos metodológicos: categorização, inferência, descrição e interpretação dos dados coletados. Em seguida, realizou-se uma leitura com duplo sentido: o primeiro, para capturar as informações relevantes que transmitem as ideias centrais dos objetivos operacionais estabelecidos para as entrevistas; e o segundo, para agrupar as informações relevantes à luz de categorias de análise pertinentes à pesquisa.

A observação não participante²¹ foi outra técnica de pesquisa utilizada para coletar informações que não foram obtidas nas entrevistas e, dessa maneira, complementar as possíveis lacunas na pesquisa documental. Essa técnica, por seu turno, auxiliou-nos “[...] a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 174), assim como a checar informações conseguidas nas entrevistas.

²¹ Para Marconi e Lakatos (2010), o pesquisador presencia os fatos sem participar, sendo apenas um expectador. Essa postura não quer dizer que a observação deixe de ser consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado.

Todos esses elementos coletados foram interpretados e analisados à luz dos pressupostos teóricos norteadores da pesquisa, que, além disso, conduziu o pesquisador ao confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição neste momento (TEIXEIRA, 2003). Destaca-se também que, por se tratar de uma perspectiva qualitativa, o processo de análise e interpretação dos dados não focalizou o número de opiniões ou pessoas abordadas durante a pesquisa, mas, sim, e principalmente, enfatizou a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais fornecidos acerca do tema investigado e que, por estas razões, são pertinentes aos objetivos do trabalho.

Na etapa que tinha “[...] como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação” (GIL, 1999, p. 168), os dados foram relacionados a partir das seguintes categorias²²: paisagem, entendida como “[...] um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais, é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério” (SANTOS, 1996a, p. 65); de lugar, entendido como um “[...] espaço imediato de vivências coletivas e individuais, sociais e subjetivas definidas pelo sentido de reconhecimento, de pertencimento e de proximidade física e social” (TRINDADE JÚNIOR, 2010a, p. 120); e rede, entendida como “[...] sistema de fluxos (movimentos) e fixos (nós) que definem uma dada organização espacial” (TRINDADE JÚNIOR, 2010a, p. 120).

Dessa maneira, quanto aos seus referentes, as informações foram agrupadas da seguinte forma:

- paisagem: práticas espaciais dos agentes, identificadas como resultantes das relações familiares, culturais, pedagógicas, econômicas, comerciais, políticas, religiosas, e suas projeções no espaço urbano da cidade de Oiapoque, como ruas, portos, centro comunitário, centro comercial. E as representações dessas projeções em mapas cadastrais e administrativos do município, descrição de paisagem, em desenhos da área urbana.

²² “A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa” (GOMES, 2001, p. 70).

- lugar: espaço de representações como a moradia, a igreja, o cemitério, a segurança e/ou insegurança, o domínio de espaço, desejos, frustrações, mitos.
- redes: fluxos de mercadorias, pessoas, informações, finanças, equipamentos vinculados à garimpagem de ouro na cidade de Oiapoque, com destaque para aqueles fluxos considerados como invisíveis, dada a clandestinidade relacionada a esta atividade.

Essa leitura e o agrupamento permitiram uma verificação das diferenças, das contradições e dos pontos comuns entre as falas coletadas por ocasião das entrevistas, possibilitando o estabelecimento de eixos para realizar um diálogo entre as informações, o aporte teórico da pesquisa e outros estudos voltados para os assuntos da pesquisa, o que permitiu a realização das inferências²³ necessárias (GOMES, 2007). Após a inferência, fase intermediária entre a descrição (enumeração das características do texto, resumida após o tratamento analítico), passou-se para a interpretação (significação concedida a essas características), ou seja, relacionar as estruturas semânticas (significantes) com as estruturas sociológicas (significados) dos enunciados presentes na mensagem (MINAYO, 2006).

Dessa maneira, a interpretação dos dados “tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 1999, p. 168). Essa formação de sentido para além dos dados em si ocorreu consolidando-se, limitando-se e interpretando-se o que o entrevistado disse e o que o pesquisador viu e leu, num “processo complexo que envolve retrocessos entre dados pouco concretos e conceitos abstratos, entre raciocínio indutivo e dedutivo, entre descrição e interpretação” (TEIXEIRA, 2003, p. 192). Ou seja, para que os significados ou entendimentos produzidos sejam reais e significativos é necessário que haja uma relação equilibrada entre os dados empíricos e o arcabouço teórico.

Para tanto, com base no aporte teórico da pesquisa foi realizada uma leitura interpretativa, visando ao adensamento dos depoimentos, à visão do conjunto e à apreensão das particularidades da pesquisa. Essa leitura contribuiu na construção de informações que tinham sentidos voltados para os objetivos da pesquisa.

²³ Faz-se “inferência quando deduzimos de maneira lógica algo do conteúdo que está sendo analisado” (GOMES, 2007, p. 89).

Seguindo as orientações de Gomes (2007), após essa leitura foi realizada uma verificação das diferenças, das contradições e dos pontos comuns entre as entrevistas, para se encontrar eixos para interpretação dos dados que permitiram a realização do diálogo entre o aporte teórico da pesquisa, outros estudos voltados para os assuntos da pesquisa, as informações e observações levantadas e os objetivos da pesquisa.

As informações analisadas em conexão com os objetivos da pesquisa revelaram as práticas sociais dos agentes em estudo que estão projetadas nos elementos da cultura material²⁴ (as transformações da natureza feitas para o seu uso: a cidade, a culinária, os transportes, o vestuário, a produção econômica, as artes) e espiritual (as crenças, a moral, as leis, os sentimentos, os desejos) do espaço urbano da cidade de Oiapoque.

Para sustentar a argumentação, de que os agentes sociais (garimpeiros, cozinheiras, comerciantes, catraieiros e outros) envolvidos em atividades vinculadas à garimpagem de ouro na fronteira do Brasil e Guiana Francesa foram centrais na produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque, destaca-se que, além deste capítulo introdutório, a tese está organizada em mais três capítulos.

A premissa do primeiro capítulo, de título “A urbanização e os agentes produtores do espaço urbano”, é de orientação lefevbriana, portanto, o espaço não existe em si mesmo, sendo relacional essa face das experiências de indivíduos tanto no espaço como no tempo, dito em outros termos, entre o simultâneo e o diacrônico (SCHMID, 2012). Para Lefèbvre (2000), o espaço é produzido em relações sociais dialeticamente relacionadas, as quais devem ser pensadas como uma unidade de contradições.

Nesse sentido, o objetivo do capítulo é compreender a urbanização e seus agentes sociais, do global ao local, na perspectiva do autor, por entender-se que existe uma diversidade de produção de espaços urbanos na vastidão amazônica, realizada por multipolos agentes a serem contemplados na literatura urbana. Para tanto, é realizada uma reflexão sobre o processo de urbanização no Brasil e na Amazônia; da diversidade de urbanização na Amazônia; da produção social do espaço; e de agentes sociais produtores de espaço urbano.

O segundo capítulo, intitulado “Oiapoque: particularidades da fronteira Brasil- Guiana Francesa”, busca tratar tanto da relação histórica da garimpagem de ouro com ocupação do

²⁴ “Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos” (SANTOS, 2012, p. 140).

território brasileiro na fronteira franco-brasileira, quanto dos seus desdobramentos no processo de ocupação/povoamento/urbanização da cidade de Oiapoque; processos estes que influenciaram na caracterização e dinâmica intraurbana da cidade.

No terceiro capítulo, nominado como “A produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque”, são identificadas as atividades vinculadas à garimpagem de ouro e seus respectivos agentes, e suas relações com as práticas, formas, processos, representações espaciais, dinâmica dos circuitos econômicos presentes na cidade de Oiapoque, que acabam por influenciar nas decisões e estratégias das instituições públicas e particulares, demarcando particularidades na cidade.

Nas considerações finais, arrola-se a contribuição teórica e empírica presente nos capítulos e apresentam-se as principais conclusões presentes ao longo da tese, referentes aos objetivos alcançados.

CAPÍTULO 1. A URBANIZAÇÃO E OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO

Neste capítulo é realizado um estudo sobre o processo de ocupação/povoamento e urbanização no Brasil; da diversidade de urbanização na Amazônia; da produção social do espaço; e de agentes sociais produtores de espaço urbano, visando contribuir na compreensão da diversidade urbana na região Amazônica, como resultado das experiências de múltiplos agentes tanto no espaço como no tempo.

1.1 Urbanização no Brasil e na Amazônia

Quando se analisa a literatura produzida sobre o tema da urbanização, pode-se observar que se trata de um processo que, em grande medida, está relacionado os debates acerca do crescimento e do desenvolvimento das cidades, sobretudo a partir dos processos de industrialização e modernização do campo, amplamente considerados como pontos de partida para as discussões em torno do referido tema. Nesse sentido, como destaca Santos (1996b), o homem que vivia no meio natural e que escolhia da natureza somente aquilo era fundamental ao exercício da vida, valorizando diferentemente as condições que o meio lhe oferecia e que, sem grandes modificações, constituíam a base material da existência do grupo, passou a conviver, no fim do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, com o processo de mecanização do território.

No Brasil, o processo da industrialização e a mecanização agrícola, mesmo acontecendo de forma tardia se comparadas a outros países, fizeram com que um contingente de brasileiros que viviam nas áreas rurais desenvolvendo atividades extrativistas, de subsistência e agroexportadoras, iniciassem um deslocamento para as cidades. Nesse sentido, Santos (1996b) assinala que:

entre 1940 e 1980, dá-se uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, e em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira se aproxima dos 75% (SANTOS, 1996b, p. 67).

Os brasileiros começavam um êxodo rural sem abandonar totalmente as referidas atividades, visto que, ainda em 2019, a base da economia brasileira é a exportação do agronegócio, e muitos vivem do extrativismo ou da agricultura de subsistência.

Sendo objetivo desta tese, analisar a centralidade de agentes sociais de atividades vinculadas ao extrativismo de ouro na produção de um espaço urbano, num País que apresenta particularidades regionais decorrentes da diversidade urbana e territorial que lhe caracterizam, entende-se ser relevante conhecer os conceitos de cidade, urbano, industrialização, bem como as metodologias já utilizadas na identificação da cidade, do urbano, da urbanização e seus respectivos agentes no Brasil. Isso porque, os conceitos situam-se em um anfiteatro onde conflitam muitas dúvidas e poucas certezas, por se alterarem segundo referências e segundo o tempo histórico, sem esquecer, contudo, que a sua construção leva a um exercício de captura daquilo que é essencial do objeto que está sendo motivo da reflexão, portanto, pode variar segundo as referências teóricas usadas, apresentando definições diferentes. Dessa maneira, Lencioni (2008) pontua que a utilização de um conceito deve estar relacionada ao objeto e às teorias da pesquisa.

Em Lefèbvre (2001), observa-se uma preocupação em, antes de definir ou conceituar a cidade, dizer o que ela contém, pois, para o autor, a cidade se situa num meio termo entre a ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante (a ordem da sociedade) dirigida por grandes e poderosas organizações (igreja, Estados), por meio de códigos jurídicos, formalizados ou não, de uma cultura e de conjuntos de significantes.

A cidade, sendo a mediação das mediações das ordens (próxima, distante), muda quando a sociedade no seu conjunto se modifica. As transformações pelas quais a cidade passa não podem ser consideradas como resultado passivo da globalidade social e de suas modificações, uma vez que, a cidade, pensada dessa forma, associa-se mais a uma obra de arte do que a um simples produto e/ou a uma matéria. Dessa maneira, Lefèbvre destaca que:

se considerarmos a cidade como obra de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade práctico-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio (LEFÈBVRE, 2001, p. 54).

Toda cidade possui uma história, é uma obra ou uma produção de pessoas e de grupos bem determinados, realizada em determinadas condições históricas, por meio de relações sociais que não se limitam a esse mundo visível, sem, contudo, ficarem flutuando no ar. O que leva à necessidade de uma distinção entre morfologia material (realidade presente, imediata, dado práctico-sensível, arquitetônico) e morfologia social (o “urbano”, realidade social

composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento) (LEFÈBVRE, 2001).

Entretanto, ressalta-se que essa distinção que deve ser feita com cuidado, pois, “[...] a vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra ‘o urbano’, não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia” (LEFÈBVRE, 2001, p. 55). O urbano, assim designado, não pode passar sem o solo e sem uma morfologia material, pois ele não pode ser entendido como uma alma, um espírito, uma entidade filosófica. Nestes termos, o urbano é produzido, e “[...] se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos” (LEFÈBVRE, 2001, p. 52).

Nesse sentido, independentemente das suas dimensões ou características, na utilização de um conceito, noção ou definição de cidade, Lencioni (2008) sustenta que se deve levar em consideração que a cidade:

[...] é um produto social que se insere no âmbito da “relação do homem com o meio” – referente mais clássico da geografia. Isso não significa dizer, todavia, que estabelecida essa relação tenhamos cidades. Não importando as variações entre cidades, quer espaciais ou temporais há uma idéia comum a todas elas, que é a de aglomeração. Não é à toa, então, que a idéia de aglomeração se faz presente na definição da palavra cidade (LENCIONI, 2008, p. 115).

Para Lencioni (2008), dificilmente num único conceito se abarcaria as riquezas da realidade das cidades, desde as pequenas que abrigam 2.000 habitantes até as que acolhem milhões de pessoas. A aglomeração, o sedentarismo e o tamanho da população não são elementos suficientes para definir uma cidade.

Ao falarmos em cidade no Brasil estamos nos referindo a um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública. Se formos norteados pela ideia de aglomeração de homens e de habitações, estar-se-ia incluindo para a reflexão as tendas armadas nos desertos, as feiras de mercados de escravos, os assentamentos dos sem-terra ao longo das estradas e tantas outras formas errantes de agrupamentos. Ademais, pelo conceito de sedentarismo, poder-se-ia trazer para a reflexão situações que não sejam uma aglomeração de forma durável. Na ideia de tamanho da população, a reflexão seria infrutífera por conta dos critérios adotados por cada País, mesmo porque, “[...] a relação entre o tamanho do aglomerado não se desvincula do tempo histórico e dos lugares e não tem sentido em si mesmo como definidor de cidade” (LENCIONI, 2008, p. 116).

Buscando esclarecer e não obscurecer o conceito de cidade e urbano voltado à sociedade brasileira, Lencioni (2008) prefere começar por uma perspectiva histórica, levando em conta a essência do conteúdo desse conceito: aglomeração, sedentarismo, mercado e administração pública. As ideias de aglomeração e de sedentarismo parecem acompanhadas de duas palavras que são sinônimos no Brasil: povoado e povoação, com características diferentes e comuns em algumas regiões do País: presença de habitações modestas, quer construídas de tábuas, barrote, tijolo ou, até mesmo, palhoças; população reduzida; predomínio de uma só rua ou caminho, podendo apresentar, no entanto, duas ou mais ruas e até um esboço de largo, com capelinha ou igreja; poucas casas de comércio: vendas, armarinhos e artigos domésticos; vida modorrenta e tranquila; vida vibrante nos dias de festas, feiras, eleições. A vida modorrenta e tranquila presente na maioria das características descritas, não é observada em povoados das zonas de garimpagem. No geral, povoados dessas zonas são bastante agitados (LENCIONI, 2008).

Contudo, “[...] podemos afirmar, seguramente, que muitos povoados no Brasil deram origem às cidades. Mas cabe refletir um pouco sobre a questão: de onde surgiram os povoados?” (LENCIONI, 2008, p.117). Assim sendo, uma possível história do urbano no Brasil, estaria na história das atividades que na cidade se realizavam:

[...] do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação; e uma história que não é bastante feita: a história da socialização na cidade e a história da socialização pela cidade. E, entre as histórias da cidade, haveria a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade (SANTOS, 1996b, p. 34).

Desvelar camadas de tempo inscritas nos espaços urbanos motivou Santos (2013) a historicizar a urbanização brasileira. Referenciando-se em vários autores, entre eles Reis Filho (1968) e Marx (1991), o autor considera que é a partir do século XVIII se inicia a urbanização no Brasil.

Dessa maneira, Santos (2013) começa sua análise pelo que denomina de urbanização pretérita, ocorrida no período compreendido entre os primórdios da colonização brasileira até a metade do século XIX, momento em que se intensifica a produção do café em São Paulo. A formulação do autor não nega que a segunda metade dos setecentos é o recorte temporal privilegiado para pensar a cidade no Brasil, porém ressalva ser relevante conhecer a urbanização pretérita evitando vácuos históricos que poderiam enviesar recortes analíticos sobre a formação da cidade e do urbano no Brasil.

A análise de Marx (1991), em trabalhos voltados para questões urbanas a partir do período colonial brasileiro, constatou não haver uma distinção das etapas do desenvolvimento econômico no Brasil da diversidade regional e dos níveis de complexidade das variadas formações urbanas. Estas eram agrupadas em uma única categoria: vilas, cidades ou simples arraiais, constituindo-se um excesso para séculos de história, em um território tão vasto e com atividades econômicas diversas: agroindústria do açúcar, o bandeirismo, a pecuária extensiva e a mineração.

Dessa perspectiva, a formação e a evolução urbana brasileiras dos primeiros séculos foram entendidas como obras do acaso, negligenciando a regularidade com que certos elementos se repetiam nas vilas, cidades ou arraiais, desde que em condições determinadas. A negação da casualidade revela a existência de alguns condicionantes relativos à interiorização de atividades como a montagem dos engenhos de açúcar, as entradas para mineração de pedras preciosas e as bandeiras para a criação de gado; atividades estas que possibilitaram a identificação de relações econômicas responsáveis por conformar as cidades no Brasil colonial (MARX, 1991).

Para ratificar seu posicionamento, Marx (1991) afirma que, numa revisão histórica da formação dos núcleos urbanos brasileiros, bem como da conformação de cada um deles, fica patente a significação de certas peculiaridades de seu processo de desenvolvimento. Estas, quando não ignoradas, não foram interpretadas de forma suficiente, especialmente quanto aos seus reflexos sobre a estruturação de nossa rede urbana e a estrutura que conferiu a maioria de seus elos, isto é, de suas principais cidades.

Outro aspecto evidenciado pelo autor é que, até um século atrás, a Igreja esteve ligada ao Estado. Assim, Marx (1991) pontua que os reflexos dessa realidade institucional não têm sido devidamente relacionados com a organização territorial inicial e com a sua expansão ao longo de mais de quatrocentos anos, assim como com a consolidação da nossa rede de cidades. Nesse contexto, ressalta que a Igreja possuía diversas funções na vida urbana, na fundação de vilas e cidades, além do fato de que suas construções religiosas chegavam a ocupar até 20% do conjunto de edificações do povoado, com obras muitas vezes superiores às demais (particulares e oficiais) em tamanho e riqueza arquitetônica (MARX, 1991).

Por outro lado, não significa que, nesses quatrocentos anos, os novos assentamentos foram somente por iniciativa ou deliberação do Estado e da Igreja. A população também estabeleceu, procurou criar e oficializar novos povoados, acatando ou não instrumentos

normativos eclesiásticos ou régios e utilizando-os para garantir e ampliar seus direitos e posição na sociedade (MARX, 1991).

Dessa maneira, os argumentos de Marx (1991), referentes aos condicionantes para o surgimento de povoados, sejam eles dirigido pelo Estado, pela Igreja ou mesmo de maneira espontânea, favorece-nos um entendimento quanto à cidade de Oiapoque, sobretudo na perspectiva da ordem próxima e da ordem distante (LEFÈBVRE, 2001), visto que Romani (2010) e Alicino (1971) informam que indivíduos envolvidos com a garimpagem de ouro na região contestada próxima ao vale do rio Oiapoque²⁵, no final do século XIX, em 1890, deram origem à cidade homônima, estudada nesta tese de doutorado, e em seguida à Igreja Católica, a qual apresentava as maiores edificações.

O estudo de Marx (1991) demonstra o que Reis Filho (1968) constatou ao fazer o resgate histórico da urbanização brasileira (1500 a 1720): que os fatos urbanos vinham sendo olhados sob diferentes prismas científicos, geográficos, sociológicos, econômicos e mesmo urbanísticos. Nesse sentido, destaca-se que Reis Filho (1968) entende que essa diversidade de tratamento da matéria exigia uma conceituação básica da natureza do fato urbano e um esquema metodológico para esclarecer quando e por que uma aglomeração humana adquire a condição de centro urbano.

Para esse autor (REIS FILHO, 1968), a urbanização é um processo social que provoca o aparecimento e a transformação de núcleos como consequência das interações humanas e suas implicações. Ademais, ele ocorre quando, em uma sociedade, e em caráter permanente, existe uma divisão social do trabalho e quando a maior parcela da população deixa de se dedicar à produção de alimentos para a sua subsistência, passando a depender e adquirir, por meio de troca ou por apropriação direta, daquilo que é produzido pela parte restante. Ou seja, a “[...] urbanização se dá com o aparecimento de uma ‘economia urbana’²⁶ como a define Weber, portanto, com o estabelecimento do mercado urbano” (REIS FILHO, 1968, p. 20).

²⁵ O Tratado de Utrecht, de 1713, definiu o canal do rio Oiapoque (linha de maior profundidade) como limite entre a Guiana Portuguesa (atual estado brasileiro do Amapá) e a Guiana Francesa. Este tratado não evitou que se estabelecesse um litígio fronteiriço, entre Portugal e França, antes de 1822, e Brasil e França após esse ano. Tratava-se de uma disputa territorial (atualmente são as terras localizadas ao norte do Amapá). A indefinição provocou a neutralização dessas terras na segunda metade dos oitocentos. A solução veio com o arbitramento internacional em 1900 que incorporou a soberania brasileira (MARTINS, C., 2014).

²⁶ Existe uma distinção nítida entre as atividades urbanas e rurais. Desta forma, para Weber (2004, p. 413), a relação existente entre a cidade, na qualidade de portadora da indústria e do comércio, e o campo, na qualidade de fornecedor dos alimentos, constitui somente uma parte de um complexo de fenômenos que se convencionou chamar de “economia urbana”.

A fim de entender a urbanização brasileira como um processo social, Reis Filho (1968) foi além da escala local, visto que a urbanização em escala nacional não corresponde somente ao centro urbano, mas, sim, a um nível organizatório mais complexo que é a rede urbana. Essa linha de pensamento ampliou suas possibilidades de análise acerca de todas as formas de aglomeração urbana em um País que exibia um conjunto de centros urbanos com um quantitativo reduzido de habitantes, mas que apresentavam todas as características secundárias de centros urbanos ou mesmo de centros manufatureiros em localidades rurais.

Nessa perspectiva, a urbanização pode ser analisada no sentido físico e social e reconhecida como objeto de dois níveis organizatórios: a rede e o núcleo. Por questões metodológicas, Reis Filho (1968) também considera que o estudo das funções da cidade, para explicar a cidade, pode ser substituído com proveito pelo estudo do sistema social no qual “[...] todo e qualquer elemento [...], que possa fazer parte de conjuntos interdependentes de fenômenos sociais e desempenhar dentro deles, independentemente de sua própria constituição ou complexidade, uma influência característica” (FERNANDES, 1959, p. 268), é levado em consideração no processo de urbanização, evitando muitas distorções nas análises. Além dessas vantagens, possibilita analisar as chamadas funções desempenhadas pelos indivíduos nos centros urbanos, como habitar, trabalhar, circular, recrear e outras, que contêm sentido bastante diverso das funções urbanas da geografia²⁷ e outras ciências.

Com base nessas superações metodológicas, Reis Filho (1968) assinala que foi possível analisar a evolução urbana do Brasil, de 1500 a 1720, a partir da política de colonização e de urbanização que Portugal implantou no País, “[...] focalizando as mudanças no processo de urbanização do Brasil, não apenas em seus aspectos quantitativos, mas também qualitativos, captando, desse modo, a natureza das transformações sofridas” (REIS FILHO, 1968, p. 24).

A primeira fase da formação da rede urbana brasileira começou em 1532, com o estabelecimento do regime das capitanias e a fundação de São Vicente, estendendo-se até 1650, ano em que se iniciou a grande centralização política administrativa. Nesse período foram fundadas 31 vilas e 6 cidades, entre elas a Recife holandesa, que foi por algum tempo cidade e centro regional e, após a ocupação portuguesa, foi rebaixada à condição de povoado, e depois elevada à vila no início do século XVIII (REIS FILHO, 1968).

²⁷ Segundo Corrêa (1989), as funções urbanas se referem a atividades que são tipicamente realizadas na cidade, como o comércio, serviços educacionais ou bancários.

Entre 1530 e 1640, duas etapas de urbanização mais intensa ocorreram no País. A primeira entre os anos de 1530 e 1570, período em que foram instaladas as capitanias da costa leste, posto que em 1565 se deu a criação da cidade de São Sebastião de Rio de Janeiro e, em 1585, a fundação de Filipéia da Paraíba. A segunda etapa ocorreu entre os anos de 1580 e 1640, período de dominação espanhola sob o governo dos Felipes, no qual houve um lento e uma determinada regularidade no crescimento das áreas já urbanizadas, como também a existência de uma urbanização sistemática na costa norte, em direção à Amazônia. Reis Filho (1968), nesse sentido, destaca que:

[...] Após a fundação da Paraíba em 1585, seguem-se a de Natal em 1599, a de S. Luis do Maranhão em 1612, Cabo Frio em 1615, Belém no ano seguinte, Caeté, atual Bragança, 1634, Cameté em 1635, Alcântara, no Maranhão em 1637, e novamente no Pará, Gurupá em 1639 (REIS FILHO, 1968, p. 80).

Na terceira etapa, entre 1650 a 1720, foram fundadas trinta e cinco vilas, e Olinda e São Paulo foram elevadas categoria de cidades. No final dessa etapa, o Brasil já apresentava uma rede urbana constituída por um conjunto respeitável de sessenta e três vilas, além de oito cidades (REIS FILHO, 1968).

Os elementos de diferenciação desses momentos de urbanização encontram-se no que Reis Filho (1968) denomina de sistema social da Colônia, ou seja, a organização político-administrativa, consideradas, de um lado, as capitanias e o governo-geral e, de outro, a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração) e seus atores.

À medida que foram se concretizando os modelos de gestão, também foram se consolidando a dominação dos indígenas, a agricultura de exportação e o trabalho escravo. Essas consolidações, por sua vez, possibilitaram o uso do solo e a garantia de mão de obra para trabalhos braçais nas terras conquistadas; fato que evidencia, a partir de então, a divisão da sociedade que se formava entre senhores e escravos, o que, de tal forma, evidencia “[...] os elementos fundamentais da produção colonial, que iriam compor as bases da economia rural como urbana, até o século XVIII” (REIS FILHO, 1968, p. 39).

Muito embora houvesse o predomínio da agricultura para exportação, existia também a produção de subsistência, que, em muitos povoados, coexistia nas mesmas propriedades, razão pela qual “a rêde (sic) urbana aqui instalada por sua estrutura, seu fundamento e seu

desenvolvimento foi, em grande parte, uma resposta às características e vicissitudes da economia rural” (REIS FILHO, 1968, p. 39). Nesse sentido, o uso da mão de obra de escravizados por esses sistemas produtivos acabou favorecendo o desenvolvimento dos centros urbanos, visto que:

[...] nos períodos de entressafra, mas sobretudo nas épocas de crise, verificava-se uma disponibilidade de mão-de-obra que era utilizada normalmente na produção de subsistência, na prestação de serviços, na construção de imóveis de uso rurais e urbanos [...] desse modo, as construções rurais e urbanas – em especial as urbanas – podem ter origem nessa forma de aproveitamento dos recursos extraordinários de mão-de-obra, que vinha influir diretamente na estrutura das povoações (REIS FILHO, 1968, p. 40).

A concentração da economia na produção agroindustrial do açúcar veio se alterar nos fins do século XVII, notadamente por ocasião da descoberta das minas de ouro e pelo alto rendimento que essa nova atividade gerava, assim como pela concorrência na mão de obra escravizada. Dessa maneira, além de atrair para o interior da colônia grandes levas da população em geral, convidou, em meio século, quase meio milhão de pessoas de Portugal; o que, para Reis Filho (1968), era um fato novo na Colônia, do ponto de vista da urbanização no Brasil, pois:

dedicando-se inteiramente à exploração mineira, a população, reunida toda ela nas povoações que se instalavam junto às catas, ficava na dependência dos fornecimentos de produtos de subsistências por parte de outras regiões, que dela passariam a depender e constituía um mercado urbano vigoroso. Sua rápida atuação como agente dinâmico do processo de urbanização determinaria, já na segunda década do século XVIII, a elevação de oito povoações à categoria vilas (REIS FILHO, 1968, p. 64-65).

Dentre os comerciantes, ofícios mecânicos e o funcionalismo, os mineradores se destacavam na constituição de uma nova camada social urbana. Mesmo com a redução das concessões de mineração que desfavorecia a concentração de riquezas, os proprietários de mineração levavam uma vida folgada no meio urbano.

Destarte, o Brasil colonial iniciava o século XVIII com as atividades econômicas e as camadas sociais urbanas constituídas e, com elas, a vida urbana se desenvolveu a partir de combinações “[...] de suas ações e interações com predominância dêsses (sic) ou daqueles interesses. Os fundamentos, porém, já estavam estabelecidos e será com esses elementos que se desenvolverá a vida urbana brasileira até o século XIX” (REIS FILHO, 1968, p. 65).

Todavia, para Martine e McGranahan (2010), a colonização portuguesa não desenvolveu quase nada de localidades urbanas. Isso porque, se no território brasileiro, por um lado, não existiam cidades deixadas pelas civilizações indígenas, a exemplo do que

ocorria em outros países da América Latina, por outro lado, o autor destaca que os colonizadores portugueses não demonstraram interesse na criação de uma sociedade urbana, assinalando que:

as poucas cidades que foram construídas no litoral brasileiro, durante a época da colônia, serviam apenas para a defesa contra a invasão de outros colonizadores e como entrepostos para a exploração do interior nos diversos ciclos extrativos e agrícolas que presenciou o país. Além disso, a classe dominante era eminentemente rural e anti-urbana. Ou seja, durante todo o período da colônia e na maior parte do império, as cidades não eram componentes de uma rede urbana, mas eram pontos isolados no litoral, mais ligadas ao exterior do que a outras cidades, cada uma servindo ao seu *hinterland* específico (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010, p. 13, grifo do autor).

Para Martine e McGranahan (2010), esse comportamento dos colonizadores portugueses fez com que, mais de três séculos e meio (1872) depois da sua chegada ao Brasil, existissem apenas dez localidades urbanas com população próxima de 20 mil habitantes. Destas, somente São Paulo, situada no litoral, ficava de fora (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

Já Martins, J. (1979), entende que o urbano no Brasil começou em 1870, visto que:

[...] a gênese da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e de falta de crise. Na verdade, o aparecimento da indústria está vinculado a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria (MARTINS, J., 1979, p. 260).

Antes da crise do café, segundo Martins, J. (1979), já havia de forma disseminada pelo Brasil uma indústria local, do padrão do artesanato e da manufatura de pequena escala. Essas indústrias, de certa forma, eram protegidas da concorrência das mercadorias desembarcadas no porto, pela insuficiência e precariedade das vias de comunicação. Assim, e ainda de acordo com esse autor, além da existência de indústrias em um período anterior aos anos de 1930, observam-se também atividades que tiveram a capacidade de gerar acumulação capitalista, até mesmo as não assentadas em relações sociais de produção capitalista:

há várias indicações de que antes da Abolição da escravatura e grande imigração (1886-1888) ocorreu uma significativa expansão da atividade comercial e da indústria de pequeno tamanho e em pequena escala na província de São Paulo; não apenas na capital, mas em quase todas as cidades do interior. Isso parece sugerir que nessa época a indústria artesanal passou a desenvolver-se mais intensamente nos meios urbanos do que nas fazendas de café, cana e algodão, configurando num certo sentido a separação de agricultura e indústria (MARTINS, J., 1979, p. 278).

No entanto, para alguns autores, como Tavares (1972) e Melo (1984), a sociedade capitalista industrial no Brasil só pode ser considerada quando a reprodução ampliada do

capital passou a ser comandada pela atividade industrial, isso porque, conforme salienta Lencioni (2008), muito embora a atividade industrial já existisse:

só a partir desse momento, quando a reprodução ampliada do capital passa a ser comandada pela atividade industrial, é que há uma emancipação do capital industrial da atividade primário-exportadora, precisamente, da cafeicultura. A partir de então o capital industrial passa a gerar seu próprio crescimento industrial. Dessa forma, [...] só em 1930 é que estão constituídas plenamente as bases de uma sociedade industrial (LENCIONI, 2008, p. 118).

Por conta da crise de 1929, o Brasil começou a passagem do modelo tradicional, primário exportador, para o modelo de substituição das importações, ou seja, para um modelo de caráter meramente capitalista, sendo que, no início, as transformações ocorreram no setor industrial e nas atividades a ele ligadas, sem afetar de forma significativa o setor primário. Ou seja, o Brasil teve preservado esse padrão de forma precária e sem dinamismo uma base exportadora. Além disso, esse processo de substituição de importações parcial, levou a “[...] um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir, aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (TAVARES, 1972, p. 35).

Mello (1984), por sua vez, não nega a presença do capitalismo na economia do Brasil colonial, e não pelo fato de a produção ser mercantil e ter o lucro como o motor da atividade econômica, nem tampouco pelo simples fato dessa economia participar do mercado mundial. Ao contrário, havia formalmente um capitalismo, porque a escravidão no Brasil foi:

introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório (MELLO, 1984, p. 44).

O que fica claro é que na articulação entre o capitalismo e a colonização se encontra um instrumento de acumulação primitiva do capital a partir da economia colonial. Essa articulação representou um estímulo fundamental ao capitalismo no período manufatureiro, rumo à industrialização, ou seja, ao nascimento do modo especificamente capitalista de produção. A acumulação, nesse sentido, começou a se realizar *per se* e passou deixar de necessitar de apoios externos, com o surgimento de novas forças produtivas capitalistas (MELLO, 1984). Assim:

este movimento, a passagem ao "capitalismo industrial" propõe e estimula a liquidação da economia colonial. O que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em oposição, o que era estímulo se

converte em grilão Economia Colonial e Capitalismo passam a guardar de agora em diante, relações contraditórias (MELLO, 1984, p. 44).

Cabe destacar que essas contradições mencionadas por Mello (1984) decorrem da intenção do capital industrial em subordinar o capital comercial e transformá-lo apenas em apenas uma face do capital industrial, em que se tem a substituição do trabalho compulsório pelo trabalho assalariado, ou seja, a mercantilização da força de trabalho; contradições estas que, no Brasil, ainda conforme o referido autor, alongaram-se em relação a outras partes do mundo.

Por estas razões, Mello (1984) pontua que somente a partir de 1933 é que se inicia uma nova fase do período de transição do modelo tradicional, primário exportador, para o modelo de substituição das importações, momento este no qual a acumulação de capital se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização, mesmo que seja restringida, pois:

a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais [...] (MELLO, 1984, p. 110).

A ideia de industrialização restringida se justifica, segundo o autor, porque, até esse momento, as bases técnicas e financeiras da acumulação de capital no Brasil não são suficientes para que se implante, definitivamente, e de forma autossuficiente, um processo produtivo de bens de produção, capaz de atender à demanda brasileira. Assim, de acordo com Lencioni (2008, p. 119), “a partir dessa última compreensão da acumulação capitalista e da constituição da sociedade capitalista industrial no Brasil podemos deslocar o momento em que podemos falar de urbano no Brasil para fins do século XIX”.

Percebe-se, dessa maneira, que os argumentos de Mello (1984) não anulam as contribuições de Tavares (1972) e Martins, J. (1979), pois, ainda assim, nota-se que a urbanização é um processo que remonta à antiguidade, todavia, caso se queira refletir sobre a urbanização da sociedade contemporânea, não se pode fugir da associação entre a urbanização e a industrialização, dada a identidade que existe entre estes dois fenômenos. Para tanto, precisa-se pensar a expressão da indústria para além de um conjunto de atividades humanas que objetivam a produção de mercadorias, predominando sobre as atividades econômicas do campo e da cidade e transformando as cidades como sua base territorial. Pode-se dizer que a industrialização dá o ritmo da urbanização contemporânea (SPOSITO, 1988), nesse sentido:

a cidade é o território-suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção. Contudo, o desenvolvimento da urbanização não é apenas condição para o desenvolvimento industrial, mas também este mudou o caráter da cidade, ao lhe dar, de forma definitiva, um traço produtivo e transformá-la no "centro" de gestão e controle da economia capitalista, subordinando até mesmo a produção agrícola que se dá no campo (SPOSITO, 1988, p. 4).

Nessa perspectiva, Santos (1982) acrescenta que:

[...] a cidade dos países industrializados é parte integrante de um território que mais ou menos a gerou e com o qual viveu, em constantes inter-relações, a mesma aventura histórica e econômica, a cidade de países subdesenvolvidos aparece muitas das vezes como um corpo estranho, alógeno, inserido em um meio com o qual estabelece relações descontínuas no espaço e no tempo (SANTOS, 1982, p. 109).

Sposito (1988), por seu turno, admite relação entre crescimento das cidades e industrialização, mas ressalta que não há necessariamente uma correspondência em seus ritmos de crescimento, ou seja, não se pode dizer que o primeiro derive do segundo, em especial em países ditos subdesenvolvidos, onde ocorrem diferentes níveis de industrialização. Dessa maneira, a autora destaca que:

o que não se pode afirmar é que esta industrialização responda pelos ritmos acentuados de urbanização dos países "subdesenvolvidos", sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. A nossa urbanização resulta das formas tomadas pelo desenvolvimento do capitalismo, que se traduz na articulação das relações econômicas, sociais e políticas existentes entre os países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos". Poderíamos dizer, em outras palavras, que a nossa urbanização resulta do processo de transnacionalização da indústria ocidental (a do "centro"), abarcando os espaços periféricos e desorganizando e/ou se apropriando das formas de produção tradicionais destes países (SPOSITO, 1988, p. 4).

No que se refere à ideia de industrialização, Santos (2013) assinala que devemos considera-la para além do sentido estrito, qual seja, o de criação de atividades industriais nos lugares. Nesse sentido, o autor pondera que a industrialização deve ser considerada:

[...] em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamentos do território para torná-lo integrado, com a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2013, p. 27).

Assim, somente a partir do século XVIII é que a urbanização começa a se desenvolver, entretanto, foi necessário ainda mais um século para que o referido processo atingisse sua maturidade, e mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje. Ou seja:

a urbanização brasileira se intensificou na segunda metade do século XX, quando o capitalismo industrial ganhou momento no país e dinamizou a economia a partir da

formação e/ou consolidação das cidades industriais, particularmente São Paulo, o grande pólo de crescimento industrial do Brasil (MONTE-MÓR, 2004, p. 113).

Para sustentar a nova base econômica do Brasil (industrial), a urbanização ultrapassou o nível regional para se situar na escala nacional; razão pela qual o processo de urbanização se faz cada vez mais presente com o crescimento demográfico sustentado nas cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados (SANTOS, 2013).

Com a intensificação da industrialização no Brasil em certas áreas no Sudeste, entre 1955 e 1960, sobretudo para atender as demandas do mercado interno e externo ocorreram transformações seletivas no espaço e na sociedade brasileira (MONTE-MÓR, 2004). O Estado brasileiro interferiu mantendo a hegemonia da região, assim como incorporou de forma mais efetiva as regiões Centro-Oeste e Norte; subespaços estes que passaram a se configurar como fronteiras do capital. Assim, foi em função desta “fronteira”, a partir de 1960, que se verifica um conjunto de transformações na rede urbana brasileira, principalmente na rede urbana amazônica, onde um novo período se inicia, conforme destaca Nascimento (2011). Por estas razões, e no que diz respeito especificamente à fronteira amazônica, Becker (1997) ressalta que ela pode ser compreendida:

a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo a agentes primordiais na produção do novo espaço (BECKER, 1997, p. 11).

Com base nessa assertiva, destaca-se que o processo de colonização e povoamento da Amazônia se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial, sendo, a urbanização da Amazônia, por sua vez, uma decorrência do processo de industrialização no Brasil (BECKER, 1997; TRINDADE JÚNIOR, 2000). Assim, e em relação a outras regiões brasileiras, o espaço amazônico se apresenta como uma região menos densa do ponto de vista do sistema de objetos e do sistema de ações e, nesse sentido, incapaz de dirigir a si mesma, configurando-se, portanto, como uma “região do fazer” (SANTOS, 1996b).

Ainda de acordo com Santos (1996b), essa diversidade de padrões que as regiões apresentam é responsável por produzir uma organização territorial e urbana complexa no Brasil, com profundas diferenças entre suas regiões; diferenças estas que, inclusive, podem ser percebidas por meio das taxas regionais de urbanização, pois, se, em 1960, as regiões Norte (37,80%), Nordeste (34,24%), Centro-Oeste (35,02%) e Sul (37,58%) apresentavam

números relativamente semelhantes, a região Sudeste despontava com a taxa mais alta e, portanto, como a região mais urbanizada do Brasil, com 57,36% (SANTOS, 1996b).

Duas décadas depois, em 1980, nota-se um relativo incremento nos índices relacionados às taxas de urbanização por regiões brasileiras – Nordeste (50,44%), Norte (51,69%), Sul (62,41%), Centro-Oeste (67,75%) e Sudeste (82,79%) –, novamente com predominância do Sudeste, tal como podemos observar a partir dos dados sistematizados por Santos (1996, 2013); incremento cuja explicação, ainda segundo o mesmo autor, deve-se à forma como a divisão do trabalho se deu em cada porção do território brasileiro, ou, em outras palavras, “pela maneira diferente como foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho” (SANTOS, 1996b, p. 69).

No que diz respeito à Amazônia, Santos (2013) salienta que essa região apresentou, ainda em 1940, a segunda maior taxa de urbanização do Brasil (27,75%); fato que deve ser entendido, de acordo com o autor, como uma herança de períodos históricos anteriores, principalmente em relação à fase maior da exploração da borracha, responsável por configurar o “boom” econômico desta atividade na região. Assim, entendendo-se o movimento de ontem e de hoje do território, assim como do geral e do particular, pode-se explicar não apenas os dados estatísticos que representam as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas, igualmente, dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo do processo de urbanização e suas manifestações particulares no território brasileiro (SANTOS, 2013).

Situada no contexto da urbanização brasileira, faz-se importante, neste momento, empreender uma caracterização acerca da urbanização na Amazônia. Todavia, entender o processo de ocupação, povoamento, formação de cidades e mesmo de urbanização da Amazônia é de fundamental importância para a compreensão das particularidades que suas cidades apresentam no contexto atual. Nessa discussão, Browder e Godfrey (1997) afirmam, por sua vez, que a análise do povoamento da Amazônia é um processo complexo e múltiplo e requer atenção sobre a diversidade de elementos envolvidos no que diz respeito a essa região; complexidade esta que, como afirma Porto-Gonçalves (2005), manifesta-se tanto na natureza como nos seres humanos que ocupam esse espaço regional.

Nesse sentido, a contribuição de Corrêa (1987) na qual o autor considera ser possível falar de periodização em relação às formas espaciais se apresenta como bastante pertinente ao desvelamento da Amazônia e de seus processos socioespaciais. Isso porque, trata-se de uma

operação intelectual que auxilia o pesquisador na definição dos tempos históricos a partir de seu entendimento e percepção da totalidade social do objeto em estudo, ou seja, é um instrumento que possibilita a compreensão de que a totalidade em análise é formada por um conjunto de instâncias (econômica, jurídico-política e ideológica) que existem de forma combinada e inter cruzada, sem que necessariamente estejam em tempos iguais, o que definiria uma contemporaneidade do tempo (CORRÊA, 1987).

Dessa maneira, pode-se entender com Corrêa (1987) que a periodização seja a sequência das combinações desiguais dessas diferentes instâncias que conformam a totalidade social, uma reconstrução do tempo espacial, na qual ficam evidentes os momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial em estudo. Assim, a elaboração da periodização de uma rede urbana faz com que elementos como a gênese dos núcleos urbanos, as funções que desempenham, a dependência a determinados produtos, o sítio urbano, a paisagem urbana, a ampliação do número de centros da rede, o padrão espacial da rede, o papel dos diferentes agentes sociais no processo produtivo e as articulações com os espaços exteriores à rede em questão sejam considerados como elementos de variação espaço-temporal; elementos esses que, ainda de acordo com Corrêa (1987, p. 41), reportam-se às materializações das instâncias da sociedade e consubstanciam a rede urbana, a qual também é uma dessas materializações.

Dessa maneira, após empreender uma reflexão que leva em consideração as diversas e desiguais combinações dos elementos da rede urbana amazônica, resultantes de períodos diferentes, Corrêa (1987) conclui que a rede urbana da Amazônia pode ser dividida e sequenciada nos seguintes períodos:

- 1- um período inicial de implantação da cidade de Belém e o início da conquista do território;
- 2- um segundo período caracterizado pela expansão de fortes e a criação de aldeias missionárias, embriões das futuras cidades, que se estende da metade do Século XVII à metade do Século XVIII;
- 3- um terceiro e curto período, marcado por um considerável desenvolvimento da vida econômica e urbana sob a égide da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, estende-se da metade do século XVIII até os anos 70 do mesmo Século XVIII;
- 4- um quarto período relativamente longo, que se estende do final do Século XVIII até a metade do Século XIX, e que é caracterizado por uma estagnação econômica e urbana;
- 5- o período do *boom* [econômico] da borracha, marcado pela expansão e riqueza urbana, que se estende da metade do Século XIX ao final da Primeira Guerra Mundial;
- 6- um período de estagnação, após a crise da borracha, que se estende, aproximadamente, de 1920 a 1960; e

- 7- um período atual, iniciado em 1960, caracterizado por um intenso processo de mudança econômica e urbana (CORRÊA, 1987, p. 4).

No quarto período, relativamente longo, que se estende do final do século XVIII até a metade do século XIX e se caracteriza por uma estagnação econômica e urbana, dois fenômenos externos na Amazônia aparecem como os responsáveis para tal situação de inércia: a extinção, em 1778, da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão e o desfavorecimento dos produtos tropicais, em geral, no panorama mundial. Esses eventos, por sua vez, “[...] iriam afetar a vida urbana, não mais embrionária, mas, ainda não solidamente estabelecida” (CORRÊA, 1987, p. 47).

No quinto período, que compreende o final da primeira metade do séc. XIX, entre os anos de 1850 e 1920, ocorre a expansão da rede urbana amazônica. Tendo como pano de fundo o “boom” do extrativismo da borracha, a rede urbana amazônica ganha nova dimensão em termos econômicos e espaciais (CORRÊA, 1987).

Se, por um lado, o “boom” econômico da borracha gerou o crescimento urbano de Belém, ao atrair capitais e mão de obra para as atividades vinculadas a borracha, por outro lado, provocou o declínio da atividade agrícola. Tratava-se:

[...] na realidade, de uma primeira mudança na natureza da rede urbana, envolvendo as seguintes modificações: gênese dos núcleos urbanos, fruto da colonização oficial; dependência a produtos destinados ao mercado regional e não para exportação; sítio em terra firme e não em um terraço fluvial; localização a beira de uma ferrovia e não de rios que convergiam para Belém. Mas estas mudanças que associam ao processo de criação da zona de maior densidade urbana da Amazônia, constituem-se em um subproduto da expansão da borracha em seu momento de máxima valorização. Não caracteriza, por isso, nenhuma fase específica do processo de elaboração da rede urbana. Mas vários dos aspectos caracterizam esse setor da rede urbana amazônica irão caracterizar vários segmentos da rede urbana amazônica nos períodos pós – 1960 (CORRÊA, 1987, p. 51).

Com a queda do preço da borracha no mercado internacional, notadamente a partir de 1910, tem-se o começo do período de estagnação econômica dessa atividade, cuja crise se estende, aproximadamente, da década de 1920 a década de 1960. Muitas casas que aviavam os seringueiros faliram. Sem o apoio dessas casas, uma série de elementos foi desencadeada, como o abandono dos seringais, a redução do tráfego fluvial, o crescente desemprego urbano e nos seringais, além do aumento da dívida pública interna e externa (CORRÊA, 1987).

Para Machado (1999), é inegável que a economia da borracha tenha injetado recursos para a realização de investimentos em infraestrutura urbana nas grandes aglomerações amazônicas, permitindo, e mesmo que de forma pontual:

[...] o aparecimento da forma-cidade, a estrutura sócio-político-institucional que emergiu com ela [e] excluiu a maior parte da população de seus benefícios, tanto diretos (melhor remuneração e diversificação da oferta de emprego) como indiretos (equipamentos de uso coletivo) (MACHADO, 1999, p. 114).

Essa exclusão criava verdadeiros fossos sociais, separando habitantes de pequenas e grandes aglomerações de forma bem visível na paisagem urbana. Era perceptível nas aglomerações uma divisão na ocupação dos espaços: no centro, tinham-se as casas comerciais, o porto e as melhores residências; enquanto na periferia, as casas de madeira e palha habitadas pela maioria da população. Machado (1999), utilizando as contribuições de Milton Santos sobre o processo de urbanização em países periféricos (SANTOS, 2013), conclui que esse modelo de ocupação foi responsável pela geração de uma urbanização incompleta na região.

O sexto período concebido por Corrêa (1987) tem a década de 1960 como marco temporal e pode ser caracterizado por um intenso processo de mudança econômica e urbana na Amazônia, cujos rebatimentos nessa região nada mais são do que reflexos da expansão capitalista que, em nível nacional, foi responsável por instaurar um maciço quadro de industrialização no Brasil que, embora concentrado, em grande medida, em certas áreas da região Sudeste, foi acompanhado por uma política de incorporação mais efetiva das regiões Centro-Oeste e Norte do País; regiões estas que, ainda de acordo com Corrêa (1987), constituíram-se em fronteiras de capital no território nacional.

Foi nesse contexto, portanto, que um conjunto de transformações deram início a um novo período da rede urbana da Amazônia, com forte intervenção do Estado brasileiro na região. Assim, destaca-se que a ocupação da Amazônia se tornou prioridade máxima após o golpe militar de 1964, sobretudo para atender as necessidades do capital, como lembra Becker (1977). Nesse sentido, pode-se dizer, com Trindade Júnior (2000), que:

a urbanização amazônica é uma decorrência do processo de industrialização verificado no País, no qual a fronteira econômica se coloca como uma necessidade de busca de recursos que atendam não só à dinâmica econômica mundial, como também à industrialização interna [...] (TRINDADE JÚNIOR, 2000, p. 118).

De 1966 a 1985, houve nova intervenção estatal no povoamento da Região Amazônica e, como consequência, uma valorização das terras, influenciando de forma decisiva na urbanização da região. Muito embora essa intervenção seja atribuída de forma pejorativa ao regime militar implantado no Brasil em 1964, Machado (1999) faz questão de ressaltar que as premissas do processo de modernização na Região Amazônica nesse período são oriundas “[...] das teorias e modelos de desenvolvimento econômico, elaborados pela CEPAL

(Comissão Econômica para a América Latina/ONU), que já haviam sido adotadas pelo governo de Juscelino Kubitschek no *Plano de Desenvolvimento*” (MACHADO, 1999, p. 116, grifos da autora).

As argumentações Machado (1999) sobre os impactos das intervenções na Amazônia antes da chegada dos militares podem ser observadas quando Amaral (2010) trata da:

experiência do Amapá, que foi alçado à condição de Território Federal e, paralelamente, foi anfiteatro do grande projeto implantado na região amazônica, o projeto de manganês da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S/A), ambos contribuindo significativamente para que Macapá, a capital administrativa do território, se tornasse uma cidade média (AMARAL, 2010, p. 145-146).

De acordo com Becker (1997), vários foram os desdobramentos da intervenção estatal nesse período (1966 a 1985) como estratégia de ocupação da Amazônia brasileira, entre eles a ampliação da conectividade regional por meio das seguintes redes: i) rodoviária, com eixos transversais (Transamazônica, Perimetral Norte) e inter-regionais (Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Manaus); ii) de telecomunicação comandadas por satélite, cuja finalidade, dúvida, consistia em difundir os valores modernos pelos canais de televisão e estreitar os contatos por comunicação telefônica; iii) urbana, para sediar as instituições estatais e organizações privadas; e de iv) hidroelétricas, a fim de garantir a nova fase industrial na região.

As ações do Estado com vistas a ampliar a conectividade na região, por meio de investimento em tecnologias como rodovias e telecomunicação e melhoramento em antigas infraestruturas, objetivou articular a região internamente e externamente; neste sentido, alteraram a disposição espacial do povoamento nas décadas seguintes. Para Machado (1999), “à medida que os grandes eixos de estradas pioneiras eram construídos na *terra firme*, ou seja, nas áreas não inundadas, as frentes de povoamento invadiam a selva e novas aglomerações apareciam, muitas delas já sob a forma de cidade” (MACHADO, 1999, p. 117, grifo da autora).

Com a chegada das rodovias houve uma transformação profunda na organização regional até então definida em volta dos rios, provocando, com isso, a retração de povoados tradicionais que eram vinculados à circulação fluvial. Assim:

passou-se de um espaço reticular a outro, da Amazônia estruturada em função das vias navegáveis, drenando os fluxos para o Leste, a uma região dominada pelas estradas que levam ao Sul-Sudeste. E os “nós” dessas duas redes, as cidades que polarizam o espaço, não são os mesmos, o que levou à decadência de algumas e à

ascensão de outras, uma redistribuição que alterou profundamente as hierarquias urbanas da região (THÉRY, 2005, p. 38).

Entre as estradas, destaca-se a Rodovia Belém-Brasília, que cortou extensas áreas de florestas e savanas ao longo dos seus 2.000 km, e rompeu o “[...] secular isolamento da Amazônia em relação à Região Sudeste-Sul, centro econômico- político do país” (MACHADO, 1999, p. 116) e, deste modo, facilitou o lançamento da Operação Amazônia, em 1966²⁸, e do Plano de Integração Nacional (PIN), em 1970, visto que suas margens já vinham sendo ocupadas a um ritmo frenético por frentes migratórias e grandes fazendeiros (BECKER, 1982).

O atrator primordial da região deixou de ser a rede fluvial e passou a ser as rodovias, nomeadas como BR’s, numa clara alusão a seus idealizadores e executores. Essa reorganização do espaço amazônico acarretou fluxos migratórios dirigidos e espontâneos, e, como consequência, a maior parte das antigas aglomerações, localizadas nas margens das vias fluviais, foram “[...] marginalizadas pelas ondas migratórias, com exceção das cortadas pelos novos eixos de circulação terrestre. Por outro lado, as cidades de maior nível hierárquico na antiga rede, ou seja, as capitais estaduais, foram revigoradas” (MACHADO, 1999, p. 119).

Assim, conforme pondera Costa (2017), o fato é que:

a cada projeto instalado ‘novas expectativas foram e ainda são criadas, quando se trata das possibilidades de transformações locais. Essa situação deixou a Amazônia refém de uma economia de grandes projetos, especialmente mineral e madeireiro, bem como da pecuária, sendo que outras possibilidades de uso do território não foram promovidas ou incentivada, tendo em vista a potencialidade de explorações de recursos não madeireiros advindos da floresta, por exemplo (COSTA, 2017, p. 24-25).

Essa nova dinâmica, impulsionada pelas intervenções estatais, fez com que o quantitativo de 304 cidades, em 1967, na Região Amazônica, passasse para 499 em 1990, ou seja, o número de cidades aumentou 64,14 %, em 23 anos.

Considerando-se o processo de ocupação/povoamento e urbanização, observados em Machado (1999) e Becker (1997), pôde-se constatar no Quadro 01 a evolução da estrutura urbana na Amazônia e seus principais condicionantes do século XVII ao século XX.

²⁸ Essa operação governamental foi implantada em 1966 e tinha o propósito de promover a modernização da Amazônia por meio do investimento de recursos públicos nas estruturas socioeconômicas que ainda apresentavam traços herdados do período colonial (BRITO, 1998).

Quadro 01 – Períodos identificados para a evolução da estrutura urbana na Amazônia e principais condicionantes

PERÍODO	CONDICIONANTE	ESTRUTURA URBANA DECORRENTE
Séc. XVII a 1850	Missões e ibéricos	Vilas nas várzeas do Amazonas e afluentes, nos sítios de maior densidade de população indígena
1851 a 1891	Exploração da borracha	Forma dendrítica da rede Protourbana.
1892 a 1912	Apogeu da borracha	Estrutura Urbana Primaz – Belém.
1913 a 1965	Declínio da borracha	Estagnação local e primazia de Manaus.
1966 a 1985	Intervenção do Estado	Urbanização regional
1986 a 1990	Retração do Estado	Desconcentração - padrão dos eixos fluvial/viário
1991 a 1996	Diminuem migrações	Macrozoneamento regional
1997 a 2000	Descentralização do Estado	Cidades ligadas ou não à rede urbana nacional e/ou internacional

Fonte: adaptado de Kampel, Câmara e Monteiro (2001).

No período de 1966 a 1985, em que se verifica uma evolução da estrutura urbana decorrente da intervenção do Estado brasileiro, notadamente por parte do governo federal, houve um incentivo à migração para a região amazônica como uma estratégia para a ocupação regional. Por ocasião dessa intervenção estatal, núcleos urbanos foram criados para desempenhar, principalmente, três papéis fundamentais, a saber: atrair o fluxo migratório, contribuir na organização do mercado de trabalho e auxiliar no controle social, atribuindo a urbanização um novo significado, que não se limitava ao aumento do número de habitantes e tamanho das cidades (BECKER, 1997).

Dessa maneira, o novo significado da urbanização se manifestou em duas dimensões que, para Becker (1997), são:

- (a) a do espaço social, referente a um modo de integração econômica, capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto excedentes e, também, de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna;
- (b) a do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos, cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação do excedente, no planejamento estatal e na articulação deste com a sociedade local (BECKER, 1997, p. 52).

Com a decisão do governo federal em urbanizar a região para que a própria população realizasse as prospecções e adaptações necessárias à exploração dos recursos naturais existentes, os núcleos urbanos tornaram-se fator de atração para migrantes e estruturação do mercado de trabalho; tanto os núcleos existentes como os que surgiram sem fim de “[...] pontos de concentração de mão-de-obra para abertura de matas, garimpos ou apoio direto à circulação – canteiro de obra, postos de gasolina –, e frequentemente desaparecem com a extinção da frente de trabalho” (BECKER, 1997, p. 54).

Muito embora a autora faça referências aos desaparecimentos de núcleos com a com a extinção dessas atividades nos mesmos ou em sua circunvizinhança, com relação ao garimpo, ela ressalta seu papel “[...] no povoamento, inclusive na origem e/ou expansão de cidades. Se alguns garimpos estagnam ou desaparecem, outros permanecem fazendo crescer o núcleo em que se apoiaram, e outros que lhes prestaram seus serviços [...]” (BECKER, 1997, p. 77).

Assim, os núcleos urbanos passaram a ser *lócus* da ação político-ideológica do Estado, sediando o aparelho estatal, igrejas, os grupos hegemônicos da fração não-monopolista em formação na nova sociedade, em que se incorporaram valores dominantes e técnicos. Neles se efetivavam as ressocializações, dos migrantes, cooptados principalmente através do comércio que os induz a desejar e a consumir bens, serviços e informações. Dessa forma, explica-se, assim, a urbanização em suas múltiplas formas, desde o crescimento de cidades velhas e novas até a multiplicação de núcleos e povoados fortemente instáveis (BECKER, 1997, p. 54-55), visto que, no período compreendido entre 1970 e 1980, a população urbana da Amazônia brasileira cresceu de 37,7% para 51,8%, sem considerar os núcleos pioneiros que não foram computados como urbanos.

Para Machado (1999), muito embora as intervenções estatais tenham contribuído e influenciado para a ampliação do espaço, circulação de informação, de mercadorias e de trabalho, estimulando a gênese do sistema urbano, a direção e a intensidade desses fluxos apresentam uma dinâmica própria, isto porque o sistema urbano é resultado de duas ordens: da ordem organização intencional ou determinação, impulsionada pela ação governamental, das empresas e das instituições, e da ordem espontânea ou auto-organizativa, resultante de comportamentos humanos adaptativos, inovadores ou conservadores do sistema e que se expressa pelo mercado (de terras, de trabalho, de bens, de serviços e outros. Ou seja, dependendo da intensidade de cada força, pode haver um tipo de urbanização com características e agentes diferenciados.

Muito embora Machado (1999) faça referências às limitações da proposta de Corrêa (1987) para explicar o processo de urbanização da Amazônia brasileira, por não conseguirem conciliar os aspectos aparentemente contraditórios da urbanização regional, pode-se observar convergências nas duas abordagens, entre elas os pontos pertinentes à periodização propostos por Corrêa (1987), quais sejam: a gênese dos núcleos urbanos; funções que desempenham; a dependência a determinados produtos; o sítio urbano; a paisagem urbana; a ampliação do

número de centros da rede; o padrão espacial da rede; o papel dos diferentes agentes sociais no processo produtivo; e as articulações com os espaços exteriores à rede em questão.

Quanto às limitações da teoria de circulação do excedente social, de Becker (1982, 1990), apresentada por Machado (1999), elas não excluem as contribuições de Becker (1990) para a compreensão da diversidade urbana da Amazônia para este estudo. Visto que, o sentido do urbano na fronteira, definido por Becker (1990), não ficava restrito a simples urbanização da população e era também efetivado por meio do crescimento populacional de vilas e cidades da região, pela expansão e proliferação de aglomerados urbanos e pelo excedente de mão de obra (TRINDADE JÚNIOR, 2013a).

De acordo com Becker (1990), os núcleos urbanos concebidos na região tinham como proposta o exercício de duas funções, a saber: a) serviam de base logística para uma mão de obra móvel disponível e polivalente, em geral vinda de outras regiões; e b) suporte para a implantação de políticas urbanas, sobretudo definidas no nível federal, que definiam e estabeleciam condições para a circulação intrarregional e para a ressocialização do migrante no espaço de destino (BECKER, 1990; TRINDADE JÚNIOR, 2013a).

Nesse sentido, a mobilidade da força de trabalho, que passou a ser elemento explicativo para o sentido da fronteira, do crescimento populacional nas cidades, da expressiva expansão de dimensões físicas citadinas e da proliferação de novos núcleos urbanos, era também responsável pela expansão de valores modernos, mesmo sendo formas novas e renovadas de reprodução do capital e de controle social, desempenhando vários papéis na fronteira urbana amazônica (TRINDADE JÚNIOR, 2013a).

Olhando-se na perspectiva de Machado (1999), para quem a ampliação do espaço, a direção e a intensidade dos fluxos de informação e de mercadorias e a mão de obra nos núcleos urbanos apresentam uma dinâmica própria, por serem resultados das intensidades das ordens (organização intencional, determinação, e a espontânea, auto-organizativa), bem como na leitura de Becker (1990), na qual os núcleos urbanos são responsáveis pela expansão de valores urbanos, mesmo sendo formas novas e renovadas de reprodução do capital e de controle social, desempenhando vários papéis no espaço amazônico, entende-se a importância de uma reflexão sobre a diversidade de urbanização na Amazônia e seus múltiplos agentes, como propõe Trindade Júnior (2010b) na noção de urbanodiversidade, como pressuposto para se pensar políticas urbanas em nível nacional.

1.2 Urbanodiversidade

Não se pode mais pensar a Amazônia brasileira como um espaço social homogêneo e, muito menos, analisá-la somente sob categorias e conceitos alheios às suas realidades e diversidades. Como prova disso, destaca-se uma série de trabalhos que, conforme ressaltam Trindade Júnior *et al.* (2011), busca superar essa visão mediante à realização de estudos que revelam a complexidade e a diversidade do espaço regional amazônico, a exemplo das contribuições de Becker (1990, 1998), Machado (1999), Oliveira (2000), Oliveira e Schor (2001, 2008), Porto-Gonçalves (2005).

Na Amazônia, por sua vez, existem formas e conteúdos diferenciados da urbanização, decorrentes de seu processo de ocupação/povoamento por:

[...] grupos sociais diferentes vieram para a região em momentos diferentes por razões diferentes e se engajaram de formas diferentes. Muitas das taxionomias sociais convencionais na literatura estruturalista e em economia espacial, que buscam homogeneizar essa diversidade, parecem rígidas e antiquadas para descrever apuradamente modelos contemporâneos de urbanização regional (BROWDER; GODFREY, 2006, p. 120-121).

Analisar o processo de povoamento na Amazônia se constitui tarefa difícil, pois requer muita atenção acerca das diversidades existentes em uma região que manifesta um quadro de complexidade tanto em suas questões naturais quanto humanas (PORTO-GONÇALVES, 2005; BROWDER; GODFREY, 2006). Nesse sentido, Trindade Júnior *et al.* (2011) chamam a atenção para a diversidade do processo de urbanização na Amazônia, intensificado na região, sobretudo a partir da década de 1960, com a abertura e o consequente avanço da fronteira econômica para esse espaço.

Inspirado em Becker (1990), Trindade Júnior *et al.* (2011) comentam a diversidade associada à urbanização na Amazônia e sistematiza a existência de algumas expressões desse processo na região. Assim, segundo o autor, destacam-se:

[...] a) urbanização espontânea: decorrente de ações de incentivo, especialmente do Estado, à apropriação privada da terra por empresas; b) urbanização dirigida pela colonização particular, direcionada por companhias colonizadoras privadas; c) urbanização dirigida pela colonização oficial: pautado no modelo de urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); d) urbanização dos grandes projetos: difundida por grandes projetos econômicos e de infraestrutura públicos e privados; e) urbanização tradicional: relacionada a cidades com poucas mudanças em sua configuração, muito ligadas ao padrão tradicional, à beira-rio, e com pouca repercussão da expansão das frentes regional (TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2011, p. 118).

Com base nas reflexões do autor em referência, esses tipos de urbanização são manifestados em diversos perfis de cidades e de conteúdos urbanos na Amazônia, ou seja, há uma diferenciação da urbanização na Amazônia brasileira como resultado das ações de múltiplos agentes em diversas sub-regiões desse espaço, em cada uma predominando a atuação de determinados agentes (TRINDADE JÚNIOR, 2013a; TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2011).

Entre os estudos citados por Trindade Júnior (2010b) e Trindade Júnior *et al.* (2011) para se compreender a diversidade de urbanização na Amazônia, encontra-se a contribuição de Porto-Gonçalves (2005), que destaca as diversidades naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes na região amazônica, bem como as contradições dos conflitos e das possibilidades dos povos da floresta, índios, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, parteiras, garimpeiros e outros agentes que resistem à modernidade avassaladora, imposta pelas novas territorialidades do capital e da informação.

Quanto à organização do espaço amazônico, Porto-Gonçalves (2005) destaca que ela ocorreu seguindo dois grandes padrões: o padrão *rio-várzea-floresta*, predominante na região até a década de 1960; e o padrão *estrada-terra firme-subsolo*, comum na região principalmente após a referida década até os dias atuais. Esses dois padrões se concretizaram na região amazônica pelo ciclo da borracha e por projetos como os de integração nacional, a Zona Franca de Manaus, o Avança Brasil entre outros, materializando um desenvolvimento excludente e predatório da diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia brasileira, além de engendrar uma geografia de contradições e conflitos nessa região.

A diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia deve ser contemplada na elaboração de novos cenários para o planejamento de políticas públicas, isto é, políticas que incluam a presença de entidades não controladas pelo governo e pelo capital, para que possam direcionar com autonomia os interesses dos que labutam e lutam de diversas maneiras para, então, continuarem existindo (PORTO-GONÇALVES, 2005). Ou seja, há necessidade de se pensar em políticas que, em vez de excluir, incluam os povos amazônicos e suas diversas formas de existência na região.

Assim como Trindade Júnior (2010b) e Trindade Júnior *et al.* (2011), Pereira (2012) também sinaliza para a importância de se pensar em outras possibilidades quanto à compreensão da urbanização brasileira, para além da forma sistemática, apresentada pelo viés metropolitano e não metropolitano. Nesse sentido, o autor oferece o entendimento de que se

deve olhar a urbanização brasileira por meio de seus espaços subnacionais e pela verticalidade²⁹, uma maneira de pensar que pode contribuir para um entendimento das especificidades de urbanização na Amazônia, uma vez que as suas cidades apresentam uma complexidade que envolve, por exemplo, a abundância de natureza, o rural, o urbano, bem como a presença de indígenas e quilombolas. Assim, para Pereira (2012), pensar a urbanização na Amazônia, dessa maneira, implica em aceitar que:

[...] a vida na cidade não pode ser pensada pela oposição e nem somente pela perspectiva urbanização/industrialização. Do mesmo modo, existe uma população “translocal” capaz de habitar simultaneamente vários mundos, hibridizando identidades e culturas (PEREIRA, 2012, p. 2).

Pereira (2012), ao falar das particularidades do urbano na Amazônia, destaca algumas presenças que acabam por caracterizar e particularizar as cidades amazônicas. Em suas pesquisas, destaca a presença do rural na cidade, como nas observações feitas em Belterra, no Oeste paraense, onde o pescador tira seu sustento do rio e mora na cidade, além dos agricultores e cultivadores de ervas que abastecem a cidade de várias formas, complementando o abastecimento ou garantindo, em partes, o autossustento da cidade.

Nessa mesma discussão, e com base em Pereira (2012), destaca-se que a presença e a diversidade étnica são elementos que também particularizam a vida e a paisagem de muitas cidades amazônicas, a exemplo das 22 etnias existentes em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, bem como dos cerca de 9.000 indígenas pertencentes a 47 etnias nas cidades de Barreirinha, Maués, Parintins, Nova Olinda do Norte e, principalmente, Manaus, também no estado do Amazonas. O autor também identificou situação bem semelhante no estado do Pará, nos intensos fluxos de milhares de indígenas vagando pelas periferias das cidades de São Felix do Xingu, Vitória do Xingu e Altamira, com destaque para a existência de, aproximadamente, 1.500 indígenas nesta última cidade paraense (PEREIRA, 2012).

Para se posicionar sobre a presença dos valores urbanos nas pequenas cidades e na vida rural, e contrapondo-se à afirmativa de Castells (1983), que restringe a ideia de urbano a tudo aquilo que está relacionado à cidade, Pereira (2012) realizou pesquisas em cidades da Amazônia brasileira e, inspirado na contribuição de Harvey (1980) sobre espaço relativo e espaço relacional, procurou analisar, em uma perspectiva dialética, as unidades contraditórias entre os processos mais gerais e os mais particulares que, de alguma maneira, interferiram na construção do espaço-ambiente; processos estes que foram responsáveis por produzir os

²⁹ Segundo Santos (2006), são relações que se dão entre espaços descontínuos no território.

fenômenos de desigualdade, segregação, exclusão e conflitos sociais, propiciados, em grande medida, pelo avanço tecnológico e pela intensificação dos fluxos de informações, cada vez mais capazes de viabilizar as trocas socioculturais entre a vida urbana e a vida rural, estreitando-as cada vez mais.

Esse estreitamento, por sua vez, favorece um hibridismo nas experiências urbanas, que podem ser observadas em algumas cidades do estado do Pará, como Baião, Cametá e Mocajuba, situadas na microrregião do Baixo Tocantins. Nestas, Pereira (2012) destaca a coexistência simultânea de elementos diversos, como a piçarra e o rio, o peixe e o enlatado, o brega e o samba de cacete, o carro e o barco, a antena parabólica e a igreja, o indígena e o homem branco, bem como as cidades-empresa, criadas para servir de base logística aos grandes projetos econômicos instalados na Amazônia (TRINDADE JÚNIOR; ROCHA, 2002; PEREIRA, 2012).

E, por assim pensar, Pereira (2012) ressalta que as definições de cidade pelos aspectos quantitativos e oficiais não contemplam as realidades urbanas da Amazônia, e que nas formulações de políticas públicas urbanas e territoriais, assim como nas realizações de estudos das cidades, deve-se levar em conta as especificidades da região, como a presença da etnia quilombola na cidade, a abundância da natureza na cidade e considerar que o rural e o urbano estão contidos na cidade simultaneamente, não em oposição, mas, sim, em uma relação de complementaridade e hibridização de culturas.

Com base nos argumentos de Fernandes (1979) e Sahlins (1997), Pereira (2012) chama a atenção para o fato de que quem migra do rural para a cidade traz e não apaga suas experiências de vida. Ou seja, trata-se de uma população translocal, que pode habitar em vários mundos, desde o lugar (singular), a região – a Amazônia – (particular) e a totalidade-mundo (capitalismo). Nesse sentido, o autor pontua que reconhecer as particularidades e as singularidades é reconhecer que a expressão “brasis” é menos uma metáfora e mais um sinônimo de complexidade (PEREIRA, 2012).

Assim, e como bem pontua Trindade Júnior (2010b), o estudo da diversidade urbana deve levar em consideração a pluralidade de espaços e tempos que, por sua vez, traduzem-se em conteúdos igualmente plurais de urbanização; complexidade esta responsável por definir pequenas cidades com elementos peculiares da vida urbana moderna, bem como de cidades que revelam características urbano-rurais em sua configuração socioespacial. Como reflexo dessa diversidade urbana, o autor também destaca aquelas cidades que, mesmo sendo rurais,

concorrem com uma psicosfera urbana que, embora não seja dominante em sua difusão, evidencia transformações e confere hibridismo às formas espaciais (TRINDADE JÚNIOR, 2010b).

Inspirado nessas reflexões, Trindade Júnior (2010b) recorre ao atributo da diversidade para compreender a sociedade, as diferenças espaciais brasileiras e as maneiras diferenciadas quanto à manifestação do fenômeno urbano no território brasileiro. Além do mais, cabe ressaltar que o atributo em referência se caracteriza para o autor enquanto um pressuposto fundamental para se pensar em teorias e políticas urbanas plurais, capazes de atendam e mesmo contemplar a diversidade de formas e conteúdos urbanos que marcam a realidade brasileira, sobretudo por não compartilhar do pensamento de que a urbanização brasileira é um fato consolidado. Nessa discussão, e apoiado em Santos (1993), Lefèbvre (2000) e em abordagens quantitativas de instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Trindade Júnior (2010b) estabelece uma diferenciação entre as noções de urbanização da população, urbanização da sociedade e urbanização do território.

Para o autor, enquanto a noção de urbanização da população tem como fundamento os critérios quantitativos estabelecidos pelo IBGE, pautando-se, em grande medida, no número de pessoas que habitam as sedes municipais, a ideia de urbanização da sociedade busca elucidar a difusão de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos no tecido social. No que tange à urbanização do território, Trindade Júnior (2010b) explica que ela pode ser entendida a partir da expansão dos objetos técnicos – a tecnosfera – (SANTOS, 1996b) por sobre o território, que, juntamente com a psicosfera, isto é, os valores urbanos modernos, dão sentido às formas-conteúdo espaciais.

De posse dessa diferenciação, Trindade Júnior (2010b) nos alerta para o fato de que, na Amazônia, faz-se importante refletir o processo de urbanização a partir da difusão da cidade no território, mas também pela propagação da vida urbana e dos valores modernos que a acompanham, tanto nas cidades quanto no campo, configurando uma diversidade de formas e conteúdos que marcam a paisagem e o cotidiano dessa região.

É nesse sentido que Trindade Júnior (2010b) propõe a noção de urbanodiversidade, uma premissa de reflexão e de ação voltada à construção de teorias e agendas urbanas que suplante o simples pensamento abstrato e contribua na tarefa de compreender a diversidade territorial e urbana que marcam a realidade brasileira. Assim entendida, Trindade Júnior

(2013b) ressalta que, no caso de uma região paradigmática como a Amazônia, a ideia de urbanodiversidade:

[...] é revelada não somente por diversas formas de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem normalmente de processos originados externamente à região, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face desses movimentos de diferentes naturezas que chegam à região (TRINDADE JÚNIOR, 2013b, p. 18).

A contribuição de Trindade Júnior (2010b, 2013b), nestes termos, abre possibilidades analíticas muito interessantes à compreensão de outras formas de manifestação do fenômeno urbano na Amazônia, bem como da atuação de outros agentes que, por meio de suas práticas espaciais particulares, conferem feições diferenciadas às cidades dessa região. Dessa maneira, permite-nos não só pensar em uma pluralidade de agentes produtores do espaço urbano, além daqueles convencionalmente apresentados nas matrizes teóricas da geografia, sociologia, antropologia e história, como também a conferir visibilidade às experiências de vidas urbanas e práticas socioespaciais desses agentes, que, no mais das vezes, não são considerados na elaboração das políticas públicas de planejamento e desenvolvimento urbano e regional.

É com base nesses argumentos, e no que concerne aos objetivos desta tese, que se afirma que as cidades fronteiriças representam uma chave para interpretar as particularidades da urbanização na Amazônia, chegando mesmo a contribuir com novas matrizes interpretativas acerca dos modos e valores de vida urbanos, das estratégias de subsistência, das relações de vizinhança, das mobilidades heterogêneas, bem como das formas de sociabilidades e representações políticas na região.

Contudo, é imperativo que nas análises das práticas espaciais desses agentes não se considere que suas ações sejam somente de seu interesse específico, isto porque, “[...] ainda que não desconsideremos os interesses de classes, é preciso que não os coloquemos em um bloco monolítico que dificulte o entendimento das redes de relações configuradas em torno da apropriação do espaço urbano” (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 32).

Nesse sentido, a categoria redes de agentes, entendida por meio das “articulações locais entre os agentes responsáveis pela dinâmica da cidade no processo da apropriação da terra urbana” (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 32), contribui na análise das articulações entre os agentes de atividades vinculadas a extração de ouro legal e ilegal, que não respeitam os limites da fronteira do Brasil e Guiana Francesa, e são motivadas por interesses externos, bem como, a categoria lugar, caso a contiguidade territorial destacada for favorecida por relações

de confiança, desconfiança e proximidade, que tem como características as relações imediatas, pelo reconhecimento mútuo, pelo sentido dado ao vivido e por se voltar para as dinâmicas geográficas das microescalas, numa escala concernente às relações próximas e às experiências do cotidiano (TRINDADE JÚNIOR, 2010a).

Seguindo-se essa linha de pensamento, entende-se que conhecer outros agentes sociais vinculados às diversas urbanizações da sociedade brasileira é propiciar um passo a mais no desenvolvimento de conceitos e categorias para a análise das diversidades existentes no Brasil, em especial no caso da Amazônia, que não se pode continuar concebendo-a como uma região homogênea ou, ainda, analisá-la somente com categorias e conceitos alheios às suas realidades.

Não se trata de desconhecimento das pesquisas em ciências sociais sobre a Amazônia, mas se tem que reconhecer que elas ainda não contemplam a complexidade da região. Ainda se encontram “[...] lacunas na formulação de balanços teóricos mais abrangentes que busquem entender as regularidades, as continuidades, as estruturas e as singularidades do fenômeno urbano na Amazônia” (CASTRO, 2008, p. 13). Ou seja, entender espaços resultantes dos processos combinados de urbanização e globalização, em várias escalas.

1.3 A produção do espaço e seus agentes

Na trilha dos processos combinados de urbanização e globalização, novas geografias se desenvolvem em todas as escalas. As configurações espaço-temporais que emergem desses processos clamam por novos conceitos de espaço correspondentes às condições sociais contemporâneas. Nesse contexto, a teoria da produção do espaço de Lefèbvre (2000), por integrar “[...] sistematicamente as categorias de *cidade* e *espaço* em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis” (SCHMID, 2012, p. 89), é bastante pertinente para a análise da diversidade que envolve a urbanização na Amazônia.

A possibilidade de compreensão e análise de processos espaciais em diferentes níveis, associado ao fato de que Lefèbvre (2000) não tratou o homem de forma abstrata, vivendo em um espaço abstrato, mas, sim, ocupando os espaços e, com sua energia e suas ações, deixando-se ocupar pelo espaço. Nestes termos, a leitura lefebvriana nos permite o entendimento de que o espaço que é produzido é simultaneamente produtor, por conseguinte,

o corpo espacial serve de suporte para a realização das relações de produção e reprodução (LEFÈBVRE, 2000; OSEKI, 1996).

Considerando-se que a atividade de garimpagem de ouro se delinea por conflitos, sonhos, paixões, esperanças, decepções, crenças e negociações, entende-se que, ao integrar espaço e sociedade dialeticamente, a teoria da produção do espaço, de Lefèbvre (2000), permite-nos a compreensão e a análise dos processos de produção espacial em diferentes níveis do urbano da cidade de Oiapoque; processos estes resultantes das relações de produção e reprodução social dos agentes envolvidos em atividades vinculadas à garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira. Por esta razão, destaca-se a utilização de suas noções, e do método do materialismo histórico e dialético para analisar a produção do espaço urbano da cidade Oiapoque, localizada no extremo norte do Brasil, como resultado de práticas sociais associadas ao extrativismo do ouro na Amazônia, que historicamente sempre esteve associada a outros mercados.

1.3.1 Produção social do espaço

A teoria lefebvriana da produção do espaço (LEFÈBVRE, 2000) não se trata de um conjunto de modelos explicativos e/ou interpretativos, mas de enunciações que podem ser utilizadas na elucidação das questões relativas à cidade e ao urbano como objetos inseridos nos processos socioespaciais (COSTA, 2003). Essas concepções compõem um método para construção das inferências constitutivas da argumentação de que há intersecções entre padrões espaciais e processos sociais. Nesta perspectiva, por seu turno, o foco não são as causas e efeitos, mas, sim, a dialética que reúne espaço e sociedade.

A produção do espaço ocorre em dimensões, processos ou momentos que se realizam dialeticamente e de maneira interconectada, gestando uma tríade que se reporta ao percebido, concebido, vivido, ou, dito em outros termos, à prática espacial, às representações do espaço e aos espaços de representações, respectivamente. Assim, se no primeiro se tem a produção material, no segundo se observa a produção de conhecimento, enquanto no terceiro, caracteriza-se a produção de significados (LEFÈBVRE, 2000).

Com as noções de espaço percebido, concebido e vivido, Lefèbvre (2000) fornece o acesso fenomenológico às três dimensões da produção do espaço. Isso porque, essas noções exprimem tanto a dimensão individual quanto social do espaço, revelando a maneira pela qual

o homem se produz na vida social e como, nesse processo, os eventos individuais se articulam na produção da sociedade. Dessa maneira, o espaço percebido diz respeito aos aspectos do espaço que podem ser aprendidos por meio dos sentidos, o espaço concebido se refere ao espaço elaborado intelectualmente, e o espaço vivido representa o espaço dos habitantes, dos usuários e artistas (LEFÈBVRE, 2000; SCHMID, 2012).

Ao analisar o pensamento de Lefebvre, Schmid (2012) afirma que com esta tríade dialética (percebido, concebido e vivido) é possível compreender as intersecções que envolvem, por um lado, a forma como os agentes se apropriam sensorialmente das propriedades do espaço, enquanto, por outro lado, tem-se a compreensão sobre como essas percepções são orientadas previamente pelo pensamento social, cujas representações codeterminam as experiências vividas pelos indivíduos cotidianamente.

No que tange à prática espacial, tem-se que ela é vista antes de ser concebida. Isto porque, ela indica tanto a dimensão material da atividade quanto as interações sociais, dadas em formas de redes de interações e comunicações da vida cotidiana, capazes de viabilizar as relações de produção e de reprodução que ocorrem em lugares específicos e em conjuntos espaciais próprios a cada formação social; fato que, dessa forma, acaba garantindo a continuidade e uma relativa conexão na realidade urbana cotidiana (LEFÈBVRE, 2000, 2001).

Nessa dimensão da produção do espaço, o espaço percebido é resultado da intermediação da ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, organizados e estruturados, e nas relações desses grupos entre eles) e da ordem distante (dirigida por grandes e poderosas organizações como empresas, Igreja, Estado, por meio de códigos jurídicos formais ou não, de uma cultura e de conjuntos de significantes), referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social (LEFÈBVRE, 2000, 2001).

A percepção desse espaço, por seu turno, deve ser combinada com o conceito de prática espacial, para que não represente apenas sua concepção subjetiva/mental, mas que seja também alicerçada numa materialidade concreta e produzida. Assim, ela deve abarcar tudo aquilo que se apresenta aos sentidos; não somente a visão, mas a audição, o olfato, o tato e o paladar. Esse aspecto sensorialmente perceptivo do espaço se relaciona diretamente com a materialidade dos elementos que constituem o espaço (LEFÈBVRE, 2000; SCHMID, 2012).

Em relação às representações do espaço, destaca-se que a dimensão do concebido é fruto das representações mentais que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social, elaboradas por especialistas (engenheiros, arquitetos), políticos, planejadores e “cientistas” urbanos que criam signos e códigos de ordenação responsáveis por fragmentar e restringir o espaço (LEFÈBVRE, 2000). Contudo, é imprescindível que as representações sejam vistas enquanto mediação, o que possibilita inovação na qualidade do processo de conhecimento – o conceito perde o monopólio de explicação da realidade, portanto é parte desse processo (relação representante-representado-representação) como uma dimensão do vivido, como fatos da prática social (LUTFI; SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996).

A terceira dimensão proposta por Lefèbvre (2000), relativa aos espaços de representação, na verdade, busca tratar da dimensão simbólica do espaço. Não se refere, portanto, aos espaços propriamente ditos, mas a algo mais, isto é, ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material); símbolos do espaço que podem ser considerados a partir “da natureza como as árvores ou formações topográficas proeminentes, ou eles poderiam ser artefatos, prédios e monumentos; eles poderiam também se desenvolver a partir da combinação de ambos, como, por exemplo, as ‘paisagens’” (SCHMID, 2012, p. 99).

Desta forma, a produção social do espaço resultado da inter-relação entre: o que se vive e o que se imagina – cotidiano marcado pela experiência; as relações estabelecidas pelas práticas espaciais (trabalho, lazer) – e o que se concebe através de informações produzidas por outros segmentos, tais como signos verbais elaborados por instituições ou pela academia. Assim, para Lefèbvre (2000), pensar o espaço socialmente produzido é não pensá-lo como um objeto, uma coleção de coisas, uma embalagem a ser preenchida, e nem tampouco reduzi-lo a uma forma.

Seguindo essa linha de pensamento, a análise tridimensional da produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque ocorre segundo as três dimensões (prática espacial, representação do espaço, espaços de representações). A prática espacial, entendida “[...] como uma cadeia ou rede de atividades ou interações interligadas, as quais por sua parte residem sobre uma base material determinada (morfologia, ambiente construído) (SCHMID, 2012, p. 100), orienta a compreensão das dimensões materiais, decorrentes das articulações e conexões dos agentes de atividades vinculadas à garimpagem de ouro na cidade de Oiapoque. Tais relações, em termos concretos, configuram-se nas suas redes de interação e comunicação que

se erguem no âmbito de suas vidas cotidianas (a conexão diária entre casa e o local de trabalho) ou no processo de produção (relações de produção e troca).

A representação do espaço, na qual a “[...] prática espacial pode ser linguisticamente definida e demarcada como espaço e, neste caso, se constituir uma representação do espaço” (SCHMID, 2012, p. 102), serve como um esquema organizador ou um quadro de referência para a comunicação. Isso, por sua vez, permite uma orientação (espacial) na cidade de Oiapoque e possibilita uma imagem da área e da paisagem urbana dessa cidade, antes e depois do recorte temporal da pesquisa, e, conseqüentemente, uma compreensão dos desdobramentos das atividades e práticas espaciais dos agentes vinculados à garimpagem de ouro na morfologia material da cidade em estudo, que, nos termos de Lefèbvre (2000), apresenta-se como uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível e arquitetônico.

A terceira dimensão diz respeito aos espaços de representação, da “ordem” espacial que aflora na superfície e, como destaca Schmid (2012), pode se tornar, ela própria, um veículo capaz de transmitir significados. Nesse sentido, o simbolismo espacial que se desenvolve, expressando e invocando normas, valores e experiências sociais (SCHMID, 2012) nos possibilita a identificação dos espaços vividos pelos habitantes da cidade de Oiapoque, notadamente daqueles que estão relacionados à atividade garimpeira e possuem significações associadas a um símbolo material qualquer, expresso na paisagem urbana desse espaço, como as árvores, os rios ou as formações topográficas proeminentes, ou mesmo os artefatos como prédios e monumentos.

Dessa maneira, e a partir das contribuições de Lefèbvre (2000), nota-se que explicar a produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque deve transcender o estudo com foco na morfologia das cidades. Isso porque, o espaço se produz e reproduz nas condições sociomateriais de vida, portanto, deve ser pensado como uma reunião de ações humanas com os objetos que compõe a materialidade existencial na vida cotidiana. Nesse sentido, apresenta-se no próximo tópico estudos voltados para agentes e suas respectivas estratégias na ocupação e apropriação de solos urbanos de forma individual ou coligada, em variados contextos e condições, que contribuem nas identificações dos agentes, formas de ocupação e apropriação das terras na cidade de Oiapoque.

1.3.2 Agentes produtores do espaço urbano

No acontecer histórico, os espaços urbanos se encontram em um processo de constantes redefinições, uma vez que são arenas de conciliações, contradições e conflitos que se manifestam por meio das ações dos agentes envolvidos. Estas atuações, por seu turno, dão-se a partir de uma diversidade de interesses, cujo encontro conflitante forma uma desproporcional mediação entre as necessidades da população em geral e aquelas presentes nos grupos de interesses, sobretudo dos que se encontram inseridos nas instâncias políticas e econômicas, como assevera Furini (2014); dinâmica esta que impossibilita uma análise homogênea da realidade urbana, haja vista que cada sociedade cria seu espaço e seu tempo específicos.

Nesse sentido, para se identificar os agentes produtores do espaço urbano da cidade de Oiapoque, mormente daqueles relacionados à atividade garimpeira realizada na fronteira franco-brasileira, bem como suas influências na dinâmica dos circuitos econômicos e nas tomadas de decisões que demarcam as particularidades desse espaço, é imperativo conhecer as tipologias de agentes produtores do espaço urbano, os papéis que desempenham e suas estratégias no uso, ocupação e apropriação de terras em áreas urbanas em contextos diversos.

As ciências sociais em geral, e a geografia em específico, vêm realizando um notável esforço de sistematização dos agentes sociais da produção do espaço e de suas práticas espaciais (CORRÊA, 2011). Entre os trabalhos pesquisados, sobretudo daqueles que pudessem contribuir na identificação, comparação e análise dos agentes em estudo, destacam-se as contribuições de Form (1954), Lefèbvre (1999, 2000, 2001), Capel (1974, 2013), Clichevsky (2000), Harvey (1980), Roncayolo (1986), Santos (2008), Corrêa (1986, 2011), Carlos (2011) e Vasconcelos (2011). Falemos um pouco de cada um.

Para Form (1954), o primeiro passo é abandonar a ideia de que os indivíduos competem pelo uso da terra de forma impessoal e, em seguida, identificar as forças sociais que atuam no mercado de terras, visto que este mercado é altamente aparelhado e dominado por uma série de organizações que interagem, de forma competitiva ou não, em tempos variados e em conformidade com seus interesses. Entendendo-se como essas organizações se estruturam, obtêm-se parâmetros dos padrões de mudança de uso da terra e das pressões institucionais.

Pesquisas preliminares entre as muitas associações e interesses na sociedade americana detectaram quatro tipos de grupos sociais ou complexos organizacionais que dominavam o mercado da terra, independentemente do uso a qual ela era colocada. Esses grupos poderiam ser classificados pela sua importância neste mercado em negócio imobiliário e de construção³⁰; indústrias, empresas e serviços públicos maiores³¹; donos de casas individuais e outros pequenos consumidores de terras³²; e agências governamentais locais que lidam com a terra³³ (FORM, 1954)

Além dos citados, Form (1954) também reconhece a existência de outros grupos sociais ou complexos organizacionais com menores graus de importância. Segundo o autor, uma vez identificados estes grupos, deve-se encontrar a natureza das relações sociais deles e dos complexos organizacionais para a solução de questões oriundas das relações harmoniosas e conflitantes desses grupos quanto ao uso da terra, sendo necessário, então, utilizar um modelo analítico que avalie as relações sociais entre ambos em uma determinada realidade.

Por questões metodológicas, Form (1954) esclarece que nas análises das relações entre esses grupos sociais ou complexos organizacionais, quer seja em suas dimensões estruturais ou em suas dinâmicas, deve-se entender que cada complexo organizacional é composto de grupos, associações, agregações, categorias sociais e outros tipos de nucleações sociais. Estes complexos podem ser denominados como agrupamentos, para facilitar a comunicação.

Em um esquema analítico voltado para avaliar as relações entre os quatro grupos sociais ou complexos organizacionais citados, podem-se considerar os seguintes elementos: a quantidade e os tipos de recursos econômicos que cada agrupamento tem para reforçar suas

³⁰ Sua importância deriva do seu conhecimento sobre o mercado de terra na cidade e dos possíveis grupos compradores. Entendê-los possibilitaria uma visão mais aprofundada sobre a dinâmica da mudança de uso da terra, uma vez que eles interagem com todos os outros interesses urbanos no uso dela. Uma boa análise das organizações imobiliárias seria um bom ponto de partida para construir uma ecologia sociológica (FORM, 1954).

³¹ A importância desse grupo não se justifica pelo grande consumo de terras, mas, sim, pela compra de parcelas maiores e mais estratégicas. Suas localizações tendem a influenciar no padrão de seu uso para outras organizações econômicas e não econômicas. As decisões quanto às suas localizações, em geral, são uma resposta a circunstâncias históricas peculiares na comunidade (FORM, 1954).

³² Sua importância é tangencial à estrutura do mercado da terra. Suas decisões na grande maioria na compra ou venda, estão relacionadas a questões pessoais, ou por circunstâncias alheias a suas vontades (FORM, 1954).

³³ Conselhos de zoneamento, comissões de planejamento, conselhos escolares, comissões e outras agências: funcionam de forma interligada. Seus relacionamentos com outros grupos da comunidade variam de acordo com as correntes políticas que detêm o poder. Elas não são consumidoras de terras e sim mediadoras de interesses conflitantes entre os grupos que as usam. Só as adquirem nos casos de pressões públicas e privadas. Algumas dessas agências tentam cumprir um plano da cidade que estabelece o padrão esperado do desenvolvimento ecológico (FORM, 1954).

decisões de uso da terra³⁴; e as funções ou estratégias de cada “agrupamento” no mercado de terras.

O setor imobiliário, classificado entre os quatro grupos pela sua importância no mercado de terras, maximiza seus ganhos divulgando aquelas que estão disponíveis; organizando-as entre os diferentes segmentos da comunidade; controlando seus valores para garantir estabilidade e continuidade da sua renda; e operando por meio de corretores de imóveis que contatam com agências políticas³⁵, de cidadania³⁶ e de negócios³⁷.

Quanto à organização interna, os agrupamentos diferem entre si de forma considerável. O conhecimento dessas diferenças é relevante na avaliação de suas mobilizações na luta pelo controle das terras, alvos de seus interesses (FORM, 1954). Para exemplificar o poder e a influência da organização nos/entre agrupamentos no mercado da terra, o autor diz que, em muitos casos, grupos com poucos recursos econômicos se organizam e se sobrepõem a grupos maiores economicamente, mesmo que divirjam nas suas estruturas internas, nas relações externas e nas estratégias de ação (FORM, 1954).

Portanto, em estudos sobre o uso da terra é imperativo analisar alianças e arranjos no/entre os agrupamentos, bem como suas tendências de mercado. Em Roncayolo (1986), por sua vez, observa-se que a atenção já não se volta para os consumidores do solo urbano, mas, sim, para os produtores do espaço ocupado pela construção. É uma ratificação das críticas que Form (1954) faz à ecologia humana, referente à competição irresponsável, ao mercado livre e aos processos subconscientes que distribuíram os grupos nas cidades.

³⁴ A diferença de poder aquisitivo influi na aquisição e uso da terra – a indústria por ter capital e propriedades, detém mais imóveis do que o setor imobiliário; as agências governamentais, além de contarem com recursos oriundos de tributos detém o poder de expropriar terras em seu próprio nome ou em nome de qualquer interesse que possa controlá-lo; o proprietário da casa individual e o pequeno empresário têm menor poder de ação por contarem com poucos recursos econômicos. Assim, para entender o controle da terra de uma comunidade, deve-se avaliar cuidadosamente o recurso econômico de cada grupo, considerando-se que eles compreendem apenas uma célula da análise estrutural das mudanças no uso da terra (FORM, 1954).

³⁵ As agências governamentais desempenham funções bastante diferentes e por vezes conflitam-se entre si. Tais conflitos são comuns em casos de: proteção de receitas fiscais, aquisição de terra para usos específicos públicos ou quase públicos, alteração de padrões de uso da terra. Elas também atuam como câmara de compensação e canal de comunicação para aqueles que precisam de dados sobre o uso da terra. Sendo sua mais importante função mediar conflitos entre grupamentos no uso da terra por meio de sua autoridade (FORM, 1954).

³⁶ Os residentes individuais e os pequenos empresários agem na defensiva de forma sentimental contra a invasão, para prevenir mudanças no uso da terra que ameacem seus investimentos econômicos e sociais, não desempenham papéis dinâmicos na mudança dos usos das terras urbanas (FORM, 1954).

³⁷ Encontram-se os homens de negócios do setor imobiliário interessados por grandes áreas de terras para empreendimentos específicos e espasmódicos possuidores de grandes extensões de terra que procuram adquirir outras próximas das suas atuais operações, com o intuito de dominar a paisagem da comunidade gerando muitas vezes conflitos com outros grupos por questões econômicas.

Por outro lado, ao analisar o solo urbano, deve-se centralizar a atenção àqueles que exercem um poder social na cidade: proprietários de terrenos e de imóveis, proprietários individuais³⁸; organizações econômicas³⁹; companhias ou sociedades imobiliárias, empresas de construção civil e empresas que orientam e intermediam as diversas fases da construção⁴⁰; e poderes públicos⁴¹ (RONCAYOLO, 1986). Contudo, não basta identificá-los, convém, ainda segundo o autor, “[...] definir os papéis de cada um deles e o modo como se articulam; o esquema é sem dúvida diferente, consoante às formações históricas; e uma modelização que não leve isso em conta torna-se artificial” (RONCAYOLO, 1986, p. 452).

Desta forma, elabora-se uma análise desses atores e de suas articulações no uso e apropriação do espaço urbano nas sociedades, sobretudo por se configurarem como produtores do espaço ocupado pela construção, como: proprietários de terrenos⁴², proprietário fundiário ou de imóveis⁴³ e proprietário individual⁴⁴.

Tais atores representam a maior parte dos donos e construtores de patrimônio imobiliário, fazendo com que “[...] o papel do proprietário individual não pode, pois, definir-se de uma maneira abstrata, fora do estatuto e do poder social e econômico, alheio à clientela da qual obtém seus rendimentos” (RONCAYOLO, 1986, p. 452). Esses atores podem exercer um monopólio relativo a certas localizações e empregos – de forma relativa – porque seus interesses podem ser ameaçados pelas alterações da estrutura urbana.

As estratégias de intervenção, utilizadas pelos atores anteriormente citados, no mercado da terra urbana apresentam a seguinte configuração: empresas de construção civil⁴⁵;

³⁸ Os quais possuem autonomia para agir através da constituição e da gestão dos seus patrimônios.

³⁹ Podem utilizar os espaços para seus próprios fins, interferindo na construção da cidade.

⁴⁰ Que mantém uma estreita relação de dependência com os organismos financeiros.

⁴¹ Que de várias formas, e por vezes contraditórias, acompanham as ações do capital privado na cidade.

⁴² Além de receber “[...] o ‘tributo’ da renda exerce um direito, sobre o imóvel e o subsolo (salvo no caso de arrendamento do terreno ou de rescisão do contrato no qual a própria propriedade figura como dividida)” (RONCAYOLO, 1986, p. 452).

⁴³ Considerado um ator duplamente beneficiado na expectativa de possíveis valorizações de suas terras, contribui para a inflação do valor do terreno, para a escassez de habitações. Esses mecanismos de ações esclarecem em parte a evolução do estoque imobiliário (RONCAYOLO, 1986).

⁴⁴ Não se concentra em uma área restrita, pois suas decisões na hora de construir são influenciadas pelas variações do mercado do solo, dos custos de construção e do poder de aquisição dos eventuais inquilinos.

⁴⁵ Com foco no lucro, procuram melhorar suas técnicas aumentando sua produtividade e reduzem seus custos. Não obstante, seus objetivos não são alcançados somente melhorando seus processos internos, seus custos e possíveis lucros, mas também dependem de fatores externos, como: das flutuações do mercado, dos investimentos fundiários e da localização, o que dá uma dimensão da renda provável da clientela, determinando a qualidade da construção. Observa-se que “[...] em sentido restrito, o processo de construção do imóvel está, pois, subordinado ao conjunto de operações que o condicionam e o precedem” (RONCAYOLO, 1986, p. 453).

empresas imobiliárias⁴⁶; poderes públicos⁴⁷. Observa-se que os variados grupos sociais e seus modos de produção do espaço urbano podem coexistir atendendo a clientelas e usuários diferentes, em especial no terceiro mundo, onde as cidades crescem de uma forma muito rápida e socioeconomicamente heterogênea. Isto porque, a cidade manifesta “[...] a relação conflitual entre salário, custo de produção da indústria e aluguel; a oposição de interesses entre proprietários e empreiteiros” (RONCAYOLO, 1986, p. 454).

Entretanto, Roncayolo (1986) chama a atenção ao dizer que os mecanismos sociais e as sociedades se diferenciam de uma cidade para outra, em conformidade com as variações da composição dos grupos sociais, da sua repartição territorial e das orientações políticas. Ressalta, ainda, que as estruturas materiais e culturais de uma sociedade se corrigem lentamente, e que o imobilismo das construções existentes, a utilização do solo e a preferência da clientela dependem do crescimento e das alterações que ele e as relações sociais provocam na sociedade urbana. “São as relações sociais no sei o de uma sociedade histórica que persistem à organização do espaço urbano” (RONCAYOLO, 1986, p. 457).

Capel (2013) não contradiz Form (1954) e Roncayolo (1986) ao entender que os agentes que atuam na construção da cidade foram os mesmos ao longo da história, nem, tampouco, contesta a forma como eles se articularam. Para Capel (2013), a história dos agentes urbanos e as construções das cidades se distinguem nas seguintes fases: a primeira delas, a fase pré-industrial ou pré-capitalista, estende-se, na Europa, até o início do século XIX, com a permanência de algumas relações sociais, como a feudal.

A segunda fase, a capitalista, também conhecida como industrial em alguns países, se estendeu ao longo do século XIX e grande parte do século XX, até meados de 1975. No começo dessa fase havia um predomínio de forma decisiva dos proprietários da terra e dos

⁴⁶ Que determinam “[...] a natureza e dimensão das operações, é então decisivo e reflete a intervenção de um capital mais ou menos concentrado na fabricação do espaço urbano” (RONCAYOLO, 1986, p. 452). As operações dessas empresas podem acontecer na conversão dos terrenos em bens imobiliários, para vendas com ou sem edificações, na eventual gestão do patrimônio construído. Quanto às intervenções do capital nas operações dessas empresas, elas estão fortemente associadas e influenciadas pelas estratégias de lucro no capital bancário, consequentemente, influenciando as necessidades e o gosto dos compradores, o destino social dos terrenos e a carga simbólica própria de certos locais (RONCAYOLO, 1986).

⁴⁷ Intervêm na produção do espaço urbano através das construções subvencionadas ou pelas regras do urbanismo que, entre outras, regulamentam e determinam as dimensões das edificações, ruas e praças, e garantem a salubridade e a circulação individual e coletiva e embelezamento da cidade, e, quando necessário, em expropriação de terras ou edificações para utilidade pública. Muito embora a intervenção pública seja em nome da coletividade ela não anula a influência dos mecanismos sociais, visto que a escolha dos locais e a construção dos equipamentos coletivos geram diferenças espaciais que refletem no valor de uso e no valor de troca dos terrenos circundantes. Uma planificação urbana, mesmo apoiada em regulamentos voltados para os interesses coletivos, não consegue corrigir desvios ou as práticas de determinados grupos sociais (RONCAYOLO, 1986).

construtores, seguidos do setor imobiliário. Os últimos, por intermédio de sociedades e empresas, começaram de forma lenta no decorrer do século XIX e se intensificaram no século XX.

A terceira fase começou nas últimas décadas do século XX, no último estágio do desenvolvimento e reestruturação do capitalismo, o que veio a ser chamado de conglomerado financeiro. Presenciou-se uma intervenção do capital nacional e internacional de forma intensa no mercado imobiliário. O capital se tornou um elemento fundamental na urbanização, por meio de uma série de agentes, como: os que desempenhavam funções legais; os ligados à construção (construtores, empresas auxiliares, arquitetos, agrimensores, engenheiros etc.); e o conglomerado de publicidade, marketing e vendas. Nessa fase o Estado adquiriu importância fundamental no processo de urbanização, regulando e intermediando interesses públicos e privados (CAPEL, 2013).

Capel (2013), com o objetivo de refletir sobre os fatores que afetaram a morfologia urbana, tomou como quadro territorial de referência diferentes países do Ocidente, especialmente a Espanha. Nesse sentido, entendeu que seria pertinente, em um primeiro momento, apontar a complexidade das ações dos agentes em áreas urbanas que interferiam nas diferentes tipologias reconhecidas nas morfologias das cidades, no espaço urbano e nos processos de sua produção.

Entre esses agentes, o autor destaca os proprietários da terra, com potencial de liderança na plotagem e na urbanização, arregimentavam agentes públicos, grandes empresas, construtores e promotores de construção imobiliária, por meio de operações e combinações variadas. Existiam outros agentes envolvidos, com papéis de menor significado. Todavia, independentemente do grupo ou agente, nas operações ou combinações sempre se encontrava presente, no ponto de partida, um fluxo de capital para seu financiamento, o que levava a um jogo desigual entre diferentes classes sociais (CAPEL, 2013).

Nesse jogo, as combinações entre agentes diferentes, na busca de maximizar seus recursos, alternavam-se em conformidade com os interesses do momento. O jogo da construção da cidade tinha como regras as normas legais e as portarias municipais. Estas apontavam as possibilidades e limitações de ações desses agentes. Mas, como em todo jogo, existiram os trapaceiros, que infringiam as regras ou as violavam, por meio da corrupção (CAPEL, 2013). Por serem muitos os envolvidos no jogo, e com interesses variados, em uma análise, o autor voltou sua atenção para os agentes que faziam os investimentos, pois eles

decidiam onde e em quais ramos de atividades os recursos financeiros seriam aplicados. Suas decisões, portanto, influenciavam social e economicamente outras pessoas a seguir os caminhos por eles traçados, fomentando exclusões sociais e grandes paradoxos, como a existência de grandes quantidades de casas vazias e pessoas sem casas para morar (CAPEL, 2013).

Para Capel (2013), nesse jogo existe a presença de atores⁴⁸ e agentes urbanos⁴⁹ com ações bastante distintas. Os agentes urbanos podem ser classificados, de acordo com sua atuação, como públicos e privados; de acordo com sua forma de atuação, como individual ou corporativa; de acordo com seu caráter inovador, como tradicional ou moderno; de acordo com sua forma de ação, tal como os que agem indiretamente⁵⁰, mas condicionam a geração da morfologia urbana, ou mesmo aqueles que fazem isso diretamente⁵¹ (CAPEL, 2013). Destaca-se, também, os movimentos populares, que se envolvem em reivindicações, paralisando frente a decisões já tomadas ou revertendo decisões em prol da coletividade. Por esse motivo eles deixaram de ser atores simples e conseguiram se tornar, de fato, agentes urbanos (CAPEL, 2013).

Tais agentes produzem a morfologia da cidade, tornando-a um lugar de conflito e colaboração entre estes e outros atores, que também podem ser identificados e distinguidos como públicos⁵² e privados – os cidadãos que se movem e agem na cidade, utilizam-na e a aproveitam, além da indústria de desenvolvimento urbano⁵³.

O conjunto de agentes que contribuem na transformação do espaço rural para espaço urbano pode ser considerado como agentes urbanizadores⁵⁴. Esses podem ser vistos como

⁴⁸ São todos os indivíduos e grupos sociais presentes na cidade, que vivem e se movem nela.

⁴⁹ São aqueles que têm a capacidade de intervir na construção da cidade, por meio de acordos, conflitos e transações.

⁵⁰ São os que exigem determinados tipos de edifícios para várias utilizações: os empresários de empresas industriais que decidem a construção de uma fábrica; os proprietários de empresas que exigem edifícios de escritórios; os proprietários de terras que vendem suas terras para uso urbano ou mantêm seu uso rústico; os financeiros que concedem ou não o capital ou créditos necessários (CAPEL, 2013).

⁵¹ São os que constroem e colaboram no processo de transformação do solo e lançamento no mercado: construtores e desenvolvedores de imóveis, com todos os seus assistentes (arquitetos, avaliadores, vendedores e publicistas, entre outros) (CAPEL, 2013).

⁵² Os agentes públicos: o governo central, regional e local, nas esferas federal, estadual e municipal.

⁵³ Suas atividades são necessariamente relacionadas com grupos financeiros que investem em operações imobiliárias ou nas infraestruturas necessárias. Fazem parte dos agentes urbanos quem realmente constroem a cidade, determinando sua morfologia: os proprietários da terra, os proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários, empresas de construção, técnicos a serviço da promoção, construção e marketing; o conjunto formado por especialistas em compra de terras, construtores, subcontratantes, arquitetos, agentes de marketing, especuladores, consultores legais etc. (CAPEL, 2013).

⁵⁴ Ou imobiliários que produzem, a partir de construções já realizadas, subdivisões, ou seja, pessoas que adquirem um imóvel e o transformam para outra utilidade de uso urbano com vistas a um novo consumidor.

essenciais, por suas iniciativas e capacidade de decisões; e os outros envolvidos, podem ser vistos como secundários ou auxiliares, na medida em que ajudam nos processos de decisões ou são colaboradores necessários na urbanização e construção, como técnicos de construção, advogados, planejadores, políticos etc.

A distinção da atuação⁵⁵, dos objetivos⁵⁶ e dos interesses entre os agentes privados e públicos é fundamental para entender as situações atuais e tendências no uso do solo urbano. Analisar como esses grupos agem e são guiados por diferentes critérios e valores que influenciam no resultado de suas ações, visto que os resultados das intervenções espaciais podem ter diferenças marcantes pela predominância de alguns ou de outros interesses e objetivos (CAPEL, 2013).

Para Capel (2013), na identificação dos diferentes agentes urbanos, deve-se pensar além da geografia da urbanização e construção da cidade, indo-se à geografia dos agentes urbanizadores e construtores, o que não tem sido fácil no campo da pesquisa urbana. Prestar atenção aos comportamentos individuais que afetam a organização do espaço, dentro de uma perspectiva em que a realidade urbana seja estudada voltada à ação individual, de maneira que não seja simplesmente seguir certos imperativos estruturais ou a lógica do sistema capitalista. Assim, não se deve dar atenção ao sistema capitalista como um todo, mas, sim, às múltiplas frações que o constituem: o capital imobiliário desempenhando o papel de organizar e equipar o espaço para aumentar a ação dos capitais comercial, industrial e financeiro no desenvolvimento urbano apoiado pelo Estado.

Quanto às estratégias dos agentes no uso do solo urbano de Barcelona, os estudos de Capel (1974) revelaram que, na sociedade capitalista, os espaços da cidade em geral não pertencem a seus habitantes e nem tampouco são modelados em função de seus interesses, mas sim de acordo com interesses de alguns agentes sociais que se utilizam dos mecanismos legais e ilegais na esperança de garantir legalidade no futuro. Dentre os principais agentes e suas estratégias que foram identificadas por Capel (1974), encontram-se:

⁵⁵ Os agentes públicos podem atuar de forma harmoniosa ou conflitante, no âmbito do Estado, em diferentes níveis: o governo central, regional e local. Nem sempre os objetivos e interesses dessas três esferas governamentais são harmoniosos. Muitas desarmonias são causadas pela existência, entre os agentes públicos, de pessoas corruptas que procuram atender seus interesses particulares (CAPEL, 2013).

⁵⁶ Os agentes públicos buscam melhorias da qualidade de vida, bem-estar social, preservação de valores ambientais ou estéticos (CAPEL, 2013). Os agentes privados buscam benefícios econômicos. Por vezes também existem diferenças de objetivos entre os mesmos agentes privados; alguns buscam diretamente o benefício econômico, outros podem buscar poder político ou prestígio social (CAPEL, 2013).

- grandes empresas industriais e de serviços: na aquisição do solo urbano, esses agentes tinham suas ações norteadas pelas localizações próximas às redes de comunicação, bem como de outras infraestruturas e de amplos espaços para instalação e futuras expansões; ações estas que, de acordo com Capel (1974), levavam à especulação do preço do solo para novos investimentos. O autor ainda observou que as ações de redução salarial dos trabalhadores dessas empresas, com o objetivo de aumentar os lucros, também afetava o preço de produção da habitação, provocando conflitos de interesses com os grandes e pequenos proprietários de solo;
- proprietários do solo: existia uma distinção de interesses e estratégias entre os grandes e pequenos proprietários. No que diz respeito aos grandes proprietários, suas táticas consistiam em: i) dividir legalmente o interior do perímetro urbano, a partir da lei do solo; e ii) utilizar mecanismos legais. Capel (1974) destaca que quando esses agentes não conseguiam legalidade para seus interesses, eles fomentavam bairros de autoconstruções na periferia da cidade, na esperança de, posteriormente, tornarem-se áreas legalizadas, abrindo possibilidades para novas ações. Em relação aos pequenos proprietários, o autor assinala que as estratégias desses agentes eram movidas pelos interesses de construções – notadamente as mais valiosas – e consistiam em usar, aguardar e fomentar sistemas legais que permitissem a valorização individual de sua propriedade e/ou edificação. Ambas as estratégias, de pequenos e grandes proprietários, produziram a elevação no preço do solo de Barcelona, conforme destaca Capel (1974);
- promotores e empresas de construção: a produção física do espaço urbano se realizada por meio da atuação tanto de promotores quanto de empresas de construção. Assim, a “morfologia” urbana passa a ser resultado de opções e decisões adotadas por esses agentes, que, no caso espanhol estudado por Capel (1974), foram impulsionadas pelo déficit habitacional, provocado pelo aumento da concentração urbana. Tal déficit determinou a existência de uma demanda permanente sem satisfação, já que, em um mercado capitalista, de livre concorrência, partes significativas da população não podiam satisfazer suas necessidades de habitações. Nesse cenário, Capel (1974) ressalta que as estratégias de promotores e empresas de construção consistiram em: i) dirigir a

produção de imóveis para satisfazer a demanda da população com poder aquisitivo; e ii) obter ajudas estatais na aquisição de imóveis para satisfação da demanda da população sem solvência;

- Estado: Capel (1974) pontua que as ações do Estado na gestão do solo urbano espanhol ocorreram por meio dos organismos públicos, na busca de superação das contradições surgidas entre os diferentes agentes que faziam e refaziam o solo urbano, oriundas dos conflitos entre as diversas classes de proprietários do solo, os proprietários dos meios de produção, os promotores e entre as grandes e pequenas empresas imobiliárias. Dessa maneira, garantir interesses, arbitrar litígios entre os agentes envolvidos e legislar as questões urbanas foi, precisamente, o papel do Estado no caso analisado por Capel (1974).

Enquanto Form (1954), Capel (1974, 2013) e Roncayolo (1986), direcionam suas atenções para agentes ou atores na produção do espaço urbano, Lefèbvre (2000) volta-se para a influência dos capitais e do capitalismo nas questões práticas referentes ao espaço, expressadas na construção de imóveis, na repartição de investimentos e na divisão do trabalho, independentemente do lugar.

O capitalismo que parecia se esgotar encontrou novas forças na conquista do espaço – aparentemente só por meio da especulação imobiliária, tanto nas grandes obras (dentro e fora da cidade) como na compra e venda dos espaços. Contudo, tal estratégia vai muito além da compra e venda dos mesmos de forma fragmentada, ela faz o “[...] espaço entrar na mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão” (LEFÈBVRE, 1999, p. 141).

Lefèbvre (2000) fala de um capitalismo que se compõe de muitos elementos, como o capital fundiário, o capital comercial, o capital financeiro. Esses diversos tipos de capitais se entrelaçam com os diversos mercados, a exemplo do das mercadorias; da mão de obra; dos conhecimentos; dos próprios capitais; e o do solo. Isto porque, para uns, o capitalismo pode representar o dinheiro e suas capacidades de intervenção nas operações comerciais, considerando-se que “tudo” se compra e se vende; e para outros, pode representar aos atores das sociedades nacionais e multinacionais, bancos, promotores, autoridades (LEFÈBVRE, 2000).

Ainda segundo Lefèbvre (2000), a presença do capitalismo na produção do espaço urbano faz com que os que o produzem não gerenciem a produção e as reproduções sociais que acontecem nele. Afirma também que “[...] se consideramos a cidade como uma obra de certos agentes históricos sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos), sem com isso separá-los de seu produto” (LEFÈBVRE, 2001, p. 54).

Os produtores do espaço sempre agiram segundo uma representação, enquanto os usuários suportam o que se lhes é imposto. Se observado de uma forma mais ampla, a produção, o consumo do espaço e “[...] a urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalista, na medida em são guiadas pelos ditames da propriedade privada, e são regulados pelas necessidades do capital de gerar valor excedente” (BOTELHO, A., 2007, p. 23). Nesse sentido, o espaço urbano, em particular, passa a ser cada vez mais influenciado pela dinâmica do modo de produção capitalista e a ter mais importância para os capitais.

Harvey (1980), por seu turno, prefere utilizar os conceitos de valor de uso e valor de troca na análise da atuação dos atores no mercado do solo e considerar suas benfeitorias como mercadoria na economia capitalista contemporânea. Contudo, salienta que essa utilização requer uma atenção especial quanto ao significado que esses valores assumem.

O solo e suas benfeitorias diferenciam-se de outras mercadorias pelos seguintes aspectos: não podem deslocar-se livremente – condição que favorece o monopólio e dá privilégios à pessoa que tem o direito de determinar o uso da localização; são mercadorias indispensáveis para a existência no espaço; possuem uma baixa frequência de mudança de proprietários; são benfeitorias que possibilitam aos indivíduos o valor de uso e de troca – dada a permanência do solo e a probabilidade de vida das benfeitorias; os diferentes usos e valores que podem assumir, os quais se refletem nas necessidades, reivindicações sociais, idiossincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares.

Utilizando essa linha de raciocínio em seu estudo sobre o solo urbano de Baltimore, Harvey (1980) observou que a ocupação do mesmo era feita por um grupo diversificado de agentes produtores do espaço urbano, sendo que cada um tinha um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca da terra, em conformidade com seus interesses: usuários proprietários⁵⁷; locatários e outras espécies de usufrutuários⁵⁸; corretores de

⁵⁷ Tornam-se interessados no valor de troca em dois momentos: no momento da compra e quando reconhecem suas limitações orçamentárias para reformas necessárias.

imóveis⁵⁹; proprietários⁶⁰; incorporadores e a indústria da construção de moradias⁶¹; e instituições governamentais⁶².

Bahiana (1978) faz uma análise dos trabalhos de Form (1954), Capel (1972), Harvey (1980), Clichevsky (1975) e Borja (1975) e conclui que seus estudos apareceram como críticas às perspectivas de análise do uso do solo urbano da Escola de Ecologia Humana e Econômica, além do que, apresentam uma visão de uso e mudanças no uso do solo urbano bem diferente do simples enfoque econômico ou ecológico. Observa, ainda, que novas variáveis são incorporadas e, com isso, “[...] as forças sociais que operam na cidade são levadas em conta, surgindo então a ideia de grupos, organizações ou agentes, os quais têm aspecto decisivo no uso e mudanças de uso do solo urbano” (BAHIANA, 1978, p. 61).

Bahiana (1978) também observa a possibilidade de existir um fio condutor entre os autores analisados que possa dar uma noção quanto aos agentes modeladores do solo urbano. Nesse sentido, resumindo os trabalhos analisados, procura elaborar uma “tipologia” dos agentes que agem no mercado de solo urbano, a saber: moradores (proprietários ou inquilinos)⁶³; proprietários de solo (rurais ou urbanos)⁶⁴; indústria imobiliária⁶⁵; indústria de construção civil⁶⁶; proprietários industriais⁶⁷; e setor público (o Estado)⁶⁸. Ainda conforme o

⁵⁸ Procuram maximizar os valores de uso por meio do valor de troca.

⁵⁹ São agentes que pouco contribuem para o valor de uso, já que eles atuam no mercado de moradia obtendo lucros através da compra, venda e custos de transação (de seus serviços ou para terceiros).

⁶⁰ Operam predominantemente com o valor de troca por meio de aluguel para aumento da sua renda ou para maximizar sua riqueza.

⁶¹ Empenham-se em criar valor de uso para outros, objetivando valores de troca para si: compra; preparação do solo; construção de moradia – envolvendo grande soma de recursos; instituições financeiras – interessadas em obter valores de troca que financiam oportunidades para a criação de uso e o desenvolvimento patrimonial real para a indústria, comércio, residência e outros.

⁶² Atuam por meio de processos políticos interferindo no mercado de moradia e de ações administrativas que vão da normatização do uso do solo e criação de infraestrutura até a isenção de impostos como forma de viabilizar investimentos em nome do valor de uso.

⁶³ Possuem pouca influência nas decisões sobre a locação do solo urbano. Ficam atentos para evitar possíveis fatores econômicos e sociais que possam afetar suas qualidades de vida. Na concepção de Bahiana (1978), o papel da população moradora, enquanto usuária da cidade, “[...] é bem salientado por CAPEL, quando ele observa o caráter econômico do espaço urbano, bem como por HARVEY ao apontar as qualidades monopolísticas a ele inerentes” (BAHIANA, 1978, p. 61).

⁶⁴ Objetivam especular o preço do solo urbano para maximizar seus lucros sem se preocuparem com o destino que será dado ao solo, envolvendo-se em especulações imobiliárias (BAHIANA, 1978).

⁶⁵ Composta por organizações que transacionam com solo urbano e equipamentos com o intuito de agregar valor na terra. Seu objetivo maior é a troca, com ações abrangentes buscando organizar e modelar o mercado conforme seus interesses, controlando os valores para assegurar estabilidade e continuidade de lucros, o que gera conflitos com outros agentes por questões éticas e econômicas (FORM, 1954; BORJA, 1975; BAHIANA, 1978).

⁶⁶ Para Bahiana (1978, p. 61) Harvey (1980) é o autor que melhor caracteriza este grupo, pois “[...] diz que [os agentes] estão envolvidos no processo de criação de novos valores de uso, para outros, com a finalidade de criar valores de troca para si mesmo”. Nesse sentido, as ações dessa indústria estão vinculadas à indústria imobiliária, para ambas, o imóvel tem valor de troca e não de uso. Por conta de seus interesses em maximizar seus lucros, podem ocorrer conflitos com outros grupos, no que se refere à qualidade dos equipamentos oferecidos.

autor, a possibilidade de se identificar, com clareza, como os agentes se organizam e competem entre si no processo de gestão do espaço urbano não elimina a dificuldade de se estruturar um corpo de teoria em torno dessas ideias; razão pela qual ele concorda com Harvey (1980) em relação ao embaraço de se juntar, em um quadro de referência coerente, as ações e os interesses individuais e coligados de todos esses agentes (BAHIANA, 1978; HARVEY, 1980).

Em Corrêa (1989), observa-se um trabalho focalizado nos processos e nas formas espaciais em cidades capitalistas brasileiras, nas quais o espaço urbano é feito e refeito por ações concretas dos agentes sociais, como os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Para Corrêa (1989), esses agentes utilizam estratégias variadas para alcançarem seus objetivos em diferentes usos da terra justapostos entre si, os quais definem áreas, como: o centro da cidade – local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais – distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, aquelas reservadas para futura expansão. Suas ações no espaço urbano se desdobram das seguintes maneiras:

- a) os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são agentes levados pelas necessidades operacionais de grande porte. São grandes consumidores de espaços em locais que viabilizem suas atividades de produção, distribuição e consumo. Preferem espaços junto a portos a vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população;
- b) os proprietários de terras caminham principalmente em dois sentidos: procuram aumentar a produtividade da terra e fazer especulação imobiliária com o intuito de agregar valor às terras por meio das seguintes estratégias: esperam e/ou se articulam, com a intenção de que haja investimentos públicos, principalmente em infraestrutura viária, junto às suas áreas; esperam o aumento de demandas de terras para habitações

⁶⁷ Para estes agentes a localização se constitui seu alvo principal. Ela é determinante na maximização de seus lucros. As novas instalações ou ampliações de suas plantas podem gerar conflitos com outros grupos. Problemas ambientais (poluição atmosférica, sonora) e de circulação podem levar a conflitos com os grupos que desejam preservar seu valor de uso e assegurar valor de troca de seus imóveis (BAHIANA, 1978).

⁶⁸ Aparece em todos os autores envolvidos no processo de produção do espaço urbano, exercendo papel de mediador entre os agentes e de gestor do solo urbano por meio de suas normas (poder) e estruturas (BAHIANA, 1978, p. 61).

(ou por conta do aparecimento de novas camadas sociais ou por causa da política Estatal de adoção e fomento à reprodução do capital ou, ainda, em decorrência da ideologia da casa);

c) os promotores imobiliários são agentes que realizam – de forma parcial ou total – operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, assim como comercializam ou transformam capital-mercadoria em capital-dinheiro – acrescido de lucro – para a população de maior poder aquisitivo⁶⁹ e para a população de baixo poder aquisitivo⁷⁰;

d) o Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano reflete a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte, o que leva a uma atuação complexa e variável, na medida em que age na organização espacial da cidade. Para tanto, utiliza-se de um conjunto de instrumentos legais⁷¹;

e) os grupos sociais excluídos, que são compostos basicamente por segmentos que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e tampouco para comprar um imóvel – quer seja pelo baixo salário ou pelo desemprego –, o que os levam a outras opções de moradia (cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas)⁷².

⁶⁹ Constroem habitações com inovações e valor de uso superior às antigas obtendo um preço de venda cada vez maior – produção para a população de maior poder aquisitivo – o que acentua a exclusão das camadas populares. A estratégia do promotor imobiliário é valer-se da ideia de incentivo ao uso de recursos próprios, de modo a ressaltar o alto *status* do bairro em decorrência da eficiência e segurança dos meios de transporte, amenidades naturais ou socialmente produzidas, esgotamento dos terrenos para a construção e condições físicas dos imóveis (CORRÊA, 1989);

⁷⁰ Edificam habitações de baixo custo para serem ocupadas por várias famílias ou por várias pessoas solteiras (alugam um cômodo), no caso de escassez de habitações contratam preços a níveis insuportáveis, tendo como estratégia a busca de ajuda junto ao Estado por meio de financiamentos (BNH, COHABS, FGTS). Essas formas de produção de habitações e as estratégias desenvolvidas pelos promotores imobiliários se realizam de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial, o que se ratifica com a produção de novos conjuntos habitacionais populares, característicos da cidade capitalista (CORRÊA, 1989).

⁷¹ Entre os quais: o uso do solo pelo poder público (em caso de utilidade pública, desapropriação e precedência na compra de terras ou mobilização de reservas fundiárias públicas); cobrança de impostos e taxas (impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; taxação de terrenos livres); regulamentação do uso do solo (controle de limitação dos preços das terras; limitação da superfície da terra no tocante à apropriação e orientação espacial relativa à ocupação); fomento à ocupação pela habitação (organização de mecanismos de créditos à habitação); pesquisas, operações-testes com a utilização de materiais e procedimentos de construção, controle de produção e do mercado deste material; e desempenho do papel de promotor de desenvolvimento (investimento público na produção do espaço através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação de infraestrutura) (CORRÊA, 1989).

⁷² Deste modo, estes grupos acabam desenvolvendo algumas estratégias de ocupação e produção espacial: ocupação espacial com moradias em cortiços; sistemas de autoconstrução; conjuntos habitacionais – muito embora seja uma forma de ocupação espacial que não se constitui como um agente modelador do espaço urbano por estar atrelada a outro agente; produção espacial de favelas em terrenos públicos ou privados nos quais esses

Dessa maneira, as ações dos agentes resultam em processos socioeconômicos – a acumulação de capital e a reprodução social – os quais demonstram grande valia na organização espacial urbana, posto que criam funções – atividades e formas espaciais – materializações – não excludentes entre si e que se sucedem simultaneamente na mesma cidade ou no mesmo bairro, isto porque há distintos usos da terra no espaço urbano (CORRÊA, 1989).

Para Santos (2008, 2014), as cidades de países subdesenvolvidos apresentam dois circuitos na economia urbana, inferior e superior, frutos da modernização tecnológica de um sistema global. Ainda conforme este autor, várias perspectivas podem ser adotadas para o estudo dos dois circuitos da economia urbana e um dos mais promissores é, sem dúvida, aquele que diz respeito às repercussões espaciais (SANTOS, 2014), uma vez que os fluxos produzidos por esses circuitos agem e são determinantes nos espaços urbanos.

Os fluxos produzidos no circuito superior procedem dos negócios bancários, dos comércios, indústrias e serviços modernos e de exportação, comércios atacadistas e de transportes. No que diz respeito aos fluxos produzidos no âmbito do circuito inferior, de capital não intensivo, tem-se que eles resultam dos serviços não modernos, da venda no varejo, do mercado de pequena escala (SANTOS, 2014). Esses circuitos são definidos pelo conjunto das atividades puras, impuras e mistas, num dado contexto, e pelo setor populacional, este último essencialmente ligado ao trabalho e ao consumo (SANTOS, 2014).

Na definição pelo setor populacional, deve-se observar possibilidades de desvios ocasionados por determinados níveis da população ligados ao consumo, a circuitos que não pertencem de forma parcial ou ocasional, e ao trabalho por interações entre circuitos pela venda de forma temporária ou ocasional (SANTOS, 2014). Na definição por atividade, há que se observar determinados desvios, pois “este fato se dá mais frequentemente no circuito superior e em certas categorias de fabricação, onde a coexistência de firmas utilizando diferentes tecnologias diversamente organizadas ainda é possível” (SANTOS, 2014, p. 99). O autor ainda ressalta que nem todas as cidades do terceiro mundo dispõem das atividades dos dois circuitos. A qualidade e quantidade das atividades de cada circuito nas cidades dos nesses países ditos subdesenvolvidos, “[...] depende das circunstâncias históricas do crescimento urbano” (SANTOS, 2014, p. 99).

agentes sociais se tornam verdadeiros modeladores espaciais, mesmo sobrevivendo sem as mínimas condições habitacionais, o que reforça a ideia de resistência à segregação social (CORRÊA, 1989).

Quanto à caracterização dos circuitos da economia urbana, ela é condicionada por um conjunto de variáveis e pela diferença de tecnologias e organizações utilizadas nas atividades; diferenças estas que podem ser visualizadas no Quadro 02.

Em uma breve análise do quadro, e tomando as características de ambos como parâmetro, torna-se evidente uma determinada relação de oposição entre eles. Contudo, ao examinar os dois circuitos de forma mais aprofundada, haverá possibilidades de se encontrar uma lógica própria da realidade em estudo que interliga as características dos dois circuitos entre si, pois, como afirma Santos (2014, p. 104), “[...] é por isso que o estudo da organização espacial em países subdesenvolvidos não pode ser feito sem uma visão global, quer dizer, a visão que leve em conta a existência de ambos os circuitos”.

Quadro 02 – Características dos dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos

	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzido
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade e/ou qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetido à discussão entre comprador e vendedor
Crédito	bancário institucional	peçoal não institucional
Margem de Lucro	reduzido ou por unidade, mas importante pelo volume de negócios	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relação com a clientela	impessoais e/ou com diretas personalizadas.	diretas personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos bens	nula	frequente
Ajuda governamental	importante	nula ou quase nada
Dependência direta do exterior	grande atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: Santos (2008).

Se Santos (2008, 2014), nas questões das organizações espaciais, volta-se para os circuitos da economia, Carlos (2011), em sua abordagem sobre os sujeitos envolvidos na produção do espaço, diz que esta “[...] importa conteúdos e determinações, obriga-nos a considerar os vários níveis de realidade como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade em sua complexidade” (CARLOS, 2011, p. 64). Entre eles, os sujeitos da ação que

se destacam, de acordo com esta autora, são: o Estado – dominando as políticas públicas; o capital e suas frações⁷³; e os sujeitos sociais⁷⁴.

As ações desses sujeitos realizam a prática socioespacial real, objetiva e subjetivamente, envolvendo toda sociedade, sendo reconhecidas como produtoras dos lugares. Essas práticas realizam-se no plano do lugar, o que não exclui outras escalas, onde se manifestam as realizações “[...] da vida humana nos atos da vida cotidiana, como um modo de apropriação que se realiza através das formas e possibilidades da apropriação e do uso dos espaços-tempo no interior da vida urbana” (CARLOS, 2011, p. 64).

O que fica claro nas abordagens dos autores referentes aos agentes produtores do espaço urbano é que a produção do espaço, “[...] não é resultado da ‘mão invisível do mercado nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais” (CORRÊA, 2011, p. 43). E também, que os agentes produtores do espaço urbano foram mudando ao longo das últimas décadas, por conta de mudanças estruturais nos níveis econômicos, sociais e políticos (CLICHEVSKY, 2000). Hoje um mesmo agente social pode atuar em áreas diferentes, e diferentes agentes sociais podem agir com estratégias diferenciadas, de forma conjunta e independente, em um objetivo comum, uma vez que “[...] o espaço produzido refletirá essas estratégias e práticas espaciais” (CORRÊA, 2011, p. 45).

Corrêa (2011) diz ainda que as proposições referentes aos agentes produtores do espaço urbano, praticamente se repetem, pois recorrentemente aparecem: os proprietários e meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e o grupo dos excluídos. Dessa maneira, ele chega mesmo a questionar a validade das tipologias, estratégias, escalas, bem como das configurações espaciais criadas pelos agentes, elaborados, por exemplo, por Capel (1972) e Bahiana (1978), indagando, inclusive, qual seria a importância, no momento atual, desses agentes sociais na produção do espaço. Assim, e como tentativa de atualizar as proposições, Corrêa (2011) elenca novos e velhos agentes sociais:

bancos, companhias de seguro, empreiteiras, empresas ferroviárias e de bondes, fábricas têxteis, firmas comerciais e de serviços, proprietários fundiários, grupos de previdência privada, grupo dos excluídos, indivíduos com investimentos e ordens

⁷³ O capital industrial, o capital comercial e o capital financeiro, que se articulam com os demais setores da economia e desenvolvem estratégias objetivando sua reprodução continuada, produzindo um espaço orientado pelas necessidades econômicas e políticas (CARLOS, 2011).

⁷⁴ Orientados por suas necessidades e seus desejos para a realização da vida humana, colocam o espaço como condição, meio e produto de sua ação, desenvolvendo estratégias para superar os conflitos em torno da reprodução do espaço, promovido pelo seu valor de uso e de troca (CARLOS, 2011).

religiosas, alguns há muito tempo, em maior ou menor intensidade, do processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade que se caracteriza por ser social e espacialmente diferenciada (CORRÊA, 2011, p. 46).

Para o autor, alguns desses agentes podem desenvolver estratégias e práticas espaciais pertinentes às atividades que os caracterizam ou diferentes daquelas que os distinguem, mas que são semelhantes entre si e em escalas diferentes, como uma rua, um bairro, uma cidade, uma rede urbana e seu conteúdo agrário, um País ou mesmo um espaço global (CORRÊA, 2011).

Outro estudo que colabora na atualização das categorias usadas na produção social do espaço é o de Vasconcelos (2011), que também diferencia “agente” de “ator” e questiona a utilização de categorias como capitalismo, capital, ou mesmo suas subdivisões (capital imobiliário, capital financeiro etc.) na compreensão da complexa atuação dos inúmeros agentes/atores na transformação das cidades – em particular – nas cidades dos países periféricos. Isto porque, “[...] nesses países, os agentes não capitalistas como os proprietários fundiários e, sobretudo, os invasores e ocupantes de terrenos, têm uma participação fundamental na conformação da cidade” (VASCONCELOS, 2011, p. 75).

Vasconcelos (2011) analisa o trabalho do sociólogo Grafmeeyer (1995), no qual um sujeito é considerado como o ator, quando se encontra desempenhando um papel com vários protagonistas, e agente para outros casos, como é o caso do promotor imobiliário, que é um agente quando manda construir um imóvel e é ator quando negocia com os representantes da municipalidade.

Mesmo reconhecendo, após análises, os limites apontados à noção de a gente na literatura examinada, Vasconcelos (2011) considera a utilização deste termo ser mais pertinente do que ator. Em seguida, considerando as diversas possibilidades de ações e estratégias deles no espaço urbano, sugere uma proposta flexível da sua tipologia⁷⁵.

⁷⁵ Sua tipologia inclui: agentes vistos como indivíduos, como famílias ou ainda como grupos ou movimentos sociais; agentes vistos como empresas, associações ou outras instituições coletivas (com contratos, normas etc.); agentes privados ou públicos (limites do privado, papel normativo e outros do público); agentes legais e ou ilegais (ou “formais” ou “informais”) (Direito, regulamentação); agentes hegemônicos ou dominantes, ou dominados (poder, economia, cultura etc.); agentes móveis ou invisíveis (ex.: decisões tomadas por agentes do mercado financeiro); agentes examinados segundo suas ações locais, regionais, nacionais ou globais (escala); agentes centrais ou periféricos (em diferentes escalas); agentes internos e externos à cidade (decisões locais ou decisões externas); agentes revolucionários ou reformistas (na sociedade com reflexos nas cidades); agentes transformadores ou “conservadores” da cidade (ex.: agentes imobiliários, defensores do patrimônio); agentes ativos ou passivos (cidadania, participação política, movimentos sociais); agentes estáveis ou efêmeros (ex.: igrejas, organizadores de eventos); agentes difusores ou receptores (da técnica, da cultura etc.); agentes articulados ou desarticulados (noção de rede); agentes unificacionais ou plurifuncionais (vários papéis ou funções

Ademais, na conclusão do seu estudo, o autor ressalta que a utilização de agentes modeladores é passível de crítica, uma vez que pode se limitar aos exames das formas urbanas e que a riqueza da noção de agentes sociais – no entendimento das cidades brasileiras – consiste na inclusão de agentes não capitalistas. Observa, ainda, que a noção de agente não é *passee-partout*⁷⁶ para todas as análises, tendo maior aplicação em determinados domínios, como o mercado fundiário, o imobiliário urbano e os movimentos sociais urbanos.

As abordagens de Form (1954), Capel (1972), Clichevsky (2000), Harvey (1973) e Borja (1975), Roncayolo (1986), Clichevsky (2000), Santos (2008), Corrêa (1986, 2011), Carlos (2011) e Vasconcelos (2011) sobre atores, produtores, modeladores, agentes e sujeitos sociais no tocante à ação humana no tempo e no espaço, e as consequentes mudanças que essas ações provocam na morfologia material (realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico) e na morfologia social (o urbano, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento) das cidades, não indicam os garimpeiros como agentes produtores do urbano, pois, nas realidades investigadas pelos autores supracitados, outros agentes foram constatados como mais importantes. Isso difere da Amazônia, que exige pensar outros agentes que produzem o espaço urbano.

Muito embora não indiquem os agentes em estudo, essas contribuições possibilitam a compreensão de uma pluralidade de processos, configurações e reconfigurações no espaço urbano, bem como de seus respectivos responsáveis, levando-nos ao entendimento de que:

- para se identificar os agentes produtores do espaço urbano da cidade de Oiapoque, direta ou indiretamente relacionados à atividade garimpeira na fronteira franco-brasileira, a pesquisa deveria se distanciar da ideia de que os indivíduos na cidade de Oiapoque não competem pelo uso da terra de forma impessoal; identificar as forças sociais, grupos sociais, organizações (indústrias, empresas e serviços públicos maiores; donos de casas individuais e outros pequenos consumidores de terras; e agências governamentais locais), que interagem de forma competitiva ou não, em tempos variados e em conformidade com seus interesses, para que se possa entender os parâmetros dos padrões de mudança de uso da terra e das pressões institucionais; verificar os agentes em estudos fazem parte de outros grupos sociais ou complexos

exercidas por esse agente); agentes sociais, culturais, econômicos, políticos etc. (plurifuncionais); agentes religiosos ou seculares; agentes atuais ou pretéritos (VASCONCELOS, 2011).

⁷⁶ Tradução nossa: chave-mestra.

organizacionais além dos citados; e avaliar se os recursos econômicos dos agentes em estudo possuem forçar nas decisões políticas, uso e mercado da terra (FORM, 1954);

- para relacionar os agentes produtores do espaço urbano e seu vínculo com a atividade garimpeira às práticas, formas, processos e representações espaciais presentes na cidade fronteira do Oiapoque, além de identificar os agentes em estudo no espaço urbano da cidade de Oiapoque, deve-se definir os papéis de cada um deles e o modo como se articulam suas ações de forma individual ou coligada diferente em consonância com a formação histórica dos grupos, visto que, tanto os mecanismos sociais como as sociedades diferenciam-se de uma cidade para outra, em conformidade com as variações da composição dos grupos sociais, da sua repartição territorial e das orientações políticas (RONCAYOLO, 1986);
- para analisar a importância e o papel dos agentes produtores de espaço vinculados ao garimpo em face da dinâmica dos circuitos econômicos presentes na cidade de Oiapoque e das estratégias de planejamento e de tomada de decisão que marcam a particularidade na cidade fronteira, a pesquisa deveria examinar se os agentes em estudo são responsáveis pelos maiores investimentos na cidade de Oiapoque, decidindo onde e em quais ramos de atividades os recursos financeiros são aplicados; se suas decisões, influenciavam social e economicamente outras pessoas a seguir os caminhos por eles traçados, fomentando exclusões sociais (CAPEL, 2013); e
- identificar na cidade de Oiapoque, se o capital fundiário, o capital comercial, o capital financeiro se fazem presente na atividade garimpeira de forma individual ou entrelaçada envolvendo: mercadorias; mão de obra; conhecimentos; solo, representando atores das sociedades locais, nacionais e multinacionais, bancos, promotores, autoridades (LEFÈBVRE, 2000), para que se possa analisar se nos fluxos vinculados à garimpagem de ouro predominam as atividades concernentes ao circuito superior, caracterizado por negócios bancários, comércios, indústrias e serviços modernos e de exportação, comércio atacadistas e de transporte, ou mesmo ao circuito inferior, marcado por relações resultantes de serviços não modernos, da venda no varejo, do mercado de pequena escala (SANTOS, 2008).

Com esses procedimentos pode-se constatar se os agentes em estudo utilizam estratégias variadas para alcançarem seus objetivos, em diferentes usos da terra justapostos entre si, definindo áreas, como, por exemplo, o centro da cidade (local de concentração de

atividades comerciais, de serviço e de gestão) e áreas industriais e áreas residenciais (CORRÊA, 1989). Para tanto, além desses procedimentos, foi necessário verificar-se a existência da relação da garimpagem de ouro com a cidade de Oiapoque, influenciando na caracterização e dinâmica intraurbana da cidade, antes e depois do recorte temporal da pesquisa.

CAPÍTULO 2. OIAPOQUE: PARTICULARIDADES DA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA FRANCESA

Na literatura produzida sobre Oiapoque – cidade, fronteira, rio – está consolidada a tese de que a mobilidade de pessoas, o extrativismo do ouro e o comércio de mercadorias de subsistência são os fenômenos encontrados em sua formação socioeconômica. Nessa direção, apontam-se as reflexões de Alicino (1971), Soares (1995), Rodrigues (2008), Romani (2010, 2011, 2013) e Martins, C. (2014) que argumentam sobre como a extração do ouro e sua consequência imediata à “passagem”, aqui definida como atravessamento da fronteira, tornaram-se atributos do viver na cidade de Oiapoque.

Isto posto, este capítulo, inspirado na teoria da produção do espaço de Lefèbvre (2000) e com fundamento empírico em informações coletadas em documentos municipais, relatos dos interlocutores e observações não-participantes, propõe-se a explicar o desenvolvimento histórico dos conjuntos espaciais que formam a cidade de Oiapoque, tendo como perspectiva analítica o papel que os componentes socioeconômicos da garimpagem de ouro desempenham nesse processo, bem como suas permanências na atual dinâmica intraurbana da cidade.

2.1 A garimpagem de ouro e a ocupação do território brasileiro nos limites entre Brasil e a Guiana Francesa

A fronteira territorial existente entre Brasil e Guiana Francesa passou por uma intensa história de deslocamentos fortemente atrelada aos desdobramentos provenientes dos acontecimentos desencadeados pelos procedimentos de expansão territorial e a busca de ouro (SOARES, 1995). Entre os países que foram catalisadores desse processo, encontravam-se Portugal e França, tendo em perspectiva os inúmeros conflitos que fomentaram em ambas as nações o litígio pela posse da área que se estendia do rio Oiapoque ao Araguari (ROMANI, 2010).

As ações por parte dos países que pleiteavam marcar poder e presença na área questionada ocorriam em dois movimentos: os luso-brasileiros partiam de Belém, Gurupá, Desterro ou Paru, protegidos pelo destacamento do Araguari, Colônia Militar D. Pedro II, e se deslocavam ao longo do litoral com pequenos números de embarcações, coletando matéria-prima para suas operações mercantis. Enquanto isso, o segundo movimento se dava, de forma

silenciosa e cautelosa, pela penetração francesa nas terras em litígio, evitando demarcar sua posição de maneira ostensiva (REIS, 1949; ALICINO, 1971; ROMANI, 2010).

Assim como os mercadores franceses operavam por meio do escambo com os indígenas da região, também realizavam a escravização destes. Esse movimento foi tomando vulto à medida que Marquês de Férrolles, em Caiena, concedia autorização para os mercadores franceses irem além do rio Vicente Pinzón – rio Oiapoque –, atingindo as terras de soberania portuguesa (REIS 1949; ALICINO, 1971).

Destaca-se que a parte norte das terras que compõem o atual estado do Amapá foi objeto de um litígio entre Portugal e França, até 1822, e, depois, entre França e Brasil. Tratava-se de definir a qual País caberia a soberania territorial sobre a área. O litígio inicia em fins do século XVII, estando, nessa ocasião, relacionado ao comércio praticado com os indígenas. Nas negociações para resolver a pendência, as metrópoles, Portugal e França, convencionaram a neutralidade da área em 1700, situação que permaneceu até 1713, quando foi assinado o Tratado de Utrecht, que convencionou o rio Oiapoque, também denominado de Vicente Pizón, como limite entre a Guiana Francesa e a Capitania do Cabo Norte ou Guiana Portuguesa (atual Amapá) (REIS, 1949).

Este acordo não impediu que a França continuasse a protestar posse sobre as citadas terras. As reclamações francesas eram referentes à localização geográfica do rio Vicente Pizón que, argumentavam os franceses, não era o mesmo rio Oiapoque. Quanto a isso, cumpre lembrar a afirmação da historiadora Acevedo Marin (1999) de que os conflitos no Contestado franco-brasileiro decorriam da localização do curso dos rios.

De qualquer forma, outra neutralização de soberania veio a ocorrer em 1841, após uma série de reuniões na cidade de Paris, entre autoridades brasileiras e autoridades francesas, que buscavam resolver a pendência territorial secular. Desde então, a região passou a ser governada por dois representantes, um francês e um brasileiro, situação esta perdurou até 1893, quando foi descoberta uma jazida aurífera na área (COELHO; QUEIROZ, 2001).

Em 1893, o ouro encontrado na região do Calçoene provocou uma invasão de garimpeiros na região do Contestado franco-brasileiro, sendo que estes eram, em sua maioria, nativos da Guiana Francesa e das ilhas do Caribe. A descoberta “[...] parece ter feito aumentar os anseios que os franceses de Caiena tinham de expandir as fronteiras da colônia em direção ao rio Amazonas” (COELHO; QUEIROZ, 2001, p. 124), levando-os, em 1895, a uma

tentativa de invasão da Vila do Amapá tendo como justificativa libertar franceses que ali estariam presos; episódio este que desemboca num conflito armado.

Tal acontecimento ficou conhecido nos jornais brasileiros como o “Massacre do Amapá”. Dada a dimensão que tomou pela morte de 38 pessoas no embate, e a divulgação na imprensa, Brasil e França voltaram a buscar solução para o impasse no território do Contestado franco-brasileiro (COELHO; QUEIROZ, 2001; ROMANI, 2010), tendo como árbitro o governo suíço.

No certame, o brasileiro Barão do Rio Branco, municiado de farta documentação, comprovou que o rio Vicente Pinzón – questionado pelos franceses – na verdade era o rio Oiapoque, e que a maior parte da área questionada era ocupada por brasileiros que mantinham redes comerciais mais ligadas a Belém, no Pará, do que a Caiena, na Guiana Francesa (ALICINO, 1971; GRANGER, 2011).

A competente argumentação de Barão do Rio Branco fez com que, no dia 1º de dezembro de 1900, na cidade de Berna, na Suíça, a arbitragem da questão sentenciasse a favor do Brasil e a área em questão fosse anexada ao Brasil e, assim, incorporada à soberania brasileira em 25 de fevereiro de 1900 por Decreto Legislativo, com a denominação de território do Aricari. No entanto, a área anexada continuou praticamente abandonada pelas políticas republicanas brasileiras (ALICINO, 1971; ROMANI, 2013).

O descaso pela área anexada nos vinte anos que se seguiram contribuiu para que toda a nova região fronteira brasileira permanecesse dominada por negócios de contrabando. Isso porque, como destaca Romani (2013), além dos indígenas que lá viviam, também se podia observar a presença de muitos habitantes que eram garimpeiros remanescentes do ciclo do ouro. Dessa forma, o autor aponta que a exploração econômica da referida área continuava por franceses que contrabandeavam as riquezas para o outro lado do rio.

Em 1907, sete anos após a sentença, ocorreu a primeira ação do governo brasileiro na área anexada. Com intuito de incentivar o povoamento e proteger a fronteira, o governo transferiu do rio Araguari ao rio Oiapoque a Colônia Militar D. Pedro II, “[...], mas o abandono em que foi deixado pelas autoridades estaduais lhe tirou toda a eficácia na ação fiscalizadora, defensiva e povoadora” (ALICINO, 1971, p. 114).

O descaso deixou poucos registros históricos do processo de ocupação e povoamento da área do contestado na qual se encontra o atual município de Oiapoque. Para superar as

limitações dos registros históricos em suas produções bibliográficas sobre o processo de ocupação/povoamento e formação da cidade, antigo povoado Martinica, Alicino (1971) e Romani (2010) em seus estudos empíricos recorreram ao que permaneceu como memória popular na busca de entender o que havia se estabelecido em caráter quase de lenda e o que se constituiu como verdade histórica, ou a história oficialmente determinada.

Romani (2010, 2011) além dos documentos históricos, recorreu a relatos de pessoas reconhecidas na cidade de Oiapoque como portadoras de informações referentes à origem da cidade. Entre elas, a professora Therezinha Feitosa, que iniciou uma pesquisa sobre a origem da cidade, primeiro movida pela curiosidade e, posteriormente, estimulada por um engajamento de manutenção da história local. Ela foi responsável por recolher relatos dos moradores mais antigos, pioneiros da região, cujas famílias já viviam à beira do rio Oiapoque desde a possível época da chegada dos grupos que vieram em busca de ouro, entre os quais se encontrava um a quem é atribuído o primeiro nome da cidade de Oiapoque, Martinica.

Segundo a professora Terezinha, informante de Romani (2010), na passagem do século XIX para o XX, os primitivos habitantes da região, antepassados dos povos Waiãpi que ocupavam a extensão territorial do rio Oiapoque, dos Galibi e Palikur concentrados no vale do rio Uaçá e seus afluentes, viram chegar pelo rio Oiapoque barcos à vela conduzindo pessoas procedentes das Antilhas, os *antillesses*, como ficaram conhecidos na região (ROMANI, 2010).

Os *antillesses* vieram acompanhando a costa da Guiana Francesa em busca do minério de ouro e, pela quantidade de suprimentos que trouxeram, dava a entender que receberam apoio material e financeiro do governo francês, segundo pontua Romani (2010). Eram muitos homens com suas mulheres e filhos, que também traziam animais de criação e mantimentos. Tinham como objetivo alcançar as minas de ouro existentes rio acima sob o comando de um chefe ou o líder, Émile, que por ser procedente das Antilhas, ficou conhecido na região como Émile da Martinique ou apenas Martinique. Émile tinha como missão estabelecer contato com os chefes dos filões de ouro e os donos de garimpos no rio Oiapoque acima (ROMANI, 2010).

Para alcançar seus objetivos, os *antillesses* realizaram incursões no rio Oiapoque, criando vários acampamentos provisórios, desde a foz até os primeiros saltos, sempre acompanhando a exploração do ouro. Nesse contexto, Romani (2010) destaca que:

[...] relações pessoais e comerciais estabelecidas nesses acampamentos montados em função dos garimpos, surge a Foto do comerciante ambulante encontrando bandos de salteadores dispostos a emboscar os carregadores de ouro. Um funcionário qualquer é contratado por uma grande casa comercial para fazer a empresa do transporte das mercadorias até as casas mineradoras e, com o tempo, passa a realizar esse trabalho por conta própria, assumindo os riscos do empreendimento e sofrendo com as possíveis emboscadas às margens dos rios (ROMANI, 2010, p. 156-157).

No decorrer do tempo, esse sistema comercial articulado através de uma rede de transporte fluvial e terrestre foi se aperfeiçoando, estabelecendo novas hierarquias e novos fluxos. Os primeiros mascates, à medida que acumulavam riquezas, fixavam-se em determinados acampamentos nas funções de gerente ou proprietários de casas comerciais, sendo, posteriormente, substituídos por outros. Nesse processo, pode-se encontrar a origem do povoado Martinica. É bastante provável que Émile tenha desempenhado um ou alguns desses papéis após a sua chegada ao rio Oiapoque (ROMANI 2010).

Essas histórias ou lendas até hoje contadas na cidade de Oiapoque dão conta de que a origem do povoado Martinica se encontra em um pequeno comércio montado por Émile em um desses acampamentos, que, anteriormente, teria sido uma aldeia de índios *Waiãpi*, no qual, à medida que o tempo passava, foi se tornando um lugar de descanso, pouso e de diversão aos que transitavam pelo rio Oiapoque em busca do ouro e outros interesses (ROMANI, 2010).

Duas evidências da existência de Émile como pioneiro e fundador do povoado de Martinica são observadas em Alicino (1971). A primeira, quando descreve que:

o Sr. Joaquim Alves de Araújo, velhinho com seus 84 anos de idade, residente atualmente em Oiapoque, nos informou que chegando àquelas paragens em 1917, encontrara três cabanas perto do igarapé da Palha (Ponta do Cheiroso): a de Emile Martinique, a da Raimunda Pereira (apelidada dona Raimundona, pela sua estatura robusta), da qual o idoso Emile requestava as graças, e a dona Francina (ALICINO, 1971, p. 115-116).

A segunda, no relato do Sr. Manoel Figueiredo da Silva, Alicino (1971) pontua:

Octogenário, ainda morador de Clevelândia, falando na sua primeira viagem ao longo do Rio Oiapoque decorrendo o mês de janeiro de 1919, afirmou ter chegado a Martinica no dia 10 e encontrou ali: Emile Martinique, Raimunda Pereira, Raimundo Cezar, Manoel Patrocínio, Manoel Pereira, Martinho Magalhães e Ângelo dos Santos. Todos eles crioulos provenientes de Cunany, onde as minas, esgotando-se, não lhes garantiam mais o provir (ALICINO, 1971, p. 116).

Com o declínio do ciclo do ouro no rio Oiapoque, muitas pessoas mudaram para a nova fronteira aurífera ao longo do rio Maroni, no Suriname. Destarte, ocorreu o refluxo de

peessoas e a decadência econômica dos moradores dependentes da clientela dos mineradores. Nesse ínterim, Émile já se encontrava estabelecido na beira do rio e:

[...] com sua idade já avançando para os cinquenta anos, não lhe é mais possível recomeçar tudo novamente em outro lugar. A vida toma então um rumo mais calmo e sua casa passa a ser não mais uma referência de comércio, mas um lugar conhecido pelas festas e diversão oferecidas. O público que a frequenta também não é mais o mesmo (ROMANI, 2010, p. 157).

A região passou a ser habitada principalmente pelos moradores ribeirinhos, os caboclos e *créoles* que trabalhavam nas usinas de extração do pau-rosa, em pequenos cultivos e na pesca. A casa de Émile constituiu-se o ponto de referência para diversão, das farras animadas com músicas caribenhas e pelo tafiá, uma espécie de rum, produzido na Guiana Francesa. Ainda que considerados em caráter de lenda, Romani (2010) afirma que a lenda sobre Martinica é muito poderosa e persistente, pois “muitos mapas atuais da Guiana Francesa ainda se referem à cidade de Oiapoque com o nome de Martinica, outras cartas grafam ambos os nomes Oyapock, ex-Martinique” (ROMANI, 2010, p. 148). Além desses movimentos de ocupação/povoamento e formação da atual cidade de Oiapoque, Romani (2013) destaca outros próximos a atual cidade, direcionados pelo Estado brasileiro e, posteriormente, de maneira espontânea.

O primeiro movimento direcionado pelo Estado brasileiro começou em 1922 com a inauguração do Núcleo Colonial Cleveland do Norte, localizado aproximadamente a treze quilômetros da atual cidade de Oiapoque, fruto dos seguintes interesses: i) resolver o problema dos considerados indesejáveis proveniente da grande seca cearense de 1915, cujos migrantes se encontravam acampados em Belém do Pará; ii) valorização das terras na região dos latifundiários paraenses; e iii) a necessidade de povoamento na fronteira para inibir a presença de estrangeiros. Assim aconteceu a primeira tentativa do governo brasileiro em assegurar o povoamento do vale do rio Oiapoque. Essa ação governamental atendia por um lado à urgência da integração da área ao território nacional e, por outro, promovia a civilização da reduzida população cabocla que lhe habitava (ROMANI, 2013, p. 180).

Para o autor existiram dois fatores fundamentais que levaram o Estado brasileiro a direcionar seus recursos humanos e materiais na fronteira da área anexada. O primeiro, motivado pela:

[...] presença constante de estrangeiros atravessando as fronteiras, circulando pelo território brasileiro e explorando-o comercialmente. Os franceses da Guiana durante muitos anos, desde os tempos da disputa no Contestado e nos vinte anos que se

seguiram à definição da soberania brasileira sobre o território, continuaram sendo a maioria da população “civilizada” do lugar (ROMANI, 2013, p. 179).

Se, por um lado, para alguns franceses, a sentença do laudo de Berna não encerrava de forma definitiva a questão do Contestado do ponto de vista jurídico e político, por outro, o descuido do governo brasileiro pela área anexada contribuía para que os franceses acreditassem que o novo limite da fronteira só existisse no papel. Tanto que o relatório do comissário francês Brousseau, publicado em setembro de 1919, falava do território além do rio Oiapoque como pertencente à Guiana Francesa, referindo-se a ele como uma área com grandes possibilidades de riquezas vegetais e minerais. De acordo com Alicino (1971), o relatório dizia ainda que “[...] do ouro que os franceses tinham extraído daquela região antes do laudo suíço, com algarismo estonteantes, de 25 a 30 milhões de francos” (ALICINO, 1971, p. 73).

Quanto ao segundo fator, talvez o mais importante para os interessados, foram os aspectos econômicos, “[...] pois tratava-se de uma região rica em recursos naturais na floresta, entre eles as essências, as madeiras de lei e o látex, e os recursos minerais, principalmente o ouro que se imaginava ainda poder ser encontrado nos afluentes do rio Oiapoque” (ROMANI, 2013, p. 180).

No entanto, os responsáveis pela implantação do Núcleo Colonial Cleveland do Norte, que tinham como propósito povoar por meio da agricultura, negligenciaram os estudos do solo, priorizando a topografia do lugar, os recursos minerais e extrativos existentes. Na prática, o solo apresentou baixa fertilidade, e o pouco que era produzido não tinha compradores. Grande parte dos colonos abandonaram as atividades agrícolas e passaram a morar na vizinha Martinica, trabalhar na extração do pau-rosa e na garimpagem do ouro (ROMANI, 2013).

O insucesso do povoamento pela agricultura, a necessidade de salvar o investimento feito no Núcleo Colonial Cleveland do Norte e a revolução dos tenentes em 1924, levou o governo brasileiro ao segundo movimento colonizador. Na noite do dia 25 de dezembro de 1924, chegou ao Núcleo Colonial Cleveland do Norte um navio a vapor conduzindo o primeiro lote de prisioneiros com, aproximadamente 1.200 pessoas (ALICINO, 1971; ROMANI, 2013).

A nova ordem imposta no Núcleo Colonial Cleveland do Norte, com a chegada dos exilados políticos, a princípio era mantida por uma equipe militar paraense composta de 50

homens, que não conseguia conter as sucessivas fugas ocorridas. No primeiro semestre de 1925 foi enviado um destacamento de 150 homens; reforço este que não foi suficiente para inibir as fugas dos presos, que iam para Martinica em busca de diversão (ALICINO, 1971; ROMANI, 2013).

Por meio dessas formas distintas de ocupação, o Estado brasileiro tentou povoar e exercer sua soberania na fronteira norte do Brasil usando uma população de indivíduos considerados socialmente indesejáveis por diferentes motivos. Romani (2013, p. 182) assevera que “[...] além da militarização da colônia agrícola, fenômeno corriqueiro na história brasileira, o Núcleo Colonial Cleveland do Norte assistiu, de modo inusitado, a transformação de suas terras em local de desterro de presos políticos”.

Baseado nestas informações anteriores, pode-se dizer que o rigor disciplinar implementado no Núcleo Colonial Cleveland do Norte era o responsável por vetar qualquer modalidade de festa, farras ou entretenimento recreativo por parte dos presos, o que contribuiu para o crescimento de Martinica. Os presos que estavam condicionados ao duro regime do Núcleo Colonial viam-se limitados para dar vazão aos seus divertimentos e prazeres mais terrenos, fugindo para lá a procura de diversão. Essa demanda se mostrou tão alta e recorrente que apenas casa de Émile não se mostrou suficiente como ponto de recepção festiva. É então que, por iniciativa de um deportado de Cleveland do Norte, organizou-se o Clube Recreio da Mocidade (ALICINO, 1971).

Com iniciativas como essa, o lugarejo foi se desenvolvendo e atraindo os primeiros comerciantes (ALICINO, 1971). Assim, entre 1925 e 1927, dois fatores contribuíram para o aumento das atividades econômicas e sociais de Martinica. O primeiro, em 1925 foi a transferência da usina de extração de essência de pau-rosa, da localidade denominada Ponta dos Índios, para a localidade que hoje é a atual cidade de Oiapoque; o segundo fator se deu em virtude da anistia política dos exilados, que aconteceu por volta de 1927 e teve como consequência o retorno de prisioneiros e militares. Dessa maneira, a vida na colônia agrícola declinou e os que não regressaram para suas localidades natais, transferiram-se para o vizinho povoado Martinica (ALICINO, 1971; ROMANI, 2013).

Os colonos que não conseguiram mais viver da agricultura em Martinica, passaram a sobreviver da pesca e dos salários de trabalhos realizados nas usinas de extração de essência de pau-rosa, baunilha e de aguardente instaladas ao longo do rio Oiapoque, tanto no lado francês quanto do lado brasileiro. Essas atividades industriais extrativistas, somadas à

agricultura de subsistência, à pesca artesanal e à sobra das verbas do governo, passaram a sustentar a vida econômica e social do que viria se tornar a cidade de Oiapoque (ROMANI, 2011).

Em Martinica, as pessoas faziam compras de produtos básicos e dos excedentes da agricultura. Porém, para comprar produtos diferentes do trivial – alimentos, bijuterias, perfumarias e roupas mais finos – cruzavam o rio Oiapoque em direção a Saint-Georges, onde encontravam objetos vindos diretamente da França. As instalações da atividade industrial extrativista e a decadência do Núcleo Colonial Cleveland do Norte trouxeram para Martinica uma farta mão de obra barata, empreendedores e pequenos comerciantes. Começava aí a se desenhar os primeiros contornos do que se tornaria uma divisão social, em que, de um lado, estava uma elite migrante e, do outro, um grupo de assalariados (ROMANI, 2011).

A exploração “desordenada” das essências do pau-rosa levou à escassez da matéria-prima e à transferência das usinas para outras regiões, suscitando um processo de colapso da frágil economia de Martinica. Situação que veio mudar de forma expressiva no início do ano de 1932 com a descoberta dos veios de ouro nas cabeceiras dos rios Cassiporé e Oiapoque, atraindo muitos garimpeiros, guianenses – os crioulos – e brasileiros moradores da costa amapaense, da foz do Amazonas, Maranhão e de Itaituba, no Pará (ALICINO, 1971).

Apesar de Romani (2011) e Alicino (1971) afirmarem que esse ciclo do ouro iniciou em 1932 e terminou em 1935, com o esgotamento da exploração aurífera, Moraes (1976) pontua que o relatório apresentado em 1957 à Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, sob o título geral Missão no Rio Oiapoque, informa que:

[...] tanto o rio Oiapoque, quanto alguns de seus numerosos afluentes, são auríferos. Entre os tributários da margem esquerda, são famosos os rios Sikini e Camopi, ao passo que na vertente brasileira se apontam os rios Taparabô, Açaizal, Pantanari, Anotaie, Marupi. Iauê, Maturá, Ingarari e Mutacuera. Entretanto, a atividade dos faiscadores limita-se, no momento, somente a depósitos afastados do rio Oiapoque, e apenas na Guiana Francesa (Camopi, Sikini). [...] O fato é que o ciclo do ouro não está encerrado e até em Boa Esperança [Vila Brasil] do Camopi a moeda corrente é o grama-ouro, tanto que nos pediram um "grama e meio", por uma melancia (MORAES, 1967, p. 18-19).

À medida que ia se intensificando a exploração do precioso metal no rio Oiapoque e seus afluentes, ocorria uma verdadeira disputa das águas dos igarapés entre os índios dominadores da região e os garimpeiros. Avolumava-se, então, o comércio em Martinica e se dá o surgimento das casas comerciais Aveirense e Vencedora – de Antônio Gonçalves Faria e

de Zacarias Neves, respectivamente – nas quais eram realizadas a compra de ouro para o Banco do Brasil (ALICINO, 1971, p. 119).

Assim, sustentando-se ora no extrativismo vegetal, ora no mineral, a economia da região foi mantida pelo trabalho braçal dos caboclos nativos, dos migrantes nacionais e dos imigrantes *créoles*. Este caldo étnico e cultural singular permitiu o surgimento, em Martinica, de um polo de diversão bastante apreciado pelos moradores das redondezas. Festas periodicamente realizadas em residências como a de Émile, tornaram-se atrações conhecidas. Somaram-se a elas as celebrações religiosas oficiais, trazidas pela Igreja Católica e pelo Estado brasileiro, as quais pretendiam civilizar e cristianizar a predominante religiosidade da população negra e crioula, assinalada por práticas religiosas com origens nas religiões de raízes africanas (ROMANI, 2011).

O crescimento espontâneo de Martinica, principalmente em função das atividades extrativistas vegetais (essências) e minerais (ouro), chegou a um ponto que não pôde mais ser ignorado pelo Estado brasileiro. Em 1924 foram organizados o Cartório de Registro Civil, Serviço dos Correios e a Coletoria Estadual (ROMANI, 2010).

No mês de fevereiro de 1927, o General Cândido Rondon, em uma inspeção pela região, visitou o povoado de Martinica e ao “[...] achar-lhe sabor francês no nome, lhe mudou para ‘Vila do Espírito Santo’” (ALICINO, 1971, p.118). Além de mudar o nome, o general se empenhou na construção da estrada de rodagem para ligar Cleveland ao povoado do Espírito Santo, e em apagar os vestígios estrangeiros da memória local, fazendo com que os documentos oficiais da fundação da cidade apresentassem o mínimo possível de referências a essa antiga origem, relegando a perpetuação da origem da cidade apenas à memória da população (ROMANI, 2010, 2011).

O propósito do general foi conseguido, visto que os documentos oficiais da fundação da cidade trazem poucas referências a essa origem. Assim, Romani (2010) assinala que, para o governo brasileiro, a história de Oiapoque tem início com a chegada das instituições nacionais trazidas pela colônia agrícola e pelos destacamentos militares na década de 1920. Esse pensamento compartilhado e concretizado pelos setores da sociedade que se afirmaram como a nova elite econômica e política local que se empenhou em minimizar a real origem de Martinica e valorizar a colonização induzida pelo Estado como o marco oficial da fundação da localidade (ROMANI, 2010, 2011).

Contudo, ainda hoje, muitos habitantes da cidade de Oiapoque, principalmente os mais antigos, seus descendentes e os que se interessam pela história da Martinica, além de não esquecerem o que para alguns pode ser considerado lenda, contribuem com informações para preservar a memória da origem da cidade, em especial os descendentes dos moradores ribeirinhos que lá chegaram, antes do início do processo de colonização oficial (ROMANI, 2010, 2011).

Na década de 1940, o Amapá foi desmembrado do estado do Pará e transformado em Território Federal do Amapá. O Capitão Janary Gentil Nunes, na condição de interventor da nova unidade federativa, desmembrou o distrito de Oiapoque do município do Amapá, e elevou-o à categoria de município em 13 de maio de 1945. A cidade de Oiapoque foi transformada em sede administrativa do recém-criado, ainda que não possuísse os equipamentos necessários para as suas funções e padecesse de dificuldades de transporte e abastecimento (ALICINO, 1971).

De 1945 até o final da década de 1960, os órgãos governamentais do Território Federal do Amapá procuraram enfrentar as dificuldades no município e começaram a construção de prédios em alvenaria para abrigar os serviços de utilidade pública: escola, posto médico, Legião Brasileira de Assistência, Comarca de Oiapoque, usina de luz, assim como também as habitações para os funcionários da prefeitura (ALICINO, 1971).

Alicino (1971) também ressalta que outras ações foram realizadas por parte do Estado, pois:

o centro urbano foi dotado de um plano urbanístico que logo entrou em função, promovendo arruamento bem esquadrejados e terraplanagem dos pontos mais escabrosos. O problema do aproveitamento hídrico foi resolvido com a construção da caixa-d'água e de rede de distribuição. Foi instalada a rede [sic] elétrica de distribuição. Operou-se também o saneamento da beira, com a construção de um muro ciclópico e cais (ALICINO, 1971, p. 124).

Além das ações do Estado brasileiro, ocorreram também a construção da igrejinha de Nossa Senhora da Conceição e do abrigo Caetano da Silva, com uma área de 1.500 metros quadrados, a maior edificação da região à época, cuja função era acudir as necessidades educacionais da juventude (ALICINO, 1971).

As esperanças dos 4.425 oiapoqueenses de se conectarem via terrestre com o restante do Território Federal do Amapá, bem como a consequente possibilidade de desenvolvimento, cresceram em 1970 com a inauguração da Rodovia Barão do Rio Branco, a atual BR-156.

Apesar das precariedades da rodovia recém-construída, a cidade de Oiapoque estava finalmente ligada, por via terrestre, à capital do Estado do Amapá, a cidade de Macapá (ALICINO, 1971).

Decorrida uma década da inauguração da BR-156, o município de Oiapoque apresentava uma população de 5.028⁷⁷ habitantes, dos quais 2.513 habitavam na área rural e 2.515 na urbana. Esta última, composta por algumas ruas e avenidas do atual Bairro Central, era onde se concentravam os poucos domicílios e comércios que abasteciam o município com suprimentos básicos que se destinavam para Clevelândia do Norte ou regressavam da Guiana Francesa por militares e familiares (SOARES, 1995).

Dois fatores vieram a mudar, de forma expressiva, a vida econômica e social da cidade de Oiapoque. No final da década de 1980 e início da década de 1990 foram descobertas novas jazidas de ouro no rio Oiapoque, e a necessidade de trabalhadores para as obras realizadas na BR-156. A partir de então, Soares (1995) destaca que:

[...] o município de Oiapoque passou por uma grande experiência como ponto de apoio — passagem para garimpos. Tratava-se da exploração de garimpos no médio e alto rio Oiapoque. Os garimpos situados no território brasileiro chegaram a ocupar em torno de 5.000 pessoas em atividades relacionadas com a extração aurífera naquela área. [...] A dificuldade de acesso para aqueles garimpos só se iniciava a partir da cidade de Oiapoque, obrigando a travessia de inúmeras e perigosas cachoeiras, num percurso em que se levam dias de viagem pelo rio Oiapoque, a montante, para se chegar ao destino (SOARES, 1995, p. 51).

A nova exploração de ouro por meio de balsas ou flutuantes, iniciada nos sedimentos do rio e seus afluentes, teve como apoio logístico a cidade de Oiapoque e foi facilitada pelas melhorias realizadas pelo Estado na BR-156, que alterou a condição de Oiapoque como ponto de passagem para os que se destinavam ir à Guiana Francesa (SOARES, 1995; MATHIS 2012).

A intensificação das “passagens” e o incremento do tempo de espera dos envolvidos na garimpagem de ouro não eram bem vistas pelos radicados na cidade, haja vista a alteração indesejada no modo de vida local. Os que chegavam com a finalidade de trabalhar no garimpo passavam diversas horas do dia sentados na mureta do cais ou sob uma frondosa mangueira, conhecida como “árvore do blefe”⁷⁸, próxima do mercado municipal, com a esperança de serem

⁷⁷ “Em 1980, 12,7% dos moradores recenseados estavam instalados há menos de 10 anos no município, sendo que 80% deles de quatro procedências: 255 (39%) de outros municípios do mesmo Estado, 208 (32%) do Estado do Pará, 41 (6,3%) do Estado do Maranhão e 20 (3,1%) de origem estrangeira” (SOARES, 2007, p. 32).

⁷⁸ De acordo com Soares (2007), o local era “[...] ponto de encontro de quem está sem emprego, de quem não foi bem-sucedido nas expectativas de logo entrar para o garimpo [...]” (SOARES, 2007, p. 32).

recrutados pelos donos de garimpos. A eles eram atribuídas a desordem na orla fluvial e a ocorrências incomuns na cidade, como assassinatos, brigas e a elevação da prostituição, que se agravava com a falta de energia elétrica que funcionava dia sim, dia não (SOARES, 1995).

O grande número de garimpeiros em trânsito por tempo prolongado e a pouca oferta no comércio de serviços locais para atender as novas demandas, contribuíram para o aumento desordenado de abrigos improvisados e informalidade de ambulantes. Na tentativa de solucionar o caos provocado pelos ambulantes na orla fluvial “[...] a prefeitura construiu o mercado municipal para organizar uma feira de venda de comidas e roupas, com barracas cobertas de lona que tomava conta da rua principal, que margeia o rio Oiapoque (Rua Caetano Silva)” (SOARES, 2007, p. 32).

Nesse contexto, os radicados na cidade de Oiapoque viam um grande contraste entre o novo movimento – muita gente, longas permanências, pessoas com e sem posses, novos comércios, novas mercadorias, novos prestadores de serviços e a pacata rotina que imperava há décadas na cidade⁷⁹.

Assim sendo, a espera na cidade de Oiapoque se intensificou a partir de 1991. Até então o atravessamento da fronteira franco-brasileira para quem quisesse garimpar, era praticamente livre. No entanto, houve alteração nessa dinâmica uma vez que a entrada para trabalhar no garimpo passou a ser controlada pelas autoridades da Guiana Francesa, por meio da exigência de passaporte, comprovantes de residência e fotografias de identificação. Tais formalidades, inicialmente tomaram de surpresa aqueles que retornavam para o garimpo ou que chegavam pela primeira vez (SOARES, 2007).

O controle agregava ônus financeiros inacessíveis à maioria dos fluxos, contribuindo para o aumento do tempo de espera e o desconforto dos radicados na cidade de Oiapoque. Os garimpeiros começaram a receber estigmas sociais⁸⁰. Antes mesmo de transpor a fronteira internacional, estabeleciam-se preconceitos comparáveis aos que os brasileiros sentiam no interior da Guiana Francesa, situação agravada por ali tratar-se da figura do estrangeiro, com todas as implicações advindas dessa condição (SOARES, 1995).

⁷⁹ Quando servia mais como ponto de passagem para: pequenos comerciantes que iam e vinham de Caiena com sacolas de perfumes e bebidas; aqueles que iam e vinham para Clevelândia — militares e seus familiares, principalmente para fazer compras no comércio da cidade de Oiapoque; pessoas provenientes da Guiana Francesa, precisamente de S. Georges — que procuravam a cidade esporadicamente para fazer pequenas compras ou mesmo como turistas de passagem “para o Brasil” por via terrestre, através da Rodovia BR-156 (SOARES, 2007).

⁸⁰ Como forma de atenuar os estigmas, alguns garimpeiros procuravam agir conforme os costumes locais na esperança de serem absorvidos como morador da cidade (SOARES, 2007).

As exigências, contudo, não inibiram a busca da garimpagem clandestina de ouro em solo guianense, pois, conforme Soares (2007), a procura pelos garimpos brasileiros se intensificou principalmente a partir da década de 1990, com o início da Operação “Selva Livre”, capitaneada pelo então Presidente Fernando de Collor Melo (1990-1992). Assim, enquanto o objetivo interno era a desarticulação da atividade garimpeira realizada no interior dos territórios indígenas do estado de Roraima, o objetivo externo consistia em melhorar a imagem do Brasil na conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente que seria realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992.

Com as restrições impostas pelo governo francês e o combate à garimpagem de ouro no Brasil, aumentava o contingente de pessoas chegando à cidade de Oiapoque e o seu tempo de espera. Os que aguardavam uma oportunidade de entrar para o garimpo, com poucos ou sem recursos financeiros, dividiam despesas com aluguel ou alojavam-se em prédios públicos desocupados, construções particulares inacabadas cedidas por conhecidos na cidade, e barracões⁸¹ construídos por comerciantes de Oiapoque (SOARES, 1995).

Entre os garimpeiros recém-chegados à cidade, após findar um período de trabalho, clandestino ou legalizado, havia os que viajavam até as localidades onde residiam suas famílias e os que ficavam aguardando por tempo indeterminado para “reentrar” no garimpo. Nesse período, muitos acumulavam dívidas com comerciantes locais, as quais deveriam ser quitadas no próximo retorno (SOARES, 1995).

Nesse conjunto de articulações envolvendo os garimpeiros, havia uma certa solidariedade entre empresários do comércio em Oiapoque e dos garimpos franceses na exploração e captação de renda-trabalho antes de sua concretização, tendo como combustível os trabalhadores que se vinculavam aos patrões donos dos maiores estabelecimentos de extração de ouro dentro da Guiana Francesa, antes, durante e depois do período de trabalho. Esta era uma das faces da fronteira relativizada e das relações comerciais transnacionalizadas (SOARES, 2007).

As poucas hospedarias que existiam eram, em grande parte, de proprietários com sociedade em algum garimpo e se destinavam àqueles que com eles trabalhavam ou

⁸¹ Eram chamados de barracões aqueles “[...] prédios rústicos edificadas geralmente em ruas situadas fora do pequeno centro comercial e residencial. Geralmente não têm paredes, mas apenas esteios fincados (onde são armadas as redes de dormir) com cobertura de telhas de amianto. Durante o dia as redes são desarmadas e amarradas próximo a um de seus punhos. Num cercado, como prateleiras, são colocadas as ‘borocas’, onde guardam os pertences pessoais” (SOARES, 2007, p. 39).

negociavam. Do mesmo modo, os armazéns⁸² também eram propriedade de comerciantes da cidade que mantinham contratos e negócios com os franceses ou patrões do garimpo (SOARES, 2007).

As informações corriam entre os que se colocavam na pretensão da travessia da fronteira por meio de encontros em bares, na entrada do mercado municipal ou nos barracões onde ficavam alojados (SOARES, 2007). Era por meio desses locais que se estabelecia a dinâmica da troca de dados atualizados sobre as condições e locais de trabalho para a atividade aurífera.

O núcleo urbano de Oiapoque se mostrou como plataforma estratégica aos trabalhadores que buscavam, na construção civil e na garimpagem de ouro na Guiana Francesa, uma oportunidade de geração de provimentos. Devido a esse fluxo intenso que se estabeleceu no lado brasileiro da fronteira, foi exigido aos oiapoqueenses a aprender conviver com essas demandas e se adaptar espacialmente para absorver toda essa movimentação (SOARES, 2007; ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Para atender a esses fluxos, em especial as demandas logísticas e de renda oriundas da garimpagem do ouro, o núcleo urbano de Oiapoque passou a centralizar além das atividades já existentes, um conjunto de novas atividades vinculadas à garimpagem da circunvizinhança: pousos para trabalhadores potenciais, comércio de mercadorias, consumo individual, instrumentos de trabalho, insumos investidos na atividade produtiva, transporte de pessoas e mercadorias de outras localidades até as zonas de garimpo, prostituição, venda e transformação do ouro. Nesse sentido, Almeida e Rauber (2017, p. 483) assinalam que “[...] a rede de atividades chamada aqui de ‘economia do garimpo’ colocou-se como vetor de adensamento urbano a partir principalmente do núcleo de Oiapoque”.

Muito embora viessem ocorrendo as dinâmicas econômicas e sociais citadas por Almeida e Rauber (2017) e Soares (2007), existiam, até 1988, poucas referências sobre a paisagem urbana de Oiapoque. A mais expressiva, por sua vez, encontra-se no Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Oiapoque (PDUO), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), por meio do seu Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas,

⁸² Os procedimentos nos armazéns com os garimpeiros lembram os “aviamentos” do período da borracha na Amazônia, no final do século XIX e início do século XX (SOARES, 2007).

atendendo a uma solicitação do Governo do Território Federal do Amapá (NASCIMENTO; TOSTES, 2008).

Segundo o diagnóstico elaborado para o PDUO, em 1988 a cidade apresentava uma paisagem urbana intrigante e culturalmente rica em uma clareira com cerca de 1 km², que se expandia do rio Oiapoque para a floresta, tendo esse rio como determinante para o movimento frenético e caótico da cidade, que veio se intensificando desde a década de 1960 em decorrência da passagem de garimpeiros e clandestinos entre Oiapoque-Guiana Francesa - Oiapoque (NASCIMENTO; TOSTES, 2008; TOSTES 2016).

Para suprir as necessidades sociais e econômicas daqueles que passavam pouco tempo e dos que ficavam meses na cidade, ou mesmo para os que permaneceram na cidade e passavam a assimilar a identidade do lugar, a cidade de Oiapoque começou a abrigar muitas atividades vinculadas à garimpagem de ouro, por isso teve atrelada a sua imagem a pecha simbólica de cidade libertina (NASCIMENTO; TOSTES, 2008; TOSTES, 2016), fato que contribuiu para que a mesma apresentasse uma imagem degradante, tanto para os que chegavam pelo rio Oiapoque como para os que tentavam enxergá-lo. Nesse movimento, a orla fluvial foi invadida por “[...] barracas de comércio, alojamento, bares etc. Além de bloquearem a vista do rio, estreitaram a Avenida Joaquim Caetano da Silva e despejavam esgoto direto na margem [...]” (TOSTES, 2016, p. 83).

Muito embora em 2002, com criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, tenham ocorrido ações por parte do governo brasileiro para fechar os antigos garimpos da região do Oiapoque, nos quais predominava a extração de ouro em balsas ou flutuantes explorando os sedimentos dos rios, houve o deslocamento de grande parte dos garimpeiros para o território da Guiana Francesa. Em 2005, ainda persistia um intenso movimento de pessoas, oriundas de diversos locais do País que se dirigiam à cidade brasileira de Oiapoque e à Guiana Francesa, com o objetivo de buscar ouro em garimpos da região, à procura de oportunidades de trabalho nas cidades guianenses, e com a esperança de realizar transações comerciais no município do extremo norte amapaense (SILVA, J., 2005; MATHIS, 2012).

Em 2005, as principais atividades que movimentavam as negociações na cidade estavam ligadas a garimpagem de ouro e às transações comerciais com os franceses, o que autoriza a afirmação de que estas eram o centro nervoso da economia oiapoquense. Delas

derivavam grande parte dos negócios⁸³. As demais transações estavam atreladas pelo impulsionamento provindo do trânsito de pessoas na fronteira realizado pelas pequenas catraias – principalmente no sentido Oiapoque/Sant-Georges/Oiapoque – e pelo câmbio paralelo praticado livremente nas proximidades do local de desembarque de passageiros oriundos da Guiana Francesa.

Essa complexa rede de negócios movimentada pelo ouro e o euro eram responsáveis pela dinâmica do mercado local, determinando os preços das mercadorias. A influência do ouro na vida econômica e social da cidade de Oiapoque ficou bem evidente na:

[...] crise vivenciada na cidade nos meses de maio e junho de 2004 — e que gerou manifestações de rua por parte da população —, além de fatores específicos e importantes na rotina da cidade, também estava relacionada à operação de destruição de garimpos e expulsão de garimpeiros realizada pela polícia francesa. Foi também uma reação de setores que estavam se sentindo prejudicados com a ação da polícia na fronteira (SILVA, J., 2005, p. 287).

Isto porque diversos garimpeiros que atuavam na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa também eram comerciantes em Oiapoque. Mais contemporaneamente, a moeda europeia e o ouro permanecem considerados elementos econômicos de grande relevância na dinâmica intraurbana da cidade de Oiapoque, influenciando os negócios no setor de prestação de serviços (câmbio, hospedagem, alimentação, entretenimento). Com base nas observações realizadas em campo, foi possível notar que, às sextas-feiras, os garimpeiros que trazem o ouro para vender chegam à cidade, ocasião em que também chegam os turistas franceses. No final de semana do feriado francês de 14 de julho de 2017, dia da Queda da Bastilha, houve uma crise de liquidez, o dinheiro brasileiro ficou escasso, por conta do câmbio de euro e pela venda de ouro.

A influência citada pode ser apreendida da paisagem urbana de Oiapoque nos letreiros escritos em francês e que nomeiam lojas, hotéis, restaurantes e casas de câmbio, por exemplo. Também haviam propagandas impressas em português e francês, produtos oriundos da França, como perfumes, máquinas fotográficas, CDs e uma variedade de produtos importados que podiam ser adquiridos na área de livre comércio de Macapá e, inclusive, do Canadá, Panamá e de países asiáticos como Coréia e China (SILVA, J., 2005, p. 287).

⁸³ Comércio de ouro e joias, de máquinas e equipamentos para garimpo, de produtos alimentícios e bebidas, de eletrodomésticos e produtos importados, de combustíveis e dos negócios relacionados ao lazer e turismo (SILVA, J., 2005).

Além das atividades comerciais no núcleo urbano, a cidade contava com a praça Ecildio Crescêncio, constituída por um campo de futebol, uma quadra e a calçada, com espaço para lanchonetes e bares que servem para o lazer dos moradores e visitantes. À noite, as pessoas iam à praça passear, jogar futebol, fazer um lanche ou beber. As lanchonetes e bares eram animados com vídeos, música internacional, principalmente os ritmos originários da Guiana Francesa e do Caribe, tais como *cassicó*, *zouk*, *ragga* e *reggae*, além de *dance music* e *rap* (SILVA, J., 2005).

A diversidade de ritmos musicais que caracterizava a cidade dava ao Oiapoque uma dimensão de pluralidade representativa no ambiente urbano: moradores da cidade – crianças, jovens e adultos –, guianenses, turistas franceses, garimpeiros, visitantes de outras cidades em serviço, e mulheres que atuavam na atividade sexual remunerada. Todos estes podiam se divertir e transitar livremente nesse espaço, o que não significa dizer que não havia questionamentos e conflitos. Dessa maneira, presumiu-se que o espaço da praça, ao congregar as diferenças, parecia “[...] não assimilar os mecanismos de exclusão e de segregação, que tanto caracterizam os espaços públicos das cidades, qualquer que seja a dimensão do contexto urbano” (SILVA, J., 2005, p. 297).

Mesmo com essa convivência aparentemente harmoniosa, várias instituições públicas e organizações da sociedade civil manifestavam preocupações com o fenômeno da prostituição na cidade, em especial na praça, que chegava a envolver, inclusive, menores de idade. A atividade da prostituição era encarada por grande parte da população e autoridades como um problema sério; atividade esta que, de acordo com Silva J. (2005, p. 296), era “exercida principalmente por mulheres jovens, em sua maioria originárias de Macapá, de cidades do interior do Pará, como Itaituba, Marabá, Santarém e Altamira, e de outros estados”.

A prostituição, enquanto mercado ativo da região em questão se dava em algumas frentes mais visíveis dentro da dinâmica local. Uma delas acontecia na categoria mais articulada e de caráter empresarial, como era o caso das casas de prostituição, que aconteciam nas localmente chamadas boates, nas quais os proprietários destes estabelecimentos contratavam jovens mulheres de outras cidades para dar conta da demanda provinda dos clientes-garimpeiros, turistas e demais circulantes da região; a outra modalidade dessa atividade era de ordem individual, autônoma, em que as profissionais sexuais transitavam pelas cidades francesas de Caiena e Kourou, assim como também nos garimpos e na cidade de

Oiapoque à cata de clientes. A dinâmica da atuação dessas profissionais se dava pela remuneração da atividade sexual que podia demandar uma estadia com turistas e garimpeiros com duração variável, indo de horas, meses, até chegar o momento, finalizada a tarefa proposta, de retorno às suas residências em Oiapoque. Essa atuação individual acontecia em locais como hotéis e pousadas da cidade (SILVA, J., 2005).

Nos anos seguintes, o cenário econômico da prostituição envolvendo turistas e garimpeiros, observado por Silva, J. (2005) parece ter continuado, visto que, Silva e Conte (2006), após várias entrevistas, fizeram uma análise da economia da cidade de Oiapoque e concluíram que esta se matinha a partir de duas fontes: as atividades vinculadas à garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira e a compra de produtos brasileiros oriundos da Guiana Francesa, acrescido do comércio do sexo, que atendia aos agentes das duas fontes.

Entre 2005 a 2009, a cidade de Oiapoque se mantinha como ponto de passagem para garimpeiros e brasileiros clandestinos em busca de trabalho na Guiana Francesa, e aos franceses que, favorecidos pelo câmbio, afluíam para a cidade em busca de diversão e mercadorias (SILVA; CONTE, 2006; NASCIMENTO; TOSTES, 2008).

Esta movimentação frequente permitiu que ao núcleo urbano da cidade – que não se estendia mais que 3,5 km² – tomasse como filão comercial a manufatura do ouro e pedras preciosas, mediante a fabricação artesanal de joias, responsável pela movimentação do comércio local, proporcionando a continuidade das atividades que vieram à cidade com:

[...] o “boom” de ouro ocorrido em 1986, quando a cidade recebeu impactos mais significantes, inclusive na sua evolução urbana, causada por fatores como demandas por habitação, hospedagens e serviços públicos. O comércio, entretanto, prosperou. Hoje é bem dinamizado por pequenas e microempresas, representadas por uma Associação Comercial relativamente forte (NASCIMENTO, 2009, p. 65, grifo do autor).

A cidade de Oiapoque pode ser comparada a uma clareira aberta, expandindo-se a partir do rio para a floresta. Apresentava um traçado urbanístico na forma de xadrez com avenidas nos sentidos *leste-oeste* e *norte-sul*, respectivamente, mantendo certa disciplina de ocupação. Entretanto, as características gerais das edificações, que não adotam em suas estruturas preocupações estéticas, aliadas à falta de infraestrutura, conferiam a paisagem urbana da cidade uma visão caótica (NASCIMENTO, 2009).

Nesse período, que compreende dos anos de 2005 a 2009, identificam-se três linhas de forças na paisagem urbana de Oiapoque: a Beira-rio, a Praça e a BR-156⁸⁴. Cada uma delas possuindo seu caráter próprio resultante de funcionalidades e elementos que nem sempre são adequadas e “em alguns casos até se invertem, como acontece entre a Praça e a Beira-rio. A Praça, hoje, assume funções que seriam da Beira-rio, onde se localiza inadequadamente o centro comercial com menos de 3,5 km” (NASCIMENTO; TOSTES, 2008, p. 4).

Ainda de acordo com Nascimento e Tostes (2008), e do ponto de vista físico, a cidade era formada:

[...] basicamente de estruturas morfológicas - *espaços edificados e espaços vazios* - que mantêm entre si uma relação dialética, em que um constrói o outro, sobre um determinado suporte físico. Contudo, a paisagem urbana não é configurada apenas por esses elementos. Como estrutura antropizada contém elementos socioculturais repletos de funções e significações (NASCIMENTO; TOSTES, 2008, p. 4, grifos dos autores).

A dinâmica descrita por Nascimento e Tostes (2008), favorecida em grande parte pela movimentação do ouro, passou a ser mais impactada com a intensificação do combate à garimpagem, a partir da visita do encontro entre os presidentes do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, e da França Nicolai Sarkozy, na Guiana Francesa, em fevereiro de 2008. Desde o encontro, o governo francês aumentou seu esforço para impedir a atividade de garimpeiros brasileiros em seu território, patrulhando o rio Oiapoque e implementando ações diretas nos garimpos e “currutelas”, como também destruindo e confiscando equipamento e suprimentos utilizados na garimpagem. Os garimpeiros eram presos e transportados para o Oiapoque e, em caso de reincidência, abria-se um processo formal de extradição (informação verbal)⁸⁵ (MATHIS, 2012).

Com essas ações, Mathis (2012) explica que os garimpeiros que trabalhavam no rio Sikini, afluente do rio Oiapoque em solo guianense:

[...] foram obrigados a se retirar para o território brasileiro. Eles se instalaram em Ilha Bela, uma ilha no rio Oiapoque, em frente à foz do Sikini. A população de Ilha Bela saltou de 164, em 2006, para mais de 2000, em 2008. Essa aglomeração se firmou desde então como principal centro de abastecimento para os garimpos na Guiana Francesa (MATHIS, 2012, p. 20).

⁸⁴ Apresentava possibilidades de expansão urbana e de inserção da cidade na estrutura regional, segundo o modelo de rodovia.

⁸⁵ Informação verbal concedida por Luíza Lopes da Silva, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, em uma Audiência Pública, na cidade de Oiapoque, no ano de 2010. Na ocasião, ela ainda ressaltou que as autoridades francesas usam como base legal da sua atuação o Código de Entrada e Permanência de Estrangeiros, formalmente em vigor desde 2005, tendo sido aplicado desde 2007. Em geral, não há punição para os crimes ambientais dos garimpeiros.

Com esse inchaço populacional em Ilha Bela, sendo ela consequência direta da atividade garimpeira, no primeiro mês do ano de 2009 se executou uma ação para combater e desarticular o apoio logístico à garimpagem de ouro na localidade. A intervenção foi realizada de forma conjunta agregando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Polícia Federal, Polícia Militar do Estado do Amapá e do Exército brasileiro, que apreendeu o gerador de energia elétrica da comunidade (MATHIS, 2012).

As atuações de combate à garimpagem de ouro na fronteira, nos anos 2010 e 2011, executadas de forma permanente pelo Exército Brasileiro no rio Oiapoque, muitas vezes iniciadas a partir de denúncias, tinham como objetivo a retirada e punição de garimpeiros que trabalhavam dentro de áreas de Unidades de Conservação, e evitar que brasileiros realizassem atividades de garimpagem no território da Guiana Francesa (MATHIS, 2012).

O Exército Brasileiro, com base legal nas normas estabelecidas pela Lei Complementar N° 117, de 2 de setembro de 2004, que autoriza às forças armadas a atuarem na faixa de fronteira de forma repressiva e preventiva visando coibir delitos ambientais e transfronteiriços, instalou um posto de controle no rio Oiapoque na *Grande Roche*, controlando as embarcações e buscando impedir o transporte de mantimentos, óleo, diesel e alimentos destinados a abastecer os garimpos situados na Guiana Francesa. Uma das medidas adotadas pelo exército foi o estabelecimento de parâmetros em relação à quantidade de mantimentos considerados adequados para o consumo nas comunidades Ilha Bela e Vila Brasil (MATHIS, 2012).

Apesar das incursões regulares das forças de repressão francesas e brasileiras, o número de garimpeiros dentro da Guiana Francesa ficou estável durante os anos 2010 e 2011. A atuação repressiva não se efetivou em impedimento do trabalho de garimpagem na região, tendo em vista que, mesmo diante de cerco fechado em torno da atividade desenvolvida de forma ilegal, os garimpeiros adotavam expedientes estratégicos para burlar as proibições, tanto na ação de fuga quanto na abertura de novas frentes de trabalho. Em 2012, estimava-se que o contingente de garimpeiros brasileiros atuando ilegalmente no território da Guiana Francesa seria em torno de 10.000 pessoas, que extraíam cerca de 10 toneladas de ouro/ano (MATHIS, 2012).

A pesquisa de campo na fronteira franco-brasileira de Boeckel e Aquino (2017) ratifica a de Mathis (2012) no que tange as estimativas oficiais do governo da França a partir dos dados supracitados. Todo o ouro extraído anualmente naquele território francês era

contrabandeado para a cidade de Oiapoque, onde seria inserido no mercado nacional pelos postos de compra de ouro em um processo que envolvia várias etapas e agentes.

A inserção desse volume de ouro era uma das razões pelas quais ainda em 2012 a cidade de Oiapoque, diferentemente de outras cidades brasileiras de fronteira, experimentasse “[...] um aumento do turismo, com hotéis, casas noturnas, bares, restaurantes e pousadas que se multiplicaram rapidamente. Esse fator atraiu um turismo de final de semana e a ocorrência de tráfico de pessoas e do turismo sexual” (CASTRO; HAZEU, 2012, p.26). Com uma dinâmica semelhante ao das conhecidas “currutelas” dos garimpos, a cidade se torna, em escala proporcional, um ponto de lazer onde o prazer e a busca de saciedade sexual estavam entre os objetivos das visitas de garimpeiros, militares e guianenses. Essa movimentação foi absorvida por trabalhadores sexuais – mulheres, homossexuais e transexuais – como uma oportuna e lucrativa fonte de renda.

Em meados de 2013, o Oiapoque cumpria dupla função para os garimpeiros da região. É uma localidade onde as demandas afetivas e sexuais poderiam ser sanadas, em virtude do seu movimentado comércio sexual, sendo, também, a base de abastecimento de equipamentos de mineração (canos, bombas d’água, geradores, entre outros), que se encontravam à venda em lojas especializadas e que supriam a procura de dezenas de garimpos tanto na Guiana Francesa como no lado brasileiro, no Oiapoque. Responsáveis pelo intenso trânsito entre os dois lados da fronteira, os catraieiros, donos de pequenas embarcações que cruzavam o rio que separa as duas nações, conduziam pessoas, mercadorias e equipamentos a determinados trechos da floresta que depois seguiam por terra para os garimpos. Toda esta movimentação acontecia de forma aberta e clara, sendo do conhecimento tanto dos comerciantes quanto da população (BOECKEL; AQUINO, 2017).

Após a empreitada nos garimpos, os garimpeiros retornavam à cidade brasileira e movimentam-se diretamente para os pontos de compra de ouro para negociar a venda do resultado do trabalho de extração que haviam desenvolvido. Obtendo sucesso na venda do ouro, mantinham-se na cidade munindo-se de mantimentos, roupas, remédios, além de agitarem a vida social da cidade frequentando bares e boates da região. A depender do volume monetário auferido nas suas transações, estes trabalhadores ficavam hospedados nas pousadas e hotéis disponíveis até que seus provimentos acabassem (BOECKEL; AQUINO, 2017).

Aos que tinham laços familiares fora de Oiapoque, a dinâmica possuía uma variação. Isso porque, ao receber o montante dos lucros da exploração de ouro, procediam com

depósitos bancários de parte de seus ganhos com o objetivo de sustento das famílias que aguardavam estes recursos. Contudo, não raro estes mesmos trabalhadores eram os que movimentavam os bares e pontos de prostituição da cidade. Boeckel e Aquino (2017) ainda afirma que “[...] alguns moradores chamavam a cidade de Oiapoque de “corruptela mãe”, por se constituir um ponto de apoio importante para a mineração, não só para os garimpos da Guiana Francesa, mas também de alguns municípios vizinhos, como Lourenço e Cassiporé” (BOECKEL; AQUINO, 2017, p. 14).

Além da relevância econômica dos garimpeiros em diversos ramos do comércio de Oiapoque, também foi constatada a relevância simbólica destes personagens à história, ao cotidiano e à identidade local. Ao contrário do que se possa deduzir, a atividade ilegal desenvolvida pelos brasileiros na Guiana Francesa, no campo da mineração, ao invés de provocar reprovações, suscitava o respeito e a admiração por parte da população da cidade. Mesmo conscientes das inúmeras infrações legais que os garimpos clandestinos davam cabo, um grande volume de entrevistados identificou diversos aspectos positivos dessa atividade. (BOECKEL; AQUINO, 2017).

Um dos elementos apontados como fator predominantemente positivo a partir da perspectiva do senso comum dos moradores do Oiapoque era o impacto econômico da atividade garimpeira. Graças à movimentação financeira estimulada pelo negócio do ouro, garantia-se a sobrevivência de milhares de pessoas. Outro aspecto considerado positivo, sendo este de um campo mais simbólico da percepção local, era o que considerava a trajetória da localidade atrelada à mineração, onde residia o protagonismo da atuação dos garimpeiros. Estes trabalhadores, nesse sentido, frequentemente eram apontados como os fundadores da cidade.

Somado a estes fatores, também estava a antipatia dos moradores de Oiapoque às polícias francesas, o que se mostrou como um aspecto apaziguante em relação a maneira pela qual a figura do garimpeiro era percebida. Em 2013, os atributos negativos relegados a estes trabalhadores, conforme pontuados por Soares (1995), já não se encaixavam na perspectiva dos habitantes de Oiapoque, que vislumbravam nestes cidadãos a figura de sujeitos pobres e sofredores e que tinham coragem suficiente para enfrentar diversas vicissitudes, mesmo sendo preteridos pelo Estado brasileiro e sendo considerados indesejáveis pela França (BOECKEL; AQUINO, 2017).

Tanto a importância das atividades vinculadas à garimpagem de ouro e seus agentes na vida social e econômica de Oiapoque (BOECKEL; AQUINO, 2017), como a relevância da localidade de Ilha Bela como ponto de apoio para a atividade garimpeira em solo guianense (MATHIS, 2012), complementam-se na análise de Góes (2014) sobre a economia do Oiapoque, que traçou sua observação percebendo que a base produtiva do município estava voltada para o setor terciário – principalmente relacionado à circulação de mercadorias, com forte dependência da garimpagem na circunvizinhança –, com uma baixa expressividade dos setores secundários e primários.

Nos dados empíricos de Góes (2014), notam-se continuidades e permanências que determinavam a coexistência de diversas espacialidades e temporalidades na vida dos moradores do território de Oiapoque. Muito embora as edificações – portos, hospedagens e comércios – apresentassem funções novas, era perceptível que os indivíduos fronteiriços, em termos econômicos, viviam um tempo condicionado pelo passado, em uma economia cuja dinâmica ainda se dava pela circulação de garimpeiros, de ouro e de mercadorias.

Essa circulação na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa era responsável por uma movimentação de recursos financeiros entre as comunidades brasileiras e francesas. Mesmo sendo ilegal, era bem aceita pelos moradores de Oiapoque e das comunidades de Ilha Bela e Vila Brasil, e mal vista pelos franceses, em especial as atividades desenvolvidas em Ilha Bela. Para os militares franceses, esta última se mantinha como um centro de apoio logístico para os que pretendiam garimpar de forma clandestina em território francês, pois sua proximidade da foz do rio Sikini e a impossibilidade de uma vigilância permanente facilitava esse acesso (GÓES, 2014).

Para ratificar suas informações sobre as embarcações e dar uma dimensão da quantidade de pessoas e cargas envolvidas nesse itinerário, os policiais franceses relataram que em 2012 foram abordadas e desativadas aproximadamente 80 (oitenta) galerias e 50 (cinquenta) barracos nos quais moravam em média 50 (cinquenta) pessoas trabalhando em três turnos na exploração do ouro em solo guianense. Existia consumo de mercadorias, equipamentos e combustíveis nas 24 horas do dia pelos que vieram ou passaram pela cidade de Oiapoque e Ilha Bela (GÓES, 2014).

As relações da cidade de Oiapoque com o rio homônimo e a garimpagem de ouro observadas em Góes (2014) também foram observadas em Botelho, L. (2017) em sua análise sobre o planejamento urbano, de modo a subsidiar um entendimento sobre as dinâmicas do

rio, rodovia e fronteira exercidas sob a cidade. O autor também observou que no período compreendido entre 1988 a 2014, as relações da cidade de Oiapoque com o rio, rodovia e a fronteira ainda eram elementos bastante definidores e indutores na dinâmica da cidade (BOTELHO, L., 2017).

No rio Oiapoque, fronteira natural da Guiana Francesa com o Brasil, ocorriam relações econômicas e sociais intensas e contraditórias de diferentes grupos que interagiam com interesses específicos ou coligados⁸⁶. Essa relação cidade-rio completamente direcionada pelas “[...] dinâmicas fluviais e uma inserção social do espaço na orla fluvial da cidade, com destaque para as vivências ribeirinhas face às intervenções urbanas nela desenvolvidas” (BOTELHO, L., 2017, p. 73) representava o meio e a mediação das interações transfronteiriças, das tramas e dos dramas socioculturais de seus usuários, materializando-se em movimentos pendulares na fronteira. O rio representava o elo “[...] entre o sonho e o pesadelo de uma suposta ‘vida melhor’ no país estrangeiro, pois existem pontos do rio que funcionam como travessia da clandestinidade” (BOTELHO, L., 2017, p.73).

Em contextos como esse, Botelho, L. (2017) chama a atenção para o fato de que, quando se fala sobre o uso do solo e seus respectivos instrumentos, na Amazônia, esta relação resguarda uma dinâmica peculiar e intensa com os rios. Para o autor, esse modo de viver está na contramão tanto da legislação quanto dos próprios legisladores, pois, para esses agentes, “água não é solo” (BOTELHO, L., 2017, p. 74).

Em 2014, a cidade de Oiapoque apresentava diferentes características, tais como a de cidade-rio com o garimpo, pescadeiro, turismo, transporte, o trato paisagístico, a articulação fluvial e a ocupação de palafitas; ou como cidade-rodovia, com as atividades agrícolas, entradas e saída de insumos básicos, minério, madeira, crescimento populacional, especulação imobiliária, escoação de produção; ou ainda enquanto cidade-fronteira com os elementos da defesa militar, corredor transfronteiriço, trocas comerciais, trânsito de estrangeiros, integração, ações culturais e cooperações (BOTELHO, L., 2017).

Com relação ao garimpo, e também devido à constatação de que a extração do ouro se constituía como atividade influente na economia da localidade, evidenciavam-se pequenas lojas que compravam ouro para fabricar joias com pedras preciosas, movimentando o

⁸⁶ Garimpeiros, catraieiros, indígenas, clandestinos e outras atividades, entre comunidades brasileiras e francesas – Saint-Georges-FR, Oiapoque-BR, Vila Vitória-BR, Cachoeira Grand Roche-FR, Tampaca-FR, Taparabu-BR (BOTELHO, L., 2017).

comércio local e, assim, incrementando o fluxo de migrantes com interesse na atividade dos garimpos. Paradoxalmente, a principal cidade exportadora de ouro do estado do Amapá era Oiapoque, sem que a garimpagem fosse uma atividade legalizada (BOTELHO, L., 2017).

As constatações de Botelho, L. (2017), elaboradas no ano de 2013 na cidade de Oiapoque, confirmam-se dois anos depois por Superti e Silva (2015), quando este autor analisa o cenário político-econômico da Amazônia setentrional brasileira, com foco na fronteira internacional entre Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França). Nessa pesquisa, observa-se que a cidade de Oiapoque (após mais de meio século de criação) apresentava uma economia fortemente influenciada pelo movimento do ouro e ouro na fronteira. Os recursos oriundos do ouro e ouro impulsionavam o comércio, principalmente de bares, restaurantes, pousadas, hotéis de baixo padrão, a fabricação artesanal de joias de ouro e pedras preciosas, a prostituição e, em menor grau, pelos recursos financeiros oriundos dos serviços públicos, municipais, estaduais e federais, na composição do painel econômico do Oiapoque como empregadores da mão de obra local.

Superti e Silva (2015) também observaram que a questão da clandestinidade e da garimpagem ilegal por parte dos brasileiros em solo guianense delimitava-se como um tema premido de determinada tensão, que se agravava no âmbito das relações transfronteiriças entre Brasil e França, fazendo com que as autoridades dos países reforçassem a presença militar com a finalidade de combater essas atividades ilícitas. Uma das posturas adotadas pelo governo brasileiro, por exemplo, foi a de organizar grandes ações como as operações Anaconda, Harpia e Ágata, que integram o Plano Estratégico de Fronteira (PEF) sob a coordenação do Ministério da Defesa.

Muito embora a economia do garimpo tenha mobilizado pessoas e estimulado a circulação de bens materiais e imateriais, ela apresenta contradições entre o capital econômico e o cultural. Os envolvidos nas atividades a elas vinculadas vieram em movimentos migratórios originários da capital Macapá e de outros estados do Brasil, principalmente do Pará, Maranhão e Ceará, para trabalhar no garimpo ou na cidade de Oiapoque, sem uma boa qualificação. Como consequência, nem todo recurso adquirido na economia do ouro ficou na região de Oiapoque, fazendo com que a mesma não apresente uma economia capitalista com base rural e, menos ainda, industrial (ALMEIDA; RAUBER, 2017; SUPERTI; SILVA, 2015).

Outra relação da cidade de Oiapoque com a garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira pode ser observada nas análises realizadas por Theije e Luning (2016), em que procurou entender, no período de 2008 a 2015, como o setor de mineração ilegal na Guiana Francesa dependia inteiramente da mobilidade de pessoas, bens e ouro. A autora identificou que até o ano de 2008 a maioria das mercadorias que abasteciam essa atividade era adquirida na cidade de Oiapoque. A partir desse ano, o presidente francês Nicolas Sarkozy, em visita à Guiana Francesa, reforçou a tentativa de erradicar a mineração ilegal e, com isso, grande parte do abastecimento de mercadorias, equipamentos e combustíveis deixaram de ser realizados na cidade de Oiapoque e passaram para o Suriname e Paramaribo.

Ainda que essas aquisições tenham sido direcionadas para Paramaribo e/ou Suriname, grande parte do ouro envolvido nessas barganhas, quando não eram transacionados já na área de mineração por compradores que tinham cumplicidade com cambistas em Oiapoque, eram contrabandeados e negociados na cidade. Os compradores recebiam o ouro e depositavam o valor do metal em contas bancárias brasileiras ou surinamesas. O que fica bem claro em Theije e Luning (2016) é que existia uma relação e uma dependência direta entre a produção de ouro e a manutenção das relações econômicas da cidade de Oiapoque, e que quaisquer sinais de incipiência nos resultados da produção aurífera tinham efeito imediato sobre a vida econômico-financeira e social da cidade.

2.2 Caracterização e dinâmica intraurbana da cidade de Oiapoque

Em termos políticos e administrativos, a faixa de fronteira internacional do Brasil tem 150 km de largura e 15.719 km de extensão, compreende 11 estados brasileiros⁸⁷ e nove países da América do Sul⁸⁸. Seus habitantes, algo em torno de 10 milhões, estão distribuídos em 588 municípios, dos quais 122 estão localizados na linha de fronteira com 32 cidades gêmeas (BRASIL, 2009, 2016).

Essas cidades são consideradas pelas autoridades brasileiras como pontos estratégicos para afirmação da soberania nacional. Contudo, não devem ser vistas no contexto de uma perspectiva apenas nacional ou interna, pois “elas constituem, via de regra, pontos avançados

⁸⁷ Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina (BECKER, 2004).

⁸⁸ Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, e uma Região Ultramarina da França, a Guiana Francesa.

de subsistemas rodoviários, aeroviários e hidroviários que conectam, de forma mais ou menos precária, uma série de cidades de grande expressão local-regional” (BECKER, 2004, p. 59). As redes de relações que se instauram nestes municípios rompem com as delimitações da fronteira oficial fundadas na soberania nacional.

No conjunto das cidades antes mencionadas, Oiapoque (Amapá) e Saint-Georges (Guiana Francesa) configuram fronteira entre um País sul-americano, o Brasil, e um País europeu, a França. Cumpre destacar que essa é a mais longa fronteira da França, com 730 quilômetros de extensão, sendo também a mais distante e a mais desconhecida pelos franceses (SILVA; GRANGER, 2016).

O afluxo de indivíduos estimulados por salários pagos em euro, moeda europeia cuja boa cotação predomina na maior parte dos cenários da economia no mundo, é um dos fatores preponderantes para que o Oiapoque se molde como uma cidade de múltiplas tramas no estado do Amapá. Ademais, a cidade em estudo se constitui em um importante “nó” que dá conta das necessidades laborais, econômicas e sociais dos que nela moram, esperam ou simplesmente passam, influenciando suas atividades socioeconômicas e, assim, animando a vida diurna e noturna que desponta para uma experiência comercial bem mais intensa em relação a outras cidades, com exceção da capital, Macapá.

Neste sentido, o Oiapoque apresenta uma estrutura de serviços públicos e privados bem diferenciada de outros municípios do estado do Amapá, em especial quanto aos mais próximos, Calçoene e Amapá, com os quais está conectada pela BR-156. Na Tabela 01 são apresentados os dados levantados nos sites do Econodata (BRASIL, 2018) e do IBGE (IBGE, 2018)⁸⁹, referentes: i) as empresas em atividade durante o ano de 2018; ii) a projeção de população habitante em 2017; iii) ao PIB *per capita* em 2015. Grosso modo, deduz-se que embora o município de Oiapoque se encontre distante a aproximadamente 600 km da capital do estado, tenha limitações em relação à gestão do seu território e apresente um acesso problemático pela BR-156 no período de chuva, que compreende os meses de janeiro a julho, ele acaba por se destacar economicamente no contexto estadual.

O município de Oiapoque ocupa o quarto lugar do total da população (25.514 habitantes) e de empresas ativas no estado do Amapá (3,96%). Apresentou em 2015 um PIB *per capita* (R\$ 12.404,06) superior ao do município de Laranjal do Jarí (R\$ 12.246,38) que tem 53,65% a mais de população e 33,38% de empresas ativas. Com esse PIB *per capita*, o

⁸⁹ Cumpre ressaltar que a cronologia dos dados obedece a sua disponibilidade nas bases de dados citadas.

município ocupou a 3.187^a posição no Brasil, a 8^a no estado e a 2^a na microrregião (IBGE, 2018).

Tabela 01 – Amapá: empresas, população dos municípios e PIB *per capita*

ESTADO DO AMAPÁ	EMPRESAS ATIVAS		ESTIMATIVA DE		PIB <i>per capita</i>
	EM 2018		POPULAÇÃO EM 2017		2015
Municípios	Quantidade	%	Habitantes	%	R\$
Estado do Amapá	48.137	100	797.722	100	15.553,58
Macapá	32.968	68,49	474.706	59,51	19.915,89
Santana	5.945	12,35	115.471	14,48	17.741,36
Laranjal do Jari	2.279	4,73	47.554	5,96	12.246,38
Oiapoque	1.904	3,96	25.514	3,20	12.404,06
Porto Grande	941	1,95	20.611	2,58	14.891,42
Mazagão	649	1,35	20.387	2,56	10.280,72
Tartarugalzinho	363	0,75	16.112	2,02	10.832,98
Pedra Branca do Amparai	573	1,19	15.152	1,90	19.989,38
Vitoria do Jari	665	1,38	14.991	1,88	13.149,42
Pedra Branca do Amparai	573	1,19	15.152	1,90	19.989,38
Calçoene	443	0,92	10.525	1,32	13.149,42
Amapá	347	0,72	8.757	1,10	15.355,58
Ferreira Gomes	378	0,79	7.270	0,91	49.903,44
Cutias	142	0,29	5.637	0,71	10.280,72

Fonte: Brasil (2018) e IBGE (2018).

Elaboração: David Souza Góes, 2018.

Cumprir destacar que os bairros da cidade de Oiapoque e as áreas distritais do município de Oiapoque, apesar das suas precariedades em termos de infraestrutura urbana, estão fisicamente integrados com Saint-Georges, na Guiana Francesa, por uma ponte (Foto 01) que foi construída no âmbito da cooperação fronteiriça franco-brasileira.

A referida ponte havia sido contemplada na proposta da Rodovia Transguianense (Mapa 01), elaborada pelo governo do estado do Amapá em 1997, para que a fronteira deixasse de ser olhada como limite e passasse a ser vista “[...] como fator de integração, uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociopolíticas e culturais distintas” (MACHADO, 1998, p. 42). Nesse sentido, a relevância simbólica da ponte advém dela se encontrar em um dos segmentos urbanos na fronteira norte do Brasil com potencialidade de integração econômica e cultural no platô das Guianas (BECKER, 2004).

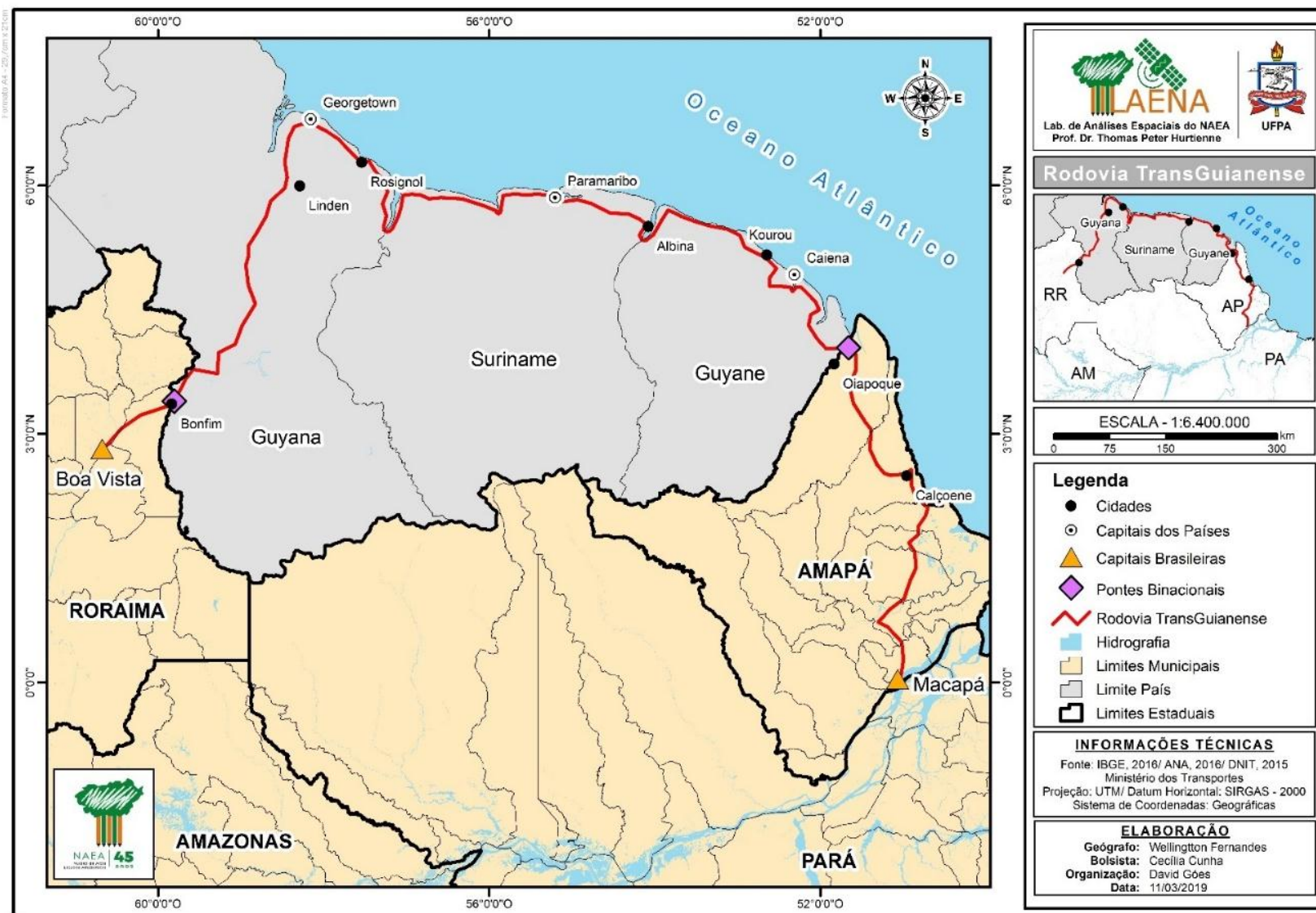
Sua inauguração em março de 2017, mesmo que de forma parcial por questões referentes a controle aduaneiro e de infraestrutura, ampliou as possibilidades de vir a se concretizar a Rodovia TransGuianense, bem como a conectividade entre as cidades do estado do Amapá, Guiana Francesa (Saint Georges, Regina, Cayenne, Kourou, Saint Laurent du Maroni), Suriname (Paramaribo), República da Guiana (Georgetown) e o estado de Roraima, no Brasil.



FOTO 01 – PONTE BINACIONAL SOBRE O RIO OIAPOQUE: construída no âmbito da cooperação fronteiriça franco-brasileira, interliga a Guiana Francesa (lado esquerdo), e a cidade de Oiapoque (lado direito).

Foto: David Souza Góes, setembro de 2017.

Mapa 01 – Rodovia TransGuianense



Apesar das limitações impostas pela precariedade da BR-156 e pelo controle alfandegário na ponte binacional franco-brasileira, a cidade do Oiapoque se encontra e desempenha um papel importante em um dos principais eixos das redes de circulação no estado do Amapá, mostrando-se como um componente fundamental nas articulações que se realizam por um sistema terrestre e fluvial de abrangência geográfica internacional (SANTOS, E., 2012).

Nesse sentido, procurou-se verificar se havia alguma relação da afirmativa de Santos, E. (2012) sobre o papel que a cidade de Oiapoque desempenha nas redes urbanas e de circulação do estado do Amapá, assim como nas articulações que se realizam por um sistema terrestre e fluvial, para além dos limites do território brasileiro, com as atividades vinculadas à garimpagem de ouro e seus agentes no espaço urbano da cidade de Oiapoque, no decorrer das observações e entrevistas em outubro de 2017, maio e outubro de 2018.

Considerando-se que o espaço urbano pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas e abordado a partir da percepção que seus habitantes ou alguns de seus segmentos têm do espaço urbano e de suas partes (CORRÊA, 1989), destaca-se a importância de entendê-lo combinando o conceito lefebvriano de prática espacial à percepção humana, pautada nas experiências vividas. Isso porque, o percebido sobre o espaço em estudo não deve representar apenas a concepção subjetiva/mental, mas, também, estar alicerçado em uma materialidade concreta e produzida, haja vista que o espaço a ser percebido possui aspectos que devem ser apreendidos por meio dos cinco sentidos (MARTINS 1996; LÈFEBVRE, 2000; SCHMID, 2012;). Assim, as observações da paisagem e da dinâmica urbana da cidade de Oiapoque foram realizadas por meio de observações não-participantes associadas a informações adquiridas em entrevistas.

Dessa maneira, para a orientação no espaço urbano da cidade de Oiapoque, entendido como um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, que acabam por definir áreas distintas em termos de forma e conteúdo social (CORRÊA, 1989), assinala-se que, além dos estudos empíricos consultados, foram identificadas pessoas com tempo de vivência no município suficiente para viabilizar informações sobre os elementos fixos (casa, porto, armazém, plantação, fábrica e outros) que emitem ou recebem fluxos (informações, financeiro, pessoas, mercadorias e outros); elementos estes que aparecem como resultado direto ou indireto das redes de agentes que se articulavam por meio de ações de interesse específicos ou coligado, que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua

significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, modificam-se (TRINDADE JÚNIOR, 1998; SANTOS, 2006), para o entendimento das operações articuladas à garimpagem de ouro.

Assim sendo, Almeida e Rauber (2017) sinalizam que o entendimento das características e dinâmica intraurbana da cidade de Oiapoque deveria começar pelo Bairro Central (núcleo urbano da cidade de Oiapoque), pois foi onde se centralizaram as demandas por logística provocadas pela garimpagem do ouro, bem como pelas possibilidades de serem encontrados indícios de um conjunto de outras atividades inerentes à rede que o garimpo engendra, tais como: hospedagem, comércio atacadista e varejista de gêneros alimentícios, bebidas e medicamentos, tecnologias e insumos utilizados na atividade garimpeira; fato que foi confirmado pelo ex-secretário de obras do município, Edson Lopes Maia (MAIA, 2016), e pelo ex-vereador e negociador de pescado, Clayton Miranda (MIRANDA, 2017), para o qual:

se você quiser conhecer a cidade de Oiapoque e como ela é diferente das cidades que você passou de Macapá até aqui, Calçoene, Amapá, Pracuuba, Tartarugalzinho, até mesmo de Saint-George da Guiana Francesa, que fica do outro lado do rio Oiapoque, observe o que existe e o que acontece no Bairro Central de dia e de noite. Depois, tente conversar com as pessoas que estão passando, sentadas no muro de arrimo, comendo nas barracas, saindo e entrando nas catraias (MIRANDA, 2017, não paginado).

A sugestão de Miranda (2017), fez com que, estar na cidade de Oiapoque, andar pelas ruas e avenidas de seu centro histórico (localizado na orla fluvial), sentar no muro de arrimo, comer nos restaurantes, conversar com as pessoas que residem há décadas ou mesmo com as que estão há uma semana na cidade⁹⁰ permitiu capturar “[...] palavras que constroem laços, designam e precisam o que é este ‘campo vago’ dos encontros: mediações, passagens, cruzamentos, trocas” (AGIER, 2015, p. 73).

Na visita à prefeitura, em busca de informações que relatassem decisões administrativas provenientes do fenômeno da garimpagem do ouro na região, bem como de estudos da evolução espacial e populacional, representações do espaço urbano, planos diretores, mapas cadastrais de imóveis, plantas de imóveis e plantas topográficas da área urbana, obteve-se como resposta de Maia (2016):

Durante quase trinta anos que estou na prefeitura observei que quando a prefeitura não pode ajudar, ela também não atrapalha quem trabalha no garimpo. Existem poucas informações e estão desatualizadas e bagunçadas, sem possibilidade de consulta, porque mudamos recente e tudo está empilhado. O Plano Diretor da cidade

⁹⁰ Segundo Ferreira (2017), em 2017 nas entrevistas para elaboração do diagnóstico do Plano Diretor com 1.323 indivíduos sobre o local de procedência: 55% de outros estados do Brasil, 25,3% de outro município do estado do Amapá, 1,4% de outro País e 18,2% do Oiapoque. Com relação ao tempo de residência no município, 38% dos entrevistados moravam na cidade a mais de 20 anos e 18% de 10 a 15 anos

foi iniciado e interrompido várias vezes, sempre que ocorreu troca na gestão municipal. O que tenho e posso te disponibilizar é esse mapa, com alguns bairros ruas e avenidas da cidade, produzida em 2012 pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), e essa imagem do município do Oiapoque com o perímetro urbano da cidade de Oiapoque.

Apesar das dificuldades, Maia (2016), que, à época, estava no cargo de secretário de obras do município, procurou explicar melhor as informações prestadas. A nova gestão da prefeitura estava contratando uma equipe para elaborar um diagnóstico do Plano Diretor da cidade. O mapa que o entrevistado menciona é, na realidade, uma reprodução sem escala do Google Maps, produzida em 2012 pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), sem definição dos limites dos bairros, faltando nomes e traçados de várias ruas e avenidas. No outro elemento mencionado por Maia (2016), uma imagem do município do Oiapoque na escala 1:8.000 – contida no Projeto Base Cartográfica Digital Continuada do Amapá, de autoria do Governo do Estado do Amapá em parceria com o Exército Brasileiro –, havia uma imagem do perímetro urbano da cidade de Oiapoque, estabelecido pela Lei Complementar nº 028/2004 .

Apesar das limitações das informações contidas tanto nas cartas e quanto na imagem supracitadas, destaca-se que, ainda assim, elas possibilitaram uma orientação espacial no perímetro urbano da cidade. Além de fornecer informações, Maia (2016) acompanhou o pesquisador em campo, pelos bairros da cidade, com a finalidade de apresentar pessoas que pudessem colaborar com informações e mostrar edificações de comerciantes, cujos negócios tinham sustentação em atividades relativas à garimpagem de ouro desde a década de 1950 – hospedagens, bares e restaurantes, locais de entretenimento, comunicação e serviços financeiros, bem como fluxos de pessoas e mercadorias. No entanto, a maioria destes locais e atividades se encontra no Bairro Central.

Nos percursos, observou-se boa receptividade das pessoas para as quais Maia (2016) solicitava informações. Ele tornou-se um interlocutor estratégico, visto que, “[...] para se orientar no espaço desconhecido nada como encontrar as pessoas do lugar que descobrimos. A pesquisa possibilita esse posicionamento desejável que permite ler uma cidade ‘por cima dos ombros’ de seus habitantes” (AGIER, 2015, p. 23). Percebeu-se, assim, a possibilidade de acesso a informações do passado e do presente, de partes e do todo, que facilitariam entender as formas e conteúdos encontrados na cidade de Oiapoque.

Com as informações obtidas com Maia (2016) e Miranda (2017) e os ensinamentos contidos em Corrêa (1989), foram realizadas as observações dos diferentes usos da terra que

fragmentavam o espaço urbano da cidade de Oiapoque e as relações espaciais visíveis que se manifestavam empiricamente por meio de fluxos, em deslocamentos cotidianos entre os fixos das áreas residenciais, locais de trabalho e lazer, que ocorriam nas avenidas, ruas, orla fluvial da cidade.

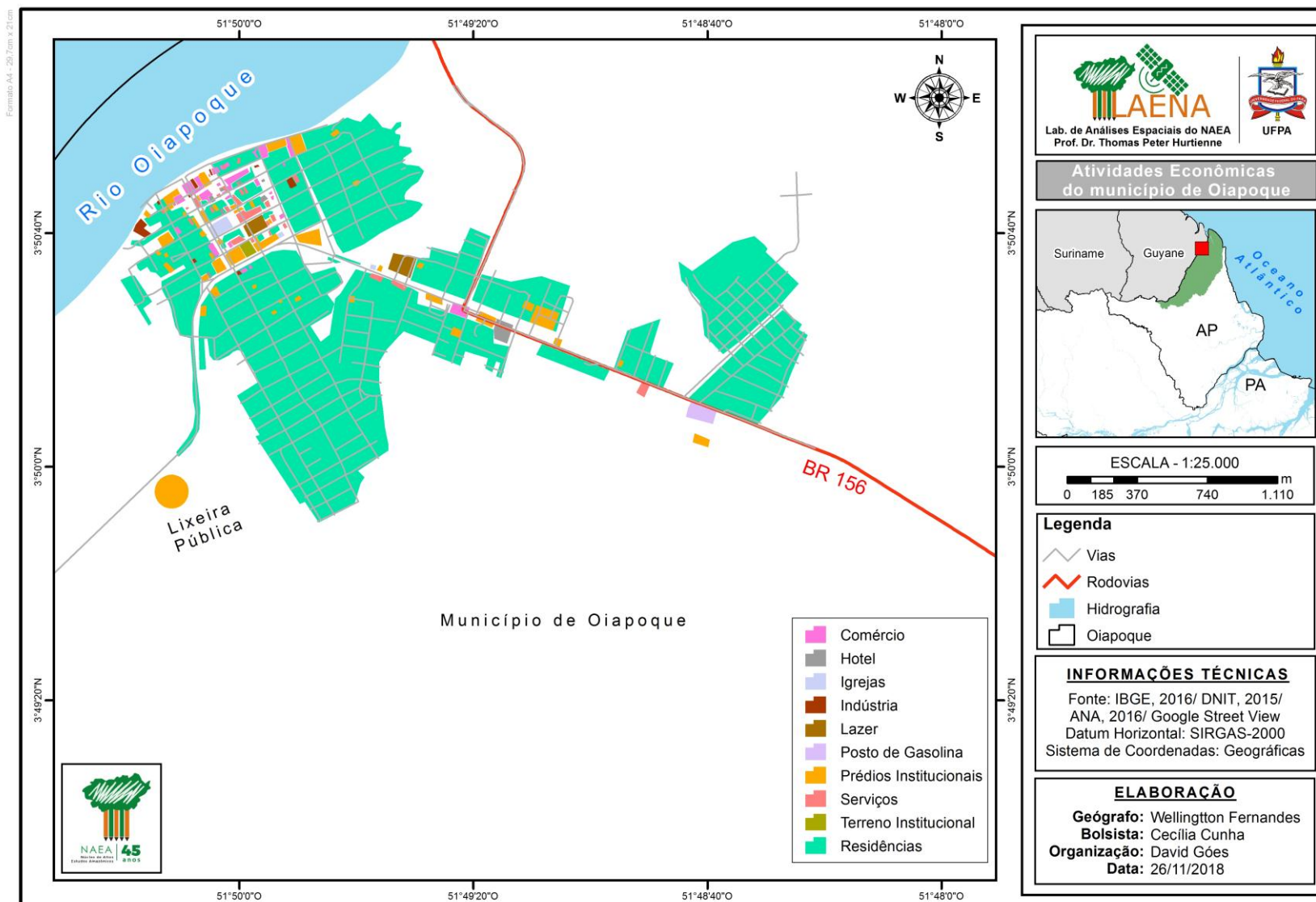
Ressalta-se que no Bairro Central se concentra o maior contingente de relações espaciais e de múltiplos usos da terra justapostos entre si, presentes nas atividades comerciais e de serviços (bares, boates, restaurantes, hospedagem, oficinas, transporte), atividades informais e áreas de entretenimento (orla fluvial e praça central Ecildio Crescêncio), bem como no funcionamento institucional público. Estes fatores colocam o Bairro Central como uma zona discrepante em relação aos demais bairros da cidade, nos quais há predominância de imóveis residenciais, como se pode observar no Mapa 02⁹¹.

Os fluxos que ocorrem diariamente e ininterruptamente no Bairro Central, voltados para o rio Oiapoque, são intensos e aparentemente caóticos. Nos fixos, encontram-se ofertas de produtos nacionais e internacionais, serviços com diversos padrões de atendimento, tanto para brasileiros como para estrangeiros, bem diferenciados em qualidade, volume e variedades. O destaque desta área se mostrava inegável ao traçar uma comparação com os demais bairros da cidade, das cidades citadas por Miranda (2017) e mesmo com a pequena vila de Saint-Georges, na Guiana Francesa (Mapa 03).

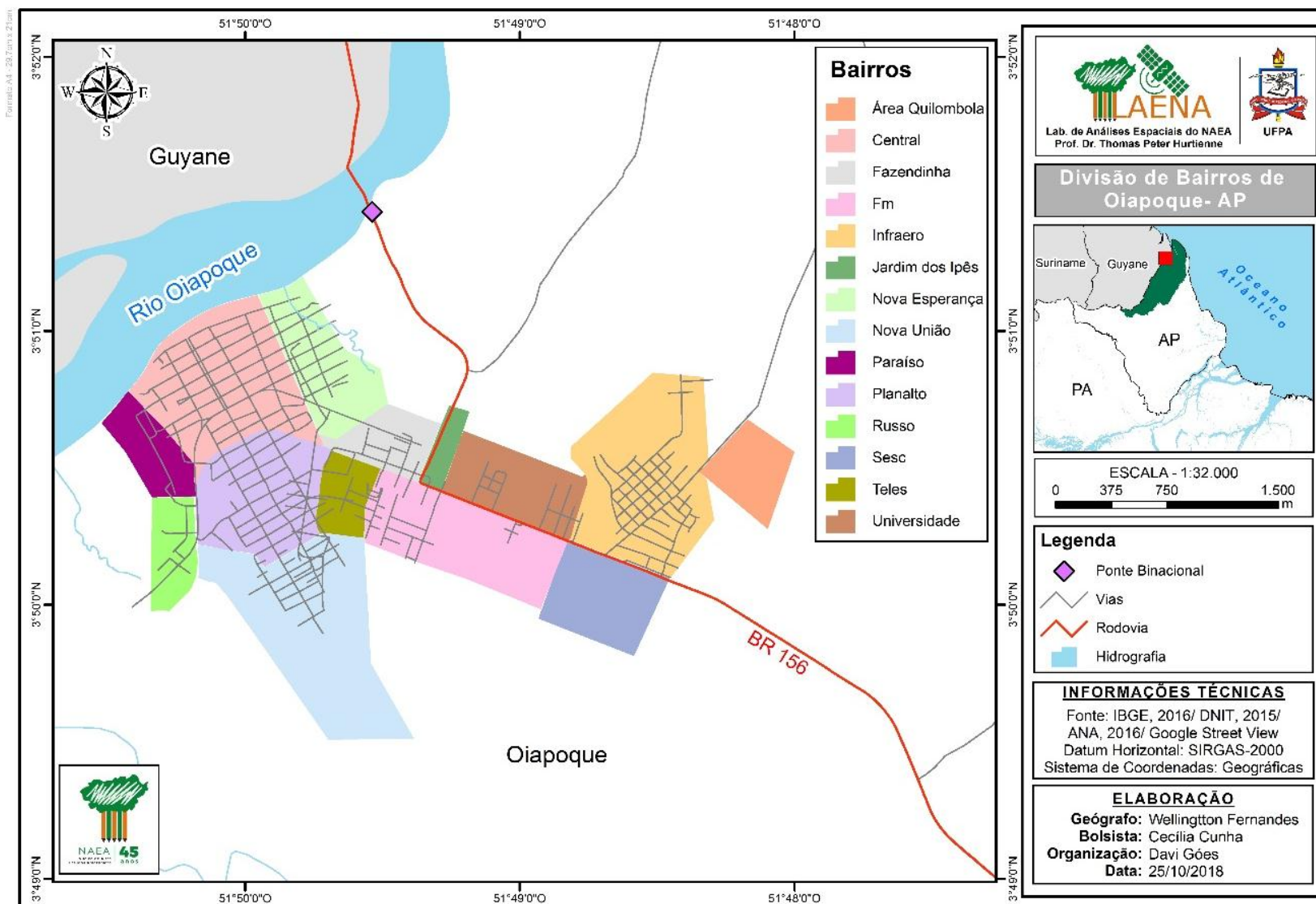
Esta dinâmica, voltada para o rio e não para a Rodovia BR-156, mesmo após 37 anos da sua inauguração, faz com que o Bairro Central represente um núcleo urbano articulador entre os municípios citados e as comunas francesas. Com seus fixos, viabilizam fluxos de pessoas, mercadorias, comunicação, financeiro em euro, ouro e real como se não houvesse limites territoriais e alfandegários. Tal fenômeno se caracterizava por ir na contramão dos que ocorreram em outros subespaços da Amazônia brasileira quando das implantações de rodovias federais no e depois do período de 1966 a 1985, como observados em Becker (1982), Machado (1999) e Théry (2005), referentes as transformações nas organizações espaciais ocorridas em outras cidades na Amazônia brasileira com as implantações das rodovias, que até então eram definidas em volta dos rios.

⁹¹ Elaborado a partir de informações obtidas em Ferreira (2017), que em grande parte são subsidiadas por um banco de dados do trabalho de campo para o diagnóstico para elaboração do Plano Diretor, realizada em outubro de 2017, que teve como universo amostral 1.323 indivíduos que representavam 30% dos domicílios de cada bairro do perímetro urbano de Oiapoque e das suas áreas distritais.

Mapa 02 – Principais formas de ocupação do espaço urbano de Oiapoque



Mapa 03 – Bairros da cidade de Oiapoque



Ao dar continuidade às observações da cidade, percebe-se que além do Bairro Central, os bairros denominados Nova Esperança e Paraíso, iniciam na margem esquerda do rio Oiapoque, a montante, em uma faixa de terra limitada por um muro de arrimo e a Rua Joaquim Caetano da Silva (orla fluvial), da qual é possível visualizar a ponte binacional franco-brasileira sobre o rio Oiapoque, a floresta da Guiana Francesa, e os fluxos de embarcações de variados portes conduzindo pessoas, mercadorias, combustíveis e pescados de ambas as margens do rio.

Na confluência da Avenida Barão do Rio Branco com a Rua Joaquim Caetano da Silva, encontra-se o monumento Extremo Oiapoque, construído no ano de 1943 e que ser como:

indicativo do marco inicial do território brasileiro, onde figuram citações do hino nacional e uma placa indicativa com os dizeres. “Aqui Começa o Brasil”, “Verás que o filho teu não foge a luta”, “Do filho deste solo és mãe, Pátria amada Brasil”. Criado para consolidar a soberania nacional sobre as áreas limítrofes, face ao contestado franco-brasileiro (IBGE, 2018, não paginado).

Além de servir como indicativo de fronteira, o referido marco também serve enquanto ponto turístico, uma vez que é conhecido por assinalar o início do Brasil. Assim, a partir desse monumento (Foto 02), no sentido a montante do rio Oiapoque, uma grande parte da orla fluvial é calçada com espaços cobertos destinados ao lazer, sendo mais utilizada no desembarque de pescado. Depois da referida área, a orla fluvial continua sem muro de arrimo e calçamento, predominando edificações precárias de madeira, entre trapiches e barracas. Sobre isso, Carneiro (2017) pondera em sua entrevista que:

as barracas na beira do rio e trapiches, nos dias de hoje, são usadas na atividade do pescado, no embarque de material para pesca e manutenção das redes, mas, antigamente, eram usadas no movimento do garimpo. Nessas casas velhas que você enxerga na Rua Caetano da Silva funcionavam comércios, prostíbulo, oficinas de consertar catraias, o primeiro posto de combustível que abastecia as balsas e canoas grandes de madeira no tempo do garimpo. Era um movimento dia e noite. Aos poucos o pessoal da pesca está tomando conta dos prédios e dando trabalho para quem trabalhava no garimpo. Muitos dos pilotos dos barcos de pesca trabalhavam nas canoas grande transportando para o garimpo (CARNEIRO, 2017, não paginado).

Na Rua Joaquim Caetano da Silva, a partir do monumento Extremo Oiapoque no mesmo sentido do rio, entre as avenidas Barão do Rio Branco e Veiga Cabral, encontram-se a Prefeitura Municipal de Oiapoque, a Secretaria de Segurança Pública, escolas municipais, além de unidades de beneficiamento de pescado, residências, bares, pousadas e oficinas mecânicas para embarcações. Em seguida, a Rua Joaquim Caetano da Silva é interrompida por um igarapé, sendo que, após este, encontram-se as edificações descritas pelo entrevistado.



FOTO 02 – RUA JOAQUIM CAETANO DA SILVA, ORLA FLUVIAL E MONUMENTO EXTREMO OIAPOQUE: margem esquerda do rio Oiapoque a montante.

Foto: David Souza Góes, setembro de 2017.

Nas relações espaciais referentes às atividades pesqueiras ocorrem fluxos variados, sejam eles de pessoas (entre residência, instalações de beneficiamento e embarcações), de mercadorias (equipamentos, material de pesca e de pescado); entre edificações comerciais (da cidade de Oiapoque e de Macapá para as embarcações); de veículos (entre as estações de beneficiamento e outros estados do Brasil), ou mesmo de desenvolvimento de atividades econômicas (pesca; comércio de alimento, equipamentos e combustíveis; transporte terrestre e fluvial interestadual; beneficiamento do pescado; e exportação de pescado) e da atuação de inúmeros agentes neste processo (tais como pescadores, empresários, financiadores do pescado, desembarcadores no porto, beneficiadores do pescado) (ANDRADE, 2017; CARNEIRO, 2017; MARIANO, 2017).

Nas relações espaciais sobre a gestão municipal e segurança estadual ocorrem fluxos de usuários e agentes públicos, como entre residências, gestão municipal, segurança estadual. Pela sua parte, nas relações espaciais ligadas aos colégios, observaram-se fluxos de professores, corpo técnico, alunos, entre residência e colégios. Enquanto que nas relações espaciais em função dos bares e pousadas, notam-se fluxos de pescadores, empresários, desembarcadores no porto, beneficiadores do pescado e outros, entre outros locais da cidade de Oiapoque, portos, bares e pousadas. Nas três relações espaciais, a mobilidade ocorre a pé, em conduções próprias, em embarcações, bicicletas, motos, carros, moto-taxi e táxis. Segundo Carneiro (2017, não paginado), “[...] essas formas de locomoções, ocorrem em grande parte, porque na cidade não existe transporte coletivo”.

No sentido a jusante do rio, a partir do monumento Extremo Oiapoque e do muro de arrimo na orla fluvial, existem várias rampas de concreto que dão acesso ao rio Oiapoque, identificadas como portos. A orla fluvial é totalmente ocupada por agências de viagem, pontos de taxi, pontos de mototaxi, postos de combustíveis, barracas para venda de alimentação, roupas, produtos agrícolas, produtos eletrônicos e outros. Ainda de acordo com Carneiro (2017, não paginado), “essa ocupação começou e foi aumentando, com a garimpagem de ouro na região”.

Entre os portos, existem cinco destinados a embarcações de pequeno porte (Foto 03). São embarcações de metal, motorizadas e cobertas (as catraias), com capacidade de transportar em média dez pessoas e pequenas quantidades de cargas. Conforme relata um dos operadores dessas embarcações:

nós somos mais de duzentos transportando de dia e de noite, de Oiapoque para Saint-Georges-Oiapoque e de Saint-Georges para Oiapoque, e com menor frequência para outras localidades como para Vila Vitória, Taparabu, cachoeira Grand Roche,

Tampaca. A nossa preocupação é quando a ponte começar a funcionar. De que nós vamos viver? A gente vivia do garimpo, montamos esse negócio, e quando ela começar a funcionar o nosso negócio vai acabar (GOMES, 2018, não paginado).

A operacionalização do itinerário fluvial local é realizada por membros da Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque (COMFCOI), Cooperativa de Transporte e Turismo da Cidade de Oiapoque (CCOPTUR), Associação dos Pilotos Fluviais de Vila Vitória (APFVV), Associação Valle de Saint-Georges L'Oyapock e Associação dos Catraieiros da Cidade de Oiapoque (ACMO). Segundo Gomes (2018), apesar de serem:

[...] de cooperativas diferentes e associações, todos nós somos conhecidos como catraieiros. Nós nos organizamos com uniformes, temos os portos certos para trabalhar. É tudo organizado, nós temos os nossos portos, os índios têm o deles, e transportadores para longe tem os deles. A gente atende em português e francês, recebe euro, real, e as vezes em ouro. Quando é em ouro bate uma saudade de quando a gente trabalhava no garimpo. Quase todos nós viemos para o Oiapoque por causa do garimpo. Agente leva e traz pessoas com poucas mercadorias para Saint-Georges, Vila Vitórias e outras comunidades daqui de perto. Nós construímos esses abrigos na calçada da orla fluvial, para ficar mais próximo de quem chega ou vai viajar. A gente se identifica com os nossos uniformes para não ter confusão. Para trabalhar aqui você tem que falar um pouco em francês (GOMES, 2018, não paginado).

Os cooperados e associados travavam uma concorrência acirrada, porém respeitosa, abordando os transeuntes em português e francês, oferecendo passagens ao valor de R\$ 15,00 (quinze reais) ou em euros, conforme a cotação do dia. Quanto aos fluxos desta atividade, observa-se a presença de áreas interligadas: núcleo urbano da cidade de Oiapoque e de Saint-Georges; de fixos interligados: edificações de comércio, alimentos, lazer, portos nos espaços urbanos nas cidades de Oiapoque, Saint-Georges, Vila Vitória, e de outras comunidades brasileiras e guianenses; atividades econômicas: transporte de carga e passageiros, comércio, hospedagem, alimentação, lazer serviços bancários e de câmbio; e agentes: cooperados e associados supracitados (GOMES, 2018).



FOTO 03 – PORTO DE EMBARCAÇÕES DE PEQUENO PORTE – CATRAIAS: calçada da orla ocupada por barracas de passageiros, (lado esquerdo); ponto de taxi (lado direito). Cooperados da COMFCOI vestidos de verde; cooperados da COMFCOI vestido de amarelo e vermelho; motoristas de taxis e vendedores ambulantes esperando passageiros com pequenas quantidades de mercadorias com destino a Saint-Georges e outras comunidades brasileiras e guianenses.

Foto: David Souza Góes, setembro de 2017.

Nota-se também a existência de um porto na orla fluvial específico para embarcações de maior porte procedentes das comunidades indígenas a jusante do rio, no qual desembarcam pessoas, produtos agrícolas para serem vendidos na cidade. Das comunidades indígenas, a montante do rio, chegam catarias de pequeno porte e nelas não se observa o desembarque de produção rural com destino à venda, mas, sim, embarque de mercadorias adquiridas na cidade. Isto porque, segundo Pereira (2017), que transporta carga e passageiro até Ilha Bela e Vila Brasil:

[...] os que vivem para lá não podem plantar, caçar, tirar madeira e garimpar, porque moram em área de preservação ambiental no Brasil e Guiana Francesa, eles vivem basicamente de recursos pagos pelo governo francês, e às vezes conduzem garimpeiros nas embarcações de madeira nos rios da Guiana Francesa (PEREIRA, 2017, não paginado).

Quanto aos fluxos das embarcações das comunidades indígenas, observa-se a presença de fixos interligados, como portos, estabelecimentos comerciais na cidade e das comunidades indígenas; de atividades econômicas, com o comércio de máquinas, equipamentos, combustíveis, materiais de construção e outras mercadorias; de prestação de serviços de transporte de passageiros, de carga terrestre e fluvial; e dos agentes, como comerciantes e prestadores de serviços (membros das cooperativas e das etnias indígenas locais) (PEREIRA, 2017).

Após os portos citados, a orla fluvial continua sem muro de arrimo e ocupada por três postos de combustíveis, pequenas barracas com vendas de produtos variados, um ponto de táxi, terminando em pontes que dão acesso a residências e pequenos portos no Bairro Nova Esperança. Os três postos de combustíveis da orla fluvial (Oiapoc, São Jorge, Cirqueira Brasil), estão localizados a poucos metros uns dos outros. Segundo o pesquisador Frederico Chaves, “[...] esses postos foram construídos pela oligarquia garimpeira, com objetivo de fazer dinheiro mais rapidamente vendendo para as áreas de garimpo. Por questões de acesso das embarcações, ocuparam a área da orla da cidade” (CHAVES, 2017, não paginado).

Suas localizações e estruturas se estendem tanto para o rio como para a rua, facilitando o abastecimento próprio, com material procedente da cidade de Macapá; o abastecimento de veículos e embarcações que se encontram na cidade de Oiapoque, de brasileiros e guianenses. Nesses postos, observava-se o abastecimento de embarcações, o embarque de mercadorias, de equipamentos e combustíveis; e o embarque e desembarque de passageiros. Conforme assinala Pereira (2017):

[...] em toda essa movimentação que você enxerga, envolve real, euro e ouro, depende da situação. De quem mexe com o garimpo, se a gente não recebe na ida, a gente recebe na volta. O risco e a confiança fazem parte do nosso negócio. Eu mesmo já perdi várias embarcações para a fiscalização. Na última, tive que pular do barco e quebrei a costela. Quando a gente passar na frente de Clevelândia, eu te mostro o último barco que perdi com três mil quilos de carga [...] (PEREIRA, 2017, não paginado).

Próximo dos postos de combustíveis há concentração de agências de viagens que organizam e realizam a condução de passageiros e cargas para Ilha Bela, Vila Brasil e outras localidades distantes em catraias de grande porte, com capacidade de três toneladas de carga. Por conta das constantes fiscalizações, tanto pelas autoridades brasileiras quanto francesas, em busca de drogas e suprimentos para os garimpos clandestinos na Guiana Francesa, durante o acerto da viagem, Pereira (2017) orienta seus passageiros para quando chegar a hora da viagem, alertando-os da seguinte maneira:

traga a sua documentação e da mercadoria por conta das fiscalizações, a passagem custa R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) ou o equivalente em euro ou ouro, com direito a trinta quilos de peso. No que passar, você me paga R\$ 1,00 (um real) por quilo. A gente pesa para conferir o direito do passageiro e não passar a capacidade da embarcação. A mercadoria que não pode pegar água, a gente aconselha ao passageiro para embalar em saco plástico para não molhar nas cachoeiras. Na cachoeira Grand Roche, o quem vai como carga eu pago para o pessoal da cooperativa atravessar para o outro lado. Se você não puder ou não quiser fazer força, paga R\$ 10,00 (dez reais) por volume para o pessoal da cooperativa (PEREIRA, 2017, não paginado).

Entre as cargas a serem transportadas, notava-se de tudo, desde eletrodomésticos, materiais para construção, gêneros alimentícios, máquinas (geradores de luz, motores a diesel) até outros equipamentos (lonas, pás, picaretas) que poderiam ser utilizados no garimpo.

Indagado sobre a viagem, Pereira (2017) relatou:

A coisa acontece assim, a gente recebe a carga dos passageiros para Ilha Bela ou Vila Brasil, arruma em uma embarcação, e chama o pessoal da Associação dos Carregadores Autônomos de Oiapoque (ACAO). Aí quando tem carga que dizem que vai ser usada no garimpo, o pessoal que veio de Vila Brasil, que está esperando do outro lado da Grand Roche, verifica se não tem fiscalização. No caso de positivo, avisa pelo celular, aí nós saímos em duas canoas, uma com carga e outra como o pessoal da cooperativa. Chegando lá, a gente faz o transbordo, e a viagem segue por umas quatro horas e meia até Ilha Bela que fica em frente da entrada [foz] rio Sikini. Lá desce o que tem que descer e depois por mais uns quarenta minutos chega em Vila Brasil, que fica em frente da entrada [foz] do rio Camopi. Na volta, como o pessoal de lá não pode plantar e tirar nada da floresta, só vem passageiro. A fiscalização é mais pelo ouro que vem do garimpo e armas. Uns pagam em real, outros em euro e outros em ouro. O euro é porque os índios de lá recebem umas bolsas do governo francês em euro por cada filho, pessoas da base militar de Camopi vão fazer compra e se divertir em Vila Brasil e garimpeiros que receberam em euro, é crime andar com ouro na Guiana Francesa (PEREIRA, 2017, não paginado).

Observa-se que na ida desse itinerário, ocorre articulação entre passageiros agenciadores, cooperados e condutores de embarcações para driblar as fiscalizações realizadas pela polícia francesa ou brasileira, na busca de material ilícito. E entre estes, drogas, materiais que podem ser utilizados na garimpagem de ouro, como se observa na Foto 04, com destaque para os depósitos de combustíveis em azul (A), a bomba amarela (B) e o tubo flexível azul (C) para dar jato d'água. Essa coalisão de interesses contorna possíveis fiscalizações no sentido Oiapoque/ Ilha Bela/Vila Brasil/Oiapoque, conforme pudemos constatar durante a observação dessa atividade.

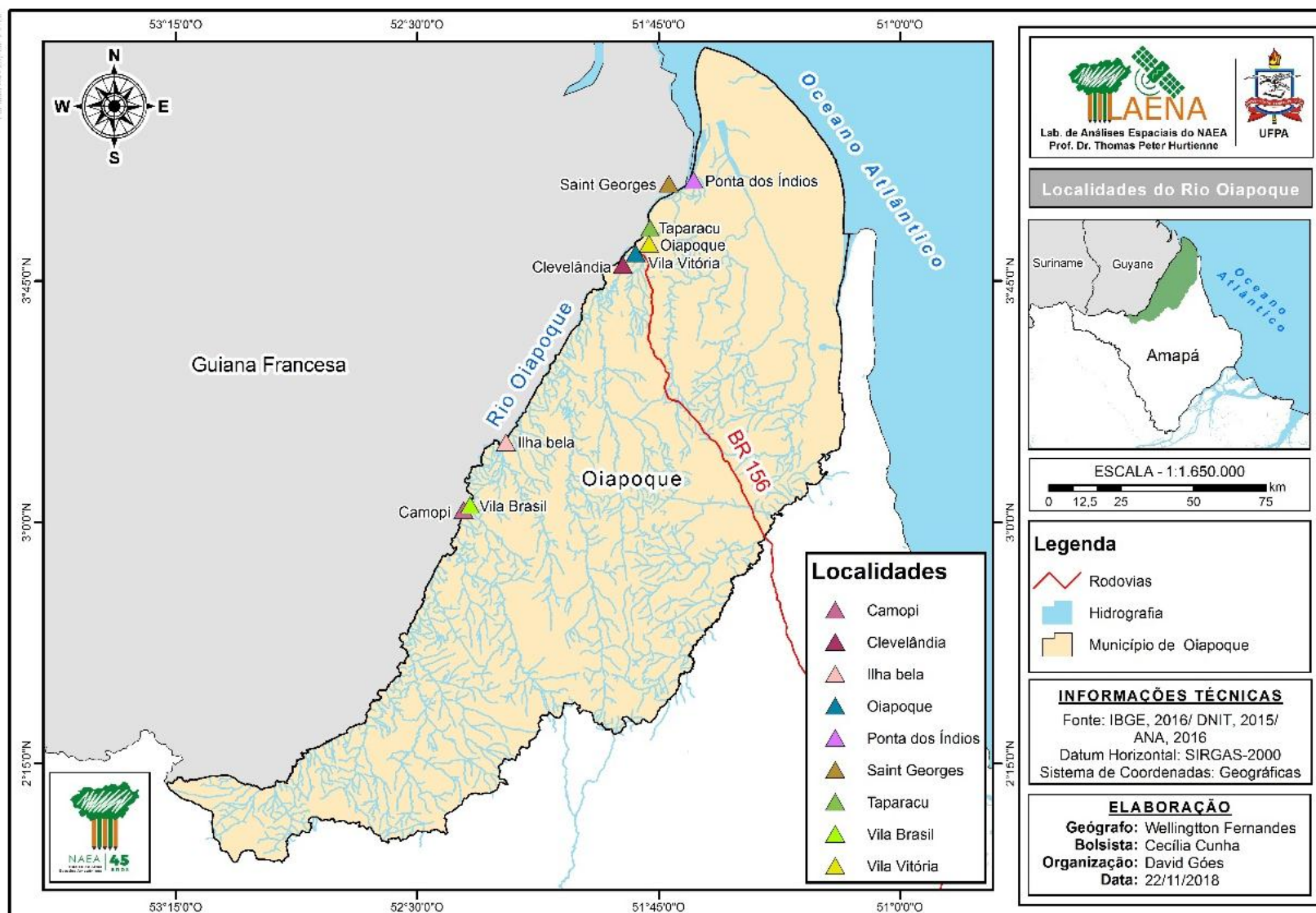
No referente ao fluxo desses meios de transporte, nota-se com Pereira (2017) a presença de fixos interligados: edificações de comércios, alimentos, lazer, portos das referidas localidades; atividades econômicas: transporte de carga e passageiros, comércio, hospedagem, alimentação, lazer serviços bancários e de câmbio; agentes: agenciadores de viagens, cooperados, comerciantes, garimpeiros, e moradores das comunas francesas e comunidades brasileiras localizadas no rio Oiapoque (Mapa 04).



FOTO 04 – AGÊNCIA DE TRANSPORTE DE CARGA E PASSAGEIROS: carga armazenada para viagem na agência Transnavegação, funcionando de forma improvisada no posto de combustíveis Oiapoc, na orla fluvial.

Foto: David Souza Góes, setembro de 2017.

Mapa 04 – Comunidades e comunas no rio Oiapoque



As demandas de deslocamento na cidade de Oiapoque das pessoas que não possuem condução própria e que usavam os fluxos visíveis e menos visíveis descritos são supridas nos pontos de táxis ou mototáxi, localizados estrategicamente na orla fluvial e adjacências. Para Carneiro (2017), muitos desses pontos são edificações de madeira construídas na calçada da orla, que surgiram:

[...] com o aumento da movimentação da garimpagem de ouro, era muita gente chegando e saindo, os catraieiros os taxistas e mototaxistas, para ficarem perto da movimentação do rio, foram construindo essas barracas que se enxerga no muro de arrimo, facilitando a vida de quem chega ou vai viajar, mas atrapalhando quem quer andar na calçada e olhar para o rio (CARNEIRO, 2017, não paginado).

Segundo o taxista Marques (2018), que chegou de Itaituba/PA em 2001 na cidade de Oiapoque para trabalhar no garimpo, os condutores desses transportes não cobram por corrida. Conforme destaca, "[...] não usamos taxímetro, a gente cobra R\$ 15,00 (quinze reais), e os mototáxis R\$ 5,00 (cinco reais) por corrida dentro da cidade, independentemente da distância" (MARQUES, 2018, não paginado).

Ainda na orla, entre portos, pontos de táxis e mototáxis, encontram-se barracas de madeira com cobertura de lonas cujas atividades comerciais se concentram na venda de comidas, produtos agrícolas, vestuários, pequenos objetos eletrônicos, entre outros elementos. Nas barracas de vendas de produtos agrícolas, são ofertados produtos de zona áreas rurais do Oiapoque, de municípios próximos e da Guiana Francesa (MARQUES, 2018). Nas barracas de vestuários são ofertados produtos nacionais, enquanto nas barracas de objetos eletrônicos, comercializam-se produtos importados. Nelas é possível encontrar produtos de baixa qualidade e com um preço bastante diferenciado dos demais comércios da cidade. Os preços baixos e suas localizações atraem uma população com menor poder aquisitivo, tanto dos itinerários descritos, quanto dos bairros mais distantes do núcleo urbano.

Segundo Marques (2018), que fica bastante tempo no ponto de taxi, a garimpagem de ouro atrai para a cidade de Oiapoque pessoas de várias localidades (Brasil e Guiana Francesa), isso faz com que nas barracas de comércio de alimentação sejam preparadas iguarias com sabores variados para atender aos que fazem parte dos fluxos anteriormente descritos, tanto dos que estão em trânsito pelo local e que trabalham nos comércios da orla e proximidades, como dos que vêm do lado francês (Foto 05):

[...] o sabor e cheiro da comida brasileira feita na hora. A diferença entre o real e o euro é tão grande, que compensa para brasileiros e guianenses, que trabalham ou moram na Guiana Francesa atravessarem o rio Oiapoque para se alimentar nas

barracas da orla fluvial, independente do poder aquisitivo (MARQUES, 2018, não paginado).

Na margem direta da Rua Joaquim Caetano da Silva, a partir do monumento Extremo Oiapoque, no mesmo sentido, a jusante do rio Oiapoque, existem pouquíssimas edificações residenciais. Os espaços são praticamente tomados por barracas e edificações de madeira e alvenaria com no máximo dois pisos e pouca estética arquitetônica. Nelas são desenvolvidas atividades de prestação de serviços (lanchonete, bares, restaurantes, pousadas, hotéis, oficinas mecânicas) comércio dos mais variados segmentos, farmácias, lojas de venda e fabricação de joias, bebidas, máquinas e equipamentos que podem ser utilizados na garimpagem de ouro.

Seguindo a referida rua, após o Mercado Municipal Roque Pennafort, observam-se poucas edificações com somente uma atividade, predominando edificações subdivididas com várias. Essa característica é bem nítida em uma edificação localizada em frente do porto conhecido como a rampa do Sr. Américo, onde são desenvolvidas quatro atividades: Hotel Kaimã, a agência de turismo Ria Oiapoque, e duas lojas que realizam transações de compra e venda de joias de ouro e pedras preciosas, Lando Joias de Metal e M. P. Joias, sendo que na sua frente é um ponto de concentração de pirateiros⁹² (Foto 06). A imagem descrita é um típico exemplo de concentração de atividades em uma única edificação na cidade de Oiapoque, que tem sua origem vinculada à garimpagem de ouro, e permanece na memória de muitos, tal como se pode evidenciar na fala de Silva (2018, não paginado) acerca do Hotel Kayamã, como uma referência para qualquer garimpeiro que chegasse à cidade:

Não tinha outro assim. Assim, existia outro hotel, mas era o Hotel Kayamã que era o ponto de referência, era onde concentrava o maior fluxo de pessoas. principalmente para esperar a hora de atravessar para o garimpo. Então eles ficavam por ali, e a gente via aquilo era currutela aquele monte de gente que olhava lá de cima, era um hotel de dois andares né, tu olhavas do andar superior. Aí tu via e parecia aquele ninho de formiga, de gente passando para cima e para baixo.

Segundo Souza (2017), o hotel hospeda quem vai ou volta do garimpo e que não possui familiares na cidade; serve, outrossim, para encontros amorosos. As lojas de vendas de peças de ouro e pedras preciosas compram o ouro que chega de forma clandestina dos garimpos, transformam em joias para o garimpeiro ou para venda. A agência de turismo viabiliza o câmbio tanto para o garimpeiro que trabalhou de forma legal ou ilegal na Guiana Francesa e recebeu em euro, bem como para quem chegou e vai para os garimpos guianenses cambiando de real para euro. Os pirateiros, por sua vez, ficam estrategicamente posicionados para que transportar passageiros e pequenas cargas no sentido Macapá-Oiapoque-Macapá.

⁹² Transportadores de pequenas cargas e passageiros em camionetes com tração 4x4.



FOTO 05 – BARRACA DE VENDA DE ALIMENTOS NA ORLA FLUVIAL DA CIDADE DE OIAPOQUE: com clientes brasileiros e guianenses escolhendo e saboreando as comidas vendidas no local.

Foto: David Souza Góes, setembro de 2017.



FOTO 06 – EDIFICAÇÃO COM VÁRIAS ATIVIDADES VINCULADAS À GARIMPAGEM DE OURO: em frente, uma concentração de pirateiros aguardando passageiros.

Foto: David Souza Góes, setembro de 2017.

Em seguida, passando a Avenida Caripunas, já no Bairro Nova Esperança, encontra-se a Igreja Universal, que:

[...] era o antigo Shopping Oiapoque, é o maior prédio da cidade de Oiapoque. Esses prédios, a casa de construção Jumaq, e outros prédios de apartamentos e alugados para a prefeitura são da vereadora Iolanda e do seu esposo, eles chegaram há muito tempo, trabalharam muito, no garimpo, nas balsas, mas souberam controlar seus ganhos (SOUZA, 2017, não paginado).

Seguindo no sentido da BR-156, a partir da Rua Joaquim Caetano da Silva, percebe-se que na Rua Santos do Dumont, nas avenidas Barão do Rio Branco, Coaraci Nunes e Nair Guarani, existem muitas edificações com atividades de prestação de serviços comerciais, instituições públicas e poucas residências. Na Avenida Barão do Rio Branco, no mesmo sentido, estão localizadas as agências do Bradesco, Banco do Brasil, a Prefeitura Municipal de Oiapoque, o Fórum, a Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças e o Museu Kuahi (espaço apresenta o cotidiano e a mitologia de quatro etnias⁹³ que habitam no extremo norte do Brasil), que, segundo Maia (2016), foi construído na antiga casa da Fundação Nacional do Índio.

Distanciando-se dos bairros centrais, os Bairros SESC, FM, Universidade, Jardim dos Ipês, Fazendinha, Telles, Planalto e Russo se organizaram no entorno da BR-156, no sentido Clevelândia do Norte–Macapá. Neles, predominam ruas e avenidas não pavimentadas, comércio e prestadoras de serviços em quantidades bem menores que no Bairro Central. Nos Bairros Paraíso e Nova Esperança, existem edificações com subdivisões, ofertando opções de moradia em pequenos quartos, principalmente nas que ficam próximas ao terminal rodoviário e ao polo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Nos últimos bairros citados, também foi possível perceber fluxos de carros de portes variados no sentido Macapá-Oiapoque-Macapá convergindo para a BR-156, e de veículos de pequeno porte na estrada franco-brasileira com destino à Vila Vitória e à Ponte Binacional. O fluxo na ponte ocorria em maior intensidade com carros provenientes da Guiana Francesa por conta do controle do governo francês (MAIA, 2016). Em todos os bairros não foi observado um fluxo de transporte coletivo interligando-os uns aos outros. Quanto à intensidade de transportes de pessoas nos bairros e entre eles, destacam-se primeiramente o uso de motocicletas (particulares e mototáxis), depois bicicletas, seguido de carros de pequeno porte (particulares e táxis).

⁹³ Palikur, galibi kali'na, caripuna e galibi.

Com relação aos fluxos de informações, o radialista Roberto Veiga da Silva na informou que a comunicação na cidade de Oiapoque é realizada por duas emissoras de rádio AM e FM, um canal de televisão (TV Amapá) e serviços de propaganda volante (SILVA, 2018). Não foram visualizadas pelo canal de televisão local propagandas das atividades comerciais e de serviços oferecidos na cidade de Oiapoque. Quanto à comunicação com as localidades próximas e, principalmente, com os garimpos, são realizadas por meio de estações de rádio de baixa frequência, conforme relatou Rosângela Gonçalves (GONÇALVES, 2018), operadora de rádio no Oiapoque.

Ademais, observaram-se movimentações diárias e noturnas nas proximidades dos postos de combustíveis que não eram compatíveis com as informações reais sobre os fluxos descritos das pequenas e grandes catraias já citadas. Segundo as informações de Ivan Quaresma, que já trabalhou nos garimpos do Suriname e, atualmente, trabalha nos garimpos da Guiana Francesa:

[...] essa movimentação que você, cochicho para cá, cochicho para lá, são acertos para viagens clandestinas para Guiana Francesa ou para o Suriname. Eu mesmo estou aguardando o momento certo para atravessar. O risco é grande, mas é melhor do que ficar desempregado no Brasil. Acabei de mandar uma mensagem pela estação de rádio combinado uma vaga, para não ficar no rodado⁹⁴ (QUARESMA, 2018, não paginado).

Nas relações espaciais menos visíveis, que se articulavam nas áreas definidas pelos diferentes usos da terra, manifestavam-se por meio da circulação de decisões e investimentos de capital: mais-valia, salários, juros, rendas, prática do poder e ideologia (CORRÊA, 1989). Sobre isso, Souza (2018, não paginado) destaca que “na cidade de Oiapoque, as movimentações financeiras legalizadas e ilegais envolvendo compra e venda de ouro utilizam as agências bancárias do Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e casas de câmbio”.

Ainda de acordo com esse entrevistado, existiam também movimentações de recursos financeiros distantes destes estabelecimentos. As formas mais visíveis são realizadas na orla fluvial por pequenos cambistas abordando transeuntes nas línguas portuguesa e francesa, para cambiar moedas, e nas mensagens nas estações de rádios, emitindo e recebendo ordens de pagamentos para outras localidades no Brasil e no exterior através de negociações envolvendo compra e pagamento de ouro, mercadorias, equipamentos e combustíveis (SOUZA, 2018).

⁹⁴ Segundo Quaresma (2018), rodado é o período de espera por uma vaga no garimpo, pois, que tá trabalhando não quer sair.

Para Souza (2018):

[...] toda a movimentação que ainda se observa na cidade de Oiapoque em função do ouro, do contrabando de mercadorias pela fronteira para atender os garimpos, é porque na cidade de Oiapoque não existe investimentos dos setores industrial e de turismo, nós não temos esperanças de melhoras com a inauguração da ponte feita pelo governo brasileiro e francês (SOUZA, 2018, não paginado).

Com base em Corrêa (1989), Trindade Júnior (1998) e Santos (2006), observa-se que nas percepções dos habitantes da cidade de Oiapoque sobre as práticas espaciais visíveis e menos visíveis, dos fixos e das atividades econômicas pautadas em suas experiências vividas no conjunto dos diferentes usos da terra justapostos entre si, que definem áreas distintas em termos de forma e conteúdo social, os elementos fixos (casa, porto, armazém, plantação, fábrica e outros) que emitem fluxos ou recebem fluxos (informações, financeiro, pessoas, mercadorias e outros) são resultantes diretos ou indiretos das redes de agentes que se articulam por meio de ações de interesse específicos ou coligados. Ademais, nota-se que eles atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, modificam-se, apropriando-se das terras urbana da cidade de Oiapoque, em operações articuladas à garimpagem de ouro tanto no passado como no presente.

Identificar as práticas espaciais desses agentes, os capitais envolvidos em suas atividades e relacioná-los às formas, processos e representações espaciais presentes na cidade fronteiriça do Oiapoque, em muito contribui na análise da importância dos seus papéis na dinâmica dos circuitos econômicos presentes na cidade em estudo, bem como das estratégias de planejamento e de tomada de decisão que demarcam a particularidade na cidade fronteiriça; discussão a ser feita no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE OIAPOQUE

Ressalta-se que a produção aqui deve ser entendida num sentido amplo, que contempla a produção da cidade, obras, relações sociais, conhecimento, cultura, bens materiais e objetos prático-sensíveis. Isso quer dizer que a cidade não foi e continua sendo um objeto, mas que se difere do objeto manejável, instrumental. Mas é imperativo dizer que “[...] não se pode separá-la nem daquilo que ela contém, nem daquilo que a contém, nem tampouco isolá-la como se fosse um sistema completo. No máximo, na melhor das hipóteses, a cidade constitui um subsistema, um subconjunto” (LEFÈBVRE, 1991, p. 53).

3.1 Os produtores do espaço urbano da cidade de Oiapoque relacionados à atividade garimpeira

Na identificação dos agentes produtores do espaço urbano da cidade de Oiapoque, sobretudo daqueles diretamente relacionados à atividade garimpeira entre o Brasil e a Guiana Francesa, recorreu-se à realização de entrevistas com pessoas que, direta ou indiretamente, definiram os diferentes usos do solo nessa cidade, seja na concretização ou na transformação dos fixos que viabilizaram os fluxos das atividades vinculadas à garimpagem de ouro, seja na propagação dos valores urbanos decorrentes dessas atividades. Nesse sentido, e levando-se em consideração que o espaço urbano também pode ser abordado a partir do olhar de seus habitantes (CORRÊA, 1989) e que, para se orientar no espaço desconhecido, nada como encontrar as pessoas do lugar (AGIER, 2015), objetiva-se, neste empreendimento, dar voz aos que viveram e produziram o espaço urbano do Oiapoque, antes e depois da década de 1980.

Considerando-se que o espaço não é algo anterior às sociedades, mas, sim, uma dimensão de suas relações (TRINDADE JÚNIOR, 2010a), não devendo, por isso, ser visto como mero substrato material dos acontecimentos, procurar-se-á, a seguir, apresentar informações adquiridas nas entrevistas numa sequência que possa contribuir na compreensão dos eventos⁹⁵ influenciados ou impulsionados pelas ações dos que agiram com intenções⁹⁶ individuais ou coligadas na realização de atividades vinculadas à garimpagem de ouro no

⁹⁵ “Na verdade, trata-se de um instante do tempo que se realiza em um ponto do espaço. [...] Os eventos são, pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história” (SANTOS, 2006, p. 93-94).

⁹⁶ “[...] a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerado como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno (SANTOS, 2006, p. 5).

município do Oiapoque e em sua circunvizinhança, na fronteira franco-brasileira, por compartilhar-se do pensamento de que “ [...] o ponto de partida na construção do conhecimento histórico sobre uma determinada sociedade é ter bem definido que não possuímos a capacidade de apresentar o passado como ele de fato aconteceu” (CARDOSO, 2008, p. 21-22), em especial em uma área de fronteira que permaneceu em litígio por mais de dois séculos, e considerando-se que:

a História sobre um lugar nunca é somente uma única História. Não é somente a história de seus espaços ocupados ou dos acontecimentos neles ocorridos e das pessoas diretamente envolvidas, mas também é a história das práticas vividas por estas pessoas e das mudanças que elas tiveram no decorrer do tempo através do contato e interação com diferentes culturas e modos de se expressar essas culturas. Qualquer história que possa ser contada, sempre, desdobra-se em uma multiplicidade de outras histórias, quase um sem fim de diferentes histórias (ROMANI, 2008, p. 1).

Segundo Cardoso (2008), é importante frisar que o silêncio de alguns atores históricos em determinados registros não deve ser visto simplesmente como ausência, mas sim um resultado das lutas de forças que apresentam muitos aspectos antagônicos. Por isso, o silêncio pode denotar uma exclusão proposital, uma forma de calar os interesses de uma parte dos envolvidos no processo histórico (CARDOSO, 2008).

Nesse sentido, o silêncio não significa inexistência de resíduos e concepções de relações que não foram capturadas pelo poder que permanecem nos subterrâneos da vida social e do espaço em estudo. Ir ao encontro das vozes silenciadas pelas forças do poder pode revelar o que não se encontra em determinados registros históricos (MARTINS, 1996; CARDOSO, 2008).

Ao chegar à cidade de Oiapoque nos anos 1950, o colaborador municipal Lima (2017), oriundo de Belém-PA, deparou-se com uma pequena população⁹⁷ que habitava em casas de madeira e utilizava poucas instalações de serviços públicos.

Até 1960 as pessoas que moravam fora da cidade de Oiapoque vinham para comprar conserva, sardinha e açúcar. Os moradores faziam suas compras em pequenos comércios, que eram nas casas dos comerciantes. Existiam poucos estabelecimentos do setor público, bem distantes uns dos outros, nas primeiras ruas e avenidas do atual Bairro Central, logo em seguida era área rural. Depois com a chegada da garimpagem, começou a chegar na cidade pessoas de outros estados, e mercadorias que a gente só se via na cidade grande. Até 1980 a cidade só tinha um bairro, que era o centro. Com a explosão da garimpagem de balsa no rio Oiapoque vieram muitas pessoas de outros estados. Aí foram surgindo novos bairros: de 1980 a 1990 o Bairro Nova Esperança, de 1990 a 1999 o Bairro Planalto, de 1999 a 2002 o Bairro Nova União, de 2002 para frente Bairro Florestal, Bairro Universidade, Bairro Fazendinha, Bairro Infraero, Bairro Vila Vitória, Bairro FM (LIMA, 2017, não paginado).

⁹⁷ Segundo Almeida e Rauber (2017), a população do município do Oiapoque em 1950 era de 2.984 habitantes.

Ainda de acordo com Lima (2017), a cidade não possuía abastecimento de água potável, e a energia elétrica era fornecida somente em determinadas horas do dia. Sua economia era movimentada pelos salários dos colaboradores dos governos federal, estadual, municipal, moradores de Cleveland do Norte, pescadores, caçadores, agricultores; e pelas minúsculas despesas de pessoas que iam em trânsito para Saint-Georges, além dos aventureiros da garimpagem de ouro.

Nas informações fornecidas em sua entrevista, Lima (2017) também destacou que o quantitativo de habitantes permitia que houvesse uma interação entre os que moravam na cidade e no campo. Os que moravam na área rural do lado do Brasil⁹⁸ e da Guiana Francesa, chegavam à cidade principalmente pelo rio Oiapoque para vender ou trocar seus excedentes agrícolas e adquirir o que não conseguiam produzir em suas roças, como equipamentos para a lavoura, gêneros alimentícios industrializados e querosene. Como não havia restrições nas fronteiras, tanto os moradores da cidade quanto os da área rural recorriam a Saint-Georges para adquirir mercadorias diferenciadas.

O entrevistado também relata que a rotina da cidade era esporadicamente quebrada pelos pequenos fluxos de brasileiros que buscavam alojamento em casas de amigos e parentes antes de irem e voltarem de Caiena à procura de mercadorias para vender no Brasil; pelas pessoas que transitavam para Cleveland do Norte; pela chegada das embarcações conduzindo pessoas e pequenas cargas procedentes de Caiena; pelos barcos de médio e grande porte que transportavam pessoas e cargas de Belém-PA e de outros municípios do Amapá; e pela chegada de aventureiros do ouro, brasileiros e guianenses (LIMA, 2017).

Outra pessoa entrevistada foi Raimundo Nivaldo de Castro, um paraense que, no ano de 1954, chegou à localidade de Ponta dos Índios⁹⁹ e, logo depois, assentou-se no município de Oiapoque, à época também conhecido como “Martinica”, conforme registrou em seu relato durante a entrevista. Na ocasião, afirmou que, nesse local, após sua chegada, encontrou o Sr. Roque Penafort (Prefeito de Oiapoque) e a Sra. Naí Guarani (Paramédica no município), e destaca:

⁹⁸ Segundo Moraes (1964), a partir de Martinica (Oiapoque) nas margens do rio Oiapoque no sentido a montante: Cleveland do Norte, Anuá, Maria; e no sentido a jusante do rio Oiapoque: Santonio, Casa Lili, Abreu, Galibis, Ponta dos Índios, Diribúá (Brasil); Morna, Saint-Georges, Tampac, São Luís, Ponta São Luís (Guiana Francesa).

⁹⁹ Em suas lembranças, o entrevistado também ressalta que, à época, a população da localidade de Ponta dos Índios era maior do que a da cidade de Oiapoque (CASTRO, 2017).

[...] a família Penafort era da parte de administração e a família Guarani era parte religiosa e de saúde, duas famílias tradicionais que tinha no Oiapoque, que administrava aqui o Oiapoque. Família de respeito, né!? Foi nessa época que nós chegamos aqui, em 1954 (CASTRO, 2017, não paginado).

Nesse contexto, Raimundo Nivaldo de Castro lembra que a atividade relacionada à extração do ouro era feita por estrangeiros, a exemplo de Moche Gambi, Moche Batiá, Moche Papá, Moche Sampó, Moche Vitór e Moche Popó, que garimpavam em pequenas nascentes de igarapés dentro do atual Bairro Central. Além dessas pessoas, Raimundo Nivaldo de Castro aponta que alguns moradores da cidade, ainda que de maneira rudimentar, também desenvolviam essa atividade em igarapés fora da cidade, em uma época que o ouro ainda tinha pouco valor. Assim, o entrevistado lembra que:

[...] até o início dos anos 80 não tinha investimentos por parte do governo, nem de indústrias no município. A cidade continuava igual como cheguei. Ela foi mudando com chegada de garimpeiros para explorar ouro nos igarapés do rio Oiapoque. Eles iam aumentando e envolvendo os moradores da cidade, caçadores, pescadores, para manter o rancho no garimpo, e construtores de canoas de madeira para transportar cargas e passageiros para os garimpos (CASTRO, 2017, não paginado).

Em 1978, o Banco Brasileiro de Descontos S/A (Bradesco) inaugurou sua primeira agência na cidade de Oiapoque, facilitando a vida dos habitantes citadinos, mas, particularmente, de quem garimpava e deixava seus familiares em outros estados brasileiros, além daquelas pessoas que compravam ouro para empresas situadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estes e os moradores do município de Oiapoque, dessa maneira, contavam com outra opção para receberem remessas de dinheiro além da agência dos Correios (CASTRO, 2017).

Até 1980¹⁰⁰, data em que foi inaugurada a BR-156, o acesso à cidade de Oiapoque era realizado basicamente pelo transporte marítimo. A rodovia, mesmo de forma precária, possibilitou o aumento do fluxo de pessoas para o município. Nesse contexto, destaca o secretário de obras Edson Lopes Maia que, em 1983, após oito dias de viagem desde a cidade de Macapá, chegou à cidade de Oiapoque para administrar o Hotel de Trânsito do Governo do então Território Federal do Amapá. Indagado sobre o tempo da viagem para percorrer aproximadamente 600 km, ele informou que a estrada era de péssimas condições, acrescentando que “para vir para Oiapoque a gente passava quatro a seis dias de viagem, até oito dias. Quando você saía de Macapá num caminhão você tinha que vir abastecido com conserva, com água, com sal” (MAIA, 2016, não paginado).

¹⁰⁰ Segundo o IBGE (2018), a população do município do Oiapoque era de 5.028 habitantes na área urbana e de 5.515 habitantes na área rural.

De acordo com os relatos do entrevistado, o hotel estava localizado na rua não pavimentada Joaquim Caetano da Silva, contava com uma disponibilidade de doze apartamentos e, entre seus hóspedes, encontravam-se pessoas que trabalhavam nos garimpos da circunvizinhança, “de forma muito rudimentar, praticamente tudo era feito manualmente, tanto a garimpagem de ouro quanto o deslocamento em embarcações impulsionadas a remo e, nas partes mais rasas do rio e seus afluentes, por uma vara longa de madeira” (MAIA, 2016, não paginado).

Nesse momento, isto é, já na década de 1980, a cidade apresentava uma população um pouco maior, que habitava em algumas ruas e avenidas do atual Bairro Central. A área urbana não ia além desse ponto. O que havia ampliado era o quantitativo de estabelecimentos comerciais, que continuavam dividindo o espaço com a residência do proprietário, em função da ainda incipiente movimentação do ouro. Os que se destacavam na oferta de produtos eram os estabelecimentos do Sr. Durande Cardoso (o Dora); do Sr. Raimundo Lima (o Gato); do Sr. Arabá e do Sr. Ebarim, estes dois últimos, pai e filho, respectivamente, advindos da Turquia; além do Sr. Araújo; do Sr. Jonas; e do Sr. Colares, em um ponto comercial da cidade localizado próximo a Saint-George; bem como dos postos de combustíveis improvisados, de nomes Churumelo e Barcellos. Edson Lopes Maia ressalta que esses comerciantes, além de atenderem à população, também “[...] financiavam os garimpeiros que já subiam para os garimpos do alto rio Oiapoque, que eram o Moreninho, rio Cricu, Amontaie e outros garimpos das áreas adjacentes” (MAIA, 2016, não paginado).

No retorno, o pouco ouro que o garimpeiro conseguia, servia para quitar suas dívidas com seus fornecedores. Na maioria das vezes, os comerciantes recebiam o ouro do garimpeiro e, após a queima¹⁰¹, descontavam o débito e devolviam o saldo. Sobre esta situação, o secretário de obras acrescenta que “[...] se tivessem saldo, e depois de um determinado tempo passado com sua família, voltava novamente para o garimpo [...]” (MAIA, 2016, não paginado).

No que diz respeito aos garimpeiros que não tinham família na cidade de Oiapoque, Edson Lopes Maia afirma que eles se utilizavam das agências dos Correios e do Bradesco e mandavam dinheiro para os seus familiares que residiam em outras cidades brasileiras. Feito isso, eles ficavam na cidade e aproveitavam a vida noturna nas poucas opções de diversão que existiam, como restaurantes, pequenos bares e prostíbulos. Indagado sobre as casas de

¹⁰¹ Processo feito com fogo para purificar o ouro.

diversões ele questionou se “pode falar, o nome da casa das meninas, não tem problema não? O Xirizal era a casa mais famosa naquela época, depois vieram outras, a Boate da Roberta e outras” (MAIA, 2016, não paginado).

No início da década de 1980, a forma rudimentar de garimpar e de navegar começou a mudar no rio Oiapoque. Nesse sentido, Edson Lopes Maia registra que, desistindo da administração do Hotel de Trânsito, assumiu uma área de garimpo e instalou motores tanto nas embarcações quanto na exploração do ouro, e afirma:

eu entrei em 1983 com maquinário que já era os motores MWM, Yamaha e Agrale para garimpar no rio Cricu e no igarapé no igarapé Raimundo Cruz [...] foi-se trabalhando, trabalhando, foi melhorando as expectativas de garimpo, foram melhorando com maquinário, começamos a trazer mais ouro (MAIA, 2016, não paginado).

Com base nas falas dos entrevistados, houve certo consenso no que tange às mudanças significativas que ocorreram na vida social e econômica na cidade em função da garimpagem de ouro, que se intensificou a partir de 1986, com a chegada das primeiras balsas para explorar ouro no rio Oiapoque; balsas estas que eram formadas por dois flutuantes de metal e um assoalho de madeira, cobertas com lonas e equipadas com maquinários que sugavam o cascalho no leito do rio, além dos compressores de ar que supriam os mergulhadores com oxigênio. Esses instrumentos eram operados por seis pessoas que se revezavam em quatro turnos, contando com o apoio de um cozinheiro (SOUSA, 2017).

Mais de duas centenas de balsas trabalhavam em ambos os lados do rio, diuturnamente. Cláudio Sousa lembra que elas eram operadas por seis pessoas que se revezavam em quatro turnos e contavam com o apoio de um cozinheiro. No lado do Brasil, praticamente só trabalhavam brasileiros. Na maioria das balsas do lado francês, o patrão era francês e o trato operacional ficava sob a tutela de trabalhadores brasileiros. Muito embora as balsas operassem em ambos os lados do rio Oiapoque, isto é, tanto do lado brasileiro como do lado francês, o movimento das pessoas com hospedagem, alimentação, lazer e suprimentos acontecia, em grande medida, na cidade de Oiapoque (SOUSA, 2017).

Para atender às demandas e às expectativas fomentadas pelas atividades das balsas, diariamente chegava, de vários estados do País, um quantitativo de pessoas incompatível com a capacidade de absorção estrutural da cidade. Os que não conseguiam se hospedar no Hotel de Trânsito do Governo do Território Federal do Amapá, nas poucas pousadas existentes ou em pequenos quartos de aluguel, ficavam em residências de amigos ou em puxadinhos

improvisados com lona plástica na orla fluvial da cidade. Alguns outros ficavam em embarcações no rio, e outros, ainda, buscavam guarida nas ruas, nas avenidas, em terrenos invadidos e nas balsas que não estavam funcionando (MAIA, 2016).

Para os interlocutores, a movimentação do ouro foi atraindo pessoas de diferentes estados brasileiros, de diversos municípios do estado do Amapá¹⁰², assim como de outros países, também. A população da cidade de Oiapoque foi aumentando com pessoas de culturas diferentes. Assim, para atender às novas demandas de uma sociedade totalmente mesclada, ampliaram-se de forma acelerada e diversificada os locais de oferta de produtos e serviços, como barracas de ambulantes, principalmente na orla fluvial e na Rua Joaquim Caetano da Silva; casas comerciais de vários segmentos (pousadas, hotéis, bares, oficinas de fabricação de joias de ouro); prestação de serviços de transportes (terrestre, marítimo, aéreo); prestação de serviço de informações (estações de rádio de baixa frequência); prestação de serviços financeiros (transferências bancárias, ordens de pagamentos, casas de câmbio); prestação de serviços por profissionais liberais que, até então, eram pouquíssimos ou não existiam (advogados, dentistas, mecânicos, contadores e outros); bem como de atividades ilegais, a exemplo de venda de drogas e prostituição.

[...] quando houve a explosão dos garimpeiros de balsas, aí pegou fogo a cidade do rio de Oiapoque. Todo esse pessoal colaborou para fazer crescer a economia do município. Apesar deles serem migrantes, eles tinham necessidade de ficarem aqui, e aí ficaram, foi melhorando as residências, hoje eu tenho conhecimento de residências que eram casas pequenas hoje são mansões, são hotel como ali o Hotel da Pousada Central, ali morava o seu Ezequiel, que era uma casinha pequena, modesta onde eu dormi (MAIA, 2016, não paginado).

Observou-se nos relatos que o fortalecimento das atividades comerciais, de serviços e as incorporações de objetos e valores urbanos na sociedade de Oiapoque coincidiram com a troca do franco para o euro, em fevereiro de 2002, na França. Os que vinham da Guiana Francesa, principalmente os garimpeiros, de posse do euro, cujo poder aquisitivo era superior ao da moeda brasileira, supriam grande parte de suas demandas de bens e lazer tendo o Oiapoque como sua principal base, diversificando ainda mais as exigências comerciais.

A vida social e econômica da cidade, impulsionada pela garimpagem de ouro, foi ameaçada no final do ano de 1986. A operacionalização das balsas despejando os rejeitos da mineração (arroto) no rio Oiapoque começou a alterar seu leito, a atrapalhar a navegação e a causar muitos acidentes com mortes. Sobre esse contexto, o ex-garimpeiro Raimundo Nivaldo

¹⁰² Em 2017, no diagnóstico para elaboração do Plano Diretor da cidade de Oiapoque foi identificada a presença de pessoas de 20 estados do Brasil e de 12 de municípios do estado do Amapá.

de Castro ressalta que “não foi o ouro que desapareceu, foi o arrote despejado no rio, que levou as autoridades do Brasil e da França a proibirem a exploração do precioso metal nas proximidades das cidades de Oiapoque e Saint-Georges” (CASTRO, 2017, não paginado).

Outro motivo encontrado para as interdições das balsas teve início com um episódio relatado pelo geólogo Gilberto Peixoto, que foi chamado para intermediar conflitos na fronteira entre garimpeiros e policiais franceses depois do seguinte episódio:

Um helicóptero sobrevoou as balsas e arrancou as lonas das balsas. Aí o garimpeiro deu dois tiros de doze no helicóptero francês do exército francês. A partir daí vem uma guarnição, não só dá polícia francesa, mas também os legionários, e arrancaram o gerador dos motores das balsas e o levaram e entregaram para o comandante do batalhão de Clevelândia. [...] chegando lá encontramos uma situação extremamente bélica entre os garimpeiros e franceses, e a partir daí nós tivemos que intermediar. E os garimpeiros começaram a ficar extremamente agressivos, e a França defendia o seu lado ambiental do seu lado do rio corretamente. Não tivemos amparo do exército brasileiro e a fofoca morreu praticamente por falta de coragem dos garimpeiros de pôr em risco as suas balsas. Em seguida, o comandante Barcellos, como Governador, proibiu a atividade de mineração por balsa no estado do Amapá inteiro (PEIXOTO, 2018, não paginado).

As interdições fizeram com que muitos envolvidos na garimpagem buscassem outros locais para garimpar, tanto no lado brasileiro quanto no lado guianense. Para suprir as novas frentes de exploração do ouro, começou-se e se intensificou uma nova atividade na cidade: o transporte de cargas e passageiros a montante e a jusante do rio Oiapoque, em grandes canoas de madeira, conhecidas como “canoãos”. Esses objetos partiam diariamente das rampas e dos postos de combustíveis localizados no muro de arrimo da cidade. Todos os dias, portanto, saíam de 20 a 30 dessas embarcações transportando em média três toneladas, entre carga humana e mercadorias, e retornavam com pessoas procedentes dos garimpos. As embarcações que seguiam no sentido a montante do rio Oiapoque, tomavam a direção, principalmente, para Vila Brasil e para as balsas que participavam da exploração de ouro no rio Camupi, lado francês da fronteira (SOUSA, 2017).

As informações dos itinerários de movimentação de cargas e passageiros a montante do rio Oiapoque foram confirmadas pela vereadora Maria Iolanda Souza Costa (COSTA, 2017) e pela Prefeita Maria Orlanda Marques Garcia (GARCIA, 2018), procedentes, juntamente com seus esposos, de Santarém/PA e do Maranhão, nos anos 1986 e 1996, respectivamente. A primeira montou uma balsa de venda de mercadorias, enquanto a segunda, duas balsas para exploração de ouro.

Segundo as interlocutoras, as mercadorias, os maquinários e os combustíveis transportados por essas canoas partiam da cidade de Oiapoque, mesmo que fossem compradas em outros locais. O que não conseguiam suprir de imediato na cidade, mandavam buscar de avião em Macapá, pois, conforme relata na entrevista:

[...] quase tudo tinha que vir de avião, frango; na estrada o pessoal passava muito, 18 dias na estrada para poder chegar aqui no município. As mercadorias eram conduzidas por essas embarcações até as fofocas de ouro, e os recursos financeiros adquiridos eram utilizados em Ilha Bela, Vila Brasil, na cidade de Oiapoque ou enviados para seus locais de origem (COSTA, 2017, não paginado).

Raimundo Nivaldo de Castro, que trabalhou em garimpo legalizado na Guiana Francesa, informou que as pessoas e as cargas que seguiam nas embarcações no sentido a jusante do rio Oiapoque, após a localidade de Reginá, na Guiana Francesa, desembarcavam em pontos próximos aos garimpos. De lá seguiam a pé, juntamente com os caçambeiros, em viagens com duração de horas ou dias até o garimpo pretendido. Nesse sentido, o ex-garimpeiro entrevistado recorda que:

trazia a produção do ouro, minha, dos meus amigos e do patrão, mandava para seus familiares pelos correios. Também comprava as encomendas: roupa, comida, músicas, bebidas, para matar a saudade do Brasil. Pagava as dívidas do patrão e fazia novas compras para levar para o garimpo (CASTRO, 2017, não paginado).

Maria Iolanda Souza Costa lembra que as balsas que trabalhavam explorando ouro no Camupi desceram o rio Oiapoque explorando ouro e, ao se aproximarem da cidade de Oiapoque, foram novamente proibidas de operar, no final do ano de 1987. Logo em seguida, foi proibida a entrada de brasileiros sem documentação para trabalhar nos garimpos da Guiana Francesa. Muitos envolvidos em ambas as atividades optaram pelo comércio do Oiapoque ou pela exploração de ouro na clandestinidade em solo guianense (COSTA, 2017).

Apesar da proibição da exploração do ouro nas proximidades da cidade de Oiapoque e da entrada livre de brasileiros para trabalhar no garimpo em solo guianense, as atividades vinculadas à garimpagem mantiveram-se em ritmo crescente. Isso se deu tanto no que se refere à população, quanto às invasões de espaços públicos, no Bairro Central e nas terras próximas a ele, por barracas dos ambulantes com a finalidade de ficarem próximas ao fluxo das canoas de madeira que iam e retornavam dos garimpos. Uma das consequências deste fenômeno foi o expressivo aumento da ocupação feita por estas barracas naquela área, o que comprometeu o trânsito na Rua Joaquim Caetano e na orla fluvial, conforme Edson Lopes Maia, secretário de obras do município de Oiapoque, destaca em sua entrevista:

[...] o movimento cresceu muito, chegava gente toda hora para trabalhar no garimpo e para vender para os garimpeiros. Quem não tinha recursos para comprar um pedaço de terra, montava sua barraca na beira do rio, e conforme a fofoca foi aumentando foram invadindo a Rua Joaquim Caetano, não dava nem para andar direito. Era gente misturado com carga, animais. Tudo para atender os garimpeiros. Aí chegava todo tipo de gente, mercadoria que só se via na cidade grande (MAIA, 2016, não paginado).

Com o objetivo de organizar e remanejar as barracas dos ambulantes da orla fluvial e da rua Joaquim Caetano da Silva, foi iniciada na gestão do prefeito João Neves¹⁰³ e concluída pelo prefeito Milton Rodrigues¹⁰⁴ uma construção no local onde ficava a “árvore do blefe”. O resultado foi o Mercado Municipal Roque Penafort. A edificação se estendia da Rua Joaquim Caetano da Silva à Rua Santos do Dumont, conforme o croqui apresentado pelo Secretário de Obras, Edson Lopes Maia, demonstrando a distribuição das áreas destinadas ao remanejamento. Pelo acesso da Rua Joaquim Caetano da Silva foram alocados um total de 24 ambulantes¹⁰⁵. Pelo acesso da Rua Santos do Dumont foram disponibilizadas áreas para vendas de produtos hortifrutigranjeiros, alimentação e uma farmácia (MAIA, 2016).

No tocante às soluções encontradas para as terras ocupadas de forma irregular, com finalidades habitacionais e comerciais além do Bairro Central, principalmente pelos que vieram em função da garimpagem de ouro. A gestão municipal negociava com o proprietário da terra rural ocupadas de forma ilegal, comprometendo-se pela demarcação dos lotes e espaços públicos, pela abertura de ruas e avenidas, e pela legalização da área. Os lotes ocupados na zona loteada eram regularizados e doados pela prefeitura aos que a estavam ocupando, sendo que o restante ficava com o proprietário da terra para que os pudesse vender. Essas negociações não sofriam restrições por parte poder legislativo (MAIA, 2016; BENTES, 2017).

Outra prática observada na origem de bairros da cidade de Oiapoque consta no material de campanha para deputado estadual do Sr. Francisco Milton Rodrigues (Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB), em 1990. Como legado de sua gestão na prefeitura municipal de Oiapoque (Partido dos Trabalhadores- PDT, de 1986 a 1988), ele fazia alusão à abertura de ruas com doação gratuita de mais de 400 lotes e material de construção para que pessoas carentes pudessem construir suas casas. No entanto, conforme se indica em um resgate mais realista do relato de Maia (2016), o que se comprova é que os

¹⁰³ Prefeito do município de Oiapoque, de 02/01/1996 a 31/12/2000, o primeiro prefeito de origem indígena do Brasil.

¹⁰⁴ Prefeito do município de Oiapoque, de 02/01/2003 a 31/12/2004.

¹⁰⁵ Ateliê de pinturas, lanchonete, confecções, restaurantes, sapatarias, fabricação e venda de joias, oito áreas para vendas de pescado, câmaras frigoríficas, loja de venda de motores e peças.

lotes, em grande parte, tinham sido adquiridos por ele, que fez a legalização por meio da prefeitura e utilizou a distribuição como recurso eleitoral para compra de votos.

Juvenal Carneiro chegou à cidade de Oiapoque em 1968, com dez anos de idade. Foi eleito vereador em 1988 e reeleito nas duas eleições seguintes. Confirmando as informações¹⁰⁶ já citadas por outros interlocutores, comentou que nos seus mandatos como vereador não presenciou, por parte da câmara municipal e do poder executivo local, ações contra as atividades vinculadas à garimpagem de ouro, mas, sim, ações para resolver ou contornar os problemas que a cidade passou a enfrentar, com o crescimento “desordenado” nos serviços públicos em decorrência da atividade garimpeira. Segundo o entrevistado:

[...] na verdade nós tivemos muitas dificuldades, porque o município não estava preparado com orçamento, quando estourou o garimpo. Na segurança nos tínhamos poucos policiais, poucas viaturas. Na saúde a mesma coisa, nossos hospitais não eram apropriados para receber 4.000 a 5.000 mil pessoas por semana. Na área de educação a mesma coisa, as nossas escolas não estavam esperando o fluxo de alunos no próximo ano que vinha. Os repasses são feitos conforme os números do IBGE. Eles fizeram um levantamento técnico naquela época dos mineiros, nós tínhamos mais de 100% de habitantes - como é que se diz? - de passagem (CARNEIRO, 2017, não paginado).

Ao iniciar a década de 1990 até meados de 2008, a dependência do Oiapoque a todo movimento atrelado à exploração aurífera se dava em torno de 90%, o que torna a opinião do entrevistado justificável. Isso se dá também em decorrência da profunda influência que o garimpo de ouro exerceu na vida social, econômica e política do município, conforme Carneiro (2017) sustenta em sua fala: “[...] te digo uma coisa: sem a atividade garimpeira, a cidade de Oiapoque seria bem semelhante às cidades que você passou de Macapá até chegar aqui – Tartarugalzinho, Pracuuba, Amapá” (CARNEIRO, 2017, não paginado).

Carneiro (2017) ainda relatou que, em 2008, com as intensificações do combate à garimpagem de ouro, muitas pessoas que trabalhavam nessa atividade acabaram tendo que procurar alternativas de renda em outros tipos de atividades, em bares, restaurantes, como taxistas e mototaxistas, ou mesmo na pesca e no transporte fluvial. Por meio da sua vivência como morador, negociador e político, o entrevistado afirmou, “[...] a sorte é que as atividades vinculadas à pesca, hoje, com aproximadamente trezentos barcos, vêm absorvendo

¹⁰⁶ Referentes à população; habitações; regularização de terras na área urbana; meios de transporte que conduziam pessoas e cargas para a cidade de Oiapoque antes e depois da inauguração da BR-156; crescimento da área urbana; evolução da população; comércio; prestação de serviços público e privado e das mudanças ocorridas no espaço urbano da cidade a partir do início da década de 1980 em decorrência da inauguração da BR-156 e da exploração de ouro pelas balsas no rio Oiapoque.

significativamente a mão de obra¹⁰⁷ e ocupando grande parte das instalações e espaços que eram totalmente voltados à garimpagem” (CARNEIRO, 2017).

Nas observações e informações da entrevista, que teve a presença de um técnico responsável pela montagem e manutenção de equipamentos de beneficiamento de pescado e de outro ex-vereador, ficou evidente que nesse fluxo existia uma articulação entre os agentes das unidades de beneficiamento de pescado, negociadores de peixe, pescadores, envolvendo interesses individuais e coletivos, e, de certa forma, agentes públicos, com ausência de fiscalizações nas edificações e no uso de áreas públicas, como ruas, orla fluvial e margem do rio Oiapoque.

As informações de que cooperados e associados¹⁰⁸ já haviam trabalhado nas canoas grandes de madeira, transportando cargas e pessoas em solo guianense e nos garimpos, foram ratificadas por outros interlocutores em entrevista em outubro de 2018, entre eles, dois que vieram de estado do Maranhão, o cooperado Américo Gomes da CCOPTUR, em 1997, o cooperado da COMFCOI Cristiano Pereira, em 1982, e outro do estado do Pará, o associado Augusto Cardoso da ACMO, em 2002. De acordo com seus relatos, na cidade de Oiapoque, os que não souberam administrar os recursos adquiridos na garimpagem trabalhavam como empregados e subalternos. Os que tiveram capacidade de gerenciar melhor seus ganhos conseguiram fazer a compra de uma embarcação (catraias) e do seu motor¹⁰⁹, garantindo seu sustento por meio do trabalho autônomo (GOMES, 2018; PEREIRA, 2017; CARDOSO, 2018).

Nas entrevistas com os cooperados (PEREIRA, 2017; GOMES, 2018) e o associado (CARDOSO, 2018), foi possível identificar, em 2017, passageiros com díspares perfis¹¹⁰, em uma movimentação que rompia as jurisdições das fronteiras e que só era possível porque estes, os comerciantes, os prestadores de serviços e os cambistas, articulavam-se para driblar as eventuais fiscalizações brasileiras e guianenses. Outro fator preponderante para a

¹⁰⁷ Tripulação, descarga do pescado, manutenção das embarcações e equipamentos.

¹⁰⁸ COMFCOI, CCOPTUR, ACMO, APFVV e Associação Valle de Saint-Georges L'Oyapock.

¹⁰⁹ Segundo vários entrevistados, a maioria dos motores que impulsionam as centenas de catraias no rio Oiapoque era comprada na Guiana Francesa.

¹¹⁰ Pessoas: que estavam a trabalho ou a turismo na cidade; que vinham e voltavam para a cidade de Caiena por lazer ou para fazer compras; que iam ou voltavam para áreas de garimpo legalizadas e clandestinas na Guiana Francesa; que moravam em solo francês e iam realizar operações bancárias no Brasil – para realizarem as operações bancárias que necessitavam ter um endereço brasileiro, fazendo com que muitos deles tivessem residências próprias ou alugadas na cidade de Oiapoque; que moravam em solo guianense e vinham para Oiapoque se alimentarem motivados pelo sabor da comida brasileira e a vantagem cambial; que realizavam compras no Brasil e Saint-Georges pelo mesmo motivo – era uma movimentação na qual se observava uma mistura cultural entre brasileiros e guianenses.

manutenção dessa dinâmica foi, de certa forma, a ausência de agentes públicos tanto na fiscalização alfandegária quanto na orla fluvial.

Parte das embarcações que são utilizadas pelos cooperados e associados é fabricada por Clayton Miranda, proprietário de um balneário com hospedagens. Miranda (2017), por sua vez, confirmou as informações já citadas por outros entrevistados, afirmando que no período de sua chegada ao Oiapoque, por volta de 1977, toda a estrutura do município (ruas, avenidas, residências, comércios, horas de energia elétrica, serviços públicos e privados e profissionais liberais) era incipiente. Em sua fala, o entrevistado recorda:

Quando eu cheguei na cidade em 1977, já tinha uns 4.000 mil habitantes, não mais que isso. Tinha umas. quatro a cinco ruas. Delas para a BR era só uma floresta. Mais ou menos assim era a cidade de Oiapoque. As mudanças começaram a ocorrer a partir dos anos 80, com a exploração de ouro no rio. Primeiro começou no rio, aqui nesse rio! O local onde explora o ouro chama-se fofoca, e era na frente da cidade (MIRANDA, 2017, não paginado).

Tanto as casas, como os estabelecimentos comerciais, os ambulantes e suas barracas, as oficinas e as hospedarias disputavam o mesmo espaço. Segundo o entrevistado, as mudanças nessa organização espacial e urbana começaram se efetivar partir dos anos 1980, com a inauguração da BR-156 e a exploração do ouro por balsas no rio Oiapoque (MIRANDA, 2017).

De acordo com o Miranda (2017), a atividade garimpeira desencadeou no município um conjunto amplo de benefícios, muito maiores do que as possíveis mazelas decorridas dessa exploração, pois, mesmo sendo uma forma de extrativismo ilegal, o garimpo de ouro se estabelecia como a atividade mais rentável na Amazônia brasileira, chegando mesmo a apresentar resultados a curtíssimo prazo para quem se encontrava desempregado, em virtude da ausência de políticas públicas, em especial nos momentos de crises na economia, como ocorreu no Brasil entre 1981 e 1983. Porém, em seu relato, Miranda (2017, não paginado) assinala:

[...] a garimpagem de ouro é o extrativismo, com maior risco. Então vem toda uma massa atrás de ganhar alguma coisa, nesse, põe entre aspas, que chamam “El dourado”. Porque na verdade ninguém sonha em ser garimpeiro; ninguém quer “ah vou ser garimpeiro na vida”; é uma vida de aventura e de alto risco, muitas doenças, muitas criminalidades por sua vez, mas é isso.

Comungando com a opinião dos demais entrevistados, o proprietário do balneário credita à garimpagem o fato de ela ter modelado a cidade de Oiapoque como uma “currutela

mãe”, que havia sido inchada por um intenso fluxo de pessoas, produtos e atividades, o que permitiu que a expressão representasse a dinâmica do município (MIRANDA, 2017).

A movimentação da garimpagem de ouro criou uma população aparentemente flutuante e que exigia, cada vez mais, produtos e serviços, já que, conforme lembra Miranda (2017):

a cidade era uma currutela. Toda a beira do rio foi tomada, era um movimento de canoa intenso. Eu acredito que eram umas 200 balsas. Em que cada balsa tinha no mínimo cinco, seis pessoas. Então criou-se uma população flutuante. Você imagine que naquela época, aqui não tinha uma estrutura para atender esse monte de gente. A estrada era péssima, a opção par trazer as coisas mais rápido era pelo avião da TABA, ele vinha e voltado lotado com 15 passageiro e mercadorias (MIRANDA, 2017, não paginado).

Observa-se que inicialmente, as barracas dos ambulantes ficavam na beira do rio, para estarem próximas dos que trabalhavam nas balsas. Algum tempo depois, elas foram dispostas de modo a atender aos fluxos das grandes canoas de madeiras e, atualmente, das catraias. Para suprir essas demandas, além do transporte marítimo e dos transportes terrestres na BR-156, foram utilizados voos fretados e uma linha do Transporte Aérea da Bacia Amazônica (TABA), que contava, tanto nos seus trajetos de ida quanto nos de volta, com uma crescente lista de espera (MIRANDA, 2017).

O entrevistado observou ainda que a urgência do consumo, bem como do poder aquisitivo do ouro, justificava que viessem nos voos fretados da cidade de Macapá desde gêneros de primeira necessidade, como carne e frango, até os últimos lançamentos da moda dos grandes centros do Brasil; fato que revela certa difusão de uma psicofera (SANTOS, 1996b) com valores urbanos modernos por sobre a cidade de Oiapoque. Ademais, esse poder proporcionava o uso deste meio de transporte superando a demora e a dificuldade dos transportes marítimo e terrestre, que eram precários e não atendiam tão rapidamente ao desejo de consumo influenciado e estimulado pelo contato com mídia e a propaganda (MIRANDA, 2017).

Miranda (2017) também destaca que, devido à fluidez de mercadorias e de pessoas que chegavam por meio desses transportes, ocorreu uma diversificação e ampliação nas edificações no setor de comércio e serviços:

O pessoal que mexia com o comércio foi adquirindo as casas e os terrenos no Bairro Central a qualquer preço, para ficarem próximo do movimento. Foram ampliando e construindo de qualquer jeito. E muitos que já moravam aqui foram para os novos bairros que foram surgindo (MIRANDA, 2017, não paginado).

Em relação ao trabalho de garimpeiros legalizados na Guiana Francesa, Miranda (2017) informou que de 1990 até 1995 o governo francês incentivou e permitiu que as empresas exploradoras de ouro guianenses contratassem garimpeiros e artesãos de ouro na cidade de Oiapoque. Assim, enquanto colaborador do departamento de recursos humanos de uma dessas empresas, disse que “[...] era tão fácil entrar na Guiana Francesa para trabalhar na garimpagem. Eu recebia os contatos em branco, e a gente preenchia, colocava a foto, passava os caras para o outro lado para fazerem exame médico, depois eles seguiam para o garimpo” (MIRANDA, 2017, não paginado).

Concluiu dizendo que o tempo de espera das pessoas na cidade de Oiapoque, a permanência de quem ia trabalhar nos garimpos da Guiana Francesa, legalizados ou não, e as compras de ouro para empresas de outros estados brasileiros ou para fabricação de joias, movimentavam a economia da cidade, que era propagada em outros garimpos dentro e fora do Brasil, principalmente pelas estações de rádio de baixa frequência. Dessa maneira, Miranda (2017) ainda fez algumas estimativas sobre a economia do município em 2017 que se assemelhavam às previsões de Garcia (2018), para quem “[...] de que 40% das atividades econômicas eram vinculadas à garimpagem, 40% ao pescado e o restante ao turismo francês e, em menor percentual, ao funcionalismo público” (GARCIA, 2018, não paginado).

Indagado sobre o percentual da participação do ouro na economia e da população aparentemente flutuante, Miranda (2017) destacou que existia um grande equívoco em se pensar que garimpeiros (clandestinos ou legalizados) provindos da Guiana Francesa não eram os responsáveis pela movimentação da economia por meio do ouro e do euro. Para confirmar sua perspectiva, afirmou que bastava observar a movimentação econômica e cambial na orla fluvial, comparando-a com o que era produzido na cidade. Essa movimentação era uma continuação de relações de pessoas e empresários que começaram trabalhando no/para o garimpo e ficaram, investiram e diversificaram seus negócios, sem, contudo, abandonarem-nos. Nessas relações, a regulação de leis ou a fiscalização foram insuficientes para uma intervenção eficaz, visto que os possíveis conflitos provocados pelo Estado eram superados pela capacidade de articulação entre os envolvidos, numa dinâmica fundada na base da confiança (MIRANDA, 2017).

Essas informações foram ratificadas por Alberto Ramos, Presidente da Associação Comercial de Oiapoque (ACOI) e proprietário de uma loja de confecções, que veio de

Itaituba/PA em 1989 para trabalhar na agência do Bradesco, mas resolveu enveredar no garimpo. Segundo ele:

[...] a cidade como ainda hoje tem uma presença muito forte do garimpo na economia. A presença do Ouro reflete, muito no desenvolvimento econômico que a cidade teve desde aquele boom em meados de 80, 82, até ali 2004, 2005. Foi um período muito forte no Oiapoque. Muitas pessoas ficaram milionárias, pessoas que não tinham nada, como por exemplo dona Iolanda Costa, que hoje é vereadora. Tem a Gilmara, que na época era uma enfermeira, fazia um servicinho para cá para colar, seu João Colares. Eles foram comprando terreno, fazendo imóveis. A maioria dos prédios e comércios aqui na cidade são de pessoas que já tiveram ou continuam tendo negócios com a garimpagem. A relação de confiança nos negócios da garimpagem é tão forte que não tem fiscalização que consiga controlar. Esfria um pouco, depois começa tudo de novo (RAMOS, 2017, não paginado).

Pelo conhecimento que tem das pessoas e da cidade de Oiapoque, como garimpeiro, empresário e membro da ACOI, Ramos (2017) se sentiu à vontade para afirmar que aproximadamente 90% dos atuais empresários da cidade e proprietários de imóveis comerciais tiveram ou tinham relações com a garimpagem de ouro do Lourenço, do Cassiporé e da fronteira franco-brasileira, ou mesmo nunca tinham visto transações comerciais envolvendo grandes recursos financeiros sem muita burocracia.

A corretora de imóveis, Fabiana Sampaio, disse que ficava à vontade para falar sobre garimpagem de ouro. Nesse sentido, relatou que no seu núcleo familiar era muito forte a presença de transações comerciais auríferas. Sampaio (2016) recordou que chegou à cidade de Oiapoque no ano de 2002, com sua empresa de compra e venda de ouro legalizada junto ao Banco Central do Brasil, mas que, no momento da entrevista, estava inativa (SAMPAIO, 2016).

Para essa interlocutora, negociar ouro ficou muito difícil desde que o vice-presidente da república, José de Alencar, durante a ausência do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou uma lei que proibia a compra deste minério sem Permissão de Lavra de Garimpagem (PLG). Antes dessa sanção, Sampaio (2016) destaca que era possível comprar até 200 gramas de ouro em movimentações financeiras nas redes bancárias.

Essa circunstância motivou a interlocutora a iniciar, em 2016, uma nova atividade comercial. Foi ela a responsável pela primeira imobiliária na cidade do Oiapoque. Ela disse acreditar que o seu empreendimento vai dar certo, já que “meus relacionamentos na compra e venda de ouro, fizeram com que eu tenha um bom relacionamento com os principais proprietários de imóveis na cidade, e muitos garimpeiros que continuam investindo na cidade” (SAMPAIO, 2016, não paginado).

Dessa maneira, em suas informações, pode-se notar que em seu novo negócio contava com o relacionamento construído nas transações com o ouro, visto que muitos de seus clientes eram indivíduos envolvidos com a garimpagem e tinham ou queriam investir seus ganhos em imóveis, tanto para uso como para aluguel. Sampaio (2016) relatou, ainda, que a esperança de continuidade na exploração de ouro em solo brasileiro mantinha muitas pessoas na cidade, e foi animada pela primeira PLG do estado do Amapá, expedida em 2017 à Cooperativa Verde Minas, estabelecida na cidade para explorar uma mina localizada depois da base militar de Clevelândia do Norte e antes do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (SAMPAIO, 2016).

Quanto às informações de Sampaio (2016) sobre a participação de brasileiros na garimpagem de ouro na Guiana Francesa, Maia (2016) informou que, ainda em 2016, os guianenses obtinham a concessão para exploração de ouro, mas não possuíam experiência e recursos financeiros para comprar retroescavadeiras de grande porte e outros equipamentos. Por estas razões, recorriam a brasileiros com experiência e recursos necessários para tais fins.

Hoje nós temos, temos mais de 30 mil garimpeiros no lado francês, todos brasileiros, clandestinos e não clandestinos. Porque por exemplo: o senhor é guianense, mas o senhor tem uma concessão de posse de uma área, mas o senhor não tem dinheiro para comprar o maquinário pesado, que hoje não se trabalha mais com maquinário leve, então retroescavadeira de grande porte, né?! Aí o senhor, é necessário que o senhor se alie comigo que sou brasileiro e que tenho dinheiro entendeu? (MAIA, 2016, não paginado).

Essas equipes de garimpeiros eram compostas de 8 a 10 indivíduos, sendo o líder chamado de patrão, o qual, obrigatoriamente, deveria possuir um *titre de sejour*¹¹¹. A posse desse documento era condição necessária para trabalhar na extração do ouro. Os patrões que possuíam a autorização para essa modalidade de garimpagem tinham duas opções: i) contratar garimpeiros legalizados no lado francês; ou ii) legalizar quem já trabalhava como clandestino (MAIA, 2016).

Como a maioria dessas negociações ocorria na cidade, ela era lugar de passagem obrigatória para os trabalhadores do garimpo. Uma das consequências dessa mobilidade espacial se refletia na vida econômica e social do município. Muitos garimpeiros acabaram fixando residência, montando negócios ou invadindo áreas que depois se tornaram bairros. A cidade de Oiapoque cresceu por causa da área de garimpo. Os Bairros Florestal, Nova União, Universidade e Infraero surgiram em decorrência das pessoas que vieram em função do

¹¹¹ Carta de autorização para circular em território francês.

garimpo e não tinham onde ficar. Muitos compravam ou invadiam um pedaço de terra e faziam uma casa, para deixar a família. Nesse sentido, Roberto Veiga da Silva destaca:

[...] e aí, a mulher estava se dando bem porque que o marido mandava dinheiro, chamava a irmã, a irmã vinha e compravam outro terreno; e assim foi crescendo. E se cresceu mais em virtude dos garimpeiros, e não pelos investimentos de franceses, como muita gente pensa [...] (SILVA, 2018, não paginado).

Alguns desses trabalhadores investiram os lucros obtidos em negócios como hotéis (Paris Hotel, Hotel Planalto, Pousada Central, Hotel Floresta), posto de combustível (Posto Oiapoc), bares, restaurantes, academias de musculação e outras atividades, enquanto outros optaram pela aquisição de imóveis. É comum os garimpeiros que chegam “bamburrados”¹¹² comprarem, com facilidade, casa ou:

[...] terra por sessenta, cem, cinquenta, quarenta, trinta mil reais, porque eles têm dinheiro em caixa, mesmo que eles não saibam escrever, nem ler. Mas o importante, que o município cresceu com eles ali. Enquanto secretaria de obras nós temos uma situação muito difícil que é fazer com que essas pessoas se adequem ao código de obras do município eles estão sempre fazendo errado (MAIA, 2016, não paginado).

Outras formas de investimentos que vinham influenciando o espaço urbano de Oiapoque se davam por meio de garimpeiros guianenses que se casavam com mulheres brasileiras a fim de obterem a cidadania nacional e comprarem terras e imóveis. Maia (2016), que em outro momento já havia realizado atividades como juiz de paz, lembra que realizou muitos desses tipos de casamentos, chamados de “elefantes brancos”. Eles faziam uma negociação com as brasileiras através de um contrato. As mulheres que tinham interesse nesse tipo de união, bem como nas vantagens financeiras advindas desse contrato, aceitavam (MAIA, 2016).

No que diz respeito à área de compra, venda e fabricação de joias de ouro, que frequentemente era citada por vários entrevistados, encontrou-se uma empresária deste setor, a compradora de ouro Juliana Azevedo, oriunda do estado do Rio Grande do Sul e que veio para a Amazônia em 1986 após trabalhar em vários outros campos de garimpo do Brasil. Contou que foi atraída pelas boas informações que ouvia sobre a economia da cidade nas estações de rádio de baixa frequência (AZEVEDO, 2017).

Azevedo (2017) confirmou que em sua chegada à cidade viveu as limitações de espaço, infraestrutura, produtos e serviços já comentados por outros entrevistados. Relatou também que, apesar de ter recursos financeiros, teve que instalar dois negócios em uma

¹¹² Denominação dada ao garimpeiro que achou muito ouro.

edificação de madeira em estado precário; uma oficina para fabricação e vendas de joias e uma empresa para compra de ouro. Sua empresa, uma das poucas legalizadas neste ramo de atividade no município, recebia os recursos financeiros de empresas de outros estados do Brasil. Comprava o ouro na cidade de Oiapoque, transportava-o para a cidade de Macapá e, em seguida, enviava-o para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte por via aérea (AZEVEDO, 2017).

De 1979 quando cheguei aqui na cidade de Oiapoque até mais ou menos 2008, quando se intensificaram as fiscalizações combatendo a garimpagem de ouro, além de comprar ouro para empresas de São Paulo e Rio de Janeiro, eu fabricava joias basicamente para os garimpeiros. Eram joias que variavam entre 30 a 100 gramas de ouro¹¹³. O garimpeiro, quando não voltava para a cidade, mandava uma mensagem por uma das estações de rádio informando sobre a quantidade de ouro que tinha enviado e a descrição da joia que queria. Estas remessas de ouro geralmente eram transportadas nas canoas que retornavam do garimpo. Eu fabricava a joia com 50% do ouro enviado e o restante ficava para a mão de obra (AZEVEDO, 2017, não paginado).

Indagada sobre o volume de negócios com ouro na cidade de Oiapoque, a entrevistada informou que, do ano em que chegou à cidade até o ano de 2007, existiam mais ou menos duas dezenas de lojas iguais as dela, várias casas de compra de ouro – poucas legalizadas –, muitos ourives trabalhando por conta própria e nos garimpos e que, mesmo com esse quantitativo, chegou a ter doze funcionários transformando uma média de 5 kg de ouro em joias ao mês, além de comprar em média 3 kg de ouro por dia (AZEVEDO, 2017).

Azevedo (2017) também informou que, a partir do ano de 2008, com a intensificação das fiscalizações de combate à garimpagem de ouro, sua clientela mudou para funcionários públicos da cidade de Macapá e, principalmente, guianenses, uma vez que eles vêm com seu dinheiro forte, fazem o câmbio ou compram em euro mesmo; destaca que estes são seus maiores clientes. Com a redução da movimentação aurífera, ampliou seus investimentos em imóveis para alugar na cidade, como tantos outros que viviam basicamente da economia provinda do minério. Concluiu dizendo:

[...] sinto muita saudade da minha terra, mas nunca vou deixar a cidade de Oiapoque, assim como muitos que conheço, foi aqui que a gente conseguiu alguma coisa. Além disso, a gente acredita que um dia vão liberar a garimpagem de ouro, como foi liberado para a Cooperativa Verde Minas, que fica depois da base militar de Clevelândia do Norte e antes do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AZEVEDO, 2017, não paginado)

Observando-se nas entrevistas as constantes referências a respeito da importância das estações de rádio de baixa frequência na dinâmica da garimpagem, buscaram-se informações

¹¹³ Na cidade de Oiapoque em 1986 a grama de ouro valia o equivalente a R\$ 38,00 (AZEVEDO, 2017).

sobre este setor. Entre os entrevistados, encontrou-se Rosângela Gonçalves, operadora de rádio de baixa frequência que também foi atraída pelas informações divulgadas nas estações em outros garimpos. Em seu relato, Gonçalves (2018) destaca que chegou à cidade do Oiapoque em 2000, vinda de Maués-AM, com o objetivo de instalar a sua estação entre as quatro dezenas que estavam operando.

Nesse contexto, Gonçalves (2018) lembra que passou a se comunicar com várias cidades do Brasil (Macapá, São Paulo, Rio de Janeiro e outras), além de comunidades do Oiapoque (Ilha Bela, Vila Brasil e outras) e “currutelas” dos garimpos clandestinos em solo guianense (Siquini, Quata, Ipucen, Pé de Limão, Queijo e outros). Na comunicação para outros estados do Brasil, predominavam mensagens de remessas de dinheiro e ouro entre compradores e empresas dessas localidades. Às “currutelas”, as mensagens variavam entre notícias para familiares, solicitações para envio de suprimentos ao garimpo e envio de ouro para quitar dívidas junto aos fornecedores (GONÇALVES, 2018).

A operadora de rádio assinala que:

[...] para efetuar pagamento, a pessoa tem de preencher uma ficha cadastral constando dados como nome, CPF, identidade e endereço, ela para pelas ligações telefônicas por minuto, com preços diferenciados¹¹⁴ entre telefones fixos e celulares. Quando a pessoa quer mandar mensagens e não tem ficha cadastral, pede de um amigo que tem (GONÇALVES, 2018, não paginado).

Em 2017, a estação era equipada com um computador, telefones (fixo e celular), fichas cadastrais e um caderno com cuidadosas anotações de fornecedores (GONÇALVES, 2018).

Segundo essa interlocutora, dificilmente quem se envolve com a garimpagem fica só em uma atividade, sendo frequentemente influenciado a participar de outras. Na época da visita da entrevista, além dessa atividade, Gonçalves (2018) também confeccionava peças de tecidos para serem usadas por caçambeiros. Relatou a entrevistada que:

[...] em 2002 eu tentei entrar no negócio de compra e venda de ouro, tirei um empréstimo bancário. Meu parceiro de negócio ia aos garimpos e comprava ouro a um preço menor da cotação na cidade e, depois, passava uma mensagem autorizando que fossem realizados pagamentos para familiares, para comerciantes, transportadores e outros em espécie ou por meio de ordem bancária. Ele mandava o ouro para a cidade do Oiapoque, e eu vendia a um preço superior, e o lucro era dividido. Chegamos a negociar até 1 kg de ouro por mês. Como o negócio era na base da confiança, um dia meu parceiro não retornou e eu fiquei pagando o empréstimo para o banco (GONÇALVES, 2018, não paginado).

¹¹⁴ Em 2017 as tarifas eram: para telefone fixo R\$ 2,50 e para telefone celular R\$ 3,00 (GONÇALVES, 2018).

No decorrer da entrevista, foi possível observar a importância das seguintes atividades: construtores de canoas de madeira, caçambeiros, agenciadores de pessoas e cargas na dinâmica da garimpagem. Gonçalves (2018) comentou que, ao longo dos anos, observou que para desenvolver essas atividades era necessário ter conhecimento dos riscos e perigos que as pessoas e as cargas poderiam sofrer no decorrer da viagem, uma vez que tudo era feito de forma clandestina e na base da confiança.

Nas trocas de mensagens na estação de rádio de Gonçalves (2018), também se observou a existência de uma confiança sem garantias do construtor em receber pelo seu serviço; do passageiro ser conduzido, mesmo clandestinamente, para outro País de forma segura; do solicitante do garimpo receber seu pedido sem ter mandado o dinheiro; de o agenciador ser pago pelo seu frete; e do comerciante receber pela mercadoria disponibilizada.

Destaca-se que, mediante a entrevista na estação de rádio, também foi possível minimizar as dificuldades da descrição do visível sobre os fluxos de pessoas e cargas clandestinas no rio Oiapoque, sobretudo daqueles que não foram possíveis de serem observados na pesquisa junto aos postos de combustíveis. Tais dificuldades foram superadas após a interferência de Gonçalves (2018) junto às pessoas que se encontravam mandando mensagens aos garimpos da Guiana Francesa e Suriname.

Em outra entrevista, agora com o construtor de canoas de madeira, Paulo Oliveira, oriundo do estado do Maranhão, ele relatou ter chegado à cidade do Oiapoque por volta de 1991 e começado a trabalhar como motorista fluvial, transportando cargas e passageiros para Ilha Bela e depois aos garimpos em solo guianense. Essa experiência tornou possível a Oliveira (2018) fazer contatos e ganhar a confiança por parte de garimpeiros, o que lhe possibilitou trabalhar por cinco anos na fabricação de barcos de madeira usados para realizar deslocamentos até Ilha Bela e demais garimpos da Guiana Francesa.

O entrevistado informou ainda que:

Nos últimos anos quando vem uma mensagem pela estação de rádio solicitando uma canoa, eu e mais três amigos vamos para áreas próximas do garimpo em solo francês. Escondidos na floresta construímos as canoas de madeira com capacidade de carga de 2.000 kg. Por canoa, a gente recebe entre R\$ 2.800,00 a R\$ 3.000,00. Quando o movimento do garimpo está forte e canoas são presas pela polícia francesa, a gente faz umas três canoas por mês. Essas canoas servem para transportar cargas e passageiros de Ilha Bela para os garimpos na Guiana Francesa (OLIVEIRA, 2018, não paginado).

Indagado sobre a possibilidade de não ser pago, devido à natureza clandestina da atividade, o entrevistado ressalta que era mais fácil deixar de receber por um trabalho com carteira assinada na cidade do que por um realizado na base da confiança (OLIVEIRA, 2018).

Em outra entrevista, realizada com o caçambeiro Jorge Lobato, também oriundo do Maranhão, tem-se mais uma história de alguém que veio para trabalhar no garimpo há quinze anos e, até hoje, vive dessa profissão, tendo constituído família na cidade de Oiapoque. Conforme o seu relato, o transporte de cargas na caçamba entre o desembarque nas canoas e o garimpo durava de horas a semanas. Nesse sentido, Lobato (2017) explicou que:

Tem dois tipos de caçambeiro: o que só transporta carga, que ganha entre trinta a cinquenta gramas de ouro por viagem, dependendo da distância e a carga; e o autônomo, como eu. Eu compro em média R\$ 1.000,00 de mercadoria aqui na cidade de Oiapoque, remédios e cigarros, que são leves. Quando não tenho dinheiro o patrão me fornece. Tá certo que o preço é maior, mas vale apenas. Na volta eu pago e o crédito continua. Eu vou até Ilha Bela, de lá vou de canoa até o mais próximo do garimpo. Depois é um caminho que pode durar até uma semana (LOBATO, 2017, não paginado).

No garimpo, Lobato (2017) vende essas mercadorias por um valor que variava de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00, dependendo da escassez do produto transportado. No caso dos remédios, quando chegava ao garimpo e encontrava alguém doente, passava de caçambeiro a enfermeiro ou médico, indo além da venda, chegando mesmo a receitar ou, em casos extremos, a aplicar o medicamento (LOBATO, 2017).

No contexto desses relatos, observou-se a existência de um itinerário – cidade do Oiapoque/Ilha Bela/garimpo e retorno – nutrido por tráfegos de pessoas, informações, mercadorias, máquinas, combustíveis e equipamentos, facilitados pelas estações de rádio de baixa frequência instaladas nessas localidades e de redes que começaram em outros estados, passaram pela cidade de Oiapoque, de ida e de volta, gerando um fluxo financeiro em ouro, euro ou real, que dinamizava uma parcela significativa da vida socioeconômica do município.

No sentido a jusante do rio Oiapoque, as entrevistas com os garimpeiros que já tinham realizado este itinerário como passageiros revelaram que existia um fluxo de pessoas e cargas com destino a garimpos clandestinos na Guiana Francesa e um somente com passageiros para o Suriname, partindo de portos na orla fluvial, organizado por agenciadores (os coiotes). Existe um sistema de informações para monitorar a vigilância das polícias francesa e brasileira em solo e no rio Oiapoque. Os passageiros ficam esperando nas hospedagens ou em casas de amigos o momento certo para embarcarem, geralmente nos horários à noite ou madrugada. Sobre essa prática, Silva (2018) pontua que “[...] até hoje ainda continua assim,

só que não é uma pessoa, né!? Mais ou menos, os que eu conheço aí, tem uns sei a oito que são chamados de coiote, que ainda fazem essa prática de levar as pessoas para Caiena” (SILVA, 2018, não paginado).

Com destino à Guiana Francesa, saía, duas vezes por semana, uma embarcação pelo rio Oiapoque até Caiena, levando aproximadamente 30 pessoas. Cada pessoa pagava, em média, R\$ 300,00 de passagem sem carga, em uma viagem com duração de mais ou menos 5 horas. Ao se aproximar de Caiena, a embarcação reduzia a velocidade e as pessoas saltavam e nadavam até a margem. As embarcações que iam para o garimpo levavam cargas e passageiros. Do ponto de desembarque no solo guianense para chegar ao garimpo do Pitiçu, o passageiro pagava € 50,00 (cinquenta euros) (QUARESMA, 2018).

Para o Suriname, saía uma embarcação com umas doze pessoas por semana até a entrada [foz] do rio Oiapoque. De lá seguia pelo Oceano Atlântico. Só vai passageiro e sua boroca. A passagem custava R\$ 1.000,00 e a viagem durava mais ou menos dez horas. Essas embarcações possuem dois motores com potência bem superior à das embarcações da fiscalização. Quando a fiscalização aparece o piloto vai para o meio do Oceano com tanta velocidade que os policiais não conseguem acompanhar (QUARESMA, 2018, não paginado).

As atividades dos últimos fluxos descritos interligavam fixos entre o espaço urbano da cidade de Oiapoque, Ilha Bela e Suriname às áreas de garimpagem, envolvendo atividades de transporte de carga e passageiros, comércio, hospedagem, alimentação, lazer, serviços bancários e de câmbio e compra e venda de ouro; atividades que só são possíveis porque existe uma rede de agentes (agenciadores de viagens, cooperados, comerciantes, construtores de embarcações de madeira) que se articulavam com seus interesses específicos ou coligados para driblar eventuais fiscalizações brasileiras e guianenses que pudessem comprometer suas respectivas funções.

Os dados referentes às cargas desses itinerários foram ratificados em entrevistas com comerciantes locais. Eles reconheceram que toda movimentação de carga que se observava na cidade do Oiapoque não era absorvida somente pelos moradores do município ou pelos que vinham de Caiena ou Saint-Georges. Grande parte era destinada aos garimpos clandestinos em solo guianense por meio de negociações, e das relações de confiança e amizade que foram construídas desde que chegaram à cidade para trabalhar com a garimpagem de ouro.

Tais relações viabilizavam relações espaciais menos visíveis que articulavam áreas definidas pelos diferentes usos da terra, e que se manifestavam através da circulação de mercadorias, decisões e investimentos e de capitais (CORRÊA, 1989), tal como foi observado

em relatos de comerciantes na cidade de Oiapoque, os quais apontam que a chegada de uma quantidade significativa de ouro não prevista exigia uma transação em dinheiro. Devido à procedência clandestina do ouro, procuravam compradores de empresas em outros estados do Brasil. Assim, Souza (2017) destaca que tais compradores são:

[...] conhecidos na cidade que gozam de confiança. Eles vão nos comerciantes que estão juntando dinheiro para pagar um boleto bancário. Pedem o dinheiro que o comerciante já tem e mandam o código de barra para a empresa que representam, em São Paulo, Rio de Janeiro. Aí a empresa paga, depois ele recebe do comerciante o restante. Ele vai e compra o ouro a dinheiro. Tem que ser assim, o ouro é clandestino que vem do Brasil, Suriname, mas de onde vem mesmo é da Guiana Francesa (SOUZA, 2017, não paginado).

Segundo os entrevistados, esse tipo de transação fazia com que, em determinadas situações, faltasse dinheiro em espécie para a realização de câmbios. Esse fluxo que interliga áreas do espaço urbano da cidade e outras localidades brasileiras, também só era possível porque envolvia uma rede de agentes com interesses específicos e coligados, driblando as fiscalizações.

Ainda segundo as informações adquiridas na estação de rádio sobre a importância do agenciamento de cargas e passageiros na dinâmica da garimpagem de ouro na cidade do Oiapoque, entrevistou-se um agenciador de viagens fluviais, Augusto Cardoso, que disse que, após trabalhar em vários garimpos, veio para a fronteira franco-brasileira. Cardoso (2018) optou por falar de episódios passados para evitar se comprometer, haja vista já ter se envolvido em apreensões feitas pelas fiscalizações da região, o que fez com que perdesse algumas embarcações e cargas.

Este interlocutor obteve informações sobre o garimpo no município do Oiapoque por meio das estações de rádio onde trabalhou desde 1986. Em 2002, resolveu vir para esta cidade a fim de trabalhar com dois pares de máquina nos garimpos da Guiana Francesa. Com os conhecimentos, relacionamentos e recursos adquiridos na garimpagem, Cardoso (2018) passou a trabalhar com transporte fluvial de pessoas, mercadorias, equipamentos e combustíveis, principalmente para as localidades de Ilha Bela e Vila Brasil.

Até o ano de 2007, a maioria dos passageiros transportados era de outros estados do Brasil. Vinham de barco até a cidade de Santana, passando pela capital Macapá e, de lá, seguiam para Oiapoque. Estimou-se que 20% deles realizavam este último deslocamento de ônibus e 80% utilizavam os pirateiros. Na cidade do Oiapoque, os que chegavam

“blefados”¹¹⁵ ficavam procurando qualquer serviço para se alimentar e pagar a viagem ao garimpo. De dia ficavam em frente à árvore do blefe e de noite dormiam com a cabeça encostada na “boroca”¹¹⁶ em qualquer canto. Os que tinham um pouco de recursos utilizavam hospedagem, bares, restaurantes e as barracas de comidas na orla da cidade (CARDOSO, 2018).

Às vezes, a pessoa chegava com fome e não tinha dinheiro para comer e nem para a passagem. A gente olhava par o cabra e decidia oferecer comida e passagem na base da confiança e na expectativa de receber pelo serviço; o que nem sempre acontecia. Muitas vezes quando a gente menos esperava, o cabra retornava, pagava e ia embora. Quando ele voltava, trazia três ou quatro amigos e/ou parentes. Aí quando outro catraieiro abordava ele, ele dizia “vou com ele que me deu a mão quando precisei”. Aí amigo, a gente tinha o frete garantido na base da confiança (CARDOSO, 2018, não paginado).

Os passageiros de Cardoso (2018), dentre eles, garimpeiros, mulheres¹¹⁷ que se deslocam para trabalhar nas frentes de trabalho e nas “currutelas”, além de mecânicos, patrões, caçadores, pescadores e caçambeiros, junto aos seus pertences, saíam em embarcações, carregando no máximo 3.000 kg, das rampas do muro de arrimo e dos postos de combustíveis da cidade, com destino à Ilha Bela, localizada dentro do Parque Nacional do Tumucumaque, em frente à foz do rio Camopi, em solo francês. A mercadoria era pesada e, para não ultrapassar a capacidade da embarcação, cada passageiro tinha direito de levar até 20 kg de carga (CARDOSO, 2018).

Após fazer um transbordo na Grande Rocha, outra das suas embarcações seguia por mais cinco horas até Ilha Bela. Na ausência de fiscalização, e em embarcações de madeiras, as pessoas e as cargas subiam pelo o rio Sikini até um ponto mais próximo possível do garimpo. Desse ponto, as pessoas seguiam a pé por terra e as cargas eram transportadas pelos caçambeiros contratados¹¹⁸. Suas embarcações retornavam com o mesmo fluxo (CARDOSO, 2018).

¹¹⁵ Denominação dada na região para pessoas sem recursos.

¹¹⁶ Denominação dada na região para saco usado para carregar roupa (sacolas de viagem – geralmente portando apenas poucas peças de roupas e bolachas) (SOARES, 1995).

¹¹⁷ São comuns os equívocos em relação ao fenômeno da mobilidade de mulheres para os garimpos de ouro na Guiana Francesa. Por esse motivo é importante fazer alguns apontamentos no sentido de esclarecimento. Primeiro, há significativo número de mulheres brasileiras que se deslocam para o território guianense com objetivo de obter trabalho e renda. Algumas dessas mulheres seguem esse projeto de migração para trabalhar no mercado como profissionais do sexo. No entanto, outras têm diferentes intencionalidades, algumas acompanham maridos ou outros parentes; outras seguem para desempenhar funções de cozinheira, lavadeira, arrumadeira etc. Portanto, é importante ter clareza de que nem toda mulher que se desloca para o garimpo o faz para se prostituir; igualmente relevante é apontar que homossexuais, travestis e transgêneros também definem um projeto migratório para atuarem como profissionais do sexo (BIROL, 2016).

¹¹⁸ Considerando-se que cada caçambeiro carrega em média 50 kg, para carregar uma carga de 1.500 kg de uma só vez a operação envolveria 30 pessoas.

Os que vinham do garimpo e tinham resistido às tentações da “currutela” (prostituição, bebida, droga, jogo), ao chegar à cidade utilizavam os serviços de hospedagem, bares, restaurantes, prostíbulos e compravam nas farmácias e comércios ou encomendavam joias de ouro. Muitos que já tinham residência na cidade do Oiapoque realizavam melhorias nas edificações ou a equipavam com eletrodomésticos. Em relação a isso, Cardoso (2018) ratificou as informações de que praticamente a maioria das atividades comerciais e de serviços que existiam na cidade até o ano de 2007,

[...] quase todos os negócios e diversão eram em função das necessidades do pessoal que ia e voltava do garimpo. Tanto os solteiros como os que deixavam suas famílias esperando. A cidade dependia e era influenciada na vida social, econômica e politicamente pelos garimpeiros; se elegia quem tinha alguma relação com os garimpeiros (CARDOSO, 2018, não paginado).

Cardoso (2018) também relatou que as necessidades de suprimentos para o garimpo que não eram atendidas pelos caçadores e pescadores¹¹⁹, eram atendidas da seguinte maneira:

O pessoal do garimpo mandava uma mensagem pelas centrais de rádio, a gente recebia a mensagem e tomava as providências. Se não tivesse na cidade, a gente mandava buscar fora, e se fosse com muita pressa vinha de avião. O importante era providenciar o pedido para não perder a confiança. Podia ser mercadorias, combustíveis, máquinas e equipamentos, o que fosse; providenciava, embarcava e mandava. Depois o pessoal do garimpo mandava o ouro, a gente pesava, vendia, e pagava as contas aqui ou lá de fora. Se sobrasse aguardava até o dono chegar na cidade ou fazer um novo pedido. Tinha comerciante aqui que tinha quilos de ouro guardado. Quando precisavam apurar dinheiro, eles vendiam para os compradores de ouro de empresas de outros estados do Brasil, ou para casas de fabricação de joias (CARDOSO, 2018, não paginado).

Embora a atividade garimpeira tenha conhecido uma notável redução em suas operações, Cardoso (2018) destaca que grande parte dos que vieram para a cidade de Oiapoque em função da exploração do ouro, diversificaram ou ampliaram seus negócios, ainda que tenham continuado desenvolvendo relações com essa atividade, de uma forma ou de outra. No fundo, a maioria nutre esperanças da liberação de exploração de ouro, como aponta Sampaio (2016), fazendo referência a Permissão de Lavra de Garimpagem (PLG):

enquanto não sai, a gente vai se virando, com negócios que não são fiscalizados, como mercadorias que vão par Ilha Bela e Vila Brasil e são vendidas em euro para os índios e o pessoal de Camopi, que mora no lado francês, ou em ouro para quem trabalha no garimpo (SAMPAIO, 2016, não paginado).

Fica evidente que os agentes das atividades identificadas com vínculos à garimpagem na fronteira franco-brasileira, de uma forma ou de outra passam, habitam ou negociam na cidade de Oiapoque. Dessas atividades, a maioria está localizada na cidade de Oiapoque, em

¹¹⁹ Segundo Maia (2016), como as frentes de garimpo são muitos distantes das cidades, toda frente de trabalho conta com o pescador e caçador para o abastecimento de proteína animal.

fluxos (pessoas, objetos, informações, financeiro) que começam em outras cidades brasileiras e se estendem até os garimpos em solo guianense. Ou seja, são agentes de diferentes usos da terra sobrepostos, que se realizam por meio de relações espaciais visíveis e menos visíveis e se manifestam por meio da circulação de pessoas, equipamentos, mercadorias, decisões e investimentos e de capitais (CORRÊA, 1989).

As informações contidas até o presente momento desta tese, em especial no último tópico, podem ser analisadas a partir das contribuições de alguns autores que realizam discussões sobre os agentes produtores do espaço urbano, dentre eles Form (1954), Roncayolo (1986), Lefèbvre (2000) e Santos (2008).

Em Form (1954), destaca-se a necessidade de estabelecer certo distanciamento da ideia de que os indivíduos competem pelo uso da terra de maneira impessoal, sendo importante, nesse sentido, a identificação das forças diversas sociais que atuam no mercado de terras; segmento este que, ainda de acordo com o autor, é altamente dominado e aparelhado por uma série de organizações que, no espaço urbano, interagem de acordo com seus próprios interesses. Assim sendo, foi possível identificar na cidade de Oiapoque uma série de agentes competindo pelo uso da terra de forma expressiva, a saber: donos dos meios de produção (os patrões); comerciantes e financiadores (comércio: alimentação, lazer, farmácia, máquinas, equipamentos, combustíveis); mecânicos, eletricitas, pilotos fluviais, trabalhadores dos portos e de terminais de transbordo, construtores de catraias e embarcações de madeira, caçadores, pescadores, ourives; proprietários de bar, restaurantes, hospedagens e boates; operadores de rádio de baixa frequência; taxistas e mototaxistas; catraieiros e agentes de viagem.

A relevância de se identificar os agentes em estudo também foi uma proposição defendida por Roncayolo (1986), para quem, e em consonância com a formação histórica dos grupos, a tarefa de definir os papéis e a forma segundo a qual cada um deles articula suas ações (individual ou coligada) é crucial, uma vez que tanto os mecanismos sociais como as sociedades se diferenciam de uma cidade para outra, em conformidade com as variações da composição dos grupos sociais, da sua repartição territorial e das orientações políticas. Dessa maneira, na realidade estudada, pode-se perceber uma rede de agentes vinculados à garimpagem de ouro, com “articulações locais entre os agentes responsáveis pela dinâmica da cidade no processo da apropriação da terra urbana” (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 32), bem como com articulações externas.

No que diz respeito à contribuição de Lefèbvre (2000), tem-se que o espaço é produzido pelo capital e suas frações, mediante a configuração de relações sociais dialeticamente interdependentes, o que significa que o espaço é produzido e, simultaneamente, produtor, servindo então como meio, suporte e condição para a realização das relações sociais de produção e reprodução. Destarte, se, por um lado, não se observa uma atuação expressiva do capital fundiário na definição das relações sociais de produção na cidade de Oiapoque, por outro, destaca-se o papel do capital comercial e financeiro na produção desse espaço urbano; fato que pode ser notado a partir do papel da atividade garimpeira – individual ou entrelaçada – na movimentação de uma série de operações decorrente dessa atividade extrativa, seja ela de mão de obra ou mesmo da compra e venda de ouro. Por conseguinte, todos os conflitos, sonhos, paixões, esperanças, decepções, crenças e negociações que delineiam a garimpagem de ouro no Oiapoque também são responsáveis por, dialeticamente, produzir esse espaço urbano; uma manifestação particular da urbanodiversidade amazônica.

Por fim, e não menos importante, assinala-se a leitura miltoniana dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008), no âmbito da qual esse autor chama a atenção para a formação de dois circuitos econômicos no espaço urbano decorrentes da modernização tecnológica do sistema global: um circuito superior – caracterizado por atividades economicamente modernas e de capital intensivo, com alto grau de organização em sua constituição – e um circuito inferior – resultado indireto dessa modernização e que serve de abrigo para atividades mais tradicionais, que não movimentam grandes quantias de capital em sua realização e apresentam pouca ou nenhuma organização em sua configuração. No Oiapoque, ainda que os agentes identificados mantenham relações vinculadas às demandas do capital financeiro externo, utilizando, por exemplo, de serviços bancários, foi possível observar que, na garimpagem de ouro, prevalece àquelas atividades características do circuito inferior, isto é, serviços não modernos que apresentam mão de obra de baixa qualificação, com pouca ou nenhuma tecnologia envolvida.

Com base nesta discussão sobre os agentes produtores do espaço urbano relacionados à atividade garimpeira no Oiapoque, a próxima seção busca enfatizar alguns elementos associados às práticas, formas, processos e representações espaciais que, nessa realidade urbana particular da Amazônia, decorrem da garimpagem de ouro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

3.2 As práticas, formas, processos e representações espaciais relacionadas à atividade garimpeira

A partir de 1986, ano em que se intensificou a garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira, houve também um crescimento na área urbana e um consequente aumento na participação de pessoas que tinham vínculos com a atividade aurífera na fronteira franco-brasileira, mormente das que exerciam os cargos públicos da gestão municipal, como no caso dos prefeitos Maria Bezerra Pinheiro (Partido Democrático Trabalhista-PDT, de 1993 a 1995), Francisco Milton Rodrigues (PDT, de 2003 a 2004) e Manoel Alicio da Silva (PDT, de 2005 a 2008), conforme relatou Maia (2016).

Segundo Silva (2018), esses agentes da administração pública tinham relações estreitas com os trabalhadores da garimpagem de ouro por conta do fornecimento de suprimentos e compra dos minerais extraídos nas áreas de garimpo. A título de exemplo, comentou que:

Agnaldo é irmão do Jonas, dono da Casa da Mistura. Eles vendiam muito para garimpeiro. O Agnaldo era de dentro do garimpo mesmo. E aí ele saiu candidato a prefeito, da primeira vez não ganhou. E aí veio a segunda vez com uma força muito grande do próprio garimpo e do Jonas, e como eles são pessoas muito queridas na cidade conseguiram eleger o Agnaldo. Depois veio Miguel, que é garimpeiro, e tinha garimpo do Lourenço, também que se elegeu com a força do garimpo. A atual prefeita e o marido vieram do garimpo (SILVA, 2018, não paginado).

Observa-se no relato de Silva (2018) que as eleições do Sr. Raimundo Agnaldo Chagas da Rocha (PP, 2009 a 2012), do Sr. Miguel Caetano de Almeida (Partido Socialista Brasileiro-PSB, de 2013 a 2016), Maria Orlanda Marques Garcia (Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, de 2017 a 2020), tiveram influência das relações próximas dos garimpeiros. A atual prefeita do Oiapoque, em sua entrevista, não fez questão de esconder o fato de ter vindo à cidade de Oiapoque para trabalhar na garimpagem, afirmando, inclusive, que “[...] quando cheguei aqui tinha duas balsas e tenho orgulho. Fui uma garimpeira e tenho esse conhecimento do sofrimento de todas essas pessoas que vinham de longe, para garimpar, e aqui abraçaram o Oiapoque” (GARCIA, 2018, não paginado).

Chaves (2017) também tece comentários a respeito dessa relação entre os agentes do poder público e a garimpagem, afirmando que tais indivíduos envolvidos na atividade aurífera “passaram a influenciar na legislação e na administração da gestão municipal, intermediando interesses eleitorais, econômicos e legais entre os excluídos e os membros de suas elites”.

Assim, à luz dos ensinamentos de Form (1954) sobre agentes produtores do espaço urbano, percebe-se que os recursos econômicos dos agentes públicos envolvidos com a garimpagem possuem força tanto nas decisões políticas, como no uso e no mercado de terras no Oiapoque.

Dessa maneira, e conforme Maia (2016), os agentes envolvidos nas atividades executivas municipais desenvolveram as seguintes práticas administrativas: i) legalização de áreas invadidas; ii) abertura de ruas e avenidas; e iii) demarcação de lotes que eram distribuídos entre os proprietários da terra e os “invasores”. O secretário de obras do município ainda afirma que estes atos tinham dupla função, a saber: eleitoreira, haja vista que possuíam a intenção da sua permanência nos cargos; e econômica, para firmar as condições da manutenção e ampliação de seus interesses, tanto nas atividades vinculadas à garimpagem de ouro, quanto nos desdobramentos destas (MAIA, 2016). Ademais, o entrevistado também cita as práticas de Maria Bezerra Pinheiro, Francisco Milton Rodrigues (Miltão) e Manoel Alício da Silva, ao destacar que, para garantirem votos, esses indivíduos:

chegavam com os donos das terras invadidas e faziam um acordo com o dono. A prefeitura demarcava, legalizava, abria ruas e loteava. Deixava o invasor na terra para garantir os votos, e o restante dos lotes ficava para o dono da terra vender. Com o prefeito Miltão ocorreu também outro jeito: ele já tinha comprado uma grande área e loteou e doou junto com os candidatos a vereadores do seu partido (MAIA, 2016, não paginado).

Ainda sobre as formas de regularização de terras pela prefeitura, o ex-prefeito Alcides Bentes relatou que na prefeitura de Oiapoque era feito diferente de outros locais:

Era negociado com o proprietário. Ele dava 50% da área dele para o município e a gente fazia o arruamento, a gente fazia todo o trabalho de topografia em toda área, a outra parte era dele, que ele poderia vender, deixando bem claro que os lugares destinados às futuras escolas praças ele não podia vender. Isso aconteceu na minha gestão e de outros prefeitos que conheci. Para a prefeitura desapropriar uma área dessa, o custo era bem mais alto, e então era melhor a gente sentar e negociar (BENTES, 2017, não paginado).

Se analisadas na perspectiva de Roncayolo (1986), essas práticas nos permitem evidenciar que as sociedades se diferenciam de uma cidade para outra, em conformidade com as variações da composição dos grupos sociais, da sua repartição territorial e das orientações políticas. Além disso, considerando-se a cidade enquanto mediação das mediações entre a ordem próxima e a ordem distante, bem como o fato de que quando a sociedade muda, a cidade também se modifica, as transformações pelas quais a cidade passa não podem ser consideradas como um resultado passivo da globalidade social e de suas modificações (LEFÈBVRE, 2001).

Isso porque, a constituição da nova elite econômica local, sobretudo por atores sociais vinculados à garimpagem de ouro na gestão municipal, explica o porquê de os agentes atrelados à atividade aurífera ocuparem e se apropriarem de diferentes maneiras do solo da cidade de Oiapoque, definindo as áreas e as suas funções desse espaço urbano, como, por exemplo, a destinada ao centro comercial da cidade, a residencial e a de lazer. Interligavam-nas com suas relações espaciais menos visíveis e as que se manifestavam empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas, associados às operações de carga e descarga de mercadorias (CORRÊA, 1989), conforme pudemos observar por meio da fala dos entrevistados.

No Bairro Central, esses agentes intensificaram as suas atividades comerciais, prestações de serviço e lazer, para ficarem mais próximos dos fluxos que se estendiam até os garimpos. Este bairro se constitui o foco principal não apenas da cidade, mas também de sua área organizada em torno da cidade, sobretudo pela concentração de portos que serviam de terminais de transportes inter-regionais e interurbanos. Esta área, por sua vez, tornou-se o núcleo articulador das relações de entes e pessoas exteriores a ela, entre as comunas francesas e as comunidades brasileiras localizadas no rio Oiapoque e os demais municípios amapaenses, conforme lembra Maia (2016):

[...] nessa época, praticamente só existia o Bairro Central, tudo se concentrava nele, era os carros vindo e saindo para Macapá, as catraias trazendo e levando gente para os garimpos e outras comunidades do Brasil e da Guiana Francesa; as embarcações cheias de gente e cargas para os garimpos, era uma grande loucura. Tudo era muito para a cidade (MAIA, 2016, não paginado).

Destaca-se, também, que concentração de atividades comerciais e de serviços, bem como de órgãos e instituições públicas e privadas, também é um processo que faz da área central de determinado espaço urbano uma forma importante para a cidade e para a sua hinterlândia (CORRÊA, 1989). Nesse contexto, os sujeitos vinculados à garimpagem de ouro se fizeram presentes nos processos e formas espaciais na segregação e centralização espacial da cidade, sobretudo aqueles agentes que participaram do processo de ampliação, diversificação e centralização de atividades comerciais e prestações de serviços no Bairro Central, cuja consequência direta foi o deslocamento de moradores para outras áreas de terras disponíveis. Desse modo, os agentes que não conseguiram alcançar seus objetivos financeiros na garimpagem, passaram a ocupar terras de forma irregular.

Nesse sentido, como a divisão social e a divisão territorial do trabalho de uma cidade dependem, em certa medida, de decisões políticas, o presente e a evolução futura da cidade

decorrem, em proporções semelhantes, “do papel que, na economia, cabe aos atores do jogo político, segundo diferentes níveis, e da forma como nessas determinações o espaço urbano é, a cada momento, reorganizado” (SANTOS, 2009, p. 121). Na cidade do Oiapoque, a constatação de que a paisagem urbana e a sua evolução são frutos da interferência direta dos atores sociais atrelados à atividade aurífera é inegável, em especial no que se refere aos agentes que ocupavam e ainda ocupam as estruturas da gestão municipal (MAIA, 2016; CHAVES, 2017).

No setor privado, e no que diz respeito à interferência direta de agentes nas formas, espaciais que indicam tanto a dimensão material das atividades quanto as interações sociais (LEFÈBVRE, 2000), ocorreram modificações e adaptações nas edificações para atender às demandas no conjunto de transformações suscitadas pela atividade garimpeira. Esses agentes foram responsáveis pelo surgimento de ofertas de serviços e produtos, em fixos novos ou nos já existentes, bem como pela criação de novos fluxos (MAIA, 2016).

Algumas edificações passaram por poucas modificações. A edificação onde foi instalada a primeira agência bancária do Bradesco teve algumas mudanças em sua fachada externa, e nas últimas décadas foram realizadas outras atividades além da sua inicial. Em 2017, sediava a Distribuidora Camilly e mantinha, em grande parte, a estrutura arquitetônica original. Segundo Maia (2016, não paginado), “[...] nessa esquina que foi a primeira agência do Bradesco, já foram montados vários tipos de negócios, todos de uma forma ou de outra atendiam as necessidades dos garimpeiros. A sua estrutura externa pouco mudou”.

O prédio, propriedade do Sr. Alí Brahim (Arabá), ainda mantém parte da estrutura antiga, na qual são vendidos componentes eletrônicos utilizados no sistema de comunicação dos garimpos. Em 2017, já apresentava adaptações prediais e certa diversificação de serviços, como a venda de antenas parabólicas (MAIA, 2016). Também em função das demandas do garimpo, outras formas foram ampliadas, a fim de se adaptarem às novas exigências do mercado. As terras que ficavam entre as edificações foram sendo ocupadas, principalmente no bairro Central, como se pode observar nos locais onde funcionava o estabelecimento comercial do Sr. Durandir Cardoso e a Agência dos Correios (Foto 07).

Ali onde era estabelecimento comercial do Sr. Durandir Cardoso, que era conhecido como Dora, se vendia e financiava os garimpeiros. Se você observar, do lado tem o mercantil Dora, vendendo produtos idênticos de quando começou. Na esquina que era o primeiro prédio hoje é o Dora Baby e Kids; bem do lado, onde era a antiga agência dos Correios, hoje é a loja de roupas e acessórios Trilha da Moda (MAIA, 2016, não paginado).



FOTO 07 – AMPLIAÇÃO, ADAPTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ATIVIDADES COMERCIAIS: da esquerda para a direita: antiga Agência dos Correios, loja “Trilha da Moda”, Mercantil da Moda, Mercantil Dora e Dora Baby e Kids.

Fonte: David Souza Góes, setembro de 2017.

Em 2017, na maior parte da nova edificação, são comercializados produtos infantis e artigos para presentes – Dora Baby –, enquanto que na outra parte do empreendimento funciona o Mercantil Dora, ofertando mercadorias idênticas àquelas de quando foi iniciado o comércio, isto é, de venda e financiamento aos garimpeiros que chegavam e/ou estavam na cidade. Ou seja, ocorrem permanência, alteração e diversificação de atividades.

O segmento de vestuários e acessórios foi um dos negócios que mais se adaptou para atender às demandas influenciadas pelas mídias locais, que seguiam literalmente a trilha da moda. Em 2017, entre as lojas em que se podia adquirir roupas de grandes marcas na cidade de Oiapoque, há a “Trilha da Moda”, que se localiza onde funcionava a antiga Agência dos Correios, da qual quase nada restou da estrutura física antiga, mas que foi constantemente lembrada por muitos interlocutores como viabilizadora de transferências de recursos da garimpagem de ouro para outras localidades do Brasil (MAIA, 2016).

Outro fixo que passou por grandes transformações foi a Jumaq Construções (Foto 08), atividade comercial da Vereadora Maria Iolanda Souza Costa (COSTA, 2017). Depois que a extração de ouro pelas balsas foi desativada, ela e seu esposo montaram um comércio de vendas e consertos de motores marítimos em frente da cidade de Oiapoque. Em 1997, passaram uma temporada na “fofoca” de ouro no rio Cassiporé, na qual instalaram uma barraca próxima da ponte do referido rio para negociar mercadorias, combustíveis e peças para motores. Com sua volta à cidade de Oiapoque, o casal comprou um terreno e montou um comércio na Rua Joaquim Caetano da Silva, onde diversificou tanto a oferta dos itens quanto a clientela, que passou a ser rural e urbana, sem deixar de vender produtos e equipamentos que podem ser utilizados na garimpagem de ouro. Indagada sobre como eram realizadas as negociações com os garimpeiros, ela respondeu que:

[...] era muito na base da confiança! Vamos supor, chegava um garimpeiro e dizia: “eu queria comprar uma mercadoria”, né?! Tem garimpeiro, coitado, que não tinha nem documento, aí era na base da confiança. Tenho aí uns oito milhões para receber e perdi, porque foi na base da confiança, porque muitos garimpeiros morreram, né?! Foi na base da confiança, mas Deus ajudou a gente e a gente está aqui, né?! (COSTA, 2017, não paginada).

Mesmo com as perdas de capital citadas pela entrevistada, esse casal faz parte dos que, na visão de muitos interlocutores, melhor souberam investir os recursos adquiridos com a garimpagem de ouro, pois são reconhecidos como os maiores proprietários no segmento imobiliário, com fins de aluguel, da cidade de Oiapoque.



FOTO 08 – AMPLIAÇÃO, ADAPTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ATIVIDADES COMERCIAIS: Jumaq Construções, local do antigo comércio da Vereadora Maria Iolanda Souza Costa e seu esposo.

Fonte: David Souza Góes, setembro de 2017.

A tradicional loja local, Casa da Mistura, um dos primeiros empreendimentos comerciais da cidade de Oiapoque, ainda conserva grande parte da sua construção original. Em 2017, já com o nome de “Lojão da Mistura”, incorporou novos fluxos em sua área comercial, mediante a venda de materiais de construção. Segundo relatos locais, ainda continuava fornecendo e financiando mercadorias e equipamentos para as áreas de garimpo. Sobre esse estabelecimento, Silva (2018) diz que, embora seja uma casa de material de construção, ele:

[...] mas ele não vende cimento, ele não vende tijolo, coisas que você encontra em outras casas de material de construção. Lá não vende, mas lá você encontra bandeja para garimpagem, motor rabeta, você encontra aqueles produtos que é típico do garimpeiro, né?! [...] Ali você vai, tem tudo o que é garimpeiro comprando, não tem um dia que você não entre lá e não se depare com o garimpeiro. Porque o serviço de garimpagem não acabou. Ele diminuiu um pouco devido à fiscalização da polícia. Mas o serviço de garimpagem ele nunca parou, ele continua. O ouro continua circulando na cidade, não tenha dúvida disso (SILVA, 2018, não paginado).

Segundo relatos de Mendes e Santos (2017), desta casa comercial saíam em média vinte e cinco embarcações transportando 3.000 kg entre carga e pessoas para os garimpos, tanto a montante como a jusante no rio Oiapoque. Para o casal entrevistado, o proprietário do comércio, Sr. Jonas, sempre foi muito amigável e prestativo para os garimpeiros. Se o garimpeiro gozasse de sua confiança, mesmo que perdesse tudo em alguma fiscalização e retornasse sem o dinheiro para quitar seus débitos, o proprietário renovava o crédito, chegando a fornecer um valor maior do que o necessário. Relataram, inclusive, que tal situação aconteceu com vários garimpeiros que conheceu, e até com eles mesmos, “[...] aconteceu várias vezes... Perdia canoadas de mercadorias, dez mil quilos de rancho com dinheiro dele, e aí retornava ele vendia para você até muito mais do que você precisasse [...]” (MENDES; SANTOS, 2017, não paginado).

Entre os espaços públicos que tiveram suas origens vinculadas à garimpagem de ouro, o Mercado Municipal Roque Penafort, construído com o intuito de remanejar e organizar as barracas dos ambulantes da orla fluvial, manteve a antiga fachada externa, mas na área interna houve grandes mudanças na sua estrutura. Pelo acesso da Rua Santos Dumont, as áreas destinadas a vendas de produtos agrícolas continuam ofertando produtos da zona rural, mas pelo acesso da Rua Joaquim Caetano da Silva, observaram-se lojas de vários segmentos comerciais e prestadoras de serviços, confecções, sapatarias, farmácia, eletrodomésticos, agências de câmbio, compra de ouro e venda de joias, vendas de alimentação e outras atividades. Por concentrar várias atividades comerciais, o local atrai brasileiros, guianenses e

cambistas que abordam tanto quem chega como quem vai para a Guiana Francesa, entre os quais garimpeiros que chegam com euro ou aqueles que vão em busca do metal (Foto 09).

As barracas de vendas dos ambulantes na orla fluvial e na Rua Joaquim Caetano da Silva pouco mudaram, bem como os produtos e serviços nelas vendidos. Inicialmente, tinham como objetivo atender aos fluxos das atividades das balsas, “canoões” e catraias, porém, em 2017, já não ocupavam a referida rua e suas atividades estavam voltadas para as atividades das catraias de pequeno e grande porte e embarcações indígenas. Muitos dos espaços que eram ocupados por elas, foram edificados pontos de taxi e mototaxi.

Nas observações de campo, percebeu-se que pouco restou da estrutura paisagística e arquitetônica da Praça Ecildio Crescêncio, um espaço presente na maioria das vozes dos entrevistados, como Silva (2017) lembra:

[...] era a praça que a gente chamava de praça dos garimpeiros. Para lá iam muitas mulheres lindas que vinham de outros dos locais do Brasil. Lá rolava de tudo, o garimpeiro com dinheiro perdia o limite. E o garimpo aqui era muito forte de quando eu cheguei em 2001, até mais ou menos 2009, tudo era movimentado em função do garimpo (SILVA, 2017, não paginado).

A praça aparece como lembrança da influência da garimpagem de ouro na cidade de Oiapoque, sobretudo por reunir uma diversidade de ritmos musicais e de pessoas, bem como por ter sido palco das extravagâncias de turistas e garimpeiros, envolvendo bebidas, drogas e prostituição.

Segundo Silva (2018), após manifestações de várias instituições públicas e organizações da sociedade civil contra as atividades ilícitas desenvolvidas na praça, o governo local, juntamente com o poder judiciário, interditaram-na com justificativas de reformas, mas na realidade teria sido uma estratégia para inibir principalmente a prostituição de menores e o consumo de drogas. Em sua fala, Silva (2018) recorda que a praça na realidade foi desativada em 2010, mas “o local em que a gente passa e lembra de toda aquela época de prostituição no Oiapoque, hoje é uma academia, a boate da Roberta, bem do lado o ‘Karol Drinks’. Você passa ali e lembra da época da Roberta, que era a boate da Roberta, era famosa” (SILVA, 2018, não paginado).



FOTO 09 – MERCADO MUNICIPAL ROQUE PENAFORT: lojas e cambista na entrada do Mercado Municipal Roque Penafort, pelo acesso da Rua Joaquim Caetano da Silva.
Fonte: David Souza Góes, outubro de 2017.

A informação de Silva (2017) sobre a interdição da praça por motivos que envolviam a prostituição, também foi confirmada por Chaves (2017):

com as atividades dos garimpos ilegais, começam a ocorrer os problemas e conflitos envolvendo várias esferas. O aumento da prostituição nesses lugares e as pendências de natureza social, do sistema de saúde, além de criar um conflito com a Guiana Francesa em relação às questões que são basicamente de soberania e quase que recorrentes nos conflitos oriundos dessa situação de garimpeiros e brasileiros. Nós estamos há nove anos com o projeto da orla paralisada e há sete anos o projeto da praça está parado (CHAVES, 2017, não paginado).

A prostituição é uma das atividades relacionadas à garimpagem que sempre teve um destaque muito grande na cidade do Oiapoque e, na memória dos entrevistados, por estar ligada à sociedade, tanto pelo fluxo econômico que gerava, quanto pelos problemas que suscitava. Tal como se reproduziu nas falas de vários interlocutores, “não existe garimpo sem ‘currutela’, não existe ‘currutela’ sem prostituição” (FIGUEIREDO, 2017, não paginado).

Ao ser comparada por Castro e Hazeu (2012) a uma “currutela” em escala ampliada, a cidade de Oiapoque, vista como local de prazer, pode ser melhor entendida nos relatos de Figueiredo (2018), presidente do Sindicato do Agricultores do Município de Oiapoque. Em sua fala, o entrevistado menciona que:

[...] na condição de membro do Conselho de Saúde do Município, eu acompanhei os serviços de vigilância sanitária e controle de doenças infectocontagiosas na década de 1990, chegamos a identificar mais de oitenta locais utilizados na prostituição, entre residências, casas noturnas, pousadas e hotéis na cidade de Oiapoque. O movimento do garimpo era muito grande e atraía mulheres de várias partes do Brasil [...] (FIGUEIREDO, 2018, não paginado).

Locais como a Boate da Roberta, o Karol Drinks, a Boate do Junior e a Praça Ecildio Crescêncio, além de pousadas e hotéis, aparecem nas entrevistas como reminiscências da garimpagem do ouro influenciando na vida social e econômica da cidade, como se pode observar na fala de Souza (2017), quando perguntado sobre o porquê de alguns entrevistados chamarem a cidade de Oiapoque de “currutela mãe”:

[...] todo aquele movimento que a gente via nas “currutelas” do garimpo, a gente via aqui na cidade, só que bem maior. Como o movimento na cidade cresceu muito rápido, tudo era junto e misturado, no comércio e na diversão. O pessoal do comércio foi construindo e ampliando os prédios, mas na parte da diversão não. Aí tinham as casas noturnas que a gente chamava de boate. A “top” era a da Roberta, para ela vinha mulher de toda parte do Brasil. Mas não tinha motel, o pessoal usava as pousadas, os hotéis, e as casas que as meninas alugavam para morar e trabalhar. Até hoje quem já mora há muito tempo na cidade de Oiapoque quando passa na frente de muitos hotéis, pousadas, casas e da praça se lembra do tempo bom da garimpagem. Eu acho que por isso que chamavam para a cidade de “currutela mãe” (SOUZA, 2017, não paginado).

Quanto à edificação da casa mais famosa de Oiapoque no auge da garimpagem, a Boate da Roberta, Maia (2016) destaca que ela mantinha parte da estrutura predial antiga, principalmente a externa. Na atualidade, o fixo abriga uma academia para exercícios físicos, administrada por familiares da antiga proprietária (Foto 10). Segundo Souza (2017, não paginado), “[...] a gente brinca aqui, dizendo que a antiga boate da Roberta continua cuidando da saúde do corpo das pessoas”.

Segundo Maia (2016), há edificações que não mudaram e ficaram sem atividades. Entre elas, destaca o primeiro posto de combustíveis da cidade, o posto Barcellos, e muitas edificações próximas a ele. A aproximadamente duzentos metros da esquina da Avenida Veiga Cabral foi feito um serviço errado e a Rua Joaquim Caetano da Silva foi invadida pelo rio Oiapoque. Com a interrupção do tráfego, “[...] o posto que abastecia as canoas do garimpo, os bares, pousadas e as casas das meninas que ficavam para aquele lado, ficaram desvalorizadas” (MAIA, 2016, não paginado).

Além dos fixos anteriormente citados, havia os que se apresentavam como agentes responsáveis por outros ramos de negócios, quando, no entanto, o que se constatou era que ainda exerciam a venda de produtos utilizados em áreas de garimpos ilegais. Nas entrevistas realizadas com comerciantes que indicaram abertamente, ao retratar o passado, sua participação nas negociações referentes a transações comerciais com agentes envolvidos no garimpo de ouro, observou-se que eles se negaram a afirmar que os materiais vendidos atualmente em suas lojas tivessem como destinatário final os garimpeiros clandestinos, mesmo que boa parte dos utensílios à venda se encaixasse perfeitamente às necessidades garimpeiras. Estes comerciantes afirmavam, porém, que ferramentas e equipamentos (picaretas, bombas e mangueiras para jatos de água) como os sinalizados pelas setas amarelas eram, na realidade, para as atividades da agricultura, pecuária e piscicultura.



FOTO 10 – ACADEMIA BRUTAL FLEX: antiga Boate da Roberta.
Fonte: David Souza Góes, setembro de 2017.

Houve um consenso entre vários interlocutores, dentre os quais, destaca-se o relato da garçonete de bar Mariana Pinho, de que ampliações e adaptações das atividades comerciais e prestações de serviços ocorriam à medida que aumentava a circulação de dinheiro (PINHO, 2017). Incentivados pelas mídias das rádios e das antenas parabólicas¹²⁰, os moradores locais e os migrantes adotavam novos hábitos de consumo de produtos e de serviços comuns a outros centros urbanos. A necessidade de consumir era despertada pela mídia e pelo comportamento dos que passavam pela cidade de Oiapoque, sobretudo naqueles desprovidos de bens e voltavam “bamburrados” do garimpo. Influências como essas, levaram Pinho (2017) a “trabalhar” no garimpo como cozinheira, ainda menor de idade, com dezessete anos.

[...] os homens casados chegavam do garimpo, compravam as coisas para as suas casas, melhoravam as suas casas. Não importava o preço, eles, compravam, construíam. Os solteiros realizavam seus gostos e das mulheres que andavam com eles, nas lojas comprando roupas, perfumes e nos bares, restaurantes e na praça central nem se fala, lá a farra era boa. Tudo isso chamava a atenção e incentivava o pessoal a ir para o garimpo (PINHO, 2017, não paginado).

Para Capel (2013), os agentes urbanos podem ser classificados de acordo com sua atuação (públicos e privados); de acordo com sua forma de atuação (individual ou corporativa); e de acordo com sua forma de ação, isto é, os que agem indiretamente¹²¹, mas condicionam a geração da morfologia urbana, ou aqueles que fazem isso diretamente. Além destes, existem os movimentos populares, que se envolvem em reivindicações, paralisando frente a decisões já tomadas ou revertendo decisões em prol da coletividade. Por esse motivo, eles deixam de ser simples atores para se tornarem, de fato, agentes urbanos (CAPEL, 2013).

Tais agentes, por seu turno, produzem a morfologia da cidade, tornando-a um lugar de conflito e colaboração entre estes e outros atores, que também podem ser identificados e distinguidos como públicos (federal, estadual e municipal) e os cidadãos que se movem e agem na cidade (CAPEL, 2013). Após esta sistematização sobre agentes, práticas, formas e representações espaciais que atuam e, ao mesmo tempo, são condição e resultado da produção do espaço urbano no Oiapoque, o próximo tópico busca tratar da dinâmica econômica que foi configurada em torno da garimpagem de ouro nessa cidade amazônica situada na fronteira franco-brasileira.

¹²⁰ Em 2017 no Diagnóstico para o Plano Diretor da cidade de Oiapoque, foi realizada uma pesquisa em 1.323 domicílios, que representavam 30% dos domicílios de cada bairro do perímetro urbano de Oiapoque e das suas áreas distritais, as quais correspondem à Clevelândia do Norte, Vila Vitória, Vila Velha do Cassiporé. As antenas parabólicas estavam presentes em 60,10 % dos domicílios (FERREIRA, 2018).

¹²¹ São os que exigem determinados tipos de edifícios para várias utilizações: os empresários de empresas industriais que decidem a construção de uma fábrica; os proprietários de empresas que exigem edifícios de escritórios; os proprietários de terras que vendem suas terras para uso urbano ou mantêm seu uso rústico; os financeiros que concedem ou não o capital ou créditos necessários (CAPEL, 2013).

3.3 A dinâmica dos circuitos econômicos vinculados à atividade garimpeira

Um dos pontos de vista mais promissores para o estudo dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008) é, sem dúvida, aquele que diz respeito às repercussões espaciais, uma vez que, nessa discussão, os fluxos produzidos por esses circuitos agem e são determinantes na estruturação dos espaços urbanos na contemporaneidade. Nesse sentido, se no circuito superior os fluxos derivam de negócios bancários, comércios, indústrias e serviços modernos e de exportação, bem como de comércios atacadistas e de transportes, no circuito inferior eles são engendrados no âmbito de atividades de capital não intensivo, resultando de serviços não modernos, da venda de varejo e do mercado de pequena escala (SANTOS, 2008, 2014).

Destaca-se que a caracterização desses circuitos é condicionada por um conjunto de variáveis que vão desde a diferença de tecnologia empregada e as formas de organizações utilizadas nas atividades até o tipo de população e de consumo praticado no contexto de cada circuito. Assim, nas cidades dos “países subdesenvolvidos”, a qualidade e a quantidade das atividades tanto do circuito inferior como do circuito superior dependem, segundo Santos (2014), das circunstâncias históricas do crescimento urbano.

Dessa maneira, ressalta-se que em Romani (2010), assim como nas falas dos interlocutores, mesmo que em forma de lenda, numa narrativa mais afeita ao campo do mítico do que propriamente realista, a origem da cidade de Oiapoque se deu em virtude dos acampamentos de aventureiros do ouro que se instalaram em áreas de terra habitada pelos índios Waiãpi. Transformados em residência e comércio de Émile, um *antillesse*¹²², posteriormente, esse espaço se constituiu em lugar de descanso, pouso e de diversão para os que transitavam pelo rio Oiapoque em busca do ouro e outros interesses.

Assim, espaços como a casa de Émile substanciaram, em grande parte, as arguições do Barão de Rio Branco em Berna (Suíça), reivindicando o reconhecimento da predominância de brasileiros na área em litígio entre o Brasil e a França. Com suas argumentações, em 1900, o Brasil ganhou a contenda e anexou a sua soberania às terras em questão. Contudo, foram ocupações como a de Émile que garantiram a presença brasileira por muitos anos na área

¹²² Palavra utilizada na região entre o Brasil e a Guiana Francesa para designar o migrante que era oriundo das Antilhas.

anexada, visto que ela continuou praticamente abandonada pelas políticas republicanas do Brasil e habitada pelos índios e garimpeiros remanescentes do ciclo do ouro (ALICINO, 1971; ROMANI, 2013).

Além dos movimentos espontâneos de ocupação e povoamento da área anexada, abordados tanto por Romani (2010) quanto por Alicino (1971), observam-se três movimentos direcionados pelo governo brasileiro com o objetivo de reverter o abandono, povoar e proteger a região onde se encontrava a casa de Émile. O primeiro em 1907, com a transferência da Colônia Militar D. Pedro II do rio Araguari para a localidade de Ponta dos Índios no rio Oiapoque; o segundo, em 1922, com a inauguração do Núcleo Colonial Cleveland do Norte; e o terceiro, em 1925, com sua transformação para colônia penal (SILVA; CONTE, 2006).

Ficou evidente que os fracassos nos três primeiros processos de ocupação e povoamento direcionados pelo Estado Brasileiro foram provenientes da falta de conectividade terrestre entre o município de Oiapoque e o restante do estado do Amapá e da paralisação das obras da BR-156 durante o governo militar, assim como, também, do pouco controle na fronteira por parte do Estado brasileiro. De maneira geral, esses fatores contribuíram para ampliar a integração interna da cidade de Oiapoque, por meio do aumento das relações sociais e econômicas entre brasileiros e guianenses, muitas das quais eram sustentadas principalmente em atividades extrativista. Em decorrência disso, houve um aumento na instalação de fixos, como barracões que serviam de habitação e, ao mesmo tempo, de local de armazenamento de mercadorias para futura comercialização e outras atividades em ambas as margens do rio Oiapoque, viabilizando os fluxos de pessoas e objetos sem limites territoriais (ALICINO, 1971; SILVA; CONTE, 2006; ROMANI, 2010).

Foi possível identificar a atividade aurífera como uma das maiores influências sobre a expressiva expansão do fluxo de pessoas que possibilitou a circulação de objetos e informações e sedimentou uma constância no que diz respeito a movimentações financeiras no Oiapoque. Além desses aspectos, outros, de vieses antropológicos, mostraram-se como consequência direta desse caldeirão de acontecimentos, tal como se pode observar nos valores, costumes e crenças arraigados em solo oiapoquense. Toda essa efervescência tinha como termômetro os “surto”, que eram as descobertas de áreas de exploração do ouro na região (ALICINO, 1971).

No que concerne ao primeiro surto, ocorrido em 1932 com a descoberta dos veios de ouro nas cabeceiras dos rios Cassiporé e Oiapoque, muitos garimpeiros, os “crioulos” da Guiana Francesa, bem como os trabalhadores provenientes de vários estados do Brasil, chegaram à Vila do Espírito Santo, alguns dos quais se dedicaram ao comércio de artigos com vistas a suprir as demandas daqueles que se aventuravam pelos garimpos (ALICINO, 1971). Ainda de acordo com esse autor, muito embora se observe que esse surto tenha acabado em 1935, o “Relatório da Inspeção as Fronteiras: Oyapock-Guiana Francesa”, de 1957, informa a continuidade da garimpagem de ouro nos afluentes do rio Oiapoque, rio Camopi e Sikini, este último já no lado francês (MORAES, 1964).

Assim, nos estudos de Moraes (1964), Soares (1995, 2007), Góes (2014), Theije e Luning (2016), Almeida e Rauber (2017) e Boeckel e Aquino (2017), observa-se que, além da continuidade histórica da atividade garimpeira na região da fronteira franco-brasileira, houve, na década de 1980, um novo surto aurífero; este, por seu turno, em uma dimensão diferenciada dos anteriormente mencionados.

Ademais, se nas contribuições de Soares (1995), Arouck (2000) e Pinto (2008) a cidade de Oiapoque é qualificada como sendo um lugar de passagem para os que buscavam ouro e trabalho na Guiana Francesa, em Moraes (1964), Góes (2014), Theije e Luning (2016), Almeida e Rauber (2017) e Boeckel e Aquino (2017), por outro lado, ela é concebida como um ponto de apoio logístico para a garimpagem de ouro. Já em Silva, J. (2005), Nascimento e Tostes (2008), Castro e Hazeu (2012), Tostes (2016) e Botelho, L. (2017), os aspectos relativos às vivências cotidianas acabavam por lhe caracterizar como uma cidade libertina, dona de paisagem urbana caótica, marcada pelos envolvidos na garimpagem.

Como se pode observar, encontraram-se contrastes de visões sobre a cidade de Oiapoque, entre os que a pesquisam e os que nela vivem. Para os interlocutores, as expectativas do aumento da produtividade na extração do ouro na fronteira franco-brasileira, notadamente com as inserções de novas tecnologias a partir da década de 1980, conforme já destacado em outro momento, atraiu pessoas de várias partes do Brasil, tanto para trabalhar na garimpagem como nas atividades vinculadas a ela dentro e fora da cidade de Oiapoque. Com isso, a vida econômica e social na referida cidade passou por grandes transformações, positivas e negativas.

As positivas podem ser destacadas a partir do melhoramento, ampliação e diversificação das edificações, dos fluxos (pessoas, informações, financeiro), das atividades

comerciais, das prestadoras de serviços que passaram a ofertar produtos e serviços que não existiam na cidade a fim de atender às demandas de alimentação, moradia, consumo e diversão tanto dos que estavam de passagem na cidade, como da própria sociedade local, sendo que esta última passou a incorporar novos hábitos advindos dos migrantes. Nesta perspectiva, ocorreram novas divisões e distribuições espaciais do trabalho, como a inserção de objetos (tecnosfera) e valores urbanos (psicosfera) (SANTOS, 1996b), pois, os que não foram mantidos, foram substituídos ou sobrepostos pelas inovações comerciais e tecnológicas agregadas ao cotidiano da cidade.

Entre as atividades que promoveram essas mudanças positivas, os entrevistados identificaram as seguintes: a compra de ouro local e/ou de empresa fora da cidade de Oiapoque, comércio (alimentação, lazer, farmácia, máquinas, equipamentos, combustíveis), prestação de serviços (mecânicos, eletricitas, piloto fluvial, transporte manual nos portos e transbordo), construção de embarcações (metal e madeira), caça, pesca, fabricação de joias, bares, restaurantes, hospedagens, boates, transporte terrestre (taxi e mototáxi), transporte fluvial, estação de rádio de baixa frequência, financeira (agências bancárias e de câmbios) e agência de viagens. No que diz respeito às atividades negativas, os indivíduos enfatizaram a prostituição e a vendas de drogas. Já na visão do vice-prefeito, “[...] aumentou a população [...], mas o desenvolvimento econômico não aumentou. E hoje nós estamos numa dificuldade muito grande com relação a desenvolvimento econômico do município” (KARIPUNA, 2017, não paginado).

Dentre todas essas atividades, com exceção da bancária, são utilizados objetos com pouca tecnologia, fato que não exige, por sua vez, pessoas com alta qualificação para desenvolvê-las. Contudo, no contexto em que são realizadas, as pessoas necessitam desempenhar estratégias de sobrevivência, coalizando seus interesses individuais e coletivos para superar seus limites físicos, financeiros e legais, tal como já citado nos relatos do agenciador de viagens Manoel Pereira (PEREIRA, 2017), em conceder alimentação e transporte para o aventureiro do ouro na condição de pagar no retorno do garimpo, e no relato de Roberto Veiga da Silva, sobre a reciprocidade entre catraieiros e garimpeiros:

[...] um catraieiro ficou um dia inteiro transitando com um garimpeiro, levando de um lugar para o outro no rio Oiapoque, porque ele estava esperando uma hora para entrar no mato e pegar o ouro que tinha deixado escondido. E toda vez que ele ia, aparecia uma fiscalização ou então alguém passava na hora. [...], o garimpeiro após regatar o ouro, retribuiu o trabalho do catraieiro com cem gramas de ouro, dos cinco quilos que havia atravessado (SILVA, 2018, não paginado).

Essa capacidade de coligação de interesses, que fica bem expressa nas práticas espaciais, dentro e fora da cidade de Oiapoque, supera as ilegalidades; capacidade esta tornada evidente na associação, no cooperativismo e nas remunerações das atividades laborais em que predominam o sistema de comissão ou a participação dos resultados da produção, em todas as atividades, até na contratação da cozinheira, cujo contrato, na maioria das vezes, é feito de forma mascarada. A fala de Maia (2016), nesse sentido, é bastante elucidativa quanto a isso:

[...] a mulher sai daqui para cozinhar e tomar conta de uma cozinha no garimpo. Na frente de trabalho tem dez, quinze homens trabalhando, de acordo com o maquinário. Aí ela recebe um salário em ouro, vamos dizer, você vai ganhar aqui 40 gramas ou 50 gramas mensal. Mas aquilo ali só é uma máscara, porque na realidade o maior faturamento dela, é a prostituição (MAIA, 2016, não paginado).

A coalização de interesses também se verifica no sistema de créditos que são concedidos aos garimpeiros. Isso porque, nas negociações entre os comerciantes e os garimpeiros, os preços são negociados em função do risco (geralmente o preço acompanha a cotação do ouro no dia do pagamento, somada a uma previsão de perda); prática esta que, de acordo com as informações prestadas por Silva (2018), acontecia:

[...] com muitos comerciantes, principalmente o seu Jonas, da Casa da Mistura, que era um dos pioneiros. Vendia muito fiado para esses garimpeiros, e quando voltavam eles pagavam pelo preço totalmente acima da tabela, né?! Uma bota que custasse na época vinte, trinta reais, ele vendia por oitenta, noventa reais, quase três vezes o preço da bota. Era justamente por causa do risco dos garimpeiros para ir para lá e nunca mais voltar (SILVA, 2018, não paginado).

Após o relato supracitado, ressalta-se que, na atualidade, essa prática ainda acontece, haja vista que são negociações com uma margem de lucro proporcional ao risco por unidade, sem interferência de terceiros e mediante crédito pessoal. Destaca-se que, nessa relação, o sistema bancário, elemento característico de atividades do circuito superior da economia (SANTOS, 2008), mas central nessas negociações, só é utilizado para transferência de valores para os agentes compradores de ouro, e não para financiar a extração do ouro.

Quanto às divulgações desses negócios, assinala-se que elas não são constatadas na mídia local mais consolidada, mas, sim, nas estações de rádios de baixa frequência e no “sistema boca a boca”, como informa Juliana Azevedo em seu relato:

[...] em Alta Floresta acabou o garimpo, nós ourives sempre procuramos garimpo, sempre andamos atrás de garimpo. Aí falaram que aqui estava ótimo, que era muito bom, que não sei o quê, aí meu marido mandou o meu cunhado vir para cá investigar. Acabou que ele parou em Lourenço. E aí ele nem veio e acabou que nós viemos [...] (AZEVEDO, 2017, não paginado).

Salienta-se que essa dinâmica não cessou, mesmo após a interdição do uso das balsas que extraíam o minério no leito do rio, visto que, conforme Mendes e Santos (2017), neste período:

[...] saíam todo dia muitas pessoas, mercadorias, combustíveis, máquinas da dos portos na beira rio para os garimpos. Eram entre 20 a 25 embarcações, cada uma levava uns 3.000 kg. Era um movimento muito grande de homem, mulher, criança. Era gente de toda parte do Brasil, principalmente do Maranhão (MENDES, SANTOS, 2017, não paginado).

Fazendo-se uma estimativa das informações de Mendes e Santos (2017), era um movimento de aproximadamente 75.000 kg por dia nas rotas fluviais entre pessoas e cargas. Levando-se em consideração a quantidade de cargas e pessoas que passavam, ou mesmo que ficavam por um curto tempo na cidade de Oiapoque, era impossível não haver interferências nos hábitos e costumes dos oiapoqueenses (MENDES; SANTOS, 2017).

Essa movimentação da garimpagem de ouro legal e ilegal na fronteira franco-brasileira contribuiu para que as atividades vinculadas a ela fossem negociadas com ouro e/ou euro na cidade do Oiapoque. A queda do PIB e a hiperinflação brasileira na década de 1980 e metade da década de 1990, bem como as variações do ouro e do euro, faziam com que circulassem moedas mais fortes no Oiapoque, como o próprio euro, comparadas às que circulam em outras cidades fronteiriças brasileiras.

As possibilidades de ganhos em ouro e euro com atividades que exigiam pouco capital financeiro e intelectual, somadas à sua localização na fronteira franco-brasileira, explicam os fluxos de pessoas e objetos que passavam ou partiam da cidade do Oiapoque para fora do Brasil. Esses fatores, por sua vez, diferenciavam-na de outras cidades fronteiriças do País, nas quais a moeda brasileira tinha menor poder de compra, e onde havia uma menor saída de brasileiros e produtos nacionais e maior entrada de estrangeiros comprando produtos nacionais (SOUZA, 2014).

Observando-se o Quadro 03, verifica-se que a continuidade da garimpagem do ouro foi apoiada em atividades com características do circuito inferior da economia urbana. Isso porque elas são gerenciadas de maneira flexível por pessoas que sabem coligar seus interesses com outros agentes dentro e fora do Brasil. Assim, conseguem atender às demandas dos fluxos, fortalecendo cada vez mais a economia do município e a constituição de uma elite econômica local.

Quadro 03 – Características dos dois circuitos da economia urbana relacionada à atividade garimpeira na cidade de Oiapoque

	Circuito superior	Circuito inferior	Atividades vinculadas à garimpagem de ouro na cidade de Oiapoque
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo	Trabalho intensivo A garimpagem de ouro ilegal requer maior participação de mão de obra para realizar as atividades de produção, em comparação com a quantidade de capital exigida.
Organização	Burocrática	Primitiva	Primitiva Não exige uma organização burocrática; contratos verbais sem garantias de bens.
Capitais	Elevado	Reduzido	Reduzido Os créditos concedidos na base da confiança entre os agentes reduzem a necessidade de capital próprio.
Emprego	Reduzido	Volumoso	Volumoso Não existe emprego; existe um acordo pessoal entre patrão e trabalhador; ocupa muita gente com baixa qualificação.
Assalariado	Dominante	Não obrigatório	Não obrigatório Nas remunerações das atividades laborais predomina a comissão ou a participação nos resultados da produção.
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade e/ou qualidade inferior	Pequena quantidade e/ou qualidade inferior Utilização de estoque suficiente para suprir as demandas previstas.
Preços	Fixos (em geral)	Submetido à discussão entre comprador e vendedor	Submetido à discussão entre comprador e vendedor O preço é combinado entre o comprador e o vendedor.
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional	Pessoal não institucional O crédito é pessoal.
Margem de Lucro	Reduzido ou por unidade, mas importante pelo volume de negócios	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios	Os preços não são tabelados, e sim negociados em função do risco geralmente o preço acompanhava a cotação do ouro somada a uma previsão de perda.
Relação com a clientela	Impessoais e/ou com diretas personalizadas	Diretas personalizadas	Diretas personalizadas Não havia interferência de terceiros nas negociações.
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis	Desprezíveis A remuneração na base da produção reduz significativamente o custo fixo.
Publicidade	Necessária	Nula	Nula Não existe publicidade, a comunicação é realizada pelas estações de baixa frequência e no sistema boca a boca.
Reutilização dos bens	Nula	Frequente	Frequente Os bens utilizados na garimpagem de ouro e nas atividades à ela vinculada são reutilizados com frequência.
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nada	Nula Na garimpagem, por ser ilegal, não existe ajuda governamental.
Dependência direta do	Grande atividade voltada para o	Reduzida ou nula	Grande atividade voltada para o exterior Muito embora a maioria das atividades seja

	Circuito superior	Circuito inferior	Atividades vinculadas à garimpagem de ouro na cidade de Oiapoque
exterior	exterior		realizada na cidade de Oiapoque, a produção é destinada para dela.

Fonte: adaptado de Santos (2008).

Elaboração: David Souza Góes, 2019.

Para melhor compreender os posicionamentos dos interlocutores a respeito do impacto da garimpagem do ouro na vida econômica e social na cidade de Oiapoque, foram efetivadas relações entre os fluxos e os fixos envolvidos diretamente na atividade aurífera, a fim de compará-los com a população urbana do município, apresentada nos censos populacionais das décadas de 1980 e 2010 (IBGE, 2010), e com o fortalecimento da economia local em oposição à nacional, da evolução das empresas legalizadas e da expansão da área urbana com a participação desses agentes no poder legislativo e executivo do município e do Estado do Amapá.

As informações obtidas nas entrevistas sobre os fluxos financeiros, de pessoas e de cargas e sobre o fortalecimento da economia em função da garimpagem de ouro no município a partir da década de 1980, entravam em contradição com a economia do resto do Brasil, pois o PIB acumulado das décadas seguintes foi de 18,5%, enquanto a inflação apresentou o percentual de 6.726,57%, como se pode observar na Tabela 02. Por outro lado, salienta-se que a mesma economia em declínio foi apresentada pelos interlocutores como uma justificativa para a intensificação da procura do mineral aurífero e o fortalecimento da economia local.

Como muitas atividades vinculadas à garimpagem de ouro não eram legalizadas, os dados oficiais desta atividade eram praticamente inexistentes (ALMEIDA; RAUBER, 2017) e não foi possível obter informações na Associação Comercial de Oiapoque. Portanto, restou tomar como base os dados de um levantamento das empresas ativas e legalizadas no município de Oiapoque, como referencial de comparação às informações dos interlocutores.

Em julho de 2016, realizou-se um levantamento na Junta Comercial do Estado do Amapá e verificou-se que em 1980 existiam 22 empresas. Três décadas depois, havia 703 empresas (95% Microempresa – ME, 3% Empresa de Pequeno Porte – EPP, 2% Empresas Sociedade Limitada-LTDA) representando um aumento de 3.095% somente das empresas legalizadas, das quais duas eram industriais (Tabela 03).

Tabela 02 – Evolução do PIB e inflação brasileira de 1980 a 2010

ANO	INFLAÇÃO	VARIAÇÃO DO PIB	ANO	INFLAÇÃO	VARIAÇÃO DO PIB
1980	99,20%	9.2%	1996	9,56%	2.2%
1981	95,65%	-4.3%	1997	5,22%	3,4%
1982	104,80%	0.8%	1998	1,66%	0.0%
1983	163,99%	-2.9%	1999	8,94%	0.3%
1984	215,27%	5.4%	2000	5,97%	4.3%
1985	242,24%	7.8%	2001	7,67%	1.3%
1986	79,65%	7.5%	2002	12,53%	2.7%
1987	363,41%	3.5%	2003	9,30%	1.1%
1988	980,22%	-0.1%	2004	7,60%	5.7%
1989	1972,91%	3.2%	2005	5,69%	3.2%
1990	1620,96%	-4.3%	2006	3,14%	4.0%
1991	472,69%	1.0%	2007	4,45%	6,1%
1992	1119,09%	-0.5%	2008	5,90%	5,2%
1993	2477,15%	4.9%	2009	4,31%	-0,3%
1994	916,43%	5.8%	2010	5,90%	7,5%
1995	22,41%	4.2%			

Fonte: IBGE (2010).

A argumentação para a ampliação da garimpagem de ouro que se encontrou no cenário econômico brasileiro, era, por um lado, reflexo do panorama internacional, sendo a elevação do preço do ouro explicada pela desmaterialização do sistema monetário internacional em decorrência da política de elevação do preço do petróleo, conduzida pela Organização dos Países Produtores de Petróleo, a OPEP. Por outro lado, destacam-se as tensões políticas que ocorriam nos países petroleiros do Oriente Médio (Revolução Iraniana de 1978-79, a Guerra do Afeganistão, de 1978-79 e a Guerra Irã-Iraque, de 1980-88) (WANDERLEY, 2015).

Assim, a intensificação da exploração de ouro e das atividades a ela atreladas na cidade de Oiapoque ocorre pelo desequilíbrio dos indicadores econômicos negativos, bem como pelas instabilidades políticas que levaram à desvalorização da moeda do Brasil e à insegurança de investimentos do setor privado. Nesse contexto, Wanderley (2015) assinala que os países, investidores, empresários e pessoas físicas enxergaram, além das diversificadas utilidades e qualidades do ouro na indústria, tais como joalheira e altas tecnologias médico-odontológicas, as possibilidades de garantia de ativos financeiros.

As contradições do município do Oiapoque, encontradas na evolução da sua economia, também aparecem quando se comparam os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no período de 1950 e 2010. Na década de 1950, cinco anos após a criação do município, este apresentava uma população de 2.984 habitantes, na década de 1980 chegava aos 5.028, e na primeira década do século XXI já atingia 25.509 habitantes. Esses

dados significam que no período de 1950 a 1980, trinta anos, ocorreu um crescimento acumulado de 2.044 pessoas (68,49%), enquanto entre 1980 e 2010, mesmo período de três décadas, o crescimento foi de 15.845 pessoas (307,89%) (IBGE, 2010).

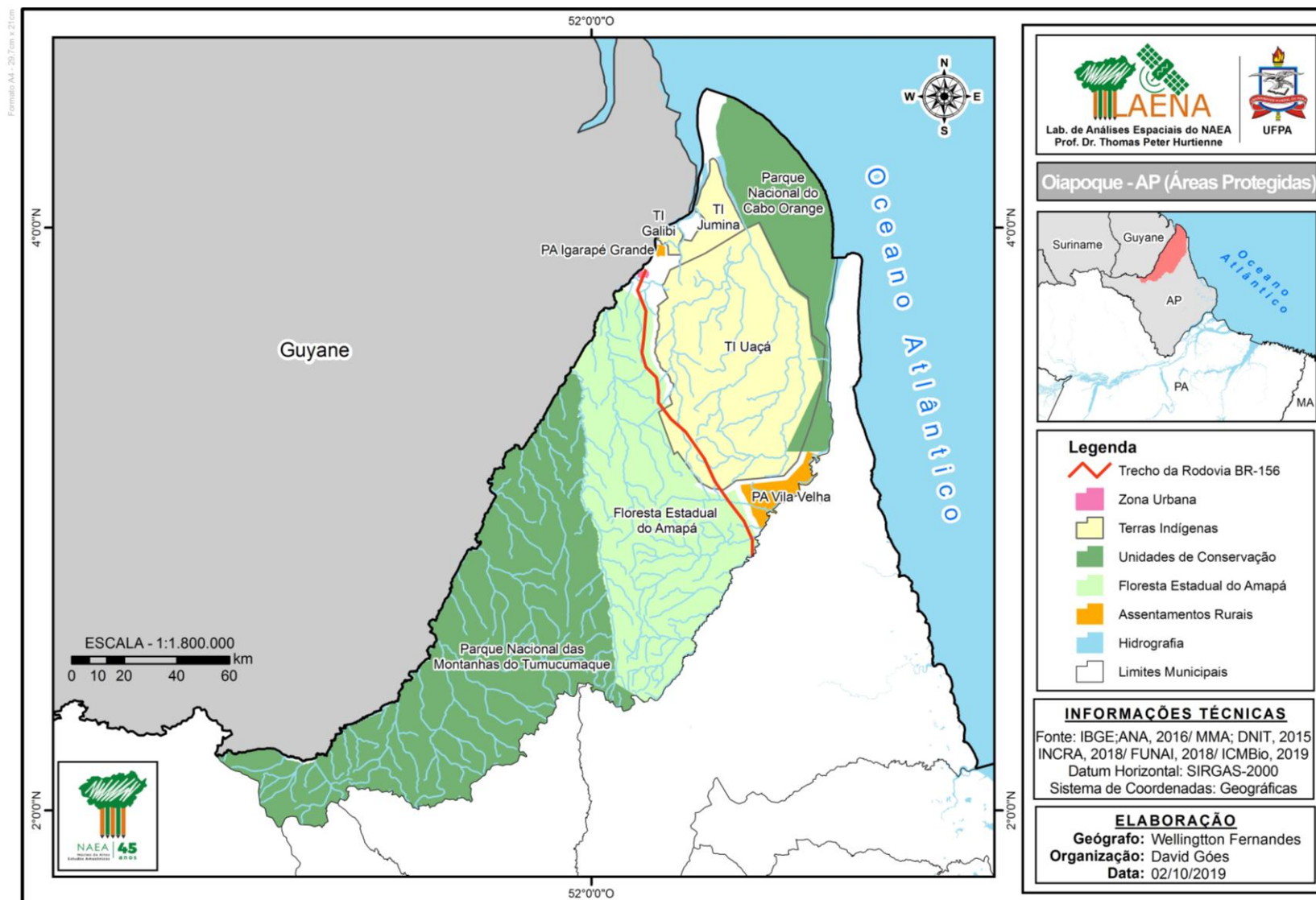
Tabela 03 – Evolução dos registros de empresas no município de Oiapoque

ANO	QUANTIDADE DE EMPRESAS
1970-1980	22
1981-1984	23
1985-1988	52
1989-1992	24
1993-1996	32
1997-2000	31
2001-2004	157
2005-2008	238
2009-2012	703
2011-2016	498
Total	1780

Fonte: elaborada pelo autor com dados da Junta Comercial do Estado Amapá.

A evolução demográfica e econômica do município reforçava os posicionamentos dos interlocutores sobre a importância da garimpagem para a cidade após se constatar que o município apresentou uma população rural em 1970 de 2.396 habitantes, e em 2010 de 6.657 habitantes (5.557 indígenas). Houve, deste modo, um crescimento da população urbana de 307,89% sem êxodo rural e um aumento de 3.095% no número de empresas legalizadas; dados discrepantes em um município que era limitado para expansão da economia rural pelas áreas de conservação e proteção ambiental (Mapa 05), visto que, a maior parte das terras do município de Oiapoque (22.625,00 km²) está sob jurisdição federal e separada entre áreas de proteção ambiental, como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) e as terras indígenas Galibi, Juminá (Galibis e Karipunas) e Uaçá (Karipunas), restando para o domínio administrativo do município apenas 6.437,00 km² (SUPERTI; SILVA, 2015), e que se encontrava em uma “[...] região negligenciada pelo poder público local, estadual e nacional [...]” (ALMEIDA; RAUBER, 2017, p. 49).

Mapa 05 – Áreas indígenas, de conservação e de proteção ambiental no município de Oiapoque

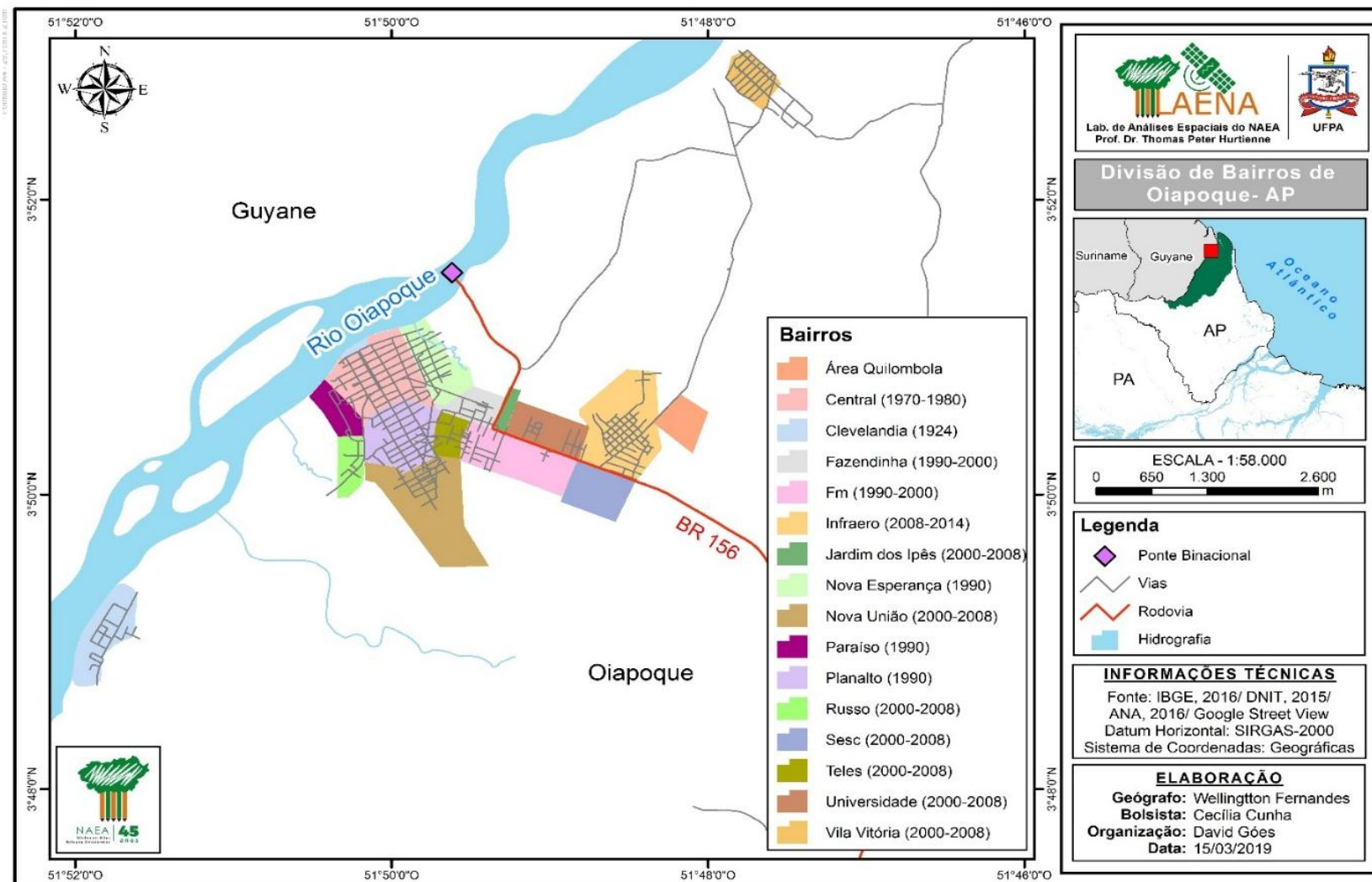


A negação do uso do termo “lugar de passagem” para a cidade de Oiapoque, observada na evolução demográfica e econômica do município, encontrou-se também na sua expansão urbana e no sentimento de pertencimento dos agentes de atividades vinculados à garimpagem de ouro, contrariando o senso comum de que eles chegariam para ganhar dinheiro e retornariam o mais rapidamente possível aos seus lugares de origem. Diante de todos esses dados, procurou-se fazer uma relação entre: i) as informações da evolução da área urbana da cidade adquiridas junto aos elaboradores do Diagnóstico do Plano Diretor da Cidade de Oiapoque, tal como em Ferreira (2018); ii) a evolução demográfica entre 1980 e 2010; e iii) a participação de agentes de atividades vinculados à garimpagem de ouro na gestão municipal. Tais informações configuram o Mapa 06, no qual se observa que no início da década de 1980 só existia o Bairro Central, enquanto em 2010 já eram doze bairros, como Central, Nova Esperança, Paraíso, Russo, Planalto, Telles, Nova União, FM, Fazendinha, Universidade e uma área quilombola.

Assim, observou-se nesse capítulo que a produção do espaço da cidade de Oiapoque, entendida num sentido amplo, é resultado das ações dos agentes envolvidos direta e indiretamente em atividades vinculadas à garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira. Suas práticas espaciais visíveis e menos visíveis, além de alterarem a vida social e econômica da cidade de Oiapoque, foram responsáveis, com suas vivências, seus poderes aquisitivos, seus costumes e por inserir objetos e valores urbanos na sociedade oiapoquense, que, se antes eram estranhos, hoje fazem parte do cotidiano e integram o campo simbólico de espaços de representações dos que vivem e viveram as transformações socioespaciais no município, em decorrência ou mesmo por influência das atividades auríferas.

As ruas, praças, hotéis, pousadas, portos, em especial o comércio no Bairro Central, além de conterem espaços de representações produzidos por esses agentes, também estão presentes nas memórias de muitos como reflexo da evolução da economia do município, que foi na contramão do crescimento nacional e mundial nas décadas de 1980, 1990, 2000, 2010; uma espécie de salvação para muitos que chegaram com pouco ou nenhum recursos financeiros no município de Oiapoque. Esses agentes, com pouco capital intelectual, além de conseguirem realizar tal evolução, com atividades características do circuito inferior da economia urbana, ultrapassando os limites territoriais e legais, também se diferenciaram por não se limitarem ao setor privado. Assim, ao interferirem e gerenciarem o setor público em prol de seus interesses e de seus pares, também participaram nos processos de centralização, segregação, ocupação e apropriação das terras da cidade do Oiapoque.

Mapa 06 – Evolução urbana da cidade de Oiapoque



A presença de pessoas que vieram ao município do Oiapoque em função da atividade garimpeira e estão na gestão municipal, no poder legislativo, na associação comercial e na prestação de serviços, assim como o reconhecimento dos interlocutores da participação de aproximadamente 35% dos recursos provenientes da garimpagem de ouro legal e ilegal em solo guianense, ainda hoje, na economia do município, são aspectos sintomáticos de que as pessoas, mercadorias, combustíveis, máquinas, equipamentos, informações visíveis e menos visíveis ratificam a presença das atividades e fluxos identificados na pesquisa. Ou seja, mesmo depois da intensificação do combate à garimpagem, a partir do encontro entre os presidentes do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, e da França, Nicolai Sarkozy, ocorrido na Guiana Francesa, em fevereiro de 2008, a cidade de Oiapoque, com destaque ao Bairro Central, continua sendo um núcleo articulador de exploração aurífera na fronteira franco-brasileira.

Ademais, destaca-se que na cidade ocorre a oferta de produtos e serviços nacionais e internacionais, movimento de recursos financeiros em euro e ouro, intenso fluxo de informações por meio da estação de rádio de baixa frequência, exportação e importação no âmbito de atividades com características do circuito inferior da economia urbana, e interferências desses agentes nas eleições no poder legislativo e executivo municipal.

Todos esses aspectos apontam que a configuração urbana, a dinâmica social e econômica da cidade fronteira do Oiapoque absorveu e aglutinou as demandas da atividade de exploração do ouro por meio do garimpo e se transformou com base nos fluxos que a garimpagem trouxe e estimulou. A possibilidade da existência do município, nos moldes em que atualmente ele se formata, não foi possível sem a influência direta do exercício legal ou ilegal da exploração aurífera. Dessa afirmação, depreende-se de que toda a malha urbana, toda a estrutura humana, com suas manifestações econômicas e sociais do Oiapoque, deu-se fortemente por meio do garimpo, assim como todos os seus desdobramentos socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se dedicou a entender o papel que a economia do garimpo desempenhou e ainda desempenha na produção do espaço de uma cidade localizada no extremo norte do território brasileiro, no estado do Amapá, na fronteira do Brasil com a França. Trata-se da cidade fronteira de Oiapoque, uma típica cidade amazônica cuja vida social comporta as mais variadas carências em termos de políticas públicas de educação, infraestrutura, saúde, trabalho e renda.

Com base nesse contexto, a pesquisa foi estruturada para responder se os agentes direta ou indiretamente envolvidos com a extração de ouro na fronteira franco-brasileira foram centrais na produção do espaço urbano dessa cidade entre as décadas de 1980 e 2010, haja vista que, conforme pudemos observar, a cidade apresenta dinâmicas muito fortes em torno dessa atividade extrativa.

No primeiro capítulo, intitulado “A urbanização e os agentes produtores do espaço urbano”, as abordagens sobre o processo de urbanização brasileira e, em particular, na Amazônia, com seus respectivos agentes a partir do período colonial, serviram de parâmetro no entendimento dos referidos processos encontrados nos estudos empíricos sobre a fronteira franco-brasileira e nas informações levantadas junto aos entrevistados. Isso porque a cidade em estudo se encontra numa área de terra que ficou fora da jurisdição de Portugal/Brasil até 1900, e grande parte dos seus registros históricos foram apagados, em 1927, pelo General Cândido Rondon (ALICINO, 1971; ROMANI, 2010).

Os estudos empíricos de Alicino (1971) revelam que a Igreja Católica se fez presente no processo de ocupação e povoamento da cidade de Oiapoque, tanto na catequese como nas construções de edificações de tamanhos significativos, mas não desempenhou o papel de regularizadora juntamente com o Estado, como fez em outros locais do Brasil (MARX, 1991).

A atitude do General Cândido Rondon em mudar o nome do povoado de Martinica para Vila do Espírito Santo, na tentativa de apagar a aparência francesa; os fracassos nos três processos de ocupação e o povoamento direcionado pelo Estado brasileiro (em 1907, com a transferência da Colônia Militar D. Pedro II, em 1922, com a inauguração do Núcleo Colonial Cleveland do Norte); e a interrupção durante o governo militar das obras na BR-156 que foi projetada com o objetivo de favorecer a ocupação, povoamento e integrar o território amapaense principalmente com áreas de fronteira ao Norte, e confrontar culturalmente com as

Guianas Francesa e Holandesa (SILVA; CONTE, 2006), indicam que as atuações do governo português e brasileiro no processo de ocupação/povoamento/urbanização do Oiapoque foi muito diferente dos que ocorreram em outras áreas do Brasil, conforme se observa em Reis Filho (1968), Becker, (1982), Machado (1999) e (Théry, 2005).

Vale ressaltar que, no período colonial, e a partir dos estudos de Reis Filho (1968), foram encontradas referências ao papel desempenhado pela atividade mineradora e de seus agentes na urbanização brasileira. Para o autor, esta atividade atraiu e deslocou um contingente populacional significativo para as áreas de exploração, provocando o crescimento dos povoados, muitos dos quais foram elevados a categorias de vilas.

Muito embora os estudos de Becker (1997, 1990, 2004), Gonçalves (2001), Castro (2008), Trindade Júnior (2010b) e Pereira (2012) não façam referência direta à cidade de Oiapoque e aos agentes produtores desse espaço urbano em seus estudos sobre o processo de urbanização na Amazônia brasileira, suas perspectivas nos mostraram possibilidades quanto às respostas à questão-problema da presente pesquisa.

Nesses estudos, portanto, pudemos encontrar outras formas de se pensar a urbanização e seus respectivos agentes na Amazônia, que, por meio de suas práticas espaciais e em conformidade com seus objetivos e estratégias de ocupação do solo, davam feições diferenciadas às pequenas cidades e vidas urbanas dessa região. Ou seja, possibilitaram que se enxergasse o processo de urbanização para além das dicotomias rural-urbano e nacional-local e nos ofereceram uma oportunidade de leitura sobre outros agentes produtores do espaço, até então, não considerados nos estudos e pesquisas de outros autores (FORM, 1954; CAPEL, 1974; HARVEY, 1980; RONCAYOLO, 1986; CORRÊA, 1989, 2011; CLICHECKSKY, 2000; LEFÈBVRE, 2000; SANTOS, 2008).

O segundo capítulo “Oiapoque: particularidades da fronteira Brasil-Guiana Francesa”, teve como objetivo relacionar a garimpagem de ouro com os processos de ocupação e urbanização do Oiapoque e sua influência na caracterização e dinâmica intraurbana desse espaço. Nos estudos empíricos de Romani (2010, 2011) e Alicino (1971), ficou clara uma relação estreita da garimpagem de ouro na ocupação/povoamento da cidade de Oiapoque desde a passagem do século XIX para o XX, com a chegada, pelo rio Oiapoque, de barcos à vela conduzindo pessoas procedentes das Antilhas, os “*antillesses*”, em busca de ouro, nas terras dos antepassados dos povos Waiãpi que ocupavam a extensão territorial do rio Oiapoque.

Observou-se a continuidade da atividade garimpeira influenciando nas características e dinâmicas intraurbana da cidade em Arouck (2000), Soares (1995) e Pinto (2008), quando estes autores classificam a cidade de Oiapoque como um lugar de passagem para os que buscavam ouro e trabalho na Guiana Francesa, enquanto Boeckel e Aquino, (2017), Moraes (1964), Góes (2014), Theije e Luning (2016) e Almeida e Rauber (2017) definem-na como um ponto de apoio logístico para a garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira. Nascimento e Tostes (2008), Tostes (2016), Silva, J. (2005), Botelho, L. (2017) e Castro e Hazeu (2012), por sua vez, ressaltam aspectos relativos às vivências cotidianas dos envolvidos na garimpagem de ouro, dando características de uma cidade libertina e uma paisagem urbana caótica marcada pelos interesses desses agentes.

No terceiro capítulo, intitulado como “A produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque”, procurou-se identificar e relacionar os agentes produtores do espaço urbano da cidade de Oiapoque diretamente relacionados à atividade garimpeira entre Brasil e Guiana Francesa. Em seguida, buscou-se relacionar os agentes produtores do espaço urbano e seu vínculo com a atividade garimpeira às práticas, formas, processos e representações espaciais presentes na cidade fronteiriça do Oiapoque; finalidade essa que foi alcançada por meio de entrevistas com moradores e agentes das atividades vinculadas à garimpagem de ouro na cidade de Oiapoque.

A partir dos critérios estabelecidos para identificação de garimpeiros com base em Mathis (1995), Rodrigues (2008) e Theije e Luning (2016), foram compreendidos como agentes das atividades relacionadas à garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira aqueles indivíduos que tinham a cidade de Oiapoque como moradia ou como ponto de apoio para compra de suprimento, hospedagem, lazer, operações bancárias, serviços públicos, familiares e outros. Nesse sentido, destacam-se os compradores de ouro local e de empresas localizadas fora da cidade de Oiapoque, os donos dos meios de produção (o patrão), os comerciantes financiadores (comércio de alimentação, lazer, farmácia, máquinas, equipamentos, combustíveis), os mecânicos, eletricitas, pilotos fluviais, trabalhadores dos portos e transbordos, os construtores de catraias e de embarcações de madeira, bem como os caçadores, os pescadores e os ourives.

Constatou-se, outrossim, a importância dos proprietários de estabelecimentos voltados à prestação de serviços (bares, restaurantes, boates, hotéis e pousadas e operadores de rádio de baixa frequência), à movimentação de fluxos financeiros (agências bancárias e de câmbios),

da mesma maneira que agentes ligados ao transporte terrestre (taxistas, mototaxistas e pirateiros) e ao transporte fluvial (catraieiros e agenciadores de viagem).

Em Form (1954), Lefebvre (2000), Capel (1974), Harvey (1980), Roncayolo (1986), Corrêa (1989; 2011), Clichevsky (2000) e Santos (2008) apareceram, de forma recorrente, os seguintes agentes produtores do espaço urbano: os corretores de imóveis, os proprietários rentistas, as incorporadoras, os promotores imobiliários, as financeiras, os proprietários dos meios de produção, os proprietários dos solos, os proprietários fundiários, o Estado intermediando os conflitos, os grupos sociais excluídos, as frações do capital e os circuitos superior e inferior da economia urbana.

Na produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque, encontraram-se os proprietários dos meios de produção organizando a garimpagem por meio do fornecimento de ferramentas, maquinário, mantimentos e combustíveis nos garimpos clandestinos, e até mesmo com equipamentos complexos como dragas escariantes, como no caso da garimpagem legal realizada por brasileiros e guianenses na Guiana Francesa. Da mesma forma, foi possível identificar proprietários dos solos, que eram antigos moradores do Bairro Central ou de áreas rurais próximas, assim como os grupos excluídos formados por pessoas que vieram em busca de emprego ou trabalhar na garimpagem de ouro e passaram a ocupar terras. Outros elementos identificados foram as frações do capital, através do capital financeiro na figura do comprador de ouro local e de empresas de outros estados; do capital comercial na figura do comerciante e prestadores de serviços; assim como se compreendeu o papel do Estado como regulador de conflitos oriundos das atividades garimpeiras por meio de agentes atrelados a elas e que passaram a fazer parte da gestão municipal.

Quanto às estratégias utilizadas pelos agentes no uso e na apropriação do solo, Form (1954) informa que o primeiro passo é entender que esses agentes competem pelo uso da terra de forma impessoal. Nesse sentido, o autor informa que as forças sociais que atuam no mercado de terras devem ser identificadas, visto que este mercado é altamente aparelhado e dominado por uma série de organizações que interagem, de forma competitiva ou não, em tempos variados e em conformidade com seus interesses.

Na cidade de Oiapoque, as primeiras ações de negócios por meio de imobiliárias começaram em 2016. Até 2010, as forças sociais que atuavam no mercado de terras na cidade de Oiapoque eram compostas pelos agentes vinculados à garimpagem de ouro, tanto na condição de agentes públicos (executivo e legislativo), quanto na condição de comerciantes

ou prestadores de serviços, ou mesmo na condição de sem terras (excluídos). Todos esses agentes buscam coalizar seus interesses individuais e coletivos com os moradores antigos e proprietários de áreas rurais próximas no uso e apropriação das terras da cidade.

À medida que a garimpagem de ouro se intensificava, outras atividades sociais e econômicas passaram a ser desenvolvidas no município fronteiro de forma inter-relacionadas pelos agentes identificados. Eles acionavam fluxos financeiros, de objetos, pessoas e informações que começavam em outras cidades dentro e fora do Brasil, ou na cidade de Oiapoque, e se estendiam para fora do País, na Guiana Francesa e Suriname. Para interligar os velhos e novos fluxos, os fixos existentes no município foram metamorfoseados, o que gerou uma nova configuração social e espacial do trabalho, sem um critério econômico e social bem definido, transformando a cidade numa espécie de versão maior e matriz do que se convencionou nomear de “currutela”.

Dessa forma, esses agentes se fizeram presentes nos processos de centralização, segregação espacial da cidade de Oiapoque. Na condição de comerciantes e prestadores de serviços concentraram, ampliando e diversificando suas atividades no Bairro Central, e com isso provocando o deslocamento de antigos moradores para outras áreas. Ou fazendo parte dos que não conseguiram alcançar seus objetivos financeiros na garimpagem, passaram ocupar terras de forma irregular, aspecto que também mostrou preponderante na forma como o espaço urbano do município se configurou.

A presença desses agentes nos setores público e privado com suas atividades era tão forte, que justificava a denominação de “currutela-mãe” para a cidade de Oiapoque, em especial o Bairro Central (ruas, muro de arrimo, rampas, pousadas, hotéis, boates, praça, edificações comerciais), a zona urbana que mais apresentou locais que lembravam a garimpagem de ouro, dada pelos interlocutores, e de “currutela” de garimpo por Castro e Hazeu (2012) em uma escala ampliada por atrair garimpeiros, militares (brasileiros e franceses) e guianenses para o lazer e usufruto da prostituição.

Essas lembranças e denominações, se analisada nas premissas do espaço vivido de Lefèbvre (2000), configuram-se para os agentes em estudo com significações, sentimentos de satisfação, comando e dominação que provocava ansiedade aos que vinham para o garimpo, atração pela experiência do desconhecido e frustração por não conseguir conquistar ou pela perda do que foi conquistado.

Em um segundo momento, as informações dos moradores e agentes contribuíram para o alcance do terceiro objetivo desta pesquisa, que era analisar a importância e o papel dos agentes produtores do espaço vinculados ao garimpo em face da dinâmica dos circuitos econômicos presentes no município de Oiapoque e das estratégias de planejamento e de tomada de decisão que demarcam a particularidade de uma cidade fronteiriça.

Esse contexto fortalecia cada vez mais a economia do município do Oiapoque e a presença de agentes de atividades conectadas à garimpagem de ouro na gestão municipal. Na condição de gestores municipais, estes passaram a intermediar interesses eleitorais, econômicos e legais entre os excluídos, membros de suas elites e proprietários de terras. Na ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, organizados e estruturados, e nas relações desses grupos entre eles), e na ordem distante (a ordem da sociedade, dirigida por grandes e poderosas organizações como o Estado, empresas compradoras de ouro por meio de códigos jurídicos formais ou não, de uma cultura e de conjuntos de significantes) (LEFÈBVRE, 2001) estavam presentes os agentes vinculados à garimpagem de ouro.

As ações dos agentes na condição de gestores e legisladores, não eram planejadas e se davam de forma reativa, sempre a favor de seus pares, como ficou bem claro nas remoções dos vendedores ambulantes, nas suas intermediações entre proprietários de terra e os que ocupavam propriedades de forma irregular, na falta de controle das edificações, nas ocupações dos espaços públicos e nas soluções para desocupações dos mesmos. Outras evidências da forte presença desses agentes na ocupação/apropriação/fragmentação da área urbana na cidade de Oiapoque junto aos excluídos, foi a definição de uma área quilombola para pessoas que vieram do estado do Maranhão para a garimpagem e que haviam ocupado uma determinada área, assim como a ausência de um bairro com presença significativa de indígena, mesmo sendo a maior a população rural do município.

Identificou-se que o sentimento de abandono da cidade de Oiapoque por parte do governo brasileiro, presenciado de forma recorrente nas falas dos interlocutores abordados, era de pessoas que vieram de outros estados da Amazônia brasileira, nos quais havia ocorrido intervenção do governo militar com implantações de rodovias e de infraestrutura no período entre 1966 a 1985, o que contribuiu e influenciou na ampliação do espaço, na circulação de informação, de mercadorias, de trabalho, estimulando o crescimento do sistema urbano e,

como consequência, um processo de urbanização com intervenção do Estado brasileiro (BECKER, 1982; MACHADO, 1999; THÉRY, 2005).

Tendo em vista que o sistema urbano é resultado de duas ordens, a organização intencional, impulsionada pela ação governamental, das empresas e das instituições, e a espontânea, resultante de comportamentos humanos adaptativos, inovadores ou conservadores do sistema, e que se expressa pelo mercado (de terras, de trabalho, de bens, de serviços e outros (MACHADO, 1999), na cidade de Oiapoque constatou-se que na ausência da ordem intencional prevaleceu à ordem espontânea capitaneada pelos agentes atrelados à garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira, no período compreendido entre a década de 1980 a 2010.

Se considerarmos “[...] a cidade como uma obra de certos agentes históricos sociais” (LEFÈBVRE, 2001, p. 54) e que a vida urbana, a sociedade urbana e o urbano, não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia material, pode-se afirmar que os agentes das atividades vinculadas à garimpagem de ouro identificados nesse estudo, com suas atividades socioeconômicas muitas vezes sobrepostas entre si, foram centrais na inserção de valores, costumes e objetos urbanos, bem como na fragmentação e articulação do espaço na cidade de Oiapoque. Suas práticas materializaram formas espaciais, e produziram espaços de representações entre a década de 1980 e 2010.

A concentração desses agentes de diferentes lugares nas últimas décadas faz com que no interior da sociedade do Oiapoque sejam observadas agitações e efervescências relacionadas à coexistência de modos, mundos, relações e concepções que não são contemporâneas. É dessa tensão que nasce a possibilidades das práxis revolucionária; práxis que, segundo Martins, J. (1996, p. 22), encontra fundamento “no resgate e na unificação política dos resíduos – concepções e relações residuais que não foram capturadas pelo poder, que permaneceram nos subterrâneos da vida social, virtualidades bloqueadas” (MARTINS, J., 1996, p. 22), sobre as quais se pode encontrar explicações acerca do porquê de muitos terem vindo para o Oiapoque, para realizar seus sonhos, e acabaram por fixar morada.

E o que se pode e observar nas informações de Cardoso (2018) ao falar que a esperança de muitos que ficaram na cidade do Oiapoque se dava pela perspectiva de continuidade da exploração de ouro em solo brasileiro. Tal perspectiva foi reanimada com a expedição da primeira Permissão de Lavra de Garimpagem do estado do Amapá, expedida em 2017, a favor da Cooperativa Verde Minas; cooperativa esta que se estabeleceu na cidade para

explorar uma mina localizada depois da base militar de Clevelândia do Norte e antes do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Mesmo que sejam reconhecidas as limitações de acesso a informações, por se tratar de uma atividade que já foi incentivada no Brasil, e hoje é vista de forma pejorativa, acredita-se que os resultados e a metodologia utilizada na pesquisa podem colaborar na identificação de novos agentes e processos de urbanização na Amazônia, isto é, para além dos já convencionados, de modo a contribuir para a elaboração de políticas públicas condizentes com realidades que não são as ideais, mas estão postas e estabelecidas no veio da realidade mais imediata, como se constatou ao longo deste estudo. Faz-se necessário, portanto, compreender as particularidades sociais e políticas de um local onde a maior ação concreta do Estado brasileiro se deu na forma de uma Ponte Binacional, concluída em 2011 e inaugurada de forma precária no ano de 2017; fixo espacial que se mantém incipiente para dar conta da complexidade de uma cidade tão importante como o Oiapoque.

Estudar a produção desse espaço fronteiriço permite vislumbrar seus elementos mais íntimos e apreender os seus agentes transformadores como sujeitos de construção de um espaço urbano que demanda constante aprimoramento. Assim, entende-se que é deslindando o passado e o presente de uma realidade que se pode delimitar revoluções a respeito do seu futuro.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **Encontros etnográficos**: interação, contexto, comparação. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
- ALICINO, Rogério. **Clevelândia do Norte**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1971. (Coleção Taunay).
- ALMEIDA, Carina Santos; RAUBER, Alexandre Luiz. Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 474-493, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/8532/pdf>. Acesso em: 16 fev. 2017
- AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais**: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental - Marabá (PA) e Macapá (AP). 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- AROUCK, Ronaldo de Camargo. Brasileiros na Guiana Francesa: novas migrações internacionais ou exportação. **Lusotopie**, Paris, v. 7, p. 67-78, 2000. Disponível em: <http://lusotopie.sciencespobordeaux.fr/arouck.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016
- BAHIANA, Luis Cavalcante da Cunha. Agentes modeladores e uso do solo urbano. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 19, p. 53-62, 1978.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. **Fronteiras**, Brasília, v. 12, p. 60-89, 1988.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2001.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osório (org.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB, 1990.
- BIROL, Alline Pedra Jorge. Mobilidade humana e migração: notas conceituais, marco legal e estimativas. In: BIROL, Alline Pedra Jorge (org.). **Municípios de fronteira**: mobilidade transfronteiriça, migração, vulnerabilidades e inserção laboral. Viena: International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), 2016. p. 21-59.
- BOECKEL, Debora Taumaturgo; AQUINO, Jania Perla Diogenes de. Ilegalismos na fronteira franco-brasileira: garimpos clandestinos na Guiana Francesa e suas conexões com a economia legal do município de Oiapoque. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p.

1340. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/26364>. Acesso em: 24. jan. 2018.

BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1975.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007.

BOTELHO, Lina Pereira. **Planejamento urbano da cidade de Oiapoque a partir da tríplice aliança rio, rodovia e fronteira**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

BRASIL. **Econodata**. Brasília: Econodata, 2018. Disponível em: <http://www.econodata.com.br/consulta-cnae/i-alojamento-e-alimentacao/amapa/amapa>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Proposta de desenvolvimento da faixa de fronteira**. Brasília: MIN, 2009. Disponível em: www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364. Acesso em: 11 ago. 2016.

BROWDER, John; GODFREY, Brian. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: EDUA, 2006.

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografía**, Barcelona, v. 8, n. 1-2, p. 19-58, 1974.

CAPEL, Horacio **La morfología de las ciudades**. III. Agentes urbanos y mercado inmobiliario. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações**: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnicidade e Nacionalidade no Mercosul. **Política Comparada**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 45-62, mai./ago. 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo José Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; HAZEU, Marcel. Cidades, fronteiras transnacionais e migração na Pan-Amazônia. **Somanlu**, Manaus, v. 12, p. 17-43, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/440>. Acesso em: jan. 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 244-270.

CLICHEVSKY, Nora. **El mercado de tierras en el área de expansión de Buenos Aires y su incidencia sobre los sectores populares (1943-1973)**. Buenos Aires: CEUR/ITDT, 1975.

CLICHEVSKY, Nora. **Informalidad y segregación urbana en América Latina: una aproximación**. Buenos Aires: Cepal, 2000. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5712/S00100859_es.pdf;jsessionid=F9C89CA9D18EAC81268BFC481B3DA56A?sequence=1. Acesso em: 03 jan. 2017.

COELHO, Maria Célia Nunes; WANDERLEY, Luiz Jardim; COSTA, Reinaldo. Garimpeiros de ouro e cooperativismo no século XXI. Exemplos nos rios Tapajós, Juma e Madeira no Sudoeste da Amazônia brasileira. **Confins**, Paris, n. 33, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12445?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2018.

COELHO, Mauro César; QUEIROZ, Jonas Marçal. **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)**. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

CORBIN, Hisakhana Pahoona. **Migração de brasileiros para a Guiana como estratégia de sobrevivência**. Belém: NAEA, 2012.

CORRÊA. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.

CORRÊA. Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço urbano: um texto para a discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

COSTA, Jodival Maurício da; CUNHA, Lúcio. Serviços ecossistêmicos e políticas de alterações climáticas na Amazônia. In: COSTA, Jodival Maurício da (org.). **Amazônia: olhares sobre o território e a região**. Rio de Janeiro: Autografia; Macapá: UNIFAP, 2017. p. 21-42.

COSTA, Kátia Cristina Ribeiro. **O centro de Recife e suas formas comerciais: transformações e persistências**. 2003. 196 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104445>. Acesso em: 21 jan. 2016.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.

FERNANDES, Florestan. Obstáculos extra-econômicos à industrialização no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979. p. 35-52.

FERREIRA, Simone Dias. **A lógica da ação coletiva: análise do processo de construção do Plano Diretor de Oiapoque**. 2018. 117f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

FORM, William Humbert. The place of social structure in the determination of land use: some implications for a theory of urban ecology. **Social Forces**, New York, v. 23, p. 317-323, 1954. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/josf32&div=61&id=&page=>. Acesso em: 15 set. 2016.

FURINI, Luciano Antonio. Os agentes urbanos: conceito e características principais. **Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 8, n. 1, p. 15-24, 2014.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço de representação e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 3, p. 91-120, 1999. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/18226/11824>. Acesso em: 12 dez. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GÓES, David Souza. **Garimpagem de ouro na fronteira Amapá Guiana Francesa**: subsídios para políticas públicas. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Sueli Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

GRAFMEYER, Yves. **Sociologia urbana**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1995.

GRANGER, Stéfane. Guiana Francesa entre França e Brasil: da colonização à continentalização. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; DOFF SOTTA, Eleneide (org.). **Reformatações fronteiriças no Platô das Guianas**: (re) territorialidade de cooperações em construção. Rio de Janeiro: Publit, 2011. p. 71-91.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE. **Cidades**: Oiapoque. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>. Acesso em: 16 mar. 2018.

IBGE. **Sidra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de “cidades-gêmeas” nacionais [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 12, 20 jul. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/120989142/dou-secao-1-20-07-2016-pg-12>. Acesso em: 10 set. 2018.

KAMPEL, Silvana Amaral; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. (org.). **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/geopro/modelagem/relatorio_urbanizacao_amazonia.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, Ester (org.). **Brasil, Século XXI**: por uma nova regionalização. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 112-122. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ester_Limonad/publication/305992136_Brasil_Seculo_XXI_por_uma_nova_regionalizacao_-_agentes_processos_escalas/links/57a8a55508aed1b226243843.pdf#page=113. Acesso em: 18 jun. 2019.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740>. Acesso em: 22 dez. 2016.

LINS, Fernando Freitas (coord.). **Aspectos diversos da garimpagem de ouro**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1992. (Série Tecnologia Mineral, 54).

LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 87-97.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques; DAMIANI, Amélia Luísa (org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 109-138, 1999.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana (org.) **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Brasília: UNFPA, 2010. p. 11-32.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Para além, através, da fronteira e do acordo**: interações sociais no Oiapoque. 2013. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Henri Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?**. São Paulo: EDUSP, 1991.

MATHIS, Armin. Garimpos de ouro na Amazônia: atores sociais, relações de trabalho e condições de vida. **Papers do NAEA**, Belém, n. 37, p. 01-16, abr. 1995. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/78>. Acesso em: jun. 2017.

MATHIS, Armin. Extração versus conservação – garimpagem de ouro e política de conservação no estado do Amapá. **Papers do NAEA**, Belém, n. 289, p. 1-23, jan. 2012. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/129>. Acesso em: 26 jun. 2017.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1977.

MELLO, João Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 3. ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Sueli Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 9-29.

MORAES, João de Mello. O Rio Oiapoque. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 3-61, 1964. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n1.pdf. Acesso em: 16 jan. 2017.

NASCIMENTO, Claudia Pinheiro do. O processo de urbanização da Amazônia e seus mecanismos entre a década de 1930 e 1980. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 227-256, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/15489/9474>. Acesso em: 11 jan. 2019

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do. **Implicações do contexto da zona de fronteira/BR-156/Ponte Binacional na configuração da paisagem urbana de Oiapoque**. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do; TOSTES, José Alberto. Oiapoque – Aqui começa o Brasil: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR-156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa. In: CONGRESSO CIENTÍFICO DA ANPPAS, 8., 2008, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPPAS, 2008. p. 1-11. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-808-726-20080510190744.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 199-213.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.

OSEKI, Jorge Hajime. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 108-119.

PEREIRA, José Carlos Matos. **A urbanização brasileira da Amazônia**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/URRJ, 2012. (Mimeo).

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **O fetiche do emprego**: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza; MARTINS, Carmentilla das Chagas; SUPERTI, Eliane. Des migrants brésiliens entre le Brésil et la Guyane française: un espace social en construction ou en tension permanente dans un contexte (trans) frontalier. **Cahiers internationaux de sociolinguistique**, Paris, n. 1, p. 221-242, 2016.

PORTO, Jadson Luís Rabelo; SUPERTI, Eliane. Ajustes espaciais na fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: políticas públicas e interações do Platô das Guianas. **Documentos y aportes en administración pública y gestión estatal**, Buenos Aires, v. 19, p. 75-98, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-37272012000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 10 dez. 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil**. Livraria Pioneira Editora, 1968.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpagem e mineração no norte do Brasil**. Manaus: EDUA, 2008.

ROMANI, Carlo. A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque. **Antíteses**, Londrina, vol. 3, n. 5, p. 145-169, jan.-jun. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 19 nov. 2013.

ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 3, p. 501-524, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3940/394034994003.pdf>. Acesso jan. 2018

ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil!**: histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque. Macapá: Editora Multifoco, 2013.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. volume 8. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p. 397-487.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). **Mana**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 29 jan. 2018

SANTOS, Emanuel Raimundo Costa. Urbanização e rede urbana na Amazônia setentrional Amapaense/AP. **Formação online**, Presidente Prudente, v. 2, p. 107-131, 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/1720/1941>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Santa Vitória do Palmar, v. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2009.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284/77927>. Acesso em: 20 set. 2016.

SILVA, José Maria. A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá-Guiana Francesa. **História Revista**, Goiânia, v. 10, n. 2, 2005.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Oiapoque**: potencialidades e caminhos neste século XXI. Macapá: UNIFAP, 2014.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; CONTE, Maria Irene. Análises sócio-espaciais de uma cidade de fronteira: o caso de Oiapoque/Estado do Amapá. In: SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL, 1., 2006, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SINARURB, 2006. p. 1-10. Disponível em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/base/items/show/8281>. Acesso em: 21 jan. 2017.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane. Desafios multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil, 20 anos depois (1996-2016). **GEOgraphia**, Niterói, v. 18, n. 38, p. 27-50, 2017. Disponível em: <http://200.20.0.39/geographia/article/view/13772>. Acesso em: 23 fev. 2017.

SOARES, Ana Paulina A. **Travessia**: análise de uma situação de passagem entre Oiapoque Guiana Francesa. 1995. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. Travessia: uma situação de passagem entre o Brasil e a Guiana Francesa. **Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, p. 23, 2007. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31109082/013_somanlu_ano_7_n_2_jul.dez._2007.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1524591658&Signature=J%2FgizfzRJ64dU9XRL9nKiT7%2Byy3Y%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSignificados_do_meio_ambiente_em_uma_com.pdf#page=23. Acesso em: 12 dez. 2017.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento de. **A cidade na fronteira**: expansão do comércio peruano em Benjamin Constant no Amazonas - Brasil. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Urbanização na Amazônia**. Belém: IUNAMA, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33420814/Sposito__M.E._B_-_Capitalismo_e_urbanizac_o.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1516802968&Signature=ycTv8q65uBu7T9EDIFyXRkvaRjE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCapitalismo_e_Urbanizacao.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: ICSA/UFPA, 2009.

SPRANDEL, Márcia Anita. Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras e limites no Brasil. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen (org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 153-203. (Coleção Américas).

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg Vilhena. Integração internacional e políticas públicas de defesa e segurança na fronteira setentrional amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. **Intellector**, Pelotas, v.11, n. 22, p. 129-147, 2015. Disponível em: <http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2015-22/superti-2015-22.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capital financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003. Disponível em:

<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84/41>. Acesso em: 21 jan. 2017

THEJE, Marjo; LUNING, Silver. Small Scale mining and cross-border movements of gold from French Guiana. COLLOMB, Gilbert; MAM LAM FOUCK, Stephen (ed.). **Mobilités, ethnicités, diversité culturelle**: la Guyane entre Suriname et Brésil. Elements de compréhension de la situation guynaise. Matoury: Ibis Rouge, 2016. p. 141-161.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 37-49, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24079.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017

TOSTES José Alberto. **Oiapoque**: em busca do plano perdido. João Pessoa: Sal da Terra, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31-50, 1998. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/05_3_trindade%20jr.pdf-. Acesso em: 01 fev. 2017.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Revista Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 117-129, jun. 2000.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 241-258, 2004. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/477>. Acesso em: 30 jan. 2017.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica. In: NASCIMENTO, Durbens Martins do (org.). **Amazônia e defesa**: dos fortes às novas conflitualidades. Belém: NAEA-UFPA, 2010a. p. 101-123.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010b.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013a. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5301630>. Acesso em: 22 jan. 2018.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013b.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da *et al.* Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do rio Tocantins. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 5, n. 11, p. 117-133, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo José Lopes

de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 75-96.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: UNB, 2004. v. 2.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Geografia do ouro na Amazônia brasileira**: uma análise a partir da porção meridional. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS

AZEVEDO, Juliana. **Entrevista**. [out. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. 1 arquivo .mp3 (18 min.).

BENTES, Alcides. **Entrevista**. [out. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. Anotações. 01 p.

CARDOSO, Augusto. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2018. Anotações. 08 p.

CARNEIRO, Juvenal. **Entrevista**. [out. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. 1 arquivo .mp3 (22 min.)

CASTRO, Raimundo Nivaldo. **Entrevista**. [set. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. 1 arquivo .mp3 (26 min.).

CHAVES, Frederico. **Entrevista**. [nov. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Macapá, 2017. 1 arquivo .mp3 (49 min.).

COSTA, Maria Iolanda Souza. **Entrevista**. [out. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. 1 arquivo .mp3 (31 min.).

FIGUEIREDO, João. **Entrevista**. [out. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. Anotações. 01 p.

GARCIA, Maria Orlanda Marques. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2018. 1 arquivo .mp3 (21 min.).

GOMES, Américo. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2018. Anotações. 01 p.

GONÇALVES, Rosângela. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2018. Anotações. 01 p.

KARIPUNA, Erlis. **Entrevista**. [set. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. 1 arquivo .mp3 (21 min.).

LIMA, João Maria de. **Entrevista**. [set. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. Anotações. 01 p.

LOBATO, Jorge. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2018. Anotações. 05 p.

MAIA, Edson Lopes. **Entrevista**. [set. 2016]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2016. 1 arquivo .mp3 (46 min.).

MARQUES, Juliano. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2016. Anotações. 04 p.

MENDES, Geraldo Caetano; SANTOS, Welida Moreira dos. **Entrevista**. [dez. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. 1 arquivo .mp3 (21 min.).

MIRANDA, Clayton. **Entrevista**. [out. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. 1 arquivo .mp3 (26 min.).

OLIVEIRA, Paulo. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2018. Anotações. 01 p.

PEIXOTO, Gilberto. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Macapá, 2018. 1 arquivo .mp3 (57 min.).

PEREIRA, Cristiano. **Entrevista**. [out. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. Anotações. 03 p.

PINHO, Mariana. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2018. Anotações. 01 p.

QUARESMA, Ivan. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2018. Anotações. 01 p.

RAMOS, Alberto. **Entrevista**. [out. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. 1 arquivo .mp3 (33 min.).

SAMPAIO, Fabiana. **Entrevista**. [set. 2016]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2016. Anotações. 01 p.

SILVA, Roberto Veiga da. **Entrevista**. [out. 2018]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2018. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

SOUSA, Cláudio. **Entrevista**. [set. 2017]. Entrevistador: David Souza Góes. Oiapoque, 2017. Anotações. 01 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PROCEDIMENTOS E ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEOS DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE E A SUA RELAÇÃO COM A GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA

Orientador Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior

Orientando: Msc. David Souza Góes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordei em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação David Souza Góes, do curso em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, que pode ser contatado pelo e-mail davigos@bol.com.br, e pelos telefones (91) 999 67 60 35 e (96) 3241 10 09. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com pessoas que possam contribuir para a tese intitulada “**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE E A SUA RELAÇÃO COM A GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA**”, que tem como objetivo analisar a produção do espaço urbano da cidade fronteira de Oiapoque/AP e sua relação com os agentes sociais envolvidos em atividades vinculadas à garimpagem de ouro nas áreas de contato entre o Brasil e a Guiana Francesa. Por entender que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, participei concedendo entrevista que foi gravada, transcrita e a mim apresentada, e liberada para ter seu conteúdo divulgado, usando ou não o meu nome, juntamente com o material do meu acervo, desde que assegure minha privacidade e integridade moral.

Assinatura do (a) entrevistado (a)

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE E A SUA RELAÇÃO COM A GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Entrevistador: David Souza Góes

Entrevistado(a):

Local da entrevista:

Data da entrevista:

Registro da entrevista: gravação, anotações.

Exposição do entrevistado.

Objetivos da pesquisa

1. Identificar os agentes produtores do espaço urbano da cidade de Oiapoque diretamente relacionados à atividade garimpeira praticada entre Brasil e Guiana Francesa;
2. Relacionar os agentes produtores do espaço urbano e seu vínculo com a atividade garimpeira, as práticas, formas, processos e representações espaciais presentes na cidade fronteira de Oiapoque;
3. Analisar a importância e o papel dos agentes produtores do espaço vinculados ao garimpo em face da dinâmica dos circuitos econômicos presentes na cidade de Oiapoque e das estratégias de planejamento e de tomada de decisão que demarcam a particularidade de uma cidade fronteira.

Explicação dos objetivos da pesquisa

Após a apresentação do termo de compromisso contendo a instituição que a pesquisa está vinculada, os objetivos da pesquisa foram transformados em indagações com vocabulário do senso comum sobre fluxos de pessoas, mercadorias, informações, financeiros, ouro; atividades; pessoas; fixos; investimentos na cidade; políticos que possuíam ou já possuíram vínculo com a garimpagem de ouro na fronteira franco-brasileira. Tais indagações foram realizadas à medida que o(a) entrevistado consentia.

1) Você é oiapoqueense?

- 2) Qual sua cidade/estado de origem?
- 3) Quando chegou na cidade de Oiapoque?
- 4) O que o motivou a vir para a cidade de Oiapoque?
- 5) Quais atividades que desenvolvia antes de chegar na cidade de Oiapoque?
- 6) Como era a (paisagem da) cidade antes e depois da década de 1980?
- 7) Quais atividades desenvolve/desenvolveu na cidade de Oiapoque?
- 8) Qual a relação das atividades que desenvolve/desenvolveu com atividades vinculadas à garimpagem de ouro?
- 9) Você conhece edificações onde são ou eram desenvolvidas atividades vinculadas à garimpagem de ouro?
- 10) Quais as formas de negociações (venda, recebimento, pagamentos) nas atividades vinculadas à garimpagem de ouro?
- 11) Quais os itinerários de pessoas, mercadorias, máquinas, equipamentos antes de chegar na cidade de Oiapoque, e depois com destino ao garimpo?
- 12) Qual a origem e destino do ouro que chega na cidade de Oiapoque?
- 13) Na sua opinião, qual a participação da atividade garimpeira na vida economia, social e política da cidade antes e depois da década de 1980?
- 14) Você conhece alguma ação da prefeitura e câmara dos vereadores contra ou a favor da garimpagem?
- 15) Quais ações da prefeitura e câmara dos vereadores que você conhece para resolver ou contornar problemas oriundos das atividades vinculadas à garimpagem de ouro (contra ou a favor da garimpagem)?
- 16) Você sabe da participação de pessoas de atividades vinculadas à garimpagem de ouro na política do município?
- 17) Como é realizada a comunicação entre os envolvidos na garimpagem de ouro?
- 18) Quais locais públicos, edificações, fluxos, atividades que lembram você da garimpagem de ouro?
- 19) Quais transformações ocorridas na cidade em decorrência das atividades vinculadas à garimpagem de ouro (locais públicos, edificações, fluxos, ofertas de produtos e serviços) que você conhece?
- 20) Você conhece pessoas que investiram em imóveis na cidade de Oiapoque com recursos adquiridos com atividades vinculadas à garimpagem de ouro.

APÊNDICE B – Quadro-síntese dos entrevistados – em ordem alfabética

Nome/Pseudônimo do entrevistado	Atividades desenvolvidas e tempo de vivência no município de Oiapoque	Local de origem do entrevistado	Registro da entrevista	Termo de consentimento e esclarecimento	Local e data da coleta das informações
Alberto Ramos*	Morador do Oiapoque desde 1989. Trabalhou 17 anos nos garimpos da Guiana Francesa e Lourenço-AP. Até a data de realização da entrevista, era proprietário de loja de confecção e presidente da Associação Comercial de Oiapoque.	Itaituba-PA	Gravada e transcrita	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo Sr. Alberto Ramos*, presidente da Associação Comercial de Oiapoque e proprietário de loja de venda de roupas na cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.
Alcides Bentes*	Ex-prefeito do município de Oiapoque.	Oiapoque-AP	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo ex-prefeito Alcides Bentes*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.
Alexandre Mariano*	Morador do Oiapoque desde 2014. Pratica montagem de unidades de beneficiamento de pescado nessa cidade.	PA	Gravada e transcrita	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo técnico em montagem de unidades para beneficiamento de pescado, Sr. Alexandre Mariano*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.
Américo Gomes*	Já trabalhou na garimpagem de ouro no Brasil e na Guiana Francesa. Na ocasião da entrevista, trabalhava no transporte fluvial de pessoas e cargas para circunvizinhança da cidade de Oiapoque, residindo nesta cidade desde 1997.	MA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo Sr. Américo Gomes*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em outubro de 2018.
Arlene Arruda*	Reside no Oiapoque desde 2013. Exerce atividades de enfermagem no hospital estadual.	RS	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pela enfermeira Arlene Arruda*, no interior de um veículo durante a viagem Macapá/Oiapoque, em setembro de 2017.
Augusto Cardoso*	Morador do Oiapoque desde 2002. Já trabalhou na garimpagem de ouro, tanto no Brasil como na Guiana Francesa. Na ocasião da entrevista, atuava transportando pessoas e cargas	PA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações verbais prestadas pelo Sr. Augusto Cardoso*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em outubro de 2018.

	para a circunvizinhança da cidade de Oiapoque.				
Cláudio Sousa*	Já trabalhou garimpagem de ouro, tanto no Brasil como na Guiana Francesa. É comerciante na cidade de Oiapoque há 27 anos.	Oiapoque-AP	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo Sr. Cláudio Sousa*, em sua residência na cidade de Oiapoque, em setembro de 2017.
Clayton Miranda*	Morador do Oiapoque desde 1977. Agenciou trabalhadores para trabalhar nos garimpos legalizados na Guiana Francesa, tendo também trabalhado na atividade nesse País. Até a data de realização da entrevista, é proprietário de hotel, restaurante e balneário na cidade de Oiapoque.	Santarém-PA	Gravada e transcrita	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo Sr. Clayton Miranda* em seu balneário na cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.
Cristiano Pereira*	Morador do Oiapoque desde 1982 e já trabalhou como garimpeiro no Brasil e Guiana Francesa. Até a data de realização da entrevista, trabalhava no transporte fluvial de pessoas e cargas para circunvizinhança da cidade de Oiapoque.	MA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo carregador de cargas Cristiano Pereira*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.
Edson Lopes Maia	Morador do Oiapoque desde 1983 e já trabalhou na garimpagem de ouro, tanto no Brasil como Guiana Francesa. Até a data de realização da entrevista, era pintor, poeta, juiz de paz e secretário de obras do município.	MA	Gravada e transcrita	Assinou	Informações fornecidas pelo secretário de obras Edson Lopes Maia, na prefeitura de Oiapoque, em setembro de 2016.
Érika Silveira*	Realiza pesquisa no Oiapoque desde 2007. Pesquisadora da UNIFAP.	Macapá-AP	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pela professora da UNIFAP no interior de um veículo durante a viagem Macapá/Oiapoque, em setembro de 2017.
Erlis Karipuna	Morador do Oiapoque desde 1973, foi vice-prefeito do município no ano de 2016. Até a data de realização da entrevista, é professor em comunidades indígenas.	Oiapoque-AP	Gravada e transcrita	Assinou	Informações fornecidas pelo vice-prefeito Erlis Karipuna, na prefeitura de Oiapoque, em setembro de 2017.
Fabiana Sampaio*	Moradora do Oiapoque desde 2002. Já comprou e vendeu ouro na cidade de Oiapoque. Até a data de realização da	MG	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pela compradora de ouro e agente imobiliário, Sra. Fabiana Sampaio*, no

	entrevista, desenvolvia negócios imobiliários no município.				seu escritório imobiliário na cidade de Oiapoque, em setembro de 2016.
Fábio Andrade*	Reside no Oiapoque desde 2007. Comprava e beneficiava pescado na cidade.	PA	Gravada e transcrita	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo gerente de unidade de beneficente de pescado, Sr. Fábio Andrade*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em outubro de 2017
Frederico Chaves*	Exerce atividades de ensino e pesquisa, pela UNIFAP, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Por ocasião da entrevista, coordenava os estudos do Plano Diretor do Município de Oiapoque.	Macapá-AP	Gravada e transcrita	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo Prof. Frederico Chaves*, em seu escritório na cidade de Macapá, em novembro de 2017.
Geraldo Caetano Mendes Welida Moreira dos Santos	Já trabalharam na garimpagem de ouro no Brasil e Guiana Francesa durante 15 anos. Na ocasião da entrevista, estavam garimpando no município de Pedra Branca do Amparaí-AP.	PA	Gravada e transcrita	Assinou	Informações fornecidas pelo casal entrevistado, em sua residência no distrito de Fazendinha, Oiapoque, em dezembro de 2017.
Gilberto Peixoto*	Geólogo em áreas de garimpo. Foi deputado federal pelo estado do Amapá, além de ter exercido a função de diretor do DNPM- AP.	Macapá-AP	Gravada e transcrita	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo geólogo Gilberto Peixoto*, em seu escritório em Macapá, em outubro de 2018.
Gustavo Moreira*	Mora no Oiapoque desde 2005. Já trabalhou garimpagem de ouro no Brasil e na Guiana Francesa. Na ocasião da entrevista, transportava pessoas com destino a garimpos clandestinos.	Oiapoque-AP	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações verbais prestadas pelo agenciador de viagens fluviais, Sr. Gustavo Moreira*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em setembro de 2017
Henrique Soares*	Desde a década de 1980, reside no Oiapoque e transporta cargas e passageiros da cidade de Santana para a cidade de Oiapoque.	MA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo “pirateiro” Henrique Soares*, no interior de seu veículo durante a viagem Macapá/Oiapoque, em setembro de 2017.
Ivan Quaresma*	Já trabalhou no Suriname e estava e trabalhava como garimpeiro clandestino na Guiana Francesa. Mora no Oiapoque desde 2014.	Macapá-AP	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo garimpeiro Sr. Ivan Quaresma*, na estação de rádio da Irmã na cidade de Oiapoque, em outubro 2018.
João Figueiredo*	Mora na cidade de Oiapoque desde 1989.	PA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações prestadas pelo Sr. João Figueiredo*, presidente do Sindicato

					dos Agricultores de Oiapoque, em outubro de 2018.
João Maria de Lima*	Morador da cidade de Oiapoque desde os anos 1950 e colaborador da gestão municipal.	PA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações prestadas pelo colaborador municipal João Maria*, no âmbito da prefeitura de Oiapoque, em setembro de 2017.
Jorge Lobato*	Morador do Oiapoque desde 2003. Já trabalhou garimpagem de ouro, no Brasil e Guiana Francesa. Até a data de realização da entrevista, transportava carga para os garimpos da Guiana Francesa como caçambeiro.	MA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo caçambeiro Jorge Lobato*, na estação de rádio da Irmã na cidade de Oiapoque, em outubro de 2018.
Juliana Azevedo*	Trabalhou com compra e venda de ouro; fabricação de joias em várias áreas de garimpo do Brasil. Até a data de realização da entrevista, era proprietária de loja de joias de ouro prata e proprietária de vários imóveis na cidade de Oiapoque. É moradora do município desde 1989.	RS	Gravada e transcrita	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pela Sra. Juliana Costa*, em seu estabelecimento comercial, na cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.
Juliano Marques*	Veio para a cidade de Oiapoque por influência do garimpo em 2001. Na ocasião da entrevista, atuava no transporte de passageiros na mesma cidade.	Itaituba-PA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações verbais prestadas pelo moto taxista Juliano Marques*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em outubro de 2018.
Juvenal Carneiro*	Morador do Oiapoque desde 1968 e vereador por vários mandatos. Hoje, ex-vereador, atua como negociador de pescado.	PA	Gravada e transcrita	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo ex-vereador Juvenal Carneiro*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.
Leandro Matos*	Morador do Oiapoque desde os anos de 1980. Já transportou pessoas com destino a garimpos clandestinos na Guiana Francesa e no Suriname. Até a data de realização da entrevista, é carregador cargas na orla fluvial da cidade de Oiapoque.	Oiapoque-AP	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo carregador de cargas, Sr. Leandro Matos*, na orla fluvial da cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.
Manoel Pereira*	Reside no Oiapoque desde 2002 e já foi patrão de garimpo no Brasil e na Guiana Francesa. Na ocasião da	MA	Gravada e transcrita	Preferiu não se identificar	Informações verbais prestadas pelo agenciador de viagens fluviais, Sr. Manoel Pereira*, na orla fluvial cidade

	entrevista, agenciava transporte de pessoas e cargas para a circunvizinhança das cidades de Oiapoque, Ilha Bela e Vila Brasil.				de Oiapoque, em setembro de 2017.
Maria Iolanda Souza Costa	Moradora do Oiapoque desde 1986 e já trabalhou garimpagem de ouro no Brasil e na Guina Francesa. Até a data de realização da entrevista, era vereadora, comerciante e proprietária de vários imóveis na cidade de Oiapoque.	Santarém-PA	Gravada e transcrita	Assinou	Informações fornecidas pela vereadora Maria Iolanda Souza Costa, na cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.
Maria Orlanda Marques Garcia	Reside no Oiapoque desde 1996 e, no período de realização da entrevista, era prefeita do mesmo município. Ademais, desempenhou atividades de garimpeira, parteira, professora e vereadora no local.	MA	Gravada e transcrita	Assinou	Informações fornecidas pela Prefeita Maria Orlanda Marques Garcia, na prefeitura de Oiapoque, em outubro de 2018.
Mariana Pinho*	Moradora do Oiapoque desde 1992, já trabalhou no garimpo por 10 anos. Tem trabalhado nos últimos três anos como garçonne de um bar da cidade.	Oiapoque-AP	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pela garçonne Mariana Pinho*, no barra da Guerreira, na cidade de Oiapoque, em outubro de 2018.
Paulo Oliveira*	Já foi motorista fluvial e garimpeiro no Brasil e na Guina Francesa. Até a data de realização da entrevista, vivia de construir barcos de madeira para transporte clandestino para os garimpos. Reside no Oiapoque desde 1990.	Calçoene-AP	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo Sr. Paulo Oliveira* em uma estação de rádio, na cidade de Oiapoque, em outubro de 2018.
Pedro Corrêa*	Mora em Cayena e, atualmente, realiza viagens mensais de Cayena para Macapá.	Macapá-AP	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo Sr. Pedro Corrêa*, no interior do seu veículo durante a viagem Macapá/Oiapoque, em setembro de 2017.
Raimundo Nivaldo de Castro	Morador da cidade de Oiapoque desde 1954, tendo realizado atividades de garimpo no Brasil e Guiana Francesa.	PA	Gravada e transcrita	Assinou	Informações fornecidas pelo ex-garimpeiro Sr. Raimundo Nivaldo de Castro, em sua residência na cidade de Oiapoque, em setembro 2017.
Roberto Veiga da Silva	Reside no Oiapoque desde 2001. Já trabalhou como taxista. Na ocasião da entrevista, desempenhava atividades de	Belém-PA	Gravada e transcrita	Assinou	Informações verbais prestadas pelo Roberto Veiga da Silva, em sua residência na cidade de Oiapoque, em

	radialista, universitário e colaborador da UNIFAP.				outubro de 2018.
Rosângela Gonçalves*	Mora no Oiapoque desde 2000 e já trabalhou na comunicação com rádio de baixa frequência em outras áreas de garimpo do Brasil. Até a data de realização da entrevista, operava sua estação de rádio na cidade de Oiapoque se comunicando com áreas do município e de outros estados do Brasil, notadamente com garimpos clandestinos e legalizados na Guiana Francesa e Suriname.	Maués-MA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pela Sra. Rosângela Gonçalves*, em sua estação de rádio, em outubro de 2018, na cidade do Oiapoque.
Sara Moraes e Antônio Trindade*	Moradores do Oiapoque desde 2008. Trabalharam como atendente em bares e restaurantes. Por ocasião da entrevista, eram proprietários de restaurante.	Quatipuru-PA	Anotações	Preferiu não se identificar	Informações fornecidas pelo casal entrevistado em seu restaurante, na cidade de Oiapoque, em outubro de 2017.

Elaboração: David Souza Góes, 2019.

* Pseudônimos aplicados aos entrevistados que, dada à natureza ilegal de alguns garimpos, optaram em não ter a sua identidade revelada.